PROBLEMAS POLITICOS CONTEMPORANEOS

N.º 5

HELIO VIANNA

FORMAÇÃO BRASILEIRA

1935

Livraria José Olympio Editora
Rua do Ouvidor Nº 110 Rio de Janeiro

DIGITALIZADO
PELA
BIBLIOTECA
NACIONALISTA

BIBLIOTECA
NACIONALISTA

bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

INDICE

PREFACIO 7

INTRODUCÇÃO. 9

a) A dilatação colonial 10

b) Angulos e triangulos da expansão territorial brasileira 15

c) A integração monarchica 19

d) A dispersão republicana 22

I — PRELIMINARES EUROPÉAS 25

O PRIMEIRO SECULO 26

CYCLO DA CANNA DE ASSUCAR . . . 29

II — A CONQUISTA DO NORTE. 41

OS HOLLANDEZES NO BRASIL 48

III — CYCLO DA CAÇA AO INDIO 53

A CONQUISTA DO SUL 61

IV — O SERTÃO — CYCLO DA CREAÇÃO DE GADO 71

V — O CENTRO — CYCLO DO OURO E DAS PEDRAS 87

VI — A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL 97

LEVANTES LOCAES 102

VII — FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS 107

VIII — O REINO E O IMPERIO 119
PRIMEIRO REINADO. 121
A CONSTITUIÇÃO DE 1824. 124

IX — INSURREIÇÕES CONTRA O PODER CENTRAL. 127

X — SEGUNDO REINADO — OS PARTIDOS POLITICOS, O PARLAMENTARISMO E O PODER MODERADOR. 131

XI — A ESCRAVIDÃO DOS NEGROS NO BRASIL. 147

XII — POLITICA EXTERIOR DO IMPERIO E DA REPUBLICA. 157

XIII — REBELLIÕES REPUBLICANAS 183
AS CONSTITUIÇÕES DE 1891 E DE 1934 . 193

XIV — ESBOÇO DE UMA HISTORIA ECONOMICA E FINANCEIRA DO BRASIL, DESDE A ABERTURA DOS PORTOS
a) Periodo monarchico 197
b) Periodo republicano 204

XV — SYNTHESE DE UMA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
a) Periodo colonial 223
b) Periodo monarchico 230
c) Periodo republicano 238
d) A Educação Artistica no Brasil 245

CONCLUSÃO — PROBLEMAS SOCIAES E POLITICOS DECORRENTES DA FORMAÇÃO BRASILEIRA. 255

O ESTUDO *da Historia do Brasil sempre se resentiu, entre nós, de sérias defficiencias. Tanto nos compendios como nos tratados, a falta de profundidade tem sido a regra, nas syntheses sendo abundantes as falhas, nos trabalhos mais extensos tambem não as fazendo desapparecer a maior erudição.*

Grandemente necessitados do soccorro da Historia, os estudos de sociologia brasileira muito têm soffrido com as fracas bases que lhes são fornecidas. O que de mais social e de mais politico se contém na nossa formação, as suas directrizes, afinal, nem sempre resaltam facilmente das simples narrações historicas e, dahi, a conveniencia da sua urgente reunião em um só todo, para que melhor pudessem se fundamentar as analyses de que ainda carece a realidade nacional.

A incumbencia que nos coube, da realisação de um curso de Historia Politica e Social do Brasil, no Departamento Provincial de Estudos da Acção Integralista Brasileira, no Rio de Janeiro, deu-nos opportunidade para a elaboração do presente livro, que procura attender áquella necessidade. Obra de synthese, visando um tão vasto objectivo, é natural que não seja perfeita e, muito menos, definitiva. Mas, como uma sincera contribuição, candidata-se a ser recebida entre as que se propõem a augmentar o conhecimento da formação brasileira.

H. V.

INTRODUCÇÃO

A FORMAÇÃO da nacionalidade brasileira não se contém simplesmente nos limites de uma narração historica. Vae buscar raizes nos acontecimentos europeus da época dos descobrimentos maritimos e até mesmo nas condições medievaes dos povos peninsulares. Porque é no emmaranhado das tendencias hispanicas, alliado ás contingencias das lutas religiosas e economicas de todo o continente e no minimo durante tres seculos, que se vão originar as caracteristicas de toda a America hespanhola, portugueza e ingleza, transitoriamente tambem franceza e hollandeza.

Foi dentro desse quadro vastissimo, em que as maiores transformações sociaes se vêm ligadas ás mais desencontradas creações do empirismo politico, que a nossa nacionalidade appareceu, sob o amparo lusitano a principio, em pouco tempo delle progressivamente liberta, affirmando-se como possuidora de innegavel direito á existencia propria, depois de trezentos annos de laboriosa dilatação colonial, durante os quaes se casaram os cuidados da côrte á tenacidade dos colonos.

Separado da metropole, o Brasil monarchico teve de procurar em si mesmo a cohesão que se fazia necessaria para consolidar a obra que antes haviam realizado os conquistadores e dominadores portuguezes, juntamente com os bandeirantes brasileiros, preadores de indios e descobridores de minas. A unidade politica, conseguida com a transmigração da Familia Real, com a Independencia e com a Constituição de 1824, foi o processo por que tão

alto objectivo pôde ser attingido, integralisando-se immediatamente o paiz.

Resolvido esse problema primacial, com a proclamação da Republica veio ferir a nacionalidade o grave problema da sua dispersão social, por intermedio do systema federal, logo instaurado e consagrado na Carta de 1891. Seu resultado foi a historia da Republica, para a qual quasi que sómente condemnações têm sido registradas, culminando com a unica revolução geral que já tivemos, a de 1930, e com a persistencia, ainda observada, de uma insatisfação a que sómente alterações muito profundas poderão dar remedio.

Analysando através da formação da nacionalidade brasileira esses tres periodos politico-sociaes da nossa historia, o da dilatação colonial, o da integralisação monarchica e o da dispersão republicana, temos primeiramente de focalizar toda a expansão geographica de que resultou o apparecimento do Brasil, esclarecendo, ao mesmo tempo, quaes foram os coefficientes humanos nessa obra utilizados. Nessa interpretação sociologica não quizemos apenas descobrir argumentos para uma conclusão previamente determinada, tendo antes preferido demonstrar, com toda lealdade, os effeitos dos elementos historicos que em ordem dispuzemos, mais por uma questão de importancia propria que pelo simples desejo de forjar uma these artificial.

Com essas preliminares indispensaveis, vejamos, em synthese, como se procedeu á dilatação territorial do Brasil, durante a Colonia.

A DILATAÇÃO COLONIAL

Se tem cabimento, em parte, a accusação de Frei Vicente do Salvador, de que no primeiro seculo da nossa vida ficamos "arranhando o littoral, como caranguejos", isto soffreu um forte desmentido no seguinte, quando as

raias fronteiriças do Brasil actual foram attingidas em numerosos pontos.

Explicava-se, por sérias difficuldades da navegação da costa do Norte, então chamada de Leste-Oeste, aquella demora em se povoar o immenso territorio que vae da Parahyba á Amazonia. O abandono em que esteve durante o periodo das primeiras explorações, dos donatarios e dos primeiros governos geraes, os indigenas difficilmente pacificados da Parahyba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, os francezes no Maranhão, inglezes e hollandezes no Pará, — tudo isto se alliou como transtornos á colonisação do Norte aos recifes que acompanham o seu littoral e aos ventos que desviavam de suas rótas as embarcações veleiras que por lá se aventuravam.

Por terra, porém, gradativamente, de 1580 a 1615, fez-se o percurso caracteristicamente de conquista que aos governos da Bahia, aos portuguezes e aos pernambucanos se deve. E aberto á penetração fluvial o estuario paráense, não tardou que em 1639 se fosse plantar padrões portuguezes além de Tabatinga, realizando-se esse Brasil mais largo do que comprido, que a tenacidade do colono e a facilidade dos caminhos amazonicos nos permittiu possuir, com despreso das determinações *a priori* do convenio de Tordesillas.

Se pelos rios conseguimos o alargamento e a posse pacifica da immensidade de Oeste, o mesmo não aconteceu, por sua causa, no Sul, onde a subida hespanhola pelo rio Paraná, com a fundação das reducções do Guayrá e até do Paranapanema, antecedeu a descida dos paulistas caçadores de indios. Tornaram-se assim mais faceis as entradas paraguayas pelo sul de Matto Grosso e, ainda fluvialmente, o escoamento dos aldeados expulsos daquellas missões para as terras dos tapes, onde estabeleceram os Sete Povos do Uruguay. Augmentaram, em seguida, as difficuldades da nossa dilatação no Sul, com a

fundação da Colonia do Sacramento, pela maior proximidade em que ficavam os nucleos hespanhóes, mais dominadores dos rios que desaguam no Prata.

Apesar dos tropeços encontrados, póde-se dizer que ainda ahi a victoria dos portuguezes e dos brasileiros foi explendida, visando a consecução de terras tão valiosas para a caça ao indio, no Paraná, para o desimpedimento do accesso ás minas cuyabanas e para a creação do gado, na Campanha gaucha. Alliados os bandeirantes paulistas aos diplomatas de Lisbôa, os descendentes dos colonos ilhéos de Viamão e Porto Alegre aos soldados do Rio e de Minas, levados por Gomes Freire de Andrade, cada um agindo por seu lado, conquistaram-se os campos mattogrossenses de Vaccaria, Guayrá, Uruguay, Tape, Iguatemy e a Campanha, firmando-se como puramente nossos esses territorios do Sudoeste e do Sul. Duraram esses avanços dois seculos, de 1603 a 1801, persistindo algumas querellas até a definitiva independencia do Uruguay, em 1828 e até as fixações de nossos limites com o Paraguay e com a Argentina.

Emquanto pelo interior se procedia a uma tal entrada pelas vias naturaes dessa parte do continente, por campos, rios e lagos, não era de menos importancia o trabalho complementar que pelo littoral e pela Serra do Mar se fazia, com as fundações de Paranaguá e do Desterro, mais tarde as de Curityba e de Lages, assim se povoando, por paulistas e portuguezes, com minas e creação de gado, a marinha e o centro dos actuaes Estados do Paraná e de Santa Catharina.

As ligações entre o Sul e o Norte fizeram-se ainda antes da descoberta das minas geraes, guayanas e cuyabanas. Paulistas contractados como conquistadores foram exterminar indigenas rebellados no sertão bahiano, donde passaram ao Piauhy, tambem acabando com os quilombos de escravos africanos existentes nas Alagôas. Um

caminho terrestre do Maranhão á Bahia, outro da antiga capital ás minas e a via fluvial do São Francisco, em sua parte media navegado por pernambucanos até os extremos mineiros, acompanharam as descidas e subidas que pelos rios Tocantins, Araguaya e Madeira fizeram os exploradores, estabelecendo um nexo que nada poderia destruir mais tarde.

A costa de Sudoeste, de Itamaracá a Iguape, sómente depois das capitanias hereditarias é que pôde crear os seus nucleos de penetração. Se da Bahia e de Pernambuco partiram as expedições que conquistaram o Norte e combateram indigenas rebeldes, hollandezes e francezes invasores, em varias direcções, couberam-lhes ainda duas outras missões que foram de fundamental importancia para a formação brasileira: os cyclos dos engenhos de assucar e da creação de gado, isto é, o povoamento daquella costa e a conquista do Sertão.

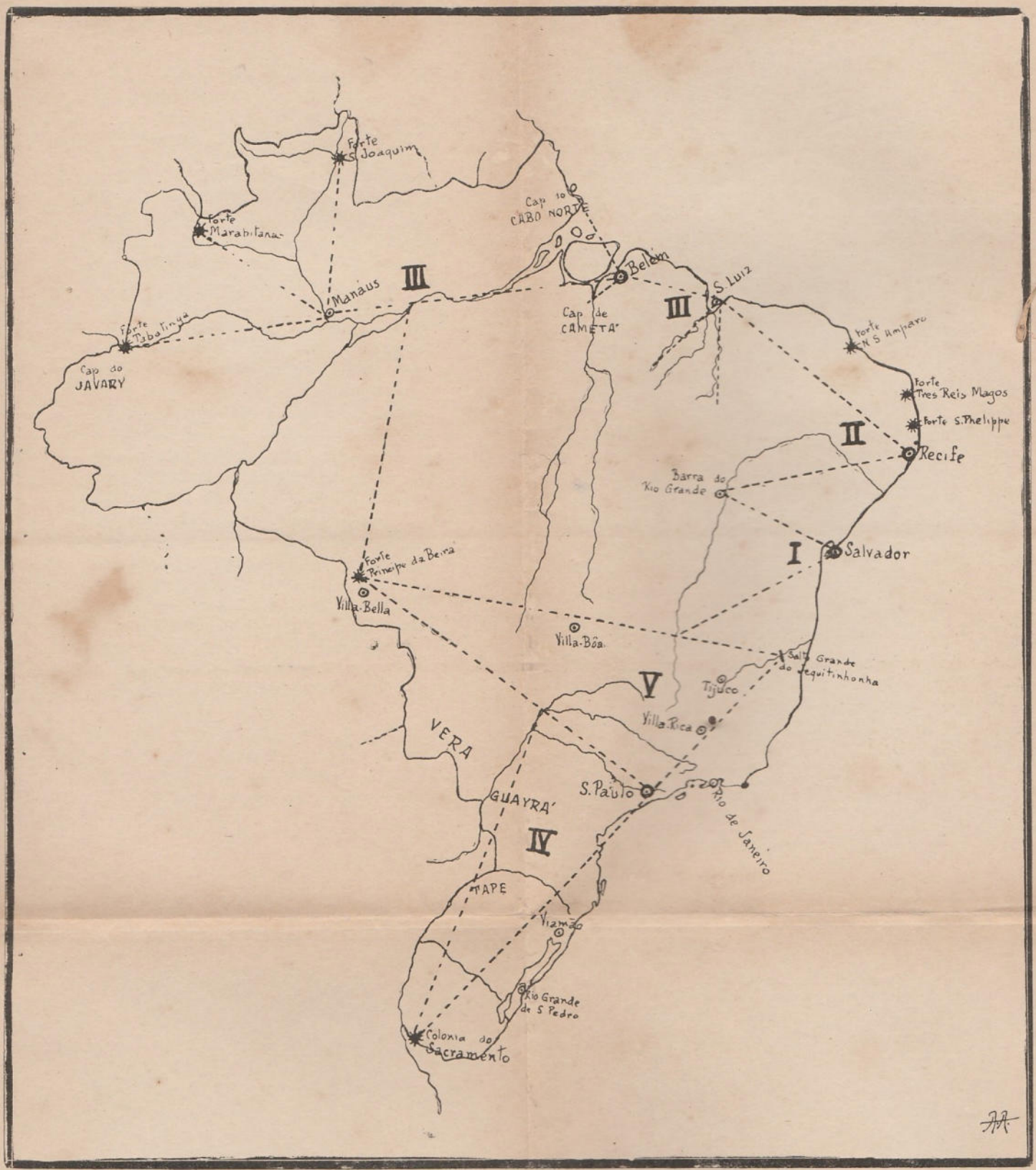
Tarefa de dois seculos e mais, com auxilios da metropole e até de paulistas, vencendo tribus e piratas, a vida economica do paiz sómente se estabeleceu com todas essas difficeis victorias. Para tanto muito contribuiu a tenacidade dos colonos, não sendo tambem de se esquecer a collaboração da Côrte que, sem planos descobertos, sempre persistiu numa politica expansionista a que muito ficamos devendo, com beneficio da nossa dilatação territorial. A natural cobiça que a tudo presidiu foi uma das preliminares indisfarçaveis da nossa grandeza e seria absurdo querer renegal-a em attenção a criterios dictados pela moral posterior.

Passado o curto periodo em que a terra descoberta apenas serviu para a exploração do páo-brasil, daqui levado tanto por francezes como por portuguezes e embarcado em feitorias, com o successo occorrido ao povoamento das duas principaes capitanias, de Pernambuco e

de São Vicente, iniciou-se o cyclo da canna de assucar, caracterisador da maior parte dos seculos XVI e XVII. Com o governo geral estabelecido na Bahia, juntou-se áquelles mais esse outro nucleo, logo favorecido pela qualidade e pelo facil accesso das terras do Reconcavo. E não tardou que tambem o Maranhão e o Rio viessem se inscrever como productores de assucar. Creou-se assim, rapidamente, uma éra de relativa prosperidade, a Colonia logo se tornando proporcionadora de fartos lucros aos seus devassadores.

Foi este, exactamente, um dos motivos das invasões hollandezas, essencialmente mercantis em seus propositos de fixação, como de simples apresamento de náos já fôra antes, quando apenas no mar se exerciam as actividades flibusteiras do flamengos. Rechassados estes, já no inicio do seculo XVIII se esboçou a crise da industria assucareira, que cedeu a primazia á creação do gado, no interior nordestino e no São Francisco, emquanto a obcessão das minas, no Centro, veio succeder á expansão que se realizara no Sul, á sombra da caça do indio. Verifica-se assim uma coincidencia quasi perfeita dos objectivos economicos com as directrizes politicas da nossa dilatação colonial.

A metropole, sanccionando com a creação de villas e de capitanias as conquistas dos colonos, dando aos seus actos a ratificação da sua diplomacia e dos seus fortins, a todo esse movimento sagazmente presidiu, embora muitas vezes não lhe coubessem as iniciativas, particularmente no Sul. E desta forma, em uma congregação de esforços que tendia a uma só finalidade, a realisação da unidade territorial da nação que se creava, passaram-se os seus tres primeiros seculos, preparando-se-lhe as circumstancias propicias para o definitivo estabelecimento e caracterisação social e politica.



1.º — GRAPHICO DA DILATAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA — 1) Expansão do nucleo bahiano; II) Expansão do nucleo pernambucano; III) Expansão dos nucleos maranhense e paráense; IV) Cyclo paulista da caça ao indio; V) Cyclo paulista do ouro e das pedras.

ANGULOS E TRIANGULOS DA EXPANSÃO TERRITORIAL BRASILEIRA

Para precisar melhor esse movimento de expansão territorial da colonia, nada será mais conveniente que a sua representação graphica, facilmente conseguivel com o desenho de alguns angulos e triangulos sobre um mappa do Brasil e com as respectivas explicações.

Partindo da Bahia, ponto de penetração que não é o primeiro em data, pois foi antecedido por Pernambuco e por São Vicente, nem o de maior amplitude, fazemol-o por consideração ao nucleo que logo se transformou em capital da Colonia e, principalmente, porque nelle se fixou o eixo de toda a nossa dilatação, situado como é, no meio do vasto paiz que se inscrevia entre os do Novo Mundo.

Um angulo pode caracterisar bem essa expansão que em São Salvador teve o seu vertice. Indo até a Barra do Rio Grande, a noroeste, a sua outra ponta attingia a povoação de Morrinhos de Januaria, a sudoeste, antigo arraial do bandeirante paulista Mathias Cardoso de Almeida, tambem situado á margem do rio São Francisco.

Nessa abertura se distinguem tres phases bem diversas, se se cuidar do seu avanço pelo interior. Na primeira é attingida apenas a zona do Reconcavo, na segunda chega-se ás caatingas do nordeste do actual Estado da Bahia e na terceira, afinal attinge-se o rio São Francisco, depois de explorados os auriferos rios de Contas e Paraguassú, transpondo-se a Chapada Diamantina, verdadeiro obice natural ás penetrações mais directas que partissem da cidade do Salvador.

Plantações de canna, e depois de fumo e algodão, além da creação do gado e exploração das minas, acompanharam economicamente essa penetração. Socialmente, são de se lembrar desde já as luctas ahi official-

mente movidas contra os seus selvicolas e a tentativa dos religiosos, jesuitas e carmelitas, franciscanos e capuchinhos, para aldeal-os. Politicamente, é de se notar a absorpção que logo se deu, das antigas capitanias de Ilhéos e de Porto Seguro, além da dependencia em que cêdo ficou a de Sergipe d'El Rey.

Difficultosamente attingido o São Francisco, com a penetração "pela hypothenusa", de que fala Capistrano, ficou a zona do grande rio sob a jurisdicção de Pernambuco e não sob a Bahia. Em compensação, bôa parte do Norte mineiro logo com a antiga capital achou mais facil communicação, pelo chamado "caminho dos curraes".

Ainda como acontecimento de forte alcance social, para esse nucleo de penetração, resta a assignalar o auxilio que cêdo prestou, no governo de Thomé de Souza ás capitanias do Sul, no de Mem de Sá contra os francezes do Rio de Janeiro e, mais tarde, a Sergipe, Alagôas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Maranhão, contra francezes e hollandezes invasores. Recebeu em paga expedições paulistas contractadas para combater os guerens e, antes, o auxilio pernambucano, mandado por Mathias de Albuquerque, quando houve a primeira invasão hollandeza, em 1624. Essa solidariedade, muito de se assignalar em paiz tão novo, cheio de claros entre os seus escassos centros de povoação, constitúe, por isto mesmo, um dos motivos mais favoraveis da nossa formação colonial.

Para demonstrar o largo ambito da penetração pernambucana, basta traçar o vasto angulo que tendo por vertice o Recife, vae attingir, para o norte, S. Luiz, no Maranhão e, para o sul, a Barra do Rio Grande; subindo por ahi o rio São Francisco, chegava até o Norte de Minas, na actual villa de Mathias Cardoso, já assignalada atraz, com o seu antigo nome de Morrinhos. Littoral e Matta, Agreste e Caatingas, além de Sertão, registram,

a um só tempo, as tres zonas geographicas e economicas que se seguem no sentido do interior, com as suas plantações de canna e de algodão, com os seus curraes de gado, logo ligados ao Piauhy, excepcionalmente de penetração paulista, partida da Bahia.

São tres, portanto, as phases distinctas da dilatação pernambucana, onde tambem a permanencia hollandeza muito serviu para o recúo dos seus senhores de engenho, durante a invasão. Aliás, os proprios flamengos realizaram algumas entradas, cujos maiores proveitos foram decerto as investigações scientificas então feitas.

Como dependentes de Pernambuco, as capitanias conquistadas ainda no primeiro seculo, e no principio do seguinte, Alagôas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, foram á sua sombra se desenvolvendo, até ao Maranhão tendo chegando a sua influencia, com o estabelecimento de numerosos engenhos de assucar nas margens dos rios que levam ao seu interior e na propria ilha de São Luiz.

Angulos ainda mais irregulares são os que cabem á penetração pelo Maranhão e pelo Pará, aquella abrindo-se em leque a partir da ilha pelos rios que aos seus lados vêm ter, e esta extendendo-se por toda a planicie amazonica, indo delimital-a extensamente, com os fortins e estabelecimentos lançados nos cursos medios dos rios Branco, Negro, Solimões e Madeira.

Méramente como subsidiario e transitorio deve ser considerado o nucleo penetrativo maranhense, logo subdividido o "Estado" conquistado em 1615 e creado em 1621, em varias pequenas capitanias, o que tambem foi succeder no Pará, depois das expulsões de francezes, hollandezes e inglezes, alli já estabelecidos.

Transferindo-se, portanto, o eixo de penetração que tivera inicio em São Luiz para Belém, por via fluvial elle foi se firmar em angulos longinquos, nos fortes de São

Joaquim, Marabitanas, Tabatinga e do Principe da Beira em suas raias terrestres, as maritimas só encontrando paradeiro na foz do Oyapóc. Foram esses marcos respeitaveis á diplomacia posterior, substituindo o meridiano arbitrario de Tordesillas, isto se devendo ás prodigiosas distancias conquistadas pelas prôas das embarcações, mais do que pelo palmo a palmo das entradas dos sertanistas pelas florestas amazonicas.

Tambem no Sul e no Centro o recúo da linha convencional não se fez esperar muito, com os avanços paulistas em dois fartos triangulos, o da caça ao indio e o das minas de ouro e diamantes. Fixar o primeiro delles, nas grandes linhas que partindo de São Paulo vão ao Salto Grande do Jequitinhonha e dahi ao Forte do Principe da Beira, voltando por Itapura a São Paulo, comprehende toda a historia da descoberta das minas das Geraes, de Goyaz e de Matto Grosso, de 1675 a 1735. Anteriormente a ella, mais de cem annos antes e ainda depois do periodo em que se explorou o ouro de lavagem, em S. Paulo mesmo e no Paraná, houve o cyclo da caça ao indio, que deu ao Brasil a Vaccaria Mattogrossense, o Guayrá paranáense, o Uruguay e o Tape gaucho, embora perdendo-se a Colonia do Sacramento. Seu triangulo, ainda mais irregular que o anterior, vae de S. Paulo a Itapura e dahi, em uma linha theorica, traçada em parte pelo rio Paraná, vae attingir a Colonia do Sacramento, d'onde retorna á origem piratiningana. Tem de commum com o das minas a linha de descida que foi o Tieté, ou Anhemby. E, da mesma forma, totalisando e unificando o grande ambito do interior do paiz, tem essa zona das minas os seus pontos de contacto com as penetrações que partiram da Bahia (Jequitinhonha, Grão Mogol), de Pernambuco (Morrinhos), do Pará (Goyaz, Forte do Principe da Beira, cidade de Matto Grosso, no rio Guaporé).

Assim, por esses movimentos penetrativos partidos

de quatro nucleos (Bahia, Pernambuco, São Paulo e Maranhão-Pará), consumou-se toda a dilatação territorial occorrida sob o regimen da Colonia, consolidando-se as nossas razões do *uti possidetis*, ponderavelmente para as acções diplomaticas seguintes, succedidas sob o Reino Unido, o Imperio e a Republica.

A INTEGRAÇÃO MONARCHICA

Ao periodo colonial, essencialmente de dilatação do territorio, seguiu-se o real e imperial, caracterisado pela integralisação desse mesmo territorio e da nacionalidade que dentro delle se formara.

Separando-se o que foi feito na parte geographica — transformação das dispersas capitanias em centralisadas provincias, — do que foi realisado na parte psychologica — desligamento politico da metropole e creação de uma mentalidade propria para o novo Imperio, — vê-se que politica e socialmente foi consideravel a obra dessa phase da vida brasileira.

Cabe, em primeiro logar, aos principios monarchicos aqui continuados, a possibilitação dessa unidade. Sómente um throno teria forças sufficientes para congregar aquelle material tão distanciadamente disposto. Pois se nem os governadores geraes nem os vice-reis, na Bahia e no Rio, nunca tiveram elementos bastantes para possuir uma autoridade unica que comprehendesse todo o territorio em formação, havendo se tornado quasi local ou regional a sua acção governativa, muitas capitanias chegaram a receber ordens directamente da metropole ultramarina.

Além disto, as proprias communicações maritimas sendo mais faceis do Norte directamente para Portugal, até essas condições physicas contribuiram para a separação administrativa de certas partes da colonia, o que sómente a vinda da Familia Real iria alterar. E, por ou-

tro lado, se as camaras municipaes tinham autoridade para resolver livremente todas as questões de caracter mais estrictamente local, estabelecia-se por si mesma uma apreciavel e desligadora auto-sufficiencia, contra a qual teria de se levantar o novo systema politico aqui instaurado com a Constituição de 1824 .

Foi em torno da Corôa, portanto, que se pôde crear esse ambiente totalisador que no regimen unitario tem a sua origem. Poderosos reflexos dessa situação, em que directamente se dirigiam as camaras locaes ao Imperador temol-os com os actos do "Fico" e da approvação pelas assembléas municipaes, da carta constitucional outorgada. E como prova, felizmente fracassada, de tendencia á queda do centralismo, retornando-se ás posições anteriores, logo na reforma constitucional de 1832-34 appareceram correntes favoraveis ás autonomias provinciaes. Tendo conseguido alguma coisa, no Acto Addicional, aliás muito menos do que se chegou a desejar, foi preciso que, com a Lei Interpretativa, de 1840, ainda mais fortemente se restringissem taes aspirações, francamente contrarias á unidade politica e administrativa do paiz.

Com o segundo reinado, formados os partidos politicos nacionaes e resolvidas certas difficuldades de ordem externa e interna, pôde-se consolidar essa centralisação, tanto mais effectiva quanto maior a fiscalisação da Corôa sobre os presidentes provinciaes, nomeados na Côrte. Só ás vesperas da Republica, e com um confusionismo a que emprestaram os seus valores figuras como as de Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, é que de novo appareceu entre nós a idéa federalista, uma simples imitação, que ao ser instaurada pelo novo regimen, não tardou muito a demonstrar os seus maus resultados, com a dispersão estadualista que logo caracterisou a historia da Republica no Brasil.

Não foi, porém, com inteira facilidade que a monarchia conseguiu unificar effectivamente o paiz, dotando-o de uma homogeneidade incontrastavel. Boa preparação nesse sentido foi, para o Imperio, a anterior estadia aqui da Familia Real, com a salutar regencia de D. João e com a creação do Reino Unido em 1815. Entretanto, revoltas como as de 1817 e 1824, ambas com o seu centro em Pernambuco, bem demonstraram a vulnerabilidade da desejada união da Côrte com os antigos nucleos de penetração.

A propria luta pela Independencia, que na Bahia, Ceará, Piauhy, Maranhão e Pará foi bastante séria, no Sul tinha sido evitada pela maior proximidade da Côrte separadora. E assim mesmo, a natureza das relações de D. Pedro com os fluminenses, bem como suas viagens a Minas e São Paulo, muito esclarecem sobre as difficuldades que tiveram de ser vencidas.

Mais tarde, o mesmo fermento localista e até separatista achou amplos campos de acção nas numerosas agitações provinciaes occorridas sob as Regencias. Culminou-as a Guerra dos Farrapos que, se chegou até a proclamação da Republica do Piratiny, não teve, antes do combate de Fanfa, nenhuma tendencia de seccessão, o que só por accidente veio a lhe occorrer.

Outro caracter tiveram as agitações internas que se seguiram a esse periodo, como as revoltas de 1842 e 48. Com origens exclusivamente politicas, suas zonas de acção não deixaram de ser restrictas, refluindo das composições ministeriaes e das lutas parlamentares da Côrte para os ambientes mais acanhados das provincias, em que se deram esses levantes, muito mais de liberaes e de "praieiros", que propriamente de paulistas, mineiros e pernambucanos.

Fóra dessas excepções transitorias, a integralisação territorial e politica do Imperio fez-se normalmente, sain-

do do seu todo sómente a provincia que se lhe dizia "federada", a Cisplatina. Outras duas, como as do Paraná e do Amazonas, formaram-se por convenientes e tranquillas desannexações, muito possiveis nessa época, em que se não examinavam os logares de nascimento dos presidentes de provincia, dos ministros, dos senadores e dos conselheiros de Estado, ao se distribuirem taes posições aos que, para exercel-as, estivessem naturalmente indicados. Liberto o Imperio de quaesquer criterios regionaes, pôde desenvolver-se sem empecilhos internos uma difficil politica externa, ao mesmo tempo que, intangivel e muito mais unido do que em 1822, pôde esse regimen deixar o paiz, ao se destruir, lamentavelmente, em 1889.

A DISPERSÃO REPUBLICANA

Como ultimo periodo da evolução brasileira, a Republica apparece como uma força antes desorganisadora que convenientemente reformadora. Não tendo apparecido por um movimento de opinião, como a Abolição, por exemplo, não soube se adaptar ás condições peculiares da nacionalidade, logo entrando na applicação da formula que a ella mais inconveniente havia de ser, a federação dos Estados.

Não attendeu á situação mais do que precaria do desenvolvimento de diversos delles. Estabeleceu uma igualdade theorica, que cêdo redundaria na mais completa injustiça, creando primazias e tutellas incabiveis. Não aproveitou a occasião para distribuir mais equitativamente as suas áreas, nem soube dirigir em um só sentido, nacional, a força que todos juntos representavam.

Tendo destruido os partidos tradicionaes, com o collapso da opinião que foi a dictadura florianesca, teve de cair a Republica na pasmaceira da politica official, dos partidos estaduaes que se pactuam nas partilhas qua-

driennaes do poder federal, logo tornado um privilegio dos situacionismos dos grandes Estados.

Mas não é preciso que se esmiucem todas as caracteristicas da historia republicana, consequencias desse erro essencial que foi a apressada distribuição do poder por unidades federativas que o não podiam exercer. De uma absurda dictadura militar, onde o ministerio manobrava, entre dissidios internos, com o chefe do governo, continuou-se, em pleno *ensilhamento*, com uma verdadeira transferencia dos poderes desse primeiro presidente para as habilidades de um politiqueiro. Por um pronunciamento militar mudou-se o fraco marechal, tido como proclamador do regimen, por outro, caindo o paiz sob o arbitrio absoluto de um homem estranho, cercado de horrivel camarilha, que conseguiu realisar a incrivel empresa de consolidar as instituições mediante a sua cabal desmoralisação.

O primeiro governo civil fluctuou entre o temor da espada, a crise economica e a insatisfação geral. O seguinte presidente soube instaurar de facto a chamada "politica dos governadores", através da qual os seus successores foram eleitos e sustentados, até o ultimo delles, derrubado em 1930, com a unica revolução mais geral que tivemos.

Foi isto a consagração do systema federativo entre nós. Quarenta annos de desorganisação e improbidade administrativa, de arbitraria invasão e de permanente confusão dos poderes constitucionaes, de culto á incompetencia, de excessos estadualistas, de plataformas salvacionistas de quatro em quatro annos, de desorientação financeira e educativa, de reformismos estereis, de desordens militares repetidas, de fraudes eleitoraes, de annullações do Legislativo e do Judiciario, de inconstancias nas relações internacionaes, — eis a que se reduz essa historia do Brasil republicano.

As poucas compensações que em seu favor podem ser arroladas, como é de justiça, tiveram origens méramente occasionaes. E' o caso, por exemplo, das soluções conseguidas pelo Barão do Rio Branco para os nossos problemas de fixação de fronteiras.

Caracterisou-se nesse periodo, portanto, a dispersão generalisada que para elle assignalamos. Perderam-se rumos que eram tradicionalmente nossos. As improvisações passaram a ser a regra. A todos os prejuizos soffridos pela nacionalidade com essa diversificação de rumos, presidiu, como mais alto factor, o systema federal, assim responsabilisavel por uma evidente decadencia brasileira nesse aspecto essencial para a vida de um povo, que é o da sua conformação nacional, consolidada e definitiva.

I

PRELIMINARES EUROPÉAS

A TRANSFORMAÇÃO dos povos ibericos de lavradores em navegadores é um desses factos cuja significação em geral escapa ao observador commum. Tendo multiplas razões, que tanto podem ser atavicas, das raças que na peninsula se caldearam, como de fundamento principalmente economico, tambem origens espirituaes para essa mudança podem ser achados, se quizermos penetrar mais a fundo nessa pesquiza de causas. A realidade, porém, é que essa passagem de sedentarios a traficantes foi se proceder em plena crise do Renascimento, quando começavam a envelhecer as instituições particularistas e medievaes ha alguns seculos dominantes na Europa, onde foram implantadas pelos barbaros, os destruidores da anterior unidade romana.

Essa expansão maritima equivalia, portanto, a uma confissão da propria insufficiencia continental. Os requintes que só o Oriente podia fornecer, em uma numerosa serie de productos, precisavam ser mais facilmente encaminhados para a Europa, sem a ganancia de intermediarios que judeus, arabes, egypcios e italianos demonstravam nessa funcção puramente commercial. Passando-se essa attribuição a hespanhóes e portuguezes, é justo, porém, que uma finalidade maior se possa ver na acceitação que deram á incumbencia. Pois se "a fé e o imperio" vieram a dilatar, como distribuidores de espe-

ciarias não souberam se firmar, para obter a paga dos serviços prestados á communidade européa.

Dahi o facto de se poderem ver objectivos mais profundos nessa condição naval assumida pelas nações ibericas. Contractando genovezes, reformando a industria nautica, estudando os portulanos, fazendo-se ao mar, além dos limites da anterior pescaria, passando á Africa, gradativamente costeando-a, fazendo o seu periplo, chegando á India, á America e afinal á circumnavegação, — esses povos em mais de dois seculos de uma acção coherente e persistente abriram á humanidade novos horizontes e á historia uma nova éra.

O PRIMEIRO SECULO

Em todo esse movimento, a descoberta do Brasil não foi senão um accidente de pouca importancia. Explorado o littoral, melhor o de Sueste que o Léste-Oeste, iniciada por contractantes christãos-novos uma simples exploração de páo-brasil e de curiosidades da fauna da terra, repellidos os entrelopos que logo passaram a frequentar as nossas enseadas, fundadas algumas feitorias, — só em 1532, depois de planos diversos e da viagem de Martim Affonso, é que se começou officialmente a pensar num effectivo aproveitamento da nossa terra. Contribuiu para isto a frequencia com que era ella visitada por embarcações francezas, desde 1504. Para reprimir essas incursões, teve Portugal de organisar frotas de patrulhas que sob o commando de Christovão Jacques e, excepcionalmente, de Pero Lopes, tambem prestaram serviços relevantes na exploração do littoral, em additamento áquella sua primeira finalidade.

Com as capitanias hereditarias, o que se fez não foi mais que uma tentativa. Embora autorisada por exem-

plos anteriores, das ilhas atlanticas colonisadas por portuguezes, a applicação dessa idéa em terras brasileiras não pôde ser coroada por identico successo e isto por diversos motivos. Primeiramente, as largas attribuições administrativas e judiciarias concedidas aos donatarios não correspondiam ás suas posses e, em varios casos, ás suas proprias capacidades pessoaes. Além disto, as difficuldades apresentadas pela colonisação na nova terra foram tantas e tão fortes, que sómente condições excepcionaes poderiam favorecer as iniciativas então havidas. Dahi, portanto, o fracasso quasi geral, a que apenas escaparam Pernambuco e São Vicente, capitanias as mais importantes do Norte e do Sul do paiz.

Vizinhas das donatarias de Duarte Coelho e de Martim Affonso, medraram á sua sombra as de Itamaracá e Santo Amaro, respectivamente. Todo o trecho doado na costa Leste-Oeste não chegou a ser explorado sob o regimen das capitanias, com o naufragio de Ayres da Cunha e o desinteresse dos outros beneficiados pela munificencia real. Tambem na vasta zona intermedia, existente entre os quatro nucleos citados, não viçaram por causa, principalmente, dos selvicolas, logo no inicio das tentativas a Bahia de Todos os Santos e São Thomé, alguns decennios depois Ilhéos, Porto Seguro e Espirito Santo.

Em todas essas fundaram-se povoações, logo florescentes as de Nova Lusitania e de S. Vicente, cêdo decadentes as outras. Olinda e Iguarassú, São Vicente, Santos, Santo André da Borda do Campo e São Paulo do Campo de Piratininga são os nucleos de povoação que para o periodo se notam, successores das mais transitorias feitorias, francezas antes de portuguezas, de Itamaracá, Cabo Frio e Rio de Janeiro. Dois desses pontos, Santo André e São Paulo, foram os primeiros a serem estabelecidos fóra da marinha, em que todos os esforços anteriores se limitavam.

Transposta a serra do Cubatão, pela trilha dos tupiniquins, abriu-se aos passos desses penetradores a immensidade do Planalto Central. E nas entradas que desde os primeiros desembarques se fizeram, começou a ser devassado esse interior que tanto mysterio accumulava, desde as minas de ouro sempre desejadas e que só bem depois se revelaram completamente, até as de lendarias esmeraldas, que só nos nossos dias appareceram como diminuta realidade.

Mais importante do que tudo foi, praticamente, o abandono da simples exploração do páo-brasil pela lavoura da canna e pela installação dos primeiros engenhos "moentes e correntes" que iriam transformar completamente a vida economica da colonia, nos seus dois primeiros seculos.

Mas como o problema politico continuava de pé, com a maioria das capitanias abandonadas ou em pleno fracasso, a creação do governo geral, em 1549, apenas quinze annos depois das doações das capitanias hereditarias, veio procurar uma solução para a questão. Embora não se extinguindo o regimen anterior, sua condemnação era formal naquelle momento e com o tempo foram se processando as reversões á Corôa, mais demoradas justamente onde successos logo de inicio se fizeram notar.

Coube á Bahia, centro natural do immenso territorio a povoar, a missão, verdadeiramente trabalhosa, de presidir á pacificação, submissão ou exterminação dos selvicolas que cêdo se altearam contra a obra colonisadora, por todo o littoral então recebedor de povoadores mais fixos que os antigos degredados, aventureiros e traficantes francezes. Para tanto chegou-se a fundações de povoações reaes, como a do Rio de Janeiro, expulsos os francezes occupantes. Os choques causados entre naturaes e adventicios, tanto por impolitica dos *perós* como por trabalho dos *mairs*, foram cruentos e continuos, en-

chendo os periodos de todos os governos geraes que nesse primeiro seculo de nossa vida tivemos. As consequencias dessas lutas foram damnosas para a colonia, como era natural e, como primeira conclusão economica, evidenciou-se a inconveniencia do emprego dos indigenas como auxiliares dos brancos, em seus mistéres agricolas.

Recorreu-se, portanto, para resolver a questão, logo apparecida, da falta de braços para a lavoura da canna de assucar, á escravidão de africanos, cuja vinda para cá os proprios donatarios já estavam autorisados a começar. Assim, ao elemento europeu, que com as mulheres da terra logo se amancebava, tambem cêdo veio se juntar mais esse outro elemento ethnico differente, o negro, desta forma começando, desde o primeiro seculo, a mistura que caracterisaria toda a nossa complexa formação racial.

Outros acontecimentos do primeiro seculo e dos governos geraes e que excepcional importancia viriam ter para a vida da colonia, foram a vinda dos primeiros jesuitas, o estabelecimento do bispado do Brasil, a fundação de collegios e missões de religiosos, a organisação ecclesiastica do paiz, em summa. Suas resultantes marcariam toda a formação moral da nacionalidade que, se o meio ajudava a tornar livre, a pressão dos padres moderava, sendo esta uma das mais fortes influencias que teve de soffrer.

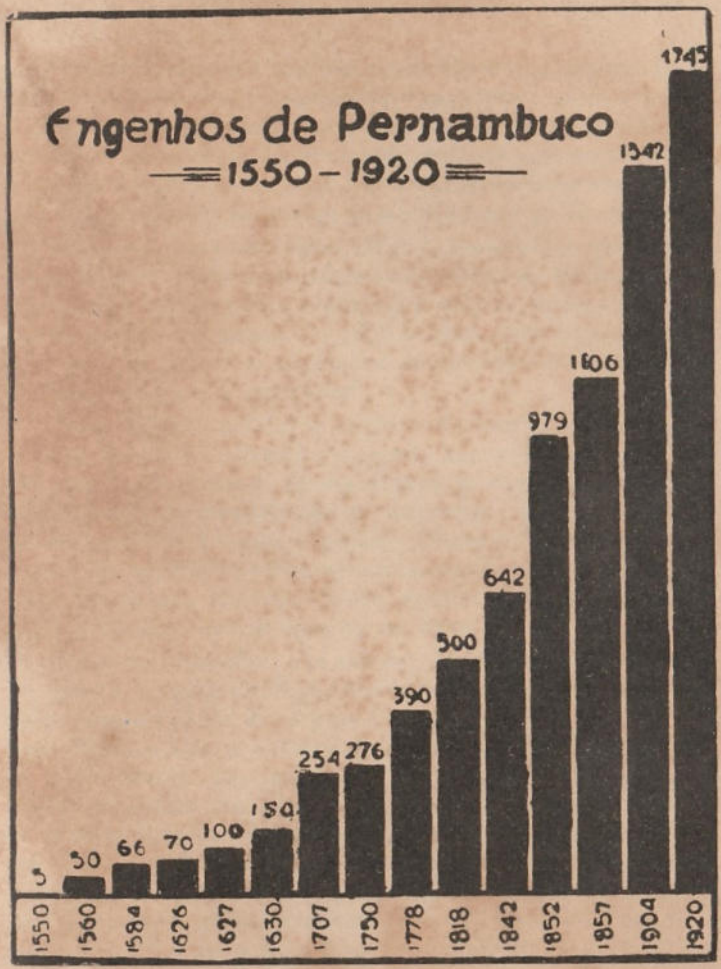
CYCLO DA CANNA DE ASSUCAR

Foram culturas européas as primeiras que os portuguezes introduziram no Brasil. Em tentativas, algumas de successo temporario, outras fracassadas logo de inicio, para cá trouxeram o trigo, a vinha, o marmeleiro e a propria oliveira. Identica transitoriedade coube a alguns productos asiaticos, tambem ensaiados na nova terra.

Melhor proveito foi o que tivemos com o plantio de fumo, algodão, milho e, principalmente, da canna de assucar, que sendo todos de climas tropicaes, aqui logo se introduziram, a ultima cêdo se tornando o principal producto da Colonia, depois que decahiu a accidental exploração do páo-brasil e quando, com a necessaria estabilidade, começou a se povoar o littoral do paiz.

Da ilha da Madeira, onde sob D. Manoel as safras do assucar já haviam chegado á super-producção, foi trazida a São Vicente a preciosa planta, por iniciativa de Martim Affonso de Souza, seu donatario. Fundado em 1533 ou 34 o seu primeiro engenho, sob a invocação de São Jorge, a elle logo se seguiram outros, de propriedade dos flamengos Schetz e dos genovezes Dorias, além dos pertencentes a portuguezes. Não devem ter dado bom resultado e a prova disto está na posição inferior que a essa capitania caberia depois, ao se arrolarem os primeiros dados estatisticos da producção brasileira de assucar. Consta, entretanto, que dahi procedem as cannas plantadas noutras capitanias, hypothese desacompanhada de serios argumentos em seu favor.

Coube a Pernambuco iniciar com maior intensidade essa industria assucareira, que logo se tornou a principal actividade brasileira, quiçá de todo o Reino, logo que alguns decennios depois entrou a enfraquecer a importancia do trafico entre Portugal e a India. Na antiga Nova Lusitania, desde os tempos de Christovão Jacques e de Duarte Coelho, através das crises inevitaveis, até agora, foi o assucar a sua principal actividade, permanente, emquanto noutros pontos do territorio nacional nunca passou de temporaria. Dos banguês mais do que primitivos aos engenhos que marcaram todo um sector, e dos mais importantes, da nossa evolução social, até as usinas centraes de hoje, em que a industrialisação attingiu um elevado gráo, — ha a inscrever-se toda a historia economica



2.º — Graphico demonstrativo do numero de engenhos pernambucanos, entre os annos de 1550 e 1920. — (Publicação do Instituto do Assucar e do Alcool)

de Pernambuco e dos nucleos nordestinos que sempre foram seus satellites. Coexistindo tenazmente esses typos de fabricação de assucar, anda não parece muito proximo o dia em que o ultimo prevalecerá, extinguindo os outros, hoje em decadencia, mas ainda dominantes pelo numero, não por qualquer vantagem pratica da sua producção.

Para que se tenha uma idéa da constancia que tem marcado esse desenvolvimento assucareiro de Pernambuco basta uma vista sobre o graphico annexo, onde, em nada menos de 370 annos, de 1550 a 1920, com notavel coherencia, se denota o augmento do numero dos seus engenhos "moentes e correntes".

Mais transitoria foi a cultura da canna em outros pontos do littoral brasileiro, ainda no primeiro seculo. Emquanto Itamaracá acompanhava o movimento pernambucano, na construcção de engenhos, a Bahia então ainda "preferia plantar algodão", Ilhéos e Porto Seguro, apezar de assoladas pelos aymorés, tambem já possuiam treze engenhos, Espirito Santo apenas um, "tirando-se delle o melhor assucar que ha no Brasil".

Essas informações, que são da "Historia da Provincia de Santa Cruz", de 1576, escripta por Pero de Magalhães Gandavo, dão bem uma idéa do caracter geral que logo assumiu aqui a cultura da canna de assucar. Póde-se accrescentar que por essa epoca ainda persistiam alguns engenhos em São Vicente, outros se estabeleciam no Rio de Janeiro, recentemente conquistado aos francezes. Mas sobre todos esses logares prevalecia Pernambuco, que com os seus mil vizinhos, assistentes em Olinda e Iguarassú, já podia contar com 23 engenhos, "movidos a bois ou a agua, com uma producção de 50 a 70 mil arrobas".

Provas de que na capitania dos Coelhos e dos Albuquerques estava o centro de irradiação da cultura da canna, temos com os estabelecimentos assucareiros posterio-

res que á sombra dos seus se crearam, com as conquistas da Parahyba e do Rio Grande do Norte, emprehendidas no ultimo quartel do primeiro seculo, com auxilio do governo geral da Bahia e até de hespanhóes que por aqui passavam. Com os engenhos da Parahyba succedeu mesmo que tornaram necessarias providencias da metropole, visando cohibir o escoamento da sua producção por Pernambuco, e não directamente, o que redundava em prejuizo da cobrança dos dizimos devidos á Real Fazenda, tratando-se de uma capitania da Corôa e não de senhorio particular.

Para o successo dos negocios de assucar, em Pernambuco, como depois na Bahia, no Rio de Janeiro e no Maranhão, muito contribuiram as suas condições naturaes, de possuir rios navegaveis, dando em seguros ancoradouros, bôas terras, com matas proximas, tudo isto facilitando o plantio, o combustivel para os engenhos e o transporte sobre a agua, não raro tambem fornecedora de força motriz.

Alliava-se a isto o estabelecimento, aqui, de operosos christãos-novos, cuja abundancia as posteriores visitações do Santo Officio fartamente revelariam. Valeram-se elles das isenções com que os beneficiou, e á industria nova, a Corôa, cêdo pondo-se em contacto com mercadores lisboetas e intermediarios judeus de toda a Europa. Eram esses de origem portugueza, muitas vezes, e de Amsterdam para cá logo começaram a mandar as urcas flamengas que tanto contribuiram para encher portos como o de Recife. Ahi, trinta e mais embarcações sempre eram vistas, já em fins do seculo XVI, como dizem os preciosos "Dialogos das Grandezas do Brasil". E accrescenta a mesma fonte que mais de cento e vinte eram os navios que annualmente a esse trafico se entregavam, juntamente com os de páo-brasil e de algodão.

Esse movimento maritimo, ainda em fins do seculo XVI já era consideravel, como attestam outros dados, tambem da mesma origem, e que só ao volume e rendas do assucar exportado se referem, a estas collocando acima das que produziam no Reino as drogas da India, isto baseando-se só nas sahidas das tres capitanias nordestinas, de Pernambuco, Itamaracá e Parahyba. Montariam essas quantidades, por essa época, a nada menos de 500.000 arrobas de assucar. E já em 1590 Pernambuco contava 66 engenhos, a Bahia 36, augmentado só o numero dos pernambucanos para 121, ao começo da invasão hollandeza em seu territorio, quarenta annos mais tarde. Ainda na zona pelos flamengos conquistada juntavam-se mais 23 engenhos de Itamaracá, 20 da Parahyba, e 2 do Rio Grande, Barlœus no tempo de Nassau podendo calcular a sua producção total em 1.000.000 de arrobas.

Não resta duvida que uma das causas da conquista hollandeza de Pernambuco tenha sido a sua riqueza assucareira. Não se esforçariam tanto por manter e alargar a faixa invadida, se apenas a quizessem para servir de ponto de apoio ás suas frotas de apresamento de galeões hespanhóes. O cuidado que lhes mereceu a actividade dos engenhos, a regularidade com que até 40.000 caixas de assucar conseguiram annualmente remetter para distribuição na Europa, o empenho que puzeram no estabelecimento de plantações de canna nas Antilhas, sob methodos brasileiros, depois que daqui foram expulsos, — tudo isto demonstra o alto interesse que aos flamengos despertava a producção e o commercio do nosso principal artigo de exportação. E a verdade é que só nos atacaram depois que cessaram as suas bôas relações com Portugal, pela união das duas Corôas ibericas, Philippe II tendo logo providenciado para a perseguição dos seus navios que vinham aos nossos portos, as urcas a que se refere Frei Vicente do Salvador.

Um ponto que tambem não pode ser perdido de vista, ao se tratar da influencia do assucar na invasão hollandeza, é a alliança que cêdo aqui obtiveram dos christãos-novos, no typo do grande negociante Gaspar Dias Ferreira, que não tardaram a pactuar com os intrusos, logo se adaptando aos negocios com uma freguezia que aliás não lhes era nova. Essa influencia, que permittiu o octennio de Nassáu, só perturbado pelas expedições maritimas hespanholas e portuguezas e pelas guerrilhas do Conde de Bagnoli, tem uma grande importancia, sobretudo por mostrar claramente uma das brechas por que se poderia ter perdido a uniformidade nacional, então ainda em pleno periodo de elaboração.

Ainda antes da guerra um novo productor de assucar se inscrevera na lista dos que vinham do nosso primeiro seculo. Foi o Maranhão, onde facilidades da terra e do inicio foram depois transformadas em difficuldades, quando começou a influir a Companhia de Commercio, com o seu privilegio de importar e fornecer a preços arbitrarios a necessaria mão de obra, representada pelo escravo africano. Passando-se á exploração do cravo, da canella e da castanha, voltando Pernambuco a produzir assucar só para Portugal e com a alta do preço dos escravos, decahiram os engenhos maranhenses.

Mais lentamente aconteceria o mesmo no Rio de Janeiro. Da fundação ao seculo XVIII funccionaram muitos engenhos, cujo producto até para resgates a piratas francezes veio a servir. Até hoje, tres bairros da cidade recordam essas actividades assucareiras. E no vizinho territorio fluminense, cêdo os curraes de gado se approximaram dos engenhos, das tentativas de Pero de Góes ás dos Viscondes de Asséca, nos Campos dos Goytacazes.

Para que se comprehenda a evolução desse producto, é preciso ter uma idéa do seu aspecto economico,

tanto na parte da producção propriamente, como na do consumo europeu e na das rendas produzidas em beneficio da metropole. Essencialmente solidaria, necessitando actividades de profissionaes especialistas, de emprehendedores, financiadores, intermediarios, transportadores, distribuidores, etc., — o assucar requeria homens, capitaes e verdadeira capacidade commercial para que pudesse produzir lucros correspondentes aos esforços que demandava. Embora a cultura pudesse ser beneficiada pelo systema das parcerias, embora os processos mechanicos tivessem passado, ainda no periodo colonial, por varios aperfeiçoamentos technicos, apezar disto tudo, o factor homem sempre se manteve primacial na exploração da canna. Dahi a sua constante ligação com o problema da escravatura. Dahi, em parte, a decadencia que lhe sobreveio, no Nordeste como no Sul, ao se decretar a Abolição.

Tendo sido o intermediario extrangeiro o proprio traficante de escravos, decorreu disto a dependencia em que ficaram muitos proprietarios de engenho, facilmente endividados e prejudicados simultaneamente com a alta do valor dos escravos e com a diminuição dos transportes maritimos transatlanticos, como informa Antonil. Occorreu uma grande differença nos preços internos e externos do assucar, essa crise mais tendo se aggravado no começo do terceiro seculo, pelo predominio que logo assumiram as minas do centro do paiz.

Mas não foi com facilidade que a producção brasileira do assucar se impôz na Europa, antes de soffrer outras concorrencias americanas, das Antilhas principalmente. Artigo de luxo, a principio, seu consumo alargou-se por todo o continente, a ponto de provocar altas apreciaveis nos fins do XVI e começos do XVII seculos. Resultou dahi o fausto pernambucano e bahiano, a que se referem os chronistas da época, como Bento Teixeira

Pinto, Gabriel Soares de Souza, o padre Fernão Cardim, Frei Manoel Callado e outros.

Quanto ás rendas produzidas pelo assucar para o Real Erario, são numerosos os dados que attestam a sua alta contribuição. Consta até que já em 1526 se arrecadavam dizimos de assucar brasileiro. Nos tempos dos "Dialogos", que não seriam setenta annos depois, a somma que delle ia para a Fazenda passaria de trezentos mil cruzados, já em Lisbôa. Em 1607, segundo o "Livro de toda a Fazenda", só os seus dizimos, livres dos direitos do páo-brasil, montavam a 42:000$ brutos e 23:648$133 liquidos. E quando escrevia Antonil, o mais completo dos nossos informantes, já um seculo depois, para uma producção brasileira de 37.000 caixas de 35 arrobas cada uma, no consideravel valor total de 2.535:142$800, pesadissima era a contribuição devida á Corôa, como ennumera minuciosamente o jesuita. Distribuia-se então essa producção, de 1711, ou de alguns annos antes, por 146 engenhos bahianos que produziam 14.500 caixas; 246 pernambucanos com 12.300 caixas e por 136 fluminenses que davam 10.220 caixas de assucar. Desses algarismos, outras conclusões se podem fazer, quanto á nova distribuição e ao rendimento das moagens de canna, nesses pontos principaes do mesmo littoral onde quasi dois seculos antes havia se iniciado essa dominadora actividade agricola do Brasil colonial.

Porém, a consequencia social mais importante do cyclo brasileiro da canna de assucar foi, sem duvida alguma, o apparecimento do "senhor de engenho" e da clan que em torno delle logo se formou, no primeiro como no segundo seculos da nossa historia, menos fortemente no terceiro, reaffirmando a sua força no quarto, em pleno periodo imperial.

Dentro da constante preoccupação pelo valor desse typo quasi feudal de organisador de uma actividade eco-

nomica, muito escreveram chronistas e historiadores coloniaes, como os já citados. Depois que para outros campos, de preferencia para os da politica, correram, sob o Imperio, os morgadinhos dos engenhos nordestinos, os Cotegipe, os Saraiva, os Nabuco, os João Alfredo, successores de numerosos Cavalcantis, Albuquerques, Rego Barros e Souza Leão coloniaes, sómente agora é que se pode voltar a considerar a sua extraordinaria influencia na nossa historia, uns pela aguda visão de Oliveira Vianna, outros pelo complexo senso critico de Gilberto Freyre.

Nessas considerações em torno de influencias sociaes e politicas, na formação de um ambiente definido que apparece e enriquece no XVI, reage contra a invasão no XVII, decáe no XVIII e resurge no XIX, como nas incursões que vão fazer os seus elementos em acontecimentos de outra natureza, mais estrictamente localistas ou facciosos: questão dos mascates, revolução de 1817, Confederação do Equador, luta dos "praieiros", — em tudo isto agiu como uma predeterminante indispensavel a maior ou menor importancia da producção do assucar e a attenção que lhe dispensavam a metropole, a Côrte ou seus agentes. Não é, portanto, apenas o vulto social do "Senhor de engenho", em suas descontroladas relações da "casa grande com a senzala", que importa conhecer perfeitamente, para que se obtenham solidos pontos de apoio necessarios á explicação de numerosas partes da historia nordestina. Sem duvida, para a avaliação do numero dos cruzamentos ahi procedidos, muito existe a ser examinado, nesse sector tão rico dos caldeamentos. Mas o influxo directo de seus homens naquelles acontecimentos politicos e sociaes é que importa saber melhor, para que se possa avaliar o exacto valor da sua participação na nossa formação nacional.

Partindo da posse da terra, num rapido schema dessa influencia senhorial, chegamos logo á constituição da lavoura dos cannaviaes, pelo systema das parcerias ou pelo plantio directamente realizado pelos emprehendedores. Temos no caso, primeiramente, as sesmarias, em seguida a contribuição solidaria dos vizinhos pobres, os "mutirões" e os "adjutorios" da verdadeira colonisação. Uns e outros se baseando, entretanto, na instituição servil. Depois, para a fundação do engenho, complicam-se os factores. E' o abastecimento de madeiras para o fogo e para as emballagens. E' a navegação para o transporte, no interior das bahias, fluvial e maritimo. São as ligações com os traficantes, os intermediarios e, não raramente, com financiadores internacionaes. Estabelecido o centro de producção e de população, com a chefia natural e o consecutivo agrupamento de elementos humanos, vêm as consequencias da mistura racial, da omnipotencia senhorial, da opulencia ou, pelo menos, da abastança, que é uma caracteristica geral do regimen. Passam os filhos naturaes a se constituirem numa classe media, antes inexistente, de sitiantes e de pequenos negociantes e funccionarios, emquanto os morgadinhos vão estudar em Coimbra, depois em Olinda ou São Paulo. Das tricas politicas dos municipios ou da capitania, passa-se aos écos de acontecimentos europeus, com a idéa da liberdade, a independencia, a comprehensão estreita do constitucionalismo e do parlamentarismo aqui instaurados. Com as assembléas provinciaes e a geral, com o jogo politico dos partidos imperiaes, vae se procedendo a uma progressiva expansão dos já transformados elementos partidos dos engenhos.

Ha em tudo isto uma completa dilatação social que se ultima e que se extinguirá, se não tiver a defesa da tradição. Ha, em summa, a caracterisação de todo um largo trecho do territorio nacional, que então socialmen-

te se realisa e que extravasa dos seus limites, trazendo ao conjuncto o peso da sua participação, a um só tempo economica e moral, ainda tão mal conhecida nesse seu ultimo aspecto como tão cheio de valia tinha sido antes, ao se formar, evoluir e augmentar, através de uma intensa actividade agricola e industrial. Tal é, em suas linhas geraes, o que para a formação brasileira significou o seu cyclo do assucar, que como primeira actividade agricola e industrial logo se alçou a dominante nos dois primeiros seculos da vida nacional, caracterisando, sob o Imperio, toda uma grande região do paiz, o Nordeste littoreano, tambem servindo, no Sul, para o aproveitamento de bom trecho da Baixada Fluminense, a planicie dos Campos dos Goytacazes.

II

A CONQUISTA DO NORTE

Por todo o primeiro seculo a parte norte do Brasil actual, a que acompanha a costa logo chamada de Leste-Oéste, do Rio Grande do Norte ao Pará e que dahi segue em penetração fluvial pela Amazonia, permaneceu abandonada dos colonizadores portuguezes. Hespanhóes, como Leppe e Pinzon, foram os primeiros navegadores que ladearam os seus recifes e desceram o Rio-mar, como Orellana. Incertas ainda continuam a ser as explorações maritimas de lusitanos, como a de João ou Gonçalo Coelho, ahi por 1502. Fracassado foi o seu povoamento, pelos donatarios das capitanias hereditarias distribuidas por D. João III. Terra abandonada, portanto, até o dominio hespanhol pelo menos, quando se começou a tratar mais a sério de uma expansão por essa larga faixa littoranea, onde os ventos desviam de suas rótas as náus que ahi se aventurassem. Apenas francezes conseguiram se misturar com a indiada brava, potyguaras e tupynambás, entre outros.

Dura conquista foi esta, em que além do mar contrario, as difficuldades terrestres não foram menores. Luctas com os selvagens, com francezes, hollandezes e inglezes, dissidios de papelada diplomatica e demarcadora com os proprios hespanhóes, mais tarde assignalaram essa difficultosa marcha, pelo vasto contorno atlantico-amazonico.

Varios foram os processos empregados para esse

prolongamento nitidamente portuguez e brasileiro, uma vez que os nascidos em Pernambuco e na Bahia tambem nelle logo se inscreveram. Desde as simples entradas emprehendidas por particulares até ás expedições officiaes, desde a aventura de alguns isolados missionarios, como os jesuitas Francisco Pinto e Luiz Figueira, no Ceará, até planos mais vastos de grandes aldeamentos religiosos, da autoria do padre Antonio Vieira. Por sub-divisão em pequenas capitanias de um novo "Estado", o do Maranhão, creado em 1621. Requerendo energias guerreiras de valorosos Morenos do Reino, como de noveis Albuquerques de Olinda, cuidados do governo geral de São Salvador, como do Conselho Ultramarino de Lisbôa, do Marquez de Pombal e, simultaneamente, de varias diplomacias européas, — essa conquista do Norte honra sobremaneira aos que nella perseveraram em luctas que foram de 1580 a 1615, em negociações que vieram desde o seculo XVIII até as finaes soluções fronteiriças, obtidas sómente pelo Barão do Rio Branco.

Esse Brasil ininterrupto que conseguimos, mais largo do que comprido, essa continuidade a um só tempo territorial e social, do Nordeste com o Norte, essa immensidade amazonica que é uma das maiores reservas florestaes e agricolas do mundo, — tudo isto não foi, portanto, uma simples consequencia de navegações e posses faceis, com desembarques nos areiaes atlanticos e subidas serenas de longos rios bem penetraveis. Foi, antes, o resultado de muita tenacidade de pilotos e de canoeiros, de soldados e de padres, de politicos que na verdade sabiam enxergar muito longe e de diplomatas que, fóra das conversações das côrtes européas, tambem tinham de fazer demarcações em plena selva americana. Em guerras com indigenas e com europeus invasores, nas pacificações lentamente conseguidas pelas missões, nas fixações que mais do que pelos fortins realisavam os

engenhos de canna, nas communicações directas com o Reino, persistentes até a Independencia, nessa movimentação economica ainda inconcluida, que da acclimação de productos asiaticos veio até ás industrias principalmente extractivas de agora, nessa evolução de um territorio onde tanto chove de menos como de mais, em que tanto ha abundancia de vegetação, como sua carencia, nessa immensa obra, emfim, realisada sobre uma immensa terra, — ha muito esforço humano a ser devidamente exaltado. Notamol-o por estricta justiça, em obediencia a reclamos que só um Capistrano até aqui deixára entrevistos. Referimo-nos á continua exaltação que se dá, e merecidamente, á conquista do Sul, em sua maior parte devida aos bandeirantes, esquecendo-se, e injustamente, da alta contribuição que para a dilatação geographica da Patria realisaram, por todo o Norte, os portuguezes e seus filhos, já nascidos em Pernambuco e na Bahia, mais tarde acaboclados todos, numa continuidade ethnica que persiste alli, sem que tenha havido identico facto no Sul.

Examinado assim o quadro geral dessa conquista do Norte em que, mediante a difficil eliminação dos obstaculos encontrados, foi feita a gradativa expansão maritima do Rio Grande do Norte até o Oyapóc, fluvial pelo Solimões até á barra do Aguarico, em 1639, pelo Madeira e pelo Negro, mais tarde, — passemos a examinal-a paulatinamente. Assim, aliás, foi ella realisada, seguindo-se passo a passo um littoral tormentoso, até que no Pará outro caminho se abrisse, pelos rios onde as canôas levaram os penetradores ao mais intimo do continente sul-americano. Deixando para posterior povoamento as caatingas, das successivas capitanias littoraneas passou-se ao estabelecimento de postos avançados nas margens dos rios amazonicos, em fortins respeitaveis ao seguinte *uti possidetis*. Matto Grosso foi assim attingido pelas aguas do Guaporé, unindo-se esta

penetração do Norte com a do Sul, que em São Paulo tivera o seu ponto de partida, desta forma se completando o contorno interno do Brasil.

* * *

De Itamaracá para a Parahyba a expansão territorial dos senhores de engenho só se fez á custa de lucta com os indigenas, mais relacionados com francezes do que com portuguezes. As dissenções eram assim bem faceis e o systema logo posto em pratica pelos colonos, de lhes tomarem as mulheres, ainda mais havia de facilital-as. Assaltos a engenhos de Goyanna não se fizeram esperar, bem como providencias repressivas do governo geral. Fracassadas as que se ordenaram por intermedio da justiça, com a remessa de um Ouvidor, coube a um particular a tentativa de pacificação forçada. Os ventos traiçoeiros levaram esse Fructuoso Barbosa uma vez ás Antilhas, em 1580 e, em outra occasião, teve elle de tomar á força alguns navios francezes, por alli muito habituaes.

Só em 1583 a nossa nova suzerana, a Hespanha, pôde nos prestar um primeiro serviço, a esquadra de Diogo Flores de Valdez conquistando a Parahyba, logo erigida em capitania da Corôa, com a cidade Philippéa por nucleo, em honra do seu soturno rei. Parecia assente a fundação quando, entre divergencias de hespanhóes e portuguezes, deram-se novos ataques dos potyguaras, sempre alliados de francezes e, desta vez, até com o apoio dos tabajaras, antes nossos amigos. Depois de forte resistencia, foi abandonada a praça, invalidando-se todos os esforços. Um outro Ouvidor, mais habil, já em 87 pareceu accomodar os selvagens, mas transitoriamente. Só quando se resolveu ir mais além, annos depois, passando-se á conquista do Rio Grande do Norte, é que se pôde ter por segura a nova capitania da Parahyba, para

isto muito contribuindo a energia do seu capitão-mór Feliciano Coelho de Carvalho.

Entre uma e outra empreza, conquistou-se outro ponto nordestino, que apezar de intermediario entre os já desenvolvidos centros da Bahia e de Pernambuco, muito servia de empecilho para as respectivas communicações terrestres. Igualmente dominado por francezes, alliados dos caetés, Sergipe d'El Rey teve de ser tomado por Christovão de Barros, em 1590, fundando-se São Christovão, de accordo com a regra de que não valem conquistas sem povoamentos consecutivos.

Mas, proseguindo para o Norte, não foi facil a submissão do Rio Grande do Norte. Construido o seu Forte dos Tres Reis Magos, origem da cidade de Natal, foi preciso que com trabalho do mameluco Jeronymo de Albuquerque se obtivesse a sujeição dos indios vizinhos.

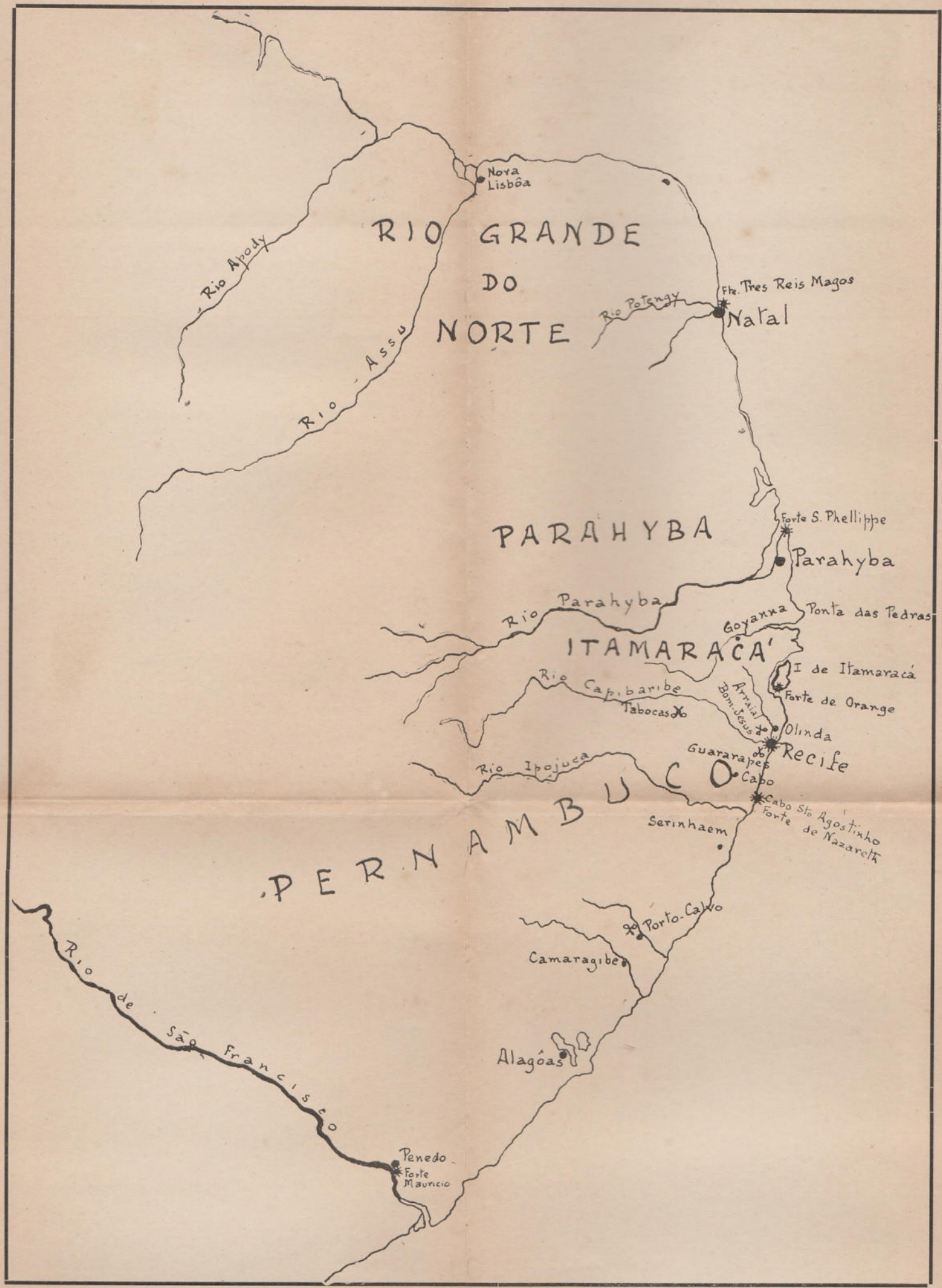
Attingiu-se, desta forma, um ponto basico para o proseguimento do avanço pelo littoral Leste-Oéste, ainda infestado de *mairs*. Ia se creando, com essas luctas, numa só direcção, não só um pessoal a ellas cêdo adaptado, como tambem a idéa do auxilio indigena, considerado como indispensavel a essas emprezas. Mais do que isto era, sem duvida, a convicção que logo ia se tornando geral, de que o proseguimento para o Maranhão e para a Amazonia constituia uma obrigação indeclinavel, um objectivo a que quaesquer obices não deveriam se contrapôr, naturaes ou politicos. A' unificada Corôa iberica pertencia, sem contradicta, todo esse immenso territorio, em cujo littoral não faltavam desembarques de entrelopos, hollandezes e inglezes, além dos já referidos francezes. Áquella funcção real ficou-se devendo mais essa facilidade occorrida para a nossa unidade nacional, que desse dominio hespanhol muito se aproveitou, ahi no Norte como tambem no Sul, como veremos depois.

Pelas praias cearenses, sem estabelecimentos mais firmes, passaram pioneiros violentos como Pero Coelho, em 1603, e pacificos como os jesuitas Luiz Figueira e Francisco Pinto, este sacrificado pelos potyguaras. Um rapaz, hoje legendario, Martim Soares Moreno, havia de facilitar ahi a avançada dos seus patricios, permittindo a sua chegada ao ponto de mais difficil conquista do Norte, o Maranhão, onde solidamente se enraizaram os francezes.

De 1613 a 15, por ordem do governador Gaspar de Souza, os soldados das conquistas da Parahyba e do Rio Grande costearam esse trecho de difficil navegação, em que as arribadas forçadas ás Antilhas, como succedeu uma vez a Martim, eram frequentes. Approximaram-se, pelejaram e venceram, a grandeza dos seus esforços correspondendo ao alcance dos objectivos sómente muito depois devidamente apreciados.

Alliados aos tupynambás, os francezes do Senhor de La Ravardiére, estavam bem collocados na ilha de São Luiz, cuja cidade fundaram. Mas não poderam resistir ás investidas dos nossos, entre os quaes não faltavam os verdadeiros capitães de conquista, Diogo de Campos Moreno, Jeronymo Fragoso, Francisco de Frias, Manoel de Souza de Sá, Jeronymo de Albuquerque e seu filho Antonio, além de outros. Depois do combate de Guaxenduba, e das treguas que a habilidade franceza conseguiu, não tardou que do continente se passasse á ilha, desalojando-se completamente os intrusos.

Estava obtido mais um valioso ponto de apoio no littoral do Norte e, com a seguinte conquista do Pará, fundando-se Belém e vencendo-se hollandezes e inglezes pelo estuario já estabelecidos, attingiu-se a entrada de todo um mundo fluvial, cujas distantes raias só muito mais tarde se chegaria a demarcar convenientemente. Entretanto, a politica dos marcos de posse não se faria



3.º — MAPPA DA GUERRA HOLLANDEZA NO NORDESTE

esperar, com a entrada de Pedro Teixeira até o Equador, em 1639. Depois, o forte das Marabitanas no rio Negro, o de São Joaquim no Branco, o de Tabatinga no Solimões e o do Principe da Beira no Guaporé, já em pleno Matto Grosso, asseguraram direitos que nos levaram á extraordinaria grandeza territorial que é o nosso responsabilisador patrimonio.

Além disto, a subdivisão do novo "Estado do Maranhão", creado em 1621, em diversas pequenas capitanias, era outro modo de se proceder á colonisação da sua costa, permittindo-lhe a defesa necessaria. Tapuitapera, Cametá, Caeté ou Gurupy, Marajó e Cabo do Norte, se tiveram existencia e desenvolvimento precarios, deveu-se isto a difficuldades do meio, dos homens ou da época, não da intenção real, que era a de simultaneamente premiar serviços e forçar o povoamento.

Nessa progressão, que começou em luctas com selvagens, passou a difficuldades littoraneas e a uma verdadeira guerra de expulsão e, depois, ás entradas silenciosas pelos rios onde as febres, as cachoeiras, as flechas, os insectos, as féras, a selva — não eram todos os empecilhos, muito ha a ser notado, como demonstração de uma vontade invencivel. O apoio official dos governadores geraes, a continuidade numa acção em que não faltavam desanimos, a segurança dos objectivos, a persistencia no systema que consistia em construir fortes e engenhos, fundar cidades para justificar as creações de capitanias, as posses e os marcos que tanta base dariam para as pendencias futuras, — tudo isto se reveste de um valor na verdade altissimo, para quem se preoccupe com o alcance, mesmo longinquo, das phases mais constructivas da evolução de um povo.

Porém, como ultima provação a ser soffrida pelo Norte, não tardou que, em trinta annos de luctas quasi continuas (1624-54), outros esforços em beneficio da

unidade nacional tivessem de lhe ser requeridos, como para uma dolorosa consolidação. Forneceu-os a invasão hollandeza na Bahia e em Pernambuco.

OS HOLLANDEZES NO BRASIL

Se para a dilatação geographica do paiz foi muito conveniente o dominio hespanhol, por outro lado, interrompendo antigas relações commerciaes mantidas entre Portugal e Hollanda, e trazendo-nos a inimizade desse paiz, foi pernicioso esse periodo. A tentativa que durou trinta annos, de um estabelecimento flamengo no Nordeste, custou-nos esforços amplissimos, que muito prejudicaram os desenvolvimentos economicos e sociaes em que iamos, para o futuro essas perdas se compensando pelas affirmações de energia já positivamente nacional a que a lucta nos obrigou.

A suspensão dos negocios portuguezes com as Flandres, de Lisbôa para lá, ou directamente daqui para os seus portos, por intermedio das urcas que frequentavam o nosso littoral foi, portanto, o primeiro motivo dessa reacção hollandeza. Confiscos ordenados por Phelippe II, sobre navios dessa nacionalidade, em 1585, 90, 95 e 99, segundo Capistrano, muito haveriam de aguçar a idéa da posterior organisação de uma flibusteira Companhia das Indias Occidentaes, a exemplo da outra Oriental, já existente desde 1602. Ao lado do assucar do Brasil, cujo commercio foi o primeiro que mais organisadamente da America cruzou o Atlantico, os ricos carregamentos da prata do Mexico e do Perú, bem como o trafico de negros africanos para o novo continente, — tambem haveriam de influenciar essa acção maritima dos hollandezes. Nisto foram elles successores de francezes e antecessores de inglezes, em ordem de importan-

cia, depois dos ibericos, aos quaes, grandes navegadores que foram, ainda competia no XVIII seculo a primazia difficultosamente conquistada nos dois anteriores.

Esse corso, que não raro descia á pirataria, teve de se exercer por todos os oceanos, multiplicando-se os ataques em plenos mares americanos, africanos e asiaticos, e em desembarques e conquistas de que ainda são vestigios Java e Surinam. No Brasil occorreu, porém, a maior tentativa e o maior fracasso desses bons commerciantes e máus colonisadores.

Organisada a Companhia das Indias Occidentaes em 1621, só tres annos depois pôde ser levado a effeito o seu primeiro ataque a terras brasileiras, audaciosamente tendo se escolhido a sua propria capital para soffrel-o. Avisada, mas não preparada, a Bahia não resistiu no primeiro momento, fazendo-o depois que expulsos da cidade tiveram os seus habitantes de se refugiar e de se fortificar no Reconcavo. Valeram-lhes, então, os muitos erros dos invasores e a ajuda mais do que preciosa que logo solidariamente lhes prestou o governador de Pernambuco, Mathias de Albuquerque, depois a maior figura de todo esse periodo da vida nacional. Igualmente da Côrte não faltaram recursos de defesa, em Madrid e em Lisbôa, organisando-se a imponente "Jornada dos Vassalos", verdadeira corrida da nobreza peninsular em auxilio da colonia offendida. Seu successo não se fez esperar, por esta vez nos livrando logo dos hollandezes.

Muito mais tormentosa seria a segunda invasão flamenga, occorrida cinco annos mais tarde, em 1630, em Pernambuco. Por vinte e quatro annos se prolongariam as luctas terrestres e maritimas, de ataques a fortificações e a povoações, com e sem o apoio decisivo das metropoles européas. Em guerrilhas e em campanhas organisadas, entre incriveis resistencias e desanimos ine-

vitaveis, transcorreu essa intransigente defesa do territorio nordestino, que apenas um curto seculo de povoamento tornara portuguez.

Em quatro periodos distinctos podemos dividir essa historia da tentativa de fixação de hollandezes no Brasil. O da resistencia do arraial de Bom Jesus, até a retirada de Mathias de Albuquerque (1630-35); o das guerrilhas do Conde de Bagnoli e das expedições hespanholas; o octennio do governo do Principe João Mauricio, conde de Nassau-Siegen; a Insurreição pernambucana, com o apoio de Portugal, restaurada a sua independencia. Interpenetram-se o segundo e o terceiro periodos (1635-44), mas é licito que de dois pontos de vista, o dos defensores e o dos invasores, seja examinada essa phase do dominio hollandez em Pernambuco. Este, no dizer sempre definitivo de Capistrano, se chegou a ser "um facto, não chegou, nunca chegaria a ser um facto consummado".

No primeiro periodo, avisado Mathias do proximo ataque, procurou preparar-se para a resistencia. A desigualdade de forças fez com que os seus bravos abandonassem, não sem luta, Olinda e Recife. Estabelecendo-se no arraial do Bom Jesus, suas guerrilhas não deram socego ao invasor. Falhou praticamente o primeiro auxilio maritimo, em 1631, como falhariam outros, mandados pela metropole. Pequenos reforços desembarcados no Cabo de Santo Agostinho ajudaram a manutenção da posição ardilosamente occupada pelo valoroso cabo de guerra . A traição de Calabar, permittindo o avanço hollandez pelo littoral, até Parahyba e Rio Grande, e já um pouco tambem pelo interior, tornou insustentavel a continuação dos seus golpes de surpreza. Depois de cinco annos de permanentes luctas e sacrificios, foi feita a retirada para o sul, não sem mais uma

significativa victoria em Porto Calvo, onde se justiçou o traidor.

Segunda esquadra auxiliadora, vinda nesse anno de 1635, desembarcou mais tropas, que depois do combate da Matta Redonda (1636) voltaram ao systema das guerrilhas, agora num ambito mais largo que o de Mathias e conduzidos os seus soldados pelo napolitano Conde de Bagnoli. Seus "companhistas" agiram com persistencia, apezar da quasi geral accomodação que o governo do Principe Mauricio de Nassau (1637-44) conseguiu realisar nesse Brasil hollandez, que logo se extendeu do rio de São Francisco ao Rio Grande do Norte e, em 1641-43, até o Maranhão, embora nunca se distanciando muito da marinha . Um sério ataque á Bahia, em 1638, foi devidamente rechassado, impedindo-se mais avanços. E outro reforço maritimo, dois annos depois, o do Conde da Torre, como os anteriores se inutilisou, com o oceano sempre dominado pelos flamengos.

Com a restauração da monarchia portugueza, convencionou-se uma absurda tregua com os invasores. Á sombra dessa paz, o governador hollandez muito pôde fazer em beneficio da terra que antes só trabalhos e assucar déra aos seus conquistadores. Pela tolerancia, os seus donos legitimos voltaram aos portos, traficando com os mercadores flamengos, collocando-se sob as suas leis, mediante a conserva dos proprios costumes e, principalmente, da religião, que acima de tudo prezavam. Explorações verdadeiramente scientificas, pinturas das nossas primeiras paysagens, construcções de palacios e pontes, a ilha de Martim Vaz se transformando num sumptuoso mostruario tropical, uma sociedade que pela juncção de elementos os mais diversos era profundamente interessante, — tudo isto foi a obra do Principe amavel que se não esquecia, aproveitando o explendor desa-

costumado do seu Palacio de Friburgo, de tambem se favorecer com alguns rendosos contrabandos...

Apezar das apparencias de calmaria, a situação, mais do que dubia, não poderia se prolongar. Encampada pelo governador geral, a Insurreição não tardou a se seguir á volta de Nassau para a Europa. Alliados os portuguezes novos na terra como o general Barreto de Menezes, mandado pelo Rei, aos antigos aqui, como o ilhéo Fernandes Vieira; os brasileiros de Vidal de Negreiros aos indigenas de Camarão e aos negros de Henrique Dias, — nenhuma resistencia seria mais possivel da parte dos máus soldados hollandezes, que só espirito mercantil ou mercenario podiam representar, na sua sempre precaria conquista. Apertado o cerco, victoriosos os insurgentes em Tabocas, vencidas as duas batalhas dos Guararapes (1648 e 49), creada, como lição recebida, uma Companhia de commercio, em 1653, no anno seguinte só restava a capitulação, que se assignou em Taborda.

E' inevitavel que nessa victoria se deva ver mais a consequencia de uma solida, comquanto incipiente, comprehensão do espirito nacional, que a simples repulsa de invasores que, em ultima analyse, aqui não tinham vindo buscar a guerra e sim a continuação do seu commercio de assucar, em que já não eram novos. Mais fortes que as suas pretenções souberam ser, entretanto, os ardores defensivos dos legitimos senhores da terra. E as suas qualidades, aliás já demonstradas na difficil conquista do Norte, com essa expulsão dos hollandezes ainda mais se confirmaram. Porém, melhor do que isto, a solidariedade então de novo patenteada entre os filhos da espalhada colonia, muito serviu para provar a existencia de um valioso nexo entre os varios nucleos de povoamento do paiz, circumstancia do mais alto valor para o seu futuro como nação independente e caracterisada.

III

CYCLO DA CAÇA AO INDIO

DESDE a carta de Pero Vaz Caminha apparece a preoccupação pela conversão dos indigenas brasileiros á fé catholica. Isto não tendo sido objecto de cuidados durante as primeiras expedições de exploração e patrulha do littoral, volta a apparecer, entretanto, nas razões reaes que motivaram a creação das capitanias hereditarias.

A falta de braços para as lavouras de canna com que se defrontaram os donatarios, foi, provavelmente, a causa da idéa do aproveitamento do trabalho indigena, por meio da escravisação. Alguns selvagens, remettidos antes para a Europa, por portuguezes, hespanhóes e francezes, foram mais objecto de curiosidade que de commercio, a sua sujeição parecendo aos conquistadores uma simples consequencia das suas superioridades de civilisação, bastante visivel deante desses "barbaros" americanos. Os donatarios podiam mesmo remetter certo numero delles para o Reino, annualmente, para vendel-os isentos de direitos.

Ás primeiras tentativas de estabelecimentos coloniaes portuguezes no Brasil succederam-se reacções inesperadas dos selvicolas, com as lutas que já annotamos, e que, algumas vezes, chegaram a invalidar ou prejudicar os esforços dos donatarios, como aconteceu na Bahia, em Ilhéos e Porto Seguro, no Espirito Santo e em São Thomé. Em antigas feitorias, como Itamaracá e

Cabo Frio, a maior ligação existente entre indigenas e francezes, tambem difficultou a colonisação, tendo de se fundar o Rio de Janeiro e de se conquistar o Norte, da Parahyba ao Maranhão, em guerras contra todos, os *mairs* juntos aos tamoyos, aos potyguaras e aos tupynambás, todos colligados contra os ibericos. Em São Vicente não foram menores os trabalhos proporcionados pela necessaria pacificação dos selvicolas, rebellados deante da escravisação logo posta em pratica pelos povoadores da nova terra. As tentativas dos jesuitas e os ataques ás villas da marinha e do planalto muito demonstram a respeito dessas difficuldades partidas da insubmissão do gentio, que cêdo conseguiu dividir as populações paulistanas, visto as differentes maneiras por que a encaravam os religiosos e os successores dos colonos de Martim Affonso. A paz de Iperoig teve um effeito apenas regional e transitorio, novas perturbações tendo de se seguir, por mais de um seculo, enchendo de divergencias essa capitania, que logo teve assegurada a sua primazia no movimento que se póde chamar cyclo da caça ao indio.

Podemos desde logo dividir, ainda para os dois primeiros seculos da vida brasileira, em seus aspectos differentes, as posições que deante dos selvagens brasileiros assumiram os conquistadores ultramarinos. Primeiramente foram de effectiva pacificação e cooperação os systemas em bôa hora introduzidos por Duarte Coelho em Pernambuco, pelo "Caramurú" na Bahia, por João Ramalho e Martim Affonso em São Vicente. Os casamentos dos portuguezes com as indias foram solidos pontos de apoio para esse methodo, através do qual as allianças politicas não se fizeram esperar.

Muito diverso foi o segundo processo, que os primeiros governadores geraes tiveram de adoptar, deante da rapida decadencia que attingia, devido a luctas com

os indigenas, varias capitanias do littoral. Repressão violenta e até mesmo o exterminio tiveram de ser empregados, para que se mantivesse, com alguma segurança, a posse, sempre precaria, dos feudos aqui creados por D. João III.

Terceiro methodo foi o que logo tentaram applicar os jesuitas, ao crear os seus estabelecimentos destinados á catechese. Suas casas e seus collegios, visando a salvação das almas ainda inficis, a isto se dedicavam por meios os mais racionaes, pela educação das crianças querendo attingir as conversões geraes do numeroso gentio. Alguns decennios depois, porém, esse systema mais fixo teve de ceder ao mais movel das missões, inclusive de outras ordens religiosas e já mais para o interior do paiz, aos jesuitas ficando reservada a difficil incumbencia de arcar com as responsabilidades de uma lucta permanente com os colonos, a esse respeito da escravidão dos indios. Essas divergencias, que no Sul e no Norte enchem principalmente todo o seculo XVII, só tiveram desfecho com a expulsão da Sociedade de Jesus dos dominios portuguezes quando, no seculo seguinte, já muito differenciada estava a questão, pela substituição operada na instituição servil com a constante vinda de africanos para as funcções que aos indigenas não podiam competir.

A quarta forma por que se revestiram as relações entre os colonos e os selvicolas foi justamente a que aquelles crearam, a despeito da opposição dos jesuitas e das reiteradas legislações reaes, notadamente em São Paulo e no Maranhão. A escravisação disfarçada em protecção, a "administração das peças de gentio" apresadas em guerras "justas", os serviços exigidos dos aldeiados, — foram varias modalidades que aqui teve o regimen das *encomiendas*, com que na America hespanhola se havia respondido a uma identica pressão jesuitica em favor da liberdade dos selvagens.

Como quinto processo de tratamento dos nossos selvicolas, por parte dos povoadores do Brasil, convém assignalar a pacificação conseguida depois de guerras, com allianças para que não faltaram habeis negociadores, como os mamelucos Albuquerques, nascidos em Pernambuco, e um pioneiro como Martim Soares Moreno, no Ceará. Os caetés de Sergipe e os potyguaras, que se localisavam de Itamaracá ao Piauhy, além dos tupynambás do Maranhão, todos antigos alliados dos francezes, assim se passaram para a amizade — e a submissão — aos colonos luso-brasileiros, não sem difficuldades guerreiras e habilidades verdadeiramente diplomaticas.

Coube, afinal, ás missões de franciscanos e de carmelitas, de benedictinos e de oratorianos, de capuchinhos e de clerigos seculares, principalmente, a sexta forma por que se apresentaram, no Brasil, as tentativas que fizemos, de preservar da exterminação total os antigos habitantes da terra. Se não tivemos reducções do typo paraguayo senão excepcionalmente no nosso territorio, e por pouco tempo, como succedeu no Guayrá, nos Sete Povos e no Tape, numerosas, mas transitorias, foram as missões de um typo mais moderado de aldeiamentos chefiados por religiosos, que tivemos no serão da Bahia, do rio de São Francisco, do Maranhão e em quasi todo o Grão Pará e Rio Negro. Ainda depois da secularisação tentada por Pombal, foi esse o regimen que sobreviveu, com os salesianos, ainda agindo no mesmo sentido, nas restantes "ilhas indigenas" do centro do paiz.

Toda essa variada attitude dos colonos a respeito dos indigenas foi acompanhada, no periodo colonial, por legislações reaes igualmente diversas. Sob D. Sebastião e os Phelippes, sob D. João IV e seus successores, muitas foram as divergencias theoricas e praticas nesse terreno registradas, ao sabor do interesse escravisador dos colonos e dos intentos contrarios, apenas de cateche-

se e protecção, manifestados pela influencia que nas Côrtes ibericas, e até em Roma, tinham os padres da Companhia de Jesus, por toda a America espalhados em sua missão religiosa.

De um modo geral, assentava-se que os indigenas eram livres. Estabeleciam-se excepções para os aprisionados em guerras "justas". Convencionava-se, ainda mais, que o trabalho dos indios devia ser dirigido por administradores, submettidos a regulamentos de difficil execução. Numerosas foram as interpretações tendenciosamente feitas para submetter ao captiveiro os selvicolas, pelas allegações de resgate, anthropophagia, irreligião, escravidão anterior, etc. Com taes sophismas e pendencias muito se alteraram os povos do Sul e do Norte, notadamente os do Rio de Janeiro e São Paulo, do Maranhão e do Grão Pará.

Mesmo não se entrando em minucias, é conveniente que se assignalem desde logo as caracteristicas e certos aspectos desses conflictos, que na zona meridional do paiz nos rendeu a posse do sul de Matto Grosso, do oeste do Paraná e de Santa Catharina, do noroeste e do centro do Rio Grande do Sul e que, na parte septentrional do nosso territorio, nos beneficiou com a exploração e o incipiente povoamento dos rios do Maranhão, do Pará e do Amazonas. Por intermedio das guerras levadas pelos paulistas apresadores de indios ás reducções hespanholas de Véra, Guayrá, Uruguay e Tape e pelas missões fundadas sob o influxo notavel do padre Antonio Vieira na immensa zona maranhense-amazonica, — conseguiu-se um forte andamento para a questão acima de todas essencial ao paiz que então se formava, a da sua dilatação e fixação territorial, de modo a lhe ser garantida a grande área posterior.

Além da diversidade do scenario geographico, em São Paulo e no Rio de Janeiro muito diverso do que se

lhe apresentava no Maranhão e no Pará, tambem outras differenças, de ordem psychologica, logo se observariam entre os dois grupos interessados na caça ao indio. Porque se no Sul os padres vindos de Portugal só no primeiro seculo tiveram maior influencia, com os Nobrega e os Anchieta, no Norte a sua acção se prolongou um pouco mais, com o solido apoio que ahi lhes deu a metropole, ainda pela influencia de Vieira, patenteada nas amplas autorisações que ás suas actividades foram facultadas. Politicamente tambem não se submettiam os paulistas ao governo da Bahia com a mesma facilidade com que de São Luiz e de Belém se attendiam ás ordens emanadas de Lisbôa. E, além de tudo, a destruição dos postos hespanhóes da Vaccaria, das suas povoações marginaes dos rios Paranápanema, Ivahy, Tibagy, Paraná e Uruguay era, em ultima analyse, um ataque feito por descendentes de portuguezes e por portuguezes mesmo, a castelhanos tacitamente havidos como invasores, embora sob o disfarce de simples reductores dos indigenas e submettidos ao governo de Assumpção.

Assim, emquanto no Norte as divergencias, não raro de papelada administrativa apenas, mantinham-se entre jesuitas e colonos, ambos portuguezes, no Sul a luta, mais violenta sempre, logo passou a se travar entre "cabos de tropa" paulistas, apresadores quasi illegaes dos selvicolas, e jesuitas da provincia paraguaya, além das autoridades tambem hespanhólas que apenas com reiteradas queixas para Madrid e algumas sérias derrotas puderam responder aos inopinados ataques e destruições de suas aldeias e cidades.

Fracassou a ligação que se tentou fazer entre jesuitas de Assumpção e os de S. Paulo e Rio, no sentido de se obter uma acção conjuncta que impossibilitasse o intensivo apresamento de indigenas então feito pelos paulistas. Os emissarios que do Paraguay vieram ao Bra-

sil, daqui se passaram a Portugal e a Hespanha, indo tambem a Roma e Lima, só conseguiram palavras e protestos, muitas leis, uma bulla de Urbano VIII e diversos motins e represalias, da mesma fórma que os esforços de Vieira tambem depois se esbarraram deante das necessidades mais poderosas dos colonos do Norte, invalidando-se todos os trabalhos contra a escravidão dos indigenas.

Restricções aos apresamentos, regulamentações para os aldeiamentos, permissões de captivar só em casos especiaes, mesmo prohibições as mais formaes, autorisações para que os padres armassem os seus "neophytos", ordens aos "potentados em arcos", legados testamentarios de "peças de gentio protegidas", — tudo isto de multiplas modalidades serviu para caracterisar essa escravidão vermelha que a despeito de tudo se mantinha.

No Sul, a caça ao indio sómente se attenuou com a descoberta das minas no centro do paiz, em Minas, Goyaz e Matto Grosso. No Norte, as pendencias passaram, no seculo XVIII, com os capitães-generaes e a Companhia de Commercio do Maranhão, a ser mantidas mais entre elles e os colonos, até que a laicisação dos aldeiamentos, tentada pelo Marquez de Pombal, fosse destruir quasi totalmente essa politica dos adeiamentos de religiosos.

No Nordeste do Brasil, muito differente foi o desenrolar das relações entre indios e brancos. Depois das perturbações do primeiro seculo, dos indigenas do littoral de Sudoeste com os povoadores, a que já nos referimos, e depois de extinctas as allianças com os francezes que tambem mantiveram os incolas da costa Leste-Oeste, foi se activando o forte caldeiamento a que já haviam dado começo os companheiros de Duarte Coelho. Dahi resultou a ampla mestiçagem que ainda se nota em todo o Norte do paiz, da Bahia para cima, e que chega ao in-

discutivel ponto de haver proporcionado o apparecimento de um typo ethnico especial e definido, o do caboclo, em toda essa região, que é a maior do paiz.

Mas não foi sem outras luctas que no seculo XVII se procedeu a essa bem vasta, mas não total, incorporação do indigena á vida normal da colonia. Os do sertão bahiano, os guerens, tambem se levantaram e para vencel-os foi necessario o contracto feito pelo governo geral de "conquistadores" paulistas que lá foram destroçal-os, numa extranha amostra de solidarismo e de mercenariedade. Desse facto resultou a anomalia de ser o Piauhy devassado pelo sul e pelos paulistas, que ahi foram estabelecer os seus primeiros curraes de gado.

Nessa mesma região do nordeste bahiano, muito iriam medrar, em seguida á submissão dos indigenas, os seus aldeiamentos confiados a missionarios de ordens menos amigas das divergencias com os colonos, sempre dispostos á intransigente defesa dos seus interesses economicos. Depois dos jesuitas, tambem os franciscanos, os capuchinhos, os carmelitas calçados e descalços e os clerigos seculares por ahi se estabeleceram, de Sergipe ao rio de São Francisco, nessas primeiras caatingas do Nordeste que têm por centro a historica Canudos.

Em Pernambuco, como na Bahia e, posteriormente, no Rio de Janeiro e no Maranhão, a lavoura da canna de assucar cêdo se libertou do precario auxilio trazido pelo escravo da propria terra, logo melhor substituido pelos africanos. Mais do que essa natural mudança de trabalhadores, da Bahia ao Rio, principalmente muito contribuiram para diminuir o numero de indigenas as epidemias, altamente dizimadoras, e que sempre se verificam, onde se dão esses contactos forçados entre selvagens e civilisados.

Noutros pontos do interior brasileiro, elles persistiram mais, em "ilhas humanas" dos oestes paranáense e

paulista, do leste mineiro e do sueste bahiano, do leste pernambucano, do sul maranhense, sem que se trate das tribus ainda existentes, mais numerosas e só recentemente objectos de estudos mais serios, de Goyaz, Matto Grosso, Pará, Amazonas e Acre.

A CONQUISTA DO SUL

Muito diversa da conquista do Norte foi a do Sul do Brasil. Se naquella o simples seguimento da costa e dos rios possibilitou o contorno extensissimo que ahi em menos de sessenta annos se fez, da Parahyba ao Javary, nesta as direcções geographicas foram duplas, littoranea e fluvial. Convergindo ambas para o rio da Prata, que em 1513 descobriram os potuguezes, com João de Lisbôa, levariamos quasi todo o nosso periodo colonial para costear difficultosamente essas terras, descendo-se tambem pelos rios que, antes de nós, em bôa parte, haviam subido os hespanhóes. E, em razão dessa mesma precedencia colonisadora, perderiamos a sua fronteira natural, de que a Colonia do Sacramento não pôde ser senão uma fracassada balisa.

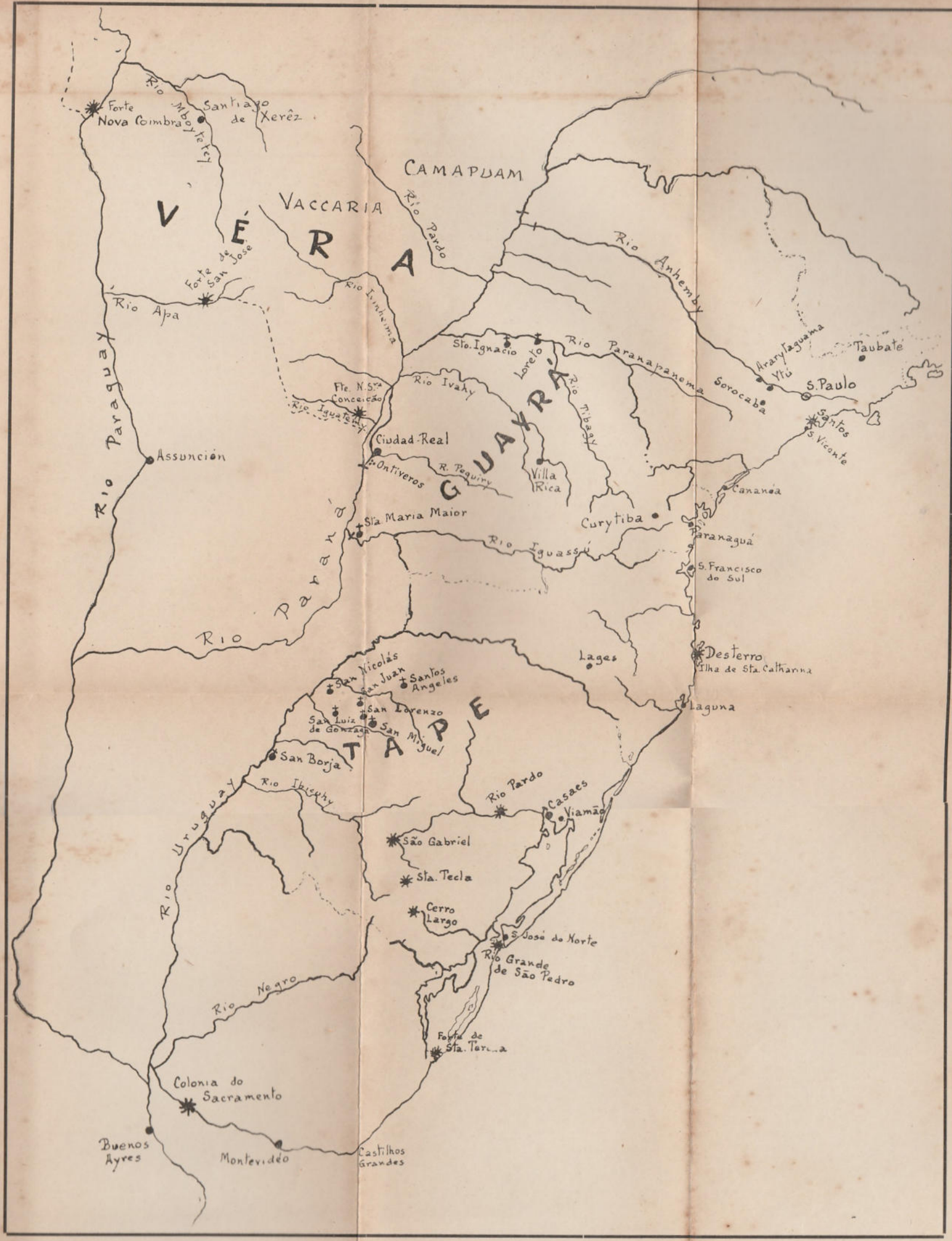
Tambem quanto aos seus objectivos directos divergem essas dilatações territoriaes que no Norte e no Sul fizeram os portuguezes e seus descendentes. Se alli combateram-se indios e invasores europeus, no littoral, passando-se apenas a plantar marcos, na immensidade amazonica, aqui a conquista se fez em busca do ouro de lavagem até Paranaguá e Curityba, á procura de campos de gado e para combater os piratas até a ilha de Santa Catharina, Laguna e Lages, Rio Grande de São Pedro e Colonia do Sacramento, colonisando-se com ilhéos a zona de Casaes e de Viamão, destruindo-se as

reducções jesuiticas dos rios Paranápanema, Paraná e Uruguay, inutilisando-se os avanços pela região hespanhola de Véra (a nossa Vaccaria do sul mattogrossense) e como missão dos quarteis sulinos realisando-se o apossamento da Campanha gaucha, entre Rio Grande de S. Pedro e o Ibicuhy.

A caça ao indio, em pleno dominio hespanhól e depois delle, condicionando a destruição de povoações como Villa Rica del Espiritu Sanctu e Ciudad Real del Guayrá, além dos ataques ás outras missões ahi estabelecidas e aos Sete Povos do Uruguay, foi o grande motivo dessa descida paulista pelo Tieté e pelo Paranápanema, pelo Paraná abaixo, com incursões pelo Tibagy, pelo Ivahy e pelo Iguassú, passando-se ainda ao rio Uruguay e ás vizinhas terras do Tape.

A extincção dos pousos de flibusteiros, na costa abandonada que de Cananéa se seguia até o Prata, foi a principal causa das fundações fortificadas de Santa Catharina e de Colonia do Sacramento, ao mesmo tempo que se delineavam as questões de fronteiras que das côrtes ibericas passariam ao Brasil real, imperial e republicano, em conflictos com as republicas sul-americanas, successoras das colonias hispanicas.

O caminho para Matto Grosso, foi-nos assegurado, por sua vez, com a inflecção dos bandeirantes pelo rio Pardo e pelo chamado sertão de Camapuan, com as destruições de Santiago de Xerêz e do fortim hespanhol de San José, no rio Apa, com as inutilisações dos ataques pelo rio Paraguay e com a fundação do forte portuguez de Nossa Senhora da Conceição, no rio Iguatemy, desta forma se fixando como nosso todo o sul mattogrossense onde o governo de Assumpção quiz estabelecer a provincia de Nueva Viscaya, nessa zona tambem designada como Véra, como no Paraná já estabelecêra a de Guayrá.



4.º — MAPPA DA CONQUISTA DO SUL DO BRASIL

Desta foram transferidos os seus aldeiados escapos dos paulistas para os Sete Povos do noroeste riograndense, passando a região á nossa posse em consequencia de tratados diplomaticos que com grande atrazo se seguiram ás *razzias* dos preadores de indigenas partidos de São Paulo, o grande centro da expansão interna que faz parte da conquista do Sul.

Em todas essas complexas causas e difficeis realisações, pode-se ver, fielmente constante, a projecção de uma só vontade mais forte, a do nosso alargamento territorial. Ao contrario do que succedeu no extremo-norte, os rios ahi nos prejudicaram, em vez de nos beneficiar. Subidas as suas correntes pelos hespanhóes e lançadas, antes de nós, as suas fundações de cidades, villas, fortins e aldeiamentos de selvicolas já catechisados, sómente com muita energia e perseverança é que se pôde invalidar essa primazia, tornando nossa, pela obra dos bandeirantes, dos colonos, dos soldados e dos diplomatas, toda essa região que dos pantanaes do rio Paraguay vae ao rio Paraná, desce depois até o Iguassú, passa dahi aos Sete Povos e do Ibicuhy se extende até á lagôa Mirim e o arroio Chuy. Véra, Guayrá, Uruguay, Tape e a Campanha nessa grande faixa se contêm, como pontos mais serios de toda a nossa politica exterior, como o demonstram as divergencias coloniaes e, mais graves ainda, as guerras do seculo passado.

Mantendo-se sempre uma necessaria vista do conjuncto, deve-se primeiramente separar, nessa conquista do Sul, a que se fez pelo littoral do que se fez pelo interior. Entre a capitania de Sant'Anna e a Colonia do Sacramento, cabem á historia naval e á militar os avanços, as defesas e os ataques. Na grande zona que economicamente podemos chamar dos hervaes, compete á historia do bandeirismo a sua inclusão no mappa brasileiro, tanto por intermedio do cyclo do ouro (sul de Matto

Grosso), como pelo cyclo da caça ao indio (oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul). Já a perda da Colonia do Sacramento e da fronteira que partiria de Castilhos Grandes, bem como as conquistas definitivas dos Sete Povos, do Tape e da Campanha gaucha, devemol-os ás vicissitudes diplomaticas, compensadas pela expansão dos colonos ilhéos que se localisaram pelas visinhanças das lagôas dos Patos e Mirim, extendendo-se em uteis quarteis e fortins pela zona que depois seria, com mais precisão nacional, a fronteira exacta entre descendentes de portuguezes e de hespanhóes.

Socialmente, vemos portanto, em toda a conquista do Sul, a caça ao indio e ao ouro, a perseguição aos jesuitas e ás suas reducções, o nascimento das questões fronteiriças, os effeitos das guerras européas e as consequencias dos seus appendices diplomaticos, a colonisação e seus prolongamentos. Geographicamente, o que ha ahi de mais importante são as funcções dos rios (Guayrá), dos campos (Vaccaria, Uruguay, Tape, Campanha), e dos pontos estrategicos (Desterro, Rio Grande de São Pedro, os quarteis da Campanha e a Colonia do Sacramento).

Em summa, o que representa para nós toda essa expansão pelo Sul, não é só uma dilatação gradativa, que attinge os pontos de direito já indicados como nossos, para tanto eliminando-se todos os obstaculos encontrados, qualquer que seja a sua natureza, como já succedera tambem no Norte. Ha a ser observado nesse movimento, que tem o seu periodo agudo em nada menos de dois seculos, entre as primeiras bandeiras e a guerra da Peninsula (de 1603 a 1802), a renovação, talvez inconsciente, mas nem por isto menos notavel, desse espirito, por nós considerado essencial, na historia brasileira, dessa "vontade de constituir uma nação", que é a sua mais extraordinaria caracteristica.

Se o mesmo já observamos no Norte, a sua repetição, no Sul, aliás mais prolongada e difficultosa, não é menos digna de constatação, sendo, como foi, a segunda parte de um grande plano, que aos portuguezes e aos seus mais proximos descendentes ficamos devendo, e que com a dilatação geographica do Brasil e a sua posterior independencia e integralisação se ultimou e se completou.

E' esta, afinal, a grande obra da colonisação portugueza na America. A formação de um paiz cujas raias de penetração territorial, depois de tres seculos de uma acção intensa estavam assentadas definitivamente, com os fortins dos rios Branco, Negro, Solimões e Guaporé, no Norte, com as posses de regiões antes pretendidas pela Hespanha, de Véra, Guayrá, Uruguay, Tape e a Campanha gaucha no Sul.

Vistas assim em conjuncto as conquistas do Norte explicadas antes e, agora, a do Sul, examinemos, novamente, com mais chronologia, como se procedeu a esta ultima, tão diversa em suas occorrencias, porém tão unifome em seus objectivos, francamente tendentes á integralisação territorial brasileira.

* * *

As difficuldades apresentadas aos portuguezes no seu avanço pelo littoral do Sul do Brasil não foram menores que as encontradas no Norte. A propria fundação da cidade real de São Sebastião do Rio de Janeiro não foi obediente, em seus motivos iniciaes, senão á necessidade de expulsar daqui os invasores francezes. Conseguido isto na bahia de Guanabara, só em 1615 é que se conseguiu outro tanto, em um ponto aliás bem proximo e tambem de constante frequencia dos *mairs*, — o Cabo Frio.

Para além da capitania de Santo Amaro, que só medrou um pouco á sombra de São Vicente, as terras de Sant'Anna continuaram abandonadas. Foi preciso que

mais tarde descobrissem os paulistas as minas de Paranaguá, para que se descesse um pouco mais nesse sentido da marinha, galgando-se o planalto, até os campos de Curityba.

Ainda mais lento proseguimento foi o que, realisado ainda por paulistas, pela costa se fez, por territorio que é hoje de Santa Catharina. Fundando-se São Francisco, Desterro (em 1650), Laguna e, no interior, Lages, ficou assim devassada uma bôa parte do seu territorio.

Para o Rio Grande, a povoação desse nome, na entrada da lagôa dos Patos, o porto de Casaes e a povoação de Viamão no seu fundo, foram os seus pontos iniciaes, dignos de nota principalmente por terem sido lançados por novos affluxos de colonizadores ilhéos, os directos antepassados dos gauchos de hoje.

Facto mais importante ainda, para a historia da região, foi, sem duvida alguma, a anterior fundação, pelos portuguezes, da Colonia do Sacramento, em 1680, em pleno fundo da bocca do rio da Prata. Esse marco não pôde ser sempre respeitavel á diplomacia posterior e, assim, a sua manutenção andou sempre presa, por mais de um seculo, aos azares dos ataques guerreiros e dos convenios transatlanticos, até a sua perda final.

Um trecho que ainda nessa conquista do Sul veio se inscrever, já nos primeiros annos do seculo XIX, como um reflexo da Guerra da Peninsula, foi o da Campanha gaucha, entre a lagôa Mirim e o rio Ibicuhy. Os postos militares e fortins que por ahi se extendiam, com os seus soldados alliados a creadores de gado, realisaram mais essa obra de dilatação territorial, a ultima que, nessa direcção, no periodo colonial nos seria possivel, uma vez que provou mal a tentativa, depois feita, de reconquista da Cisplatina.

Se foi assim lenta, mas segura, essa descida pelo littoral sul, quasi toda ella occorrida sob os auspicios dos go-

vernos metropolitanos, o mesmo não occorreria ao simultaneo movimento interno, pelos rios que se attingem pela estrada das monções e das bandeiras que foi o rio Anhemby ou Tieté, que tão significantemente nasce perto da costa para della tanto se distanciar, como caminho de penetração, que principalmente é.

A possibilidade de uma viagem terrestre do Atlantico ao Paraguay, logo revelada, em 1540-41, por Cabeza de Vaca, teria sido a primeira base para a idéa do prolongamento dessa colonia hespanhóla no sentido de seu leste. Depois de uma duvidosa subida do rio Paraná até o salto de Avanhandava, o seu governo ordenou a fundação de uma Ciudad Real, em 1557, perto de um local onde tres annos antes já existira uma precaria Ontiveros, tambem á margem daquelle rio.

Essa iniciativa official, numa região que tomou o nome de um simples cacique indigena, Guayrá, só teve verdadeiro desenvolvimento com a chegada dos jesuitas no Paraguay, occorrida em 1588. Penetrando por aquelles sertões muito povoados, os padres fundaram casa em mais uma outra povoação, Villa Rica del Espiritu Sanctu e, dentro em pouco, suas reducções attingiram até as margens do Paranápanema (Santo Ignacio e Loreto), passando pelo Tibagy e pelo Ivahy.

Esse progresso, entretanto, não foi duradouro. Nos primeiros decennios do seculo seguinte, cahiram os paulistas apresadores de indios sobre as suas missões, destruindo-as completamente e captivando os seus milhares de "neophytos". Fracassadas as reclamações que para a Europa levaram os jesuitas, tomaram o alvitre de se retirar da zona devastada pelos "mamelucos", entre os quaes se contavam os nomes de Antonio Raposo Tavares, Manoel Preto, os Pedroso Xavier, Fernão Dias Paes e outros. Passaram para o Iguassú e para as duas margens do rio Uruguay, á esquerda do qual vieram a fundar, en-

tre 1627 e 1706, os chamados Sete Povos, — San Nicolás, San Miguel, San Luiz de Gonzaga, San Borja, San Lorenzo, San Juan e Santos Angeles, zona a que chamaram simplesmente Uruguay.

Ainda ahi foram attingidos por novos ataques dos caçadores de indios e, passados estes, — essas missões tambem tiveram de soffrer os effeitos dos accordos internacionaes celebrados na Europa, até que dahi se allijaram os seus povoadores, passando ao Brasil o seu territorio.

No sul de Matto Grosso, os primeiros avanços hespanhóes, pela região que chamaram de Véra e de Nueva Viscaya, tambem se fizeram com explorações de sertão a dentro, por Nuflo Chaves, a mando do governo de Assumpção, com a fundação de nucleos de povoamento. Santiago de Xerês, fundada duas vezes, em 1579 e em 1593, em dois locaes differentes, teve existencias precarias, a segunda extincta em 1632, com ataques dos paulistas. Um forte no rio Apa, hespanhól, outro portuguez, no Iguatemy, foram marcos de frouxos effeitos, como tambem sem resultados definitivos foram as tentativas castelhanas, realisadas já muito mais tarde, de subida pelos pantanaes e até pelo rio Paraguay, atacando o nosso forte de Nova Coimbra, durante a Guerra Peninsular de 1801-02.

Padrões hespanhóes foram derrubados, ainda no seculo XVII, por bandeirantes paulistas que cruzavam os campos de Vaccaria, em suas correrias atrás de indigenas para captivar. Mais tarde, por ahi passariam outras vezes, para attingir as minas de Cuyabá, descobertas no seculo seguinte. A volta fluvial que pelo rio Pardo se dava, atravessando-se a zona de Camapuan, passando-se ao rio Paraguay e, dahi, sempre que possivel, por via fluvial, attingindo-se até Villa Bella, foi uma condição es-

sencial para que se tornasse nossa essa Véra, que aliás não chegou a ser provincia paraguaya.

Aquella "cidade do ouro e das ruinas", ponto lindeiro das terras mattogrossenses, o foi tambem de todo o Brasil, uma vez que o seu vizinho Forte do Principe da Beira, igualmente já do seculo XVIII, era attingido tambem pelo Norte como pelo Sul, assim passando a ser um ponto de extremo contacto entre esses dois eixos que, ambos por via fluvial, partiam de Belém do Pará e de São Paulo do Piratininga. Esse encadeamento pelo interior, alliado ao que já vimos no littoral, por tantos milhares de leguas realisado e com tantas difficuldades obtido, veio a ser, sem duvida alguma, a real base physica dessa unidade nacional que constitúe o maior serviço que ao Brasil prestou a colonisação portugueza. E, por tudo isto, a conquista do Sul com a do Norte se completa, nessa harmoniosa dilatação territorial que foi a obra principal da Colonia.

IV

O SERTÃO
CYCLO DA CREAÇÃO DE GADO

Ao tratarmos da expansão geographica dos nucleos bahiano e pernambucano, tanto no cyclo da canna de assucar como na conquista do Norte, contivemo-nos numa area muito proxima de todo o seu littoral, até onde chegavam as suas mattas de páo-brasil, os seus engenhos e, posteriormente, as suas plantações de algodão e de fumo.

Mais para o interior dessa faixa, algumas dezenas de leguas apenas, extendia-se o sertão, no primeiro seculo ainda sob o dominio da indiada selvagem, apezar da sua inclusão dentro das raias portuguezas determinadas pelo convenio de Tordesillas. A falta de bons rios para a penetração — o proprio São Francisco descrevendo uma curva que o desapproxima do Salvador e de Recife, — o fracasso de pequenas entradas anteriores, o desinteresse pela exploração de regiões que as distancias isolavam do contacto com a metropole, as luctas sempre trabalhosas com os indigenas, — tudo isto condicionou o quasi total abandono do centro nordestino, emquanto sob os Philippes prolongavamos as nossas posses territoriaes, nas zonas amazonica e platina.

Formava-se assim uma grande "ilha interna", que só mais tarde se povoaria totalmente, sob o influxo da Bahia e de Pernambuco, extendendo-se as suas divisas do

Maranhão ao Reconcavo, passando pelo Piauhy, pelo rio São Francisco e pelo sertão de Jacobina, do Ceará a Pernambuco, pelas serras de Ibiapaba, dos Carirys e de Borborema, chapadas e caatingas adjacentes.

Esse insulamento do sertão, que a partir do seculo XVII começou a se caracterisar fortemente, veio constituir um ponto essencial para o estudo da evolução brasileira. Attingindo o Norte de Minas e pondo em effectivo contacto as expansões realizadas na parte septentrional com as realizadas na zona meridional, coube a essa região exclusivamente interna a missão, sem duvida primacial, de conjugar os esforços que assim se completavam, sahidos de nucleos differentes, com objectivos tambem diversos.

A união real do Sul e do Norte, assim geographica como politica, decorreu, portanto, desse povoamento do sertão nordestino, nos seculos segundo e terceiro da nossa historia. Ainda depois, identica ligação se processaria em Goyaz e Matto Grosso, tarefa que se prolonga até os nossos dias.

Para a realização desse novo desdobramento da formação brasileira, houve um motivo facilitador que nos foi altamente benefico: a creação de gado. Sómente esse objectivo economico é que pode fixar convenientemente os novos centros de população, fornecendo-lhes um elemento de vida autonoma que lhes permittiu o isolamento sertanejo e, ao mesmo tempo, a expansão por uma immensidade territorial que viria unir, do modo o mais effectivo, a dilatação littoranea feita pelo Norte á interna, que em busca de minas de ouro se realisou pelo Centro do paiz.

O cyclo da creação de gado é, portanto, muito mais que uma simples etapa da nossa evolução economica, simultanea com o povoamento da terra e a caracterisação da nacionalidade brasileira. Elle se prolonga até agora,

extendeu-se a outras regiões brasileiras e, menos sujeito a transitoriedades e a crises como as que têm attingido as phases até aqui registradas da nossa vida agricola e mineral, alteou-se como uma verdadeira affirmação das energias accumuladas pelos povoadores do sertão, e aos seus descendentes transmittidas, através de condições peculiares que lhes foram dictadas pelo meio e pelas contingencias.

A immensa região que da Bahia vae ao Norte de Minas e ao Maranhão e que de Pernambuco attinge o Piauhy, integrou-se na formação brasileira como uma conquista de penetradores especialissimos, portuguezes, bahianos, pernambucanos e paulistas, que, reduzindo os indigenas rebeldes e apascentando as poucas cabeças de gado que inicialmente conseguiam ter, vieram crear para o interior essa homogeneidade que é a sua mais valiosa caracteristica, a um só tempo ethnica e economica.

O caboclo nordestino e franciscano, que daquella adaptação do indigena á vida pastoril resultou, foi uma das condições mais seguras com que pôde contar a unidade nacional, tendo sido sempre, ao lado do paulista e do portuguez, o devassador das nossas terras mais longinquas, até chegar a ser o soldado principal das luctas externas do Imperio e o povoador da Amazonia e do Acre, ultimos pontos attingidos em uma expansão geographica como talvez nenhuma outra se realisou até hoje, no mundo inteiro.

Adestradas nas provações das seccas periodicas, vivendo num meio quasi sempre adverso, essas populações do Nordeste, desde que começaram a se formar, têm constituido um factor dos mais valiosos para a affirmação do caracter e do typo brasileiro, não só deante dessas contingencias apresentadas pelo ambiente physico, mas tambem em todas as circumstancias da vida do paiz, em que são chamadas a intervir.

Já tivemos occasião de vel-as apparecendo, juntamente com os reinóes, na sua dura tarefa da conquista do Norte. Vimol-as estabelecendo uma base economica mais solida que a do páo-brasil, a do assucar de canna, para a nação que se ia formando. Assistimos a sua acção, difficil e tenaz, na expulsão dos hollandezes. Vamos vel-as agora, no seu afan de povoar todo o coração do Brasil, no seu novo cyclo economico, o mais prolongado e o mais fixador que temos tido, o da creação de gado.

* * *

A expansão dos curraes pelo interior nordestino fez-se a partir da Bahia, seu nucleo incontestavel, que só muito subsidiariamente foi acompanhado por Pernambuco e, posteriormente, por centros de população das novas capitanias creadas, de Sergipe d'El Rey ao Grão Pará.

Facilitou esse movimento a possibilidade das passagens de bacia a bacia, sem o encontro de accidentes de importancia. Rios vadeaveis pelas boiadas, caminhos naturalmente abertos nas caatingas, serras desgastadas, sem alcantis difficilmente transponiveis, — todas essas facilidades, que se extendiam por toda a zona em apreço, só eram diminuidas pelas distancias e pela carencia dagua, em muitos pontos e em certas epocas verdadeiramente angustiosas. Os especiaes tratamentos e os prolongados transportes que aos bois destinados á venda no littoral se tornaram necessarios, crearam até typos especiaes do nosso meio rural, entre os quaes o vaqueiro e o "passador" de gado.

De sua acção, continuada e trabalhosa, teve naturalmente de registrar reflexos a propria toponymia sertaneja. Provas disto são as designações locaes, frequentes em toda a região, rica em "sobrados" e "sobradinhos", as edificações mais modestas dos fazendeiros creadores, menos imponentes em seus "cercados" que os senhores de

engenho mais proximos da costa. Curral dos bois, Curraes novos, diversos Curralinhos e Mangas, Capim Grosso, uma ilha do Gado Bravo no rio São Francisco, Pastos Bons no Maranhão, — todos esses nomes são reflexos da actividade dominante na immensa região que, em forma de um grande arco, vae do Norte de Minas ao Maranhão, do São Francisco ao Itapicurú.

Foi a caça ao indio, não muito para escravisal-o, mas principalmente para reprimir os seus ataques ao Reconcavo bahiano, que motivou o avanço por terras sertanejas, depois aproveitadas para a creação de gado. Por todo o seculo XVII se prolongaram esses assaltos, a engenhos das vizinhanças do Salvador, e tambem ás fazendas de gado que um pouco mais além, ainda na zona da matta littoranea já haviam se estabelecido, multiplicando o gado trazido das ilhas portuguezas pelos donatarios, pelo primeiro governador geral e por outros povoadores da terra. Dessas primeiras cabeças, tambem de Pernambuco vieram algumas.

Apenas para que se annote a gradatividade desses ataques de selvicolas e os esforços despendidos em reprimil-os, culminados com os contractos de expedições de paulistas para vencel-os e captural-os, basta alinhar aqui alguns dados, referidos por Capistrano. Em 1612 houve ataques de indigenas a vaqueiros de Capanema; em 1632, o mesmo, ás fazendas de Aporá até Itapororócas; repetiram-se os ataques, já então com repressão officialmente organisada, sob o governo de Antonio Telles da Silva (1642-47). No do Conde de Atouguia, em 1654, mandaram-se ao sertão, com o mesmo objectivo, Gaspar Rodrigues Adorno e Thomé Dias Laços. Em 1658 appareceram afinal os paulistas, com a jornada de Domingos Barbosa Calheiros contra os tapuyas. Declarada formalmente a guerra "justa", em 1669, tres annos depois nova expedição veio de Piratininga com o mesmo fim,

sob as chefias de Braz Rodrigues de Arzão e, principalmente, de Estevão Ribeiro Bayão Parente.

Subindo pelo rio Paraguassú, como tambem fizeram Domingos Francisco de Azevedo e outros, só com muita difficuldade é que se attingiu por essa via o rio São Francisco, pela transposição da Chapada Diamantina, mais accessivel sendo o grande eixo sertanejo um pouco mais acima, pelo caminho das caatingas, de que Jacobina foi o centro. Foi por ahi que bandeiras bahianas, como a de Francisco Dias de Avila, melhor puderam alcançar e subir a apreciavel estrada fluvial. Tambem proseguindo no rumo de noroeste, depois de atravessado o valle franciscano, é que se attingiu o interior do Piauhy, por onde, arbitrariamente se começou a proceder ao seu povoamento, por intermedio do estabelecimento de curraes, que cêdo se extenderam pelos rios Gurguéia e Piauhy, até o Parnahyba e, transpondo-o, até terras agora maranhenses, dos Pastos Bons e das Aldeias Altas, hoje Caxias. Ainda da zona de Jacobina se pôde dirigir tambem para o interior de Pernambuco e do Ceará, zonas igualmente attingidas pelo littoral, sempre mais reservado aos engenhos de assucar.

Domingos Jorge Velho, outro paulista, contractado para a destruição dos Palmares, e Domingos Affonso Mafrense, rendeiro da celebre Casa da Torre, foram as figuras mais marcantes dessa infiltração no territorio do Piauhy, sem duvida das que mais demonstram a longa penetrabilidade dos curraes, onde apenas se reune essa mercadoria que anda, que é o gado de córte, então de possivel e remuneradora venda em Capoame, a actual Feira Velha, nas vizinhanças do Salvador, na Bahia, até com procedencia dos longinquos Pastos Bons.

Mais para nordeste, sempre combatendo indios, até no Ceará e no Rio Grande do Norte, outras expedi-

ções de preadores se registram, como as de Mathias Cardoso de Almeida e de Moraes Navarro.

Pelo São Francisco e pelo mineiro rio das Velhas, estabeleceram-se tambem muitos paulistas, que com os vaqueiros bahianos iriam ser os fornecedores de gado ás minas depois descobertas, onde nomes como Cercado, Contagem e Curral d'El-Rey (a actual Bello Horizonte), seriam depois os rastos desse extenso commercio. E até povoadores de duas villas mineiras, como as do Principe e da Rainha, Serro e Caeté, chegaram a ser alguns bahianos.

Ainda pelo littoral nordestino, cumpre notar a existencia de curraes tambem em Sergipe d'El-Rey e nas Alagôas, já devendo ter sido por esse motivo o avanço de Mauricio de Nassau até o São Francisco, ainda em 1637.

Facto interessante é, entretanto, o de ter essa expansão pelos curraes, tão extensa se considerarmos que os seus extremos chegaram ao Maranhão e a Minas, fracassado em pontos mais proximos dos seus nucleos marginaes da bahia de Todos os Santos. Assim é que as capitanias de Ilhéos e de Porto Seguro praticamente vieram a se extinguir por si mesmas, ainda no seculo XVIII tendo de se fazer tentativas de penetração pelos rios Pardo e de Contas, infestados de bellicosos selvagens, neste ultimo tendo até fracassado a expedição de Pantaleão Rodrigues.

Houve, ahi, o segregamento da marinha, da matta e das caatingas, tres zonas que na Bahia muito bem se caracterizam, a primeira tendo sido principalmente aproveitada para as plantações de canna de assucar, a segunda para as posteriores de fumo (terceira exportação brasileira nos tempos de Antonil), as ultimas tendo servido mais para a creação de gado, mas tambem para a cultura do algodão, logo plantado aqui, embora em escala apenas condizente com as necessidades do consumo e com as dif-

ficuldades do transporte dos possiveis excessos de producção.

Mas, se essa dilatação dos curraes se fez principalmente pela Bahia, a que competiam os sertões chamados "de dentro", tambem é digna de nota a que mais naturalmente partia de Pernambuco, a dos sertões ditos "de fóra", começando "de Borborema, e alcançando o Ceará, onde confluiam a corrente bahiana e a pernambucana", como diz Capistrano. E se Antonil dava um numero de quinhentos curraes para aquelles, ajuntava serem ainda mais, os segundos. Acima de meio milhão de cabeças de gado, calcula o prestimoso jesuita para as fazendas bahianas, devendo andar em oitocentas mil as existentes nas pernambucanas, accrescenta o autor da "Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas", esses dados devendo se referir aos primeiros annos de 1700.

A estrada do Maranhão a Bahia, logo objecto de cuidados do governo geral, assim como as que o mesmo Antonil dá para a ligação já existente no seu tempo, entre Bahia e Minas Geraes, são as grandes linhas que no mappa brasileiro se devem traçar, como marcas dessa expansão que, se não seguiu os caminhos naturaes de todos os principaes rios do Nordeste e mesmo do São Francisco, nem por isto foi menos logica, ao se fazer por dentro, traçando-se "pela hypothenusa" do littoral com os rios, como já foi observado.

As partes internas dos actuaes territorios do Maranhão e do Piauhy, os sertões do Rio Grande do Norte, da Parahyba e do proprio Pernambuco, os diversificados povoamentos da zona central da Bahia e do Norte de Minas, — são bem as projecções de todo esse cyclo da creação de gado. Realisado com a comprehensão de uma notavel ligação geral entre as partes septentrionaes e mineiras do Brasil, uma vez que depois chegaria tambem a Goyaz e a Matto Grosso, sempre com a "aguilha-

da" fixadora dos "passadores de gado" pelos rios Preto, Correntes, Paracatú, Paranahyba e, dahi, pelo Triangulo Mineiro, até o rio Paraguay, — essa phase é a de uma intensa consolidação intima do Brasil, mais do que um simples periodo economico. Pois que para os amigos das idéas de conjuncto, essas ligações entre Bahia e Minas, Bahia e Maranhão são tão importantes como os avanços que se fizeram de Pernambuco até o Pará e a Amazonia (a conquista do Norte), de São Paulo ao Rio Grande e Matto Grosso (a conquista do Sul), todas essenciaes á propria unidade nacional.

Para attingir o desenvolvimento que das linhas anteriores já se percebe, o cyclo da creação de gado contou com outras facilidades especiaes, que tambem merecem referencias.

O systema de concessão de sesmarias, tão digno de elogios, autorisado desde a instituição das capitanias hereditarias, permittiu a formação de latifundios como os da casa da Torre e de um Guedes de Britto, por exemplo, verdadeiros principados, de dezenas de milhares de kilometros quadrados, senão mais, na Bahia. A necessidade da existencia desse regimen, logo estendido a outras partes da colonia, e até hoje mantido como uma inevitavel consequencia da nossa immensidade territorial, pelo systema da concessão de terras devolutas, decorreu, principalmente, da natureza da actividade pastoril então encetada. As caatingas, para tal objectivo aproveitadas, povoaram-se com a densidade adequada ás condições economicas da creação de gado, sem que se formassem grandes nucleos de população mas, igualmente, sem que deixassem de ser estabelecidos os pontos de pouso das boiadas, transportadas continuamente em longas travessias, até os centros de venda.

Outra notavel facilitação que occorreu a este cyclo da evolução brasileira, foi a determinada pela simulta-

nea fundação de missões de religiosos por todo o sertão nordestino, confiada essa trabalhosa incumbencia a jesuitas, franciscanos, capuchos, carmelitas, benedictinos, oratorianos e seculares. Pela Bahia, pelo São Francisco, no Ceará, Piauhy e Maranhão, numerosas foram as reducções que pacificamente puderam proporcionar aos fazendeiros a consecução de auxiliares indigenas ou caboclos, logo mais adaptados ás actividades pastoris dos sertões que ás agricolas do littoral. Esse facto, importantissimo para a nossa organisação rural, condicionou uma apreciavel tendencia á miscigenização, que ahi se processou intensamente, numa proporção muito maior que a observada em outras regiões brasileiras.

Numa synthese em que a transcripção se impõe, deu Capistrano de Abreu nos seus "Capitulos de historia colonial", uma idéa bem nitida das vantagens, das facilidades, das durezas e dos methodos vigentes nesse extenso cyclo da creação de gado, a actividade sertaneja por excellencia, que do seculo XVII vem até os nossos dias. Diz o mestre inegualavel da nossa historia:

> "*O gado vaccum dispensava a proximidade da praia, pois como as victimas dos bandeirantes a si proprio transportava das maiores distancias, e ainda com mais commodidade; dava-se bem nas regiões improprias ao cultivo da canna, quer pela ingratidão do sólo, quer pela pobreza das mattas, sem as quaes as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num paiz de população rala; quasi abolia capitaes, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem intersticio; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e agua, usados*

na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam sufficiente sal os numerosos barreiros do sertão.

Os primeiros occupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundancia, mas isto apenas. A farinha, unico alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a principio por julgarem impropria a terra á plantação da mandioca, não por defeito do sólo, pela falta de chuva durante a maior parte do anno. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naquelles districtos extranhos ao uso do monjólo. As fructas mais sylvestres, as qualidades de mel menos saboroso eram devoradas com avidez. Póde-se apanhar muitos factos da vida daquelles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito applicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar agua, o mocó ou alforge para levar comida; a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavallo, a peia para prendel-o em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no matto, os bangués para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao

novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, cural-os das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu officio vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem attender ás maiores chuvas e trovoadas, porque nesta occasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e póde nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vaccas que estão proximas a ser mães e trazel-as quasi como á vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.

Depois de quatro ou cinco annos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta. Desde começos do seculo XVII, as sesmarias tinham sido limitadas ao maximo de tres leguas separadas por uma devoluta. A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anonymo do admiravel "Roteiro do Maranhão a Goyaz", tem pelo exercicio nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nella occupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o

nome de vaqueiro. Vaqueiro, creador ou homem de fazenda, são titulos honorificos entre elles."

Sobre as boiadas que do sertão procuravam o mercado bahiano, escreve André João Antonil, anagramma do benemerito jesuita João Antonio Andreoni, autor da "Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas", em trecho que Capistrano tambem cita:

"*Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e sessenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quasi cada semana chegam algumas a Capoame, logar distante da cidade oito leguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram e em alguns tempos do anno ha semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e tambem indios que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adeante cantando, para serem, desta sorte, seguidos do gado; e outros vêm atrás das rezes tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As jornadas são de quatro, cinco e seis leguas, conforme a commodidade dos pastos onde hão de parar. Porém, aonde ha falta de agua, seguem o caminho de quinze, vinte leguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragens aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra ás rezes o váu por onde hão de passar*".

Prosegue Antonil, mas não Capistrano, com as informações sobre o preço de um cruzado por cabeça cobrado pelo "passador". Accrescenta que "uma rez ordinariamente se vende na Bahia, por quatro ou cinco mil réis; os bois mansos por sete para oito mil réis. Em Jacobina, de dois e quinhentos até tres mil réis. Nos curraes de São Francisco, o gado que ia para Minas alcançava o mesmo preço da capital. E o que se refere á Bahia, diz poder ser extendido ás boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro."

Capistrano, no seu texto dos "Capitulos de historia colonial", ajunta áquella sua citação mais alguns dados de relevancia. "No rio São Francisco, desde a barra do Salitre até São Romão (Minas), descobriram-se jazidas de sal na extensão de tres gráos geographicos, que, preparado com algum trabalho, provou ser excellente. Graças a essas circumstancias, formou-se no trajecto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio". E essa região franciscana, como se sabe, até o Carinhanha, administrativamente ficou dependente de Pernambuco, até 1824, apesar da sua maior sahida pela Bahia.

A essas longas citações pouco precisa ser accrescentado. Digno de nota é, sobretudo, o facto da manutenção do regimen das quotas das crias para os tratadores, que Capistrano annotou para dias do seculo XVII, registrando-o tambem Euclydes da Cunha, para duzentos annos depois. E quanto ás utilidades do couro, tambem póde ser accrescentado que servia para encapar rôlos de fumo, 27.500, no valor de 344:650$000, exportados ao tempo de Antonil.

Outro ponto que bem demonstra a rapida posição de importancia que logo póde assumir o cyclo da creação de gado, é o relativo ao commercio externo de couros e

sólas, que cêdo condicionou. Em principios do seculo XVIII já era notavel a parte que a esses artigos cabia em nossa exportação para o Reino e para o Rio da Prata. Antonil já dá aos cento e dez mil meios de sóla daqui saidos um valor de 201:800$000, para essa época, o quarto logar na lista das nossas remessas, vindo depois do assucar, do ouro e do fumo. Dessa quantidade de sóla, 50.000 meios eram exportados da Bahia, 40.000 de Pernambuco e 20.000 do Rio de Janeiro e de outras cidades do Sul.

Do desenvolvimento que no Norte coube á creação de gado não tardou que se registrassem suas projecções para outras partes do territorio nacional. Em Curityba, em Santa Catharina e na Campanha gaucha, no extremo meridional, em Marajó e nos campos do rio Branco, no extremo septentrional, como mais tarde no Centro, em Minas, Goyaz e Matto Grosso, na Parahyba do Sul com em São Paulo, por toda a extensão do nosso territorio foi se radicar a industria pastoril, mesmo depois de cessada aquella sua missão principal, de fixadora do povoamento dos sertões nordestinos.

Outros gados, além do vaccum, tiveram introducção menos importante no Brasil. Os muares, de que Minas e Sorocaba se fizeram centros de negocios, vieram a ter grande importancia no periodo dos comboios do seculo XVII, no do ouro e das pedras, e tambem no XIX, quando, antes das estradas de ferro, era pelas tropas que se escoava a maior parte do commercio interno do paiz, na sua busca do littoral. Os cavallares e os ovinos, tambem no Sul melhor adaptados, bem como os suinos, creados mais em Minas e no Rio Grande, aqui só merecem essa referencia.

Os cavallos, na sua missão de auxiliares dos vaqueiros, adquiriram caracteristicas condizentes com o seu emprego, tanto para os emmaranhados espinhentos das caatingas, como para o suave ondulado das cochillas. Tam-

bem nas revoluções e guerras do Sul tiveram o seu papel, permittindo as rapidas movimentações dellas caracteristicas. Quanto ao gado caprino, só bem recentemente é que a sua introducção e multiplicação se fez intensamente, por todo o Nordeste.

Maiores esclarecimentos referentes á poderosa influencia do cyclo da creação de gado poderiamos ainda obter, com a lembrança, mesmo apenas de passagem, que se fizesse a respeito da questão da alimentação das nossas populações ruraes. A carne, quasi crúa dos churrascos, ou a conservada, do xarque, consumida no Sul, bastante differe da de sol ou "de vento", usada no Nordeste. As consequencias dessa diversidade, com a consideração de outros elementos, é que conviria que fossem devidamente aquilatadas na sua exacta significação.

Mas não é preciso que se esmiuce mais a alta significação que na formação brasileira teve o seu cyclo da creação de gado, particularmente nos sertões centro-oriental e nordestino, para a sua instauração devassados. Pode-se concluir, mesmo sem que se refira á sua importancia no nosso "folk-lore", que o gado *uniu* ainda mais que o assucar e que as minas, no periodo colonial, que o café posteriormente. Foi uma actividade mais geral, muito rica de beneficios, em suas condições de fixadora e de solidarisante. Teve uma funcção social extensissima, com suas fazendas e villas, estradas e feiras, povoadas e ligadas dentro dessa grande parte interna do territorio nacional que é, com inteira justiça, havida como a mais brasileira de todas.

V

O CENTRO
CYCLO DO OURO E DAS PEDRAS

A PROCURA das riquezas mineraes constituiu uma natural obcessão das autoridades coloniaes portuguezas, vistos os exemplos na época apresentados pelas possessões hespanholas da America. Embora as minas possuam uma funcção essencialmente precaria, a economia daquelle tempo pela sua descoberta e exploração muito se interessava, para isto não se duvidando em inferiorisar as posições que cabiam á actividade extractiva do páo-brasil, á cultura da canna de assucar e á creação de gado. E se nos dois primeiros seculos da nossa existencia historica foram dominantes essas direcções economicas, no seguinte uma rapida primazia pôde ser obtida para a extracção do ouro e das pedras, como victoria, que afinal se conseguiu, daquella constante preoccupação pelas pesquizas mineraes.

Muitas lendas, entre as quaes as referentes ás minas de prata e de esmeraldas, muitos esforços e tentativas tiveram de se succeder aqui, nos seculos XVI e XVII, tendo tido por theatro os sertões que por "entradas", partidas de varios pontos do littoral, eram difficultosamente attingidos. Inutil seria rememorar todas essas arremettidas fracassadas, que entre Pernambuco e Paranaguá se deram, realisadas por portuguezes, emquanto na Amazonia alguns inglezes já situavam o mirifico El-Dorado e,

mais felizes do que os outros, podiam os hespanhóes assombrar o mundo com as enormes riquezas que de suas terras americanas conseguiam retirar.

Como primeiro e debil resultado, o ouro de lavagem apontou nas vizinhanças de São Paulo, no Jaraguá, e em terras que hoje são do Paraná, entre Paranaguá e Curityba. Serviu de estimulo e de fornecedoras de praticos essas lavras, já em fins do seculo XVI frequentadas pelos paulistas. A estes, em seguida á sua expansão sulina, da caça intensificada que fizeram aos selvicolas, competiria o papel mais importante no novo cyclo que então se iniciou, já então do ouro e das pedras, tão almejado pelas metropoles que tivemos, madrilenha ou lisboêta.

Foi ao centro do paiz, a essa larga faixa horizontal que vae de Minas Geraes a Matto Grosso, passando por Goyaz, que coube a localisação desse vasto periodo da nossa evolução historica e economica. E' verdade que na Chapada Diamantina bahiana, no Gurupy maranhense, no Amapá paráense, no Cantagallo fluminense e nas Lavras gauchas, — tambem vão se inscrever outros capitulos da exploração mineral brasileira. Mas a importancia maior daquelle trecho central do paiz resalta ao mais simples exame, tanto pelo volume e pelo valor das suas jazidas, como pela duração e pelo prolongamento que ainda hão de ter, na vida economica brasileira.

A disposição geral que geographicamente têm essas minas do interior do nosso territorio, é uma primeira observação que merece destaque, no menor estudo que dellas se faça. Juntando-se as da Bahia ás de Minas, Goyaz e Matto Grosso, verifica-se logo a extraordinaria continuidade, quasi sempre orographica, que lhes cabe, conforme se esclarece perfeitamente no graphico annexo. De facto, coincidem quasi sempre com essa grande linha quebrada de vertentes as nossas jazidas de ouro e de diamantes. Della se distanciam apenas em seguimento a al-

guns rios, conforme a intensidade da erosão havida em suas cabeceiras.

Vae essa linha do alto Guaporé, nas proximidades da antiga "cidade do ouro e das ruinas" (Villa Bella, depois Matto Grosso) até as ultimas serrinhas em que se extingue a Chapada Diamantina, no Bahia, com alguns milhares de kilometros de extensão, em successivas divisões de aguas fluviaes.

Tem á esquerda, permanentemente, os principaes formadores do Guaporé, do Tapajós e do Xingú, do rio das Mortes mattogrossense e do seu principal tributario, o rio das Garças, o ultimo a demonstrar a sua riqueza diamantifera. Prosegue a linha pelos altos cursos do Araguaya e do Tocantins, dos muitos affluentes goyanos de ambos, inflectindo depois para a zona de Paracatú, já em Minas e sempre em volteio de vertentes, até descer novamente, contornando os formadores do S. Francisco, de sua margem esquerda a principio, depois subindo e passando á direita, com o rio das Velhas e, successivamente, com todos os pequenos rios que ao discutido "caminho da civilisação brasileira" vão ter, sahidos do norte de Minas e da Chapada Diamantina.

Para a direita da grande successão de *divortium-aquarium* ficam os rios que vertem para a bacia platina e para as orientaes, como á sua esquerda ficaram determinados os que se dirigem para a bacia amazonica e para a franciscana. São aquelles os varios affluentes mattogrossenses do Paraguay e do Paraná, goyanos e mineiros do Paranahyba e do rio Grande, donde, passando-se aos valles que vão até o mar, mais directamente, faz-se o contorno dos tributarios do Parahyba do Sul, dos rios Doce, Jequitinhonha, Pardo, de Contas e Paraguassú, além de alguns desses rios mesmos, em seus cursos superiores.

Essa continuidade, que tem passado desapercebida dos nossos historiadores e mineralogistas, sem duvida

merece attenção pelo significado proprio que tem e pelas conclusões que origina. A' formação geologica do Brasil decerto não ha de ser pouco importante essa espinha dorsal, sobre a qual se situaram as suas jazidas preciosas.

Verificada assim a disposição geographica das principaes minas brasileiras, passemos agora a seguil-a melhor, ao mesmo tempo que lhe registramos a successividade historica, rica em elementos importantes á formação nacional.

As "entradas" de pesquiza de minas, assignaladas no nosso primeiro seculo de vida colonial, carecem de importancia, tanto pela falta de resultados praticos, como pelo seu caracter isolado, não official e sempre destituido de recursos para vencer. Sómente com o dominio hespanhol e com o governo de D. Francisco de Souza é que se começou a agir com mais precisão nesse sector mineralogico, confiando-se a entendidos essas investigações. Entretanto, a realisação dessas explorações em locaes que geologicamente não se predispunham á existencia de depositos preciosos invalidava toda essa serie de esforços, como succedeu no Nordeste, por exemplo.

A expedição de Marcos de Azeredo, que pelo Espirito Santo attingiu o Leste mineiro, pelo prolongado rumor que tiveram os seus effeitos, pareceu, comtudo, ir se encaminhando melhor para a zona central, que ainda em fins desse seculo XVII se revelaria como a grande região mineral do paiz. Para ella passaram a convergir, aliás, todas as "entradas" partidas do sul da Bahia, do Espirito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, numa predisposição que não poderia terminar senão com o successo, embora lentamente conseguido, em mais de cem annos de continuados esforços.

Foi nos reinados de D. Affonso VI e de D. Pedro II que se adoptou a idéa de serem encarregados dessas pesquisas os sertanistas de São Paulo, que já antes da restauração

do throno portuguez demonstravam os seus meritos, preando indigenas em territorios tidos como pertencentes á Hespanha.

A "bandeira" de Fernão Dias Paes, de 1674, é justamente considerada como a principal desse grande momento historico da nacionalidade, quando, depois de devassado o Sul, passaram os novos dominadores do Planalto a palmilhar o centro do paiz, unindo-o ao Norte já duramente conquistado pelos portuguezes e pelos nordestinos. A fundação de arraiaes, simples pontos de reabastecimento a principio, nucleos de um solido povoamento depois, foi a primeira prova de uma maior estabilidade desse segundo movimento da expansão paulista. Perto de vinte annos depois, em vez das esmeraldas desejadas, apparecia o ouro das Geraes, destinado a transformar abruptamente toda a economia brasileira. Nesta, o assucar já soffria crises como a do seu transporte maritimo, o gado não era então um adequado productor de rendas e apenas como pequenos subsidiarios já figuravam tambem o fumo e o algodão.

Uma verdadeira corrida para as minas iria se observar no ultimo decennio do seculo XVII e no primeiro trintennio do seguinte. O governo de Arthur de Sá e Menezes significaria, em sua attenção pelo assumpto, mais do que o cuidado e o contentamento da Metropole, pela feliz descoberta. Indica, tambem, a origem da forte corrente de povoadores que do Rio de Janeiro logo se dirigiu para Minas, onde se juntou, e cêdo entrou em dissenções, com os paulistas seus predecessores.

Em um movimento de tal natureza era inevitavel que se dessem imprevisões e choques. A fortuna sempre teve a caracteristica de trazer comsigo a discordia e, mais extensos do que isto, os proprios erros economicos difficilmente sanaveis sempre. O abandono da agricultura, o extraordinario encarecimento da vida, as lutas com os

"forasteiros", terminadas com a victoria destes, foram simultaneas com a multiplicação dos arraiaes e das catas, nesse territorio mineiro logo devassado quasi inteiramente.

Tendo accesso para o oceano principalmente pelo caminho paulista, da Mantiqueira, como depois pelo fluminense, da Serra do Mar e, mais cêdo do que era de se esperar, tambem se communicando internamente com a Bahia, pelo "caminho dos curraes", o districto mineiro logo se configurou perfeitamente, pelas montanhas que o caracterisaram como pelos rios que, em variadas direcções, dellas desciam. Do Sapucahy ao rio das Mortes, como do Tripuhy e do Ribeirão do Carmo ao rio das Velhas e ao Jequitinhonha, do Paraopeba ao rio Pará, em todo esse polygono irregular se procedeu a um rapido povoamento, a que as diversas villas reaes veio dar uma immediata sancção official, depois que, vencedores os "emboabas" e enraizados muitos paulistas, um mais amplo aproveitamento foi coroar a descoberta de tanta riqueza.

Em seguida ás contraprovas da existencia do ouro nas Minas Geraes, coube aos paulistas ir revelar outras existencias auriferas nos territorios de Matto Grosso e de Goyaz.

Pelo Mogy-Guassú e pelo Tieté, com a lenda dos Martyrios e com a permanente lembrança da collocação mais a oeste do Potosi peruano, cumpriram-se, em 1719 e em 1725, mais esses dois desdobramentos da actividade bandeirante. Ainda nas vertentes dos rios do sul e dos amazonicos, nesses extremos de duas regiões profundamente diversas, nos planaltos que constituem, geologicamente, o centro do Brasil, nessas terras onde parece que a riqueza mineral foi um motivo de convergencia geographica, ainda ahi se realisaram mais outras integrações territoriaes brasileiras, dos movimentos partidos do Sul, por via principalmente terrestre, com as explorações partidas do

Norte, quasi sempre fluviaes. Tocaram-se, no interior de Matto Grosso e de Goyaz, como já havia occorrido no norte de Minas, os pontos que, por isto mesmo, podemos chamar de contacto, entre uma e outra expansão, na Villa Bella mattogrossense com o seu vizinho Forte do Principe da Beira, na Villa Bôa goyana, seguinte á Villa Rica mineira, e no modesto Morrinhos de Januaria, no rio São Francisco (Mathias Cardoso, hoje), logarejo de accesso tanto paulista como bahiano, o que tambem occorreu com Grão Mogol, Montes Claros e Arassuahy.

Entre os rios da bacia platina e da amazonica, os que vão dar no Paranahyba e no Paraguay, os que formam o Tocantins, o Araguaya e o Madeira, em toda essa linha de vertentes e nas suas proximidades, como já occorrera nas mais curvas e menos continuas do oeste, do centro e do nordeste de Minas, extenderam-se novos arraiaes de mineração, de que Cuyabá foi o maior exemplo, em um movimento de alguns decennios apenas, durante os quaes o intenso povoamento e as fartas rendas de particulares e, principalmente, da Corôa, não foram dos menores resultados. Mais do que isto, porém, significou para a formação nacional essa integração do centro do paiz no rythmo da historia brasileira, já então com maior facilidade administrativa, pela transferencia da séde do vice-reinado para o Rio de Janeiro, como consequencia da proximidade e da importancia das minas.

Ao lado do ouro, não tardou que tambem as pedras preciosas fizessem a sua apparição na zona do Tijuco mineiro, em 1729, mais tarde com os carbonatos extendendo-se á Chapada Diamantina bahiana e, ainda mais recentemente, revelando-se com os diamantes do rio das Garças mattogrossense e com as proprias esmeraldas, afinal em nossos dias achadas no leste de Minas, quando já se suppunha que nunca passariam de simples turmalinas.

Os districtos diamantiferos, mais distanciados entre si, mas nem por isto isentos da vizinhança do ouro, tambem a outras zonas de Minas se extenderam, como no Abaeté e na Bagagem, pontos das bacias do São Francisco e do Paranahyba.

Já é tempo, portanto, de se tratar dos resultados mais effectivos da mineração. Além do povoamento que em Minas, por exemplo, logo conquistou uma primazia ainda agora mantida, convem que se registrem, apesar da incerteza dos dados, a elevada contribuição que trouxe ás rendas reaes portuguezas esse cyclo brasileiro do ouro e das pedras preciosas, bem como os totaes, mesmo um tanto hypotheticos, do valor dessa exportação.

Dá Calogeras, autoridade incontestavel no assumpto, um total de 65.500 arrobas de ouro, extrahidas entre 1700 e 1801. Ficam em pouco menos os calculos do Barão de Eschwege, onde os quintos reaes andam em 64.800 contos. Para os diamantes, só de Minas Geraes, as estatisticas dão uma producção de quasi 3.000.000 de quilates, entre 1740 e 1823. Essas quantidades, onde não entram os contingentes, nada pequenos, dos contrabandos, confiscos, etc., decerto ficam bastante aquem da realidade.

O escoamento para a metropole, com detrimento de beneficios para as regiões mineradas, não impediu que estas se desenvolvessem, embora com observancia das crises que geram os crescimentos artificiaes. Difficuldades administrativas occasionadas pelas distancias, como em Matto Grosso, por exemplo, e descontentamento dos povos, conforme comprovam a luta dos "emboabas", os levantes de Pitanguy e contra o Conde de Assumar, o ambiente hostil á "derrama", de que uma conspiração resultou, em Minas, — tudo isto indica que tambem não foi sem sérias apprehensões para as autoridades reaes que transcorreram os governos das minas, tão differentemente do resto do paiz integradas na vida nacional.

5.º — MAPPA DEMONSTRATIVO DA DISPOSIÇÃO GEOGRAPHICA DAS MINAS BRASILEIRAS

Mas, além das consequencias materiaes e de ordem politica, tambem outras, psychologicas, teriam de se registrar como oriundas desse periodo das mineraçõe. Sua propria transitoriedade o determinaria, difficilmente se adaptando a novas condições de vida as populações rapidamente acostumadas á riqueza facil das lavras. Attestam-no os viajantes que no seculo XIX percorreram essas regiões, que na centuria anterior tiveram a sua época de maximo explendor.

Com todas essas alterações no rythmo de suas explorações, ainda não se pode dar como encerrada a nossa actividade mineral. Do defeituoso aproveitamento havido resulta que muito ha ainda a ser explorado, nas jazidas que só com melhores methodos industriaes ainda poderão render convenientemente . A sêde que agora existe do metal precioso, bem como a actividade siderurgica, iniciada em pleno periodo colonial e que ainda nos será um factor economico da maior relevancia, hão de extender ainda mais esse nosso cyclo do ouro e das pedras que, com o ferro, economicamente caracterisará ainda mais o Centro do Brasil.

VI

A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

O REGIMEN administrativo das capitanias hereditarias, embora cautelosamente e á luz da experiencia regulamentado nas cartas regias de doação, não pôde medrar no Brasil, attendendo-se ás insufficiencias e difficuldades que na sua integral execução se continham. As limitadas posses dos donatarios, as contingencias apresentadas por um meio adverso, o desinteresse que inicialmente haveria de se observar, pela terra em que tudo estava por se fazer, — tudo isto accumulado tornou inevitavel o fracasso do systema quasi feudal aqui instaurado por D. João III.

As luctas com os indios, a incapacidade dos prepostos, os conflictos entre os proprios donatarios e com os agentes da Corôa—tambem viriam a ser outros elementos da quéda do regimen. Alliando-se a isto ainda a insegurança e o temor, occasionados pelos ataques de piratas e corsarios, ter-se-á um quadro de attenuantes bastante consideravel e que, por esse mesmo motivo, muito contribúe para elevar o valor das reacções que contra tantas difficuldades se registraram, nas capitanias onde melhor se fizeram notar os esforços dos pretensos beneficiarios da munificencia real .

Todavia, não é exacta a supposição, hoje ainda bem generalisada, de que com a creação do governo geral soffreu logo um golpe de morte o systema das donatarias. Durante o dominio hespanhól e depois da restauração

da monarchia portugueza, por principios e meados do seculo XVII, continuaram a ser concedidos a particulares grandes trechos da terra brasileira, com senhorio directo e hereditario a elles privativo, em condições não muito inferiores ás de 1534.

Desde o primeiro seculo, porém, as creações de capitanias e de cidades reaes, bem como as reversões de algumas donatarias á Corôa, — por compra, abandono ou por outros motivos, entre os quaes não parece extranho o proprio confisco, — demonstram como ia se transformando, pela força das circumstancias, a linha directiva da administração colonial portugueza no Brasil.

E' verdade que foi com o estabelecimento do governo geral na Bahia, que teve o seu ponto de partida esse movimento de reabsorpção de poderes emprehendido pelo Rei. Nos successivos e constantes Regimentos expedidos para norteamento dos governadores, vê-se claramente constante essa mudança de orientação politica colonial, embora sempre com o reconhecimento da valiosidade das iniciativas privadas, de desbravamentos e povoamentos na nova provincia ultramarina.

Foi essa acção, daqui mesmo partida, de auxilio de umas capitanias ás outras, numa rapida e solida comprehensão de sua effectiva interdependencia e união, o mais forte elemento da constituição, por assim dizer "forçada", de um paiz caracterisado como esse que de facto viemos a ter, pela acção conjugada e pela vontade firme de sua metropole, como dos seus povoadores dos tres primeiros seculos.

Já tivemos occasião de ver como se procedeu, aqui mesmo, a essa ajuda reciproca das capitanias, nas conquistas, duramente feitas, do Norte, da Amazonia e do Sul, na expulsão littoranea de invasores extrangeiros, cubiçosos do explendor do nosso cyclo assucareiro, na penetração pelo Sertão com o cyclo da creação de gado e na

descoberta das montanhas do Centro, com o cyclo de ouro e das pedras. A acção administrativa aqui emprehendida por Portugal com aquella expansão territorial veio a se ligar, através das actividades diplomaticas que ratificaram a formação das fronteiras que nós mesmos soubemos nos traçar, com o dispendio de todos aquelles esforços. Nisso, aliás, é que se resume toda a nossa historia colonial, com o seu entrelaçamento de factos internos e externos, nessa sua innegavel convergencia de objectivos, todos tendentes á realisação do paiz que óra temos.

Todo o mechanismo da administração colonial portugueza tendia a esse fim, com os seus orgãos aqui installados profundamente presos a outros que funccionavam na metropole e que por fecho tinham o poder real. A coincidencia das funcções civis com as militares, attribuidas aos governadores, simultaneamente administradores e guerreiros, era o primeiro ponto de partida para essa uniformidade de vistas. A seguir, as acções ecclesiasticas, bem como as da Justiça e da Fazenda, eram encaminhadas da Colonia ao Reino, evitando-se, na medida do possivel, que se produzissem aqui mesmo os conflictos de todas essas actividades, onde forçosamente teriam mais reflexos e seriam menos attenuaveis.

Se era nessa salutar separação de poderes que corria aqui a vida administrativa do Brasil, na Côrte havia um orgão que ainda mais perfeitamente a coordenava, imprimindo-lhe directrizes muito seguras e auxiliando efficazmente a Corôa, na sua difficil incumbencia de contrôlar todo esse organismo que do outro lado do Atlantico ia se formando. Era o Conselho Ultramarino, entidade armada de extensos poderes consultivos e resolutivos, composta de figuras as mais capazes da nobreza lusitana, guerreiros e navegadores, ex-governadores, a que por muitos motivos eram familiares os negocios portuguezes da Africa, da Asia e da America.

Ainda não foi bem estudada a acção desse apparelho, sobre que repousava a administração do grande imperio transatlantico creado pelas "conquistas, navegação e commercio" de Portugal. Depois da restauração de 1640, quasi que não ha um acto referente ao Brasil, sobre o qual o Rei não tenha consultado o Conselho, quasi sempre acatando as suas opiniões. As conveniencias da Corôa, do Real Erario, da dilatação territorial, da justiça regia e do alargamento da fé catholica, foram constantes objectivos da deliberação da selecta e competente assembléa, em cujas decisões os acertos e as bôas consequencias decerto superam largamente os erros, aliás inevitaveis pela distancia do local dos acontecimentos.

Para elucidar ainda mais as consultas reaes, quanto ás conveniencias dos casos que se lhe apresentavam, os pareceres dos Procuradores da Corôa e da Fazenda naturalmente contribuiam para um total esclarecimento, ao lado das respostas do Conselho Ultramarino. Com o tempo, esses orgãos soffreram transformações, ao seu lado vindo agir tambem, para determinadas circumstancias, a Mesa de Consciencia e Ordens e, com uma historia accidentada, o proprio Tribunal do Santo Officio, de cujas "visitações" tantos traços historicos valiosos ficaram, logo nos primeiros dois seculos da vida brasileira.

A permanencia da capital do paiz na Bahia; a existencia, bastante prolongada, de capitanias mais prosperas sob o regimen do senhorio dos donatarios, como Pernambuco e São Vicente; a creação do "Estado do Maranhão", abrangendo a Amazonia e comprehendendo varias pequenas capitanias hereditarias de existencia precaria, — tudo isto originou uma série de factos altamente importante para a evolução administrativa do Brasil.

E', em primeiro logar, a autonomia municipal, mais notavel no Sul que no Norte. E' a funcção caracteristicamente metropolitana que logo assumem o Salvador,

Olinda e, depois, Recife. E' o espirito de liberdade, que a quasi ausencia da autoridade do Rei e a fraqueza do poder dos donatarios deixam crear em São Paulo, campo livre para os "potentados em arcos", bandeirantes cuja acção quasi desconheceu a dos governadores e de que apenas em papeis municipaes ou genealogicos se encontram traços.

Com a descoberta das minas, o rapido desenvolvimento do Rio de Janeiro e a consecutiva mudança da capital, outras alterações vieram a occorrer no regimen administrativo da colonia, ou antes, do "Estado do Brasil" como então melhor se dizia. Cuidadosamente se cassando as velleidades de autonomia que manifestassem os Senados das Camaras das novas villas das Geraes, de Matto Grosso e de Goyaz, as acções dos seus governadores-capitães-generaes nesse sentido se dirigiam, com as largas attribuições que *in loco* se faziam necessarias, contrastando com as restricções, cada vez mais fortes, impostas á autoridade, quasi regional apenas, dos proprios vice-reis.

Incumbencias especiaes, como a repressão de motins, preparação militar dos portos e das fronteiras, demarcação destas, etc., foram confiadas e desempenhadas, no terceiro seculo, por diversos governadores geraes ou de capitanias. As fortalezas e os quarteis do Rio Grande e de Matto Grosso são consequencias desses cuidados, de tanta importancia na nossa formação de limites.

Com o centralismo pombalino, melhor se accentuaram essas novas caracteristicas do systema colonial portuguez. A laicisação das missões fundadas por religiosos, principalmente no Maranhão e na Amazonia, foi uma das suas menos felizes tentativas, aqui emprehendidas.

E', portanto, com a gradativa diminuição do poder dos vice-reis — quasi que apenas governadores do Rio de Janeiro, — com a successiva fortificação das attribuições dos governadores e capitães-generaes de capitania,

— entretanto prudentemente ligados á metropole, — que se caracterisam os últimos annos do seculo XVIII e os primeiros do seguinte, até que a vinda da Familia Real portugueza veio alterar profundamente essa situação, pondo de facto um termo ao regimen colonial, vigente no Brasil desde a sua descoberta.

LEVANTES LOCAES

Aos movimentos armados que nos tres primeiros seculos da historia brasileira se registram, contra indigenas infensos ás necessidades da colonisação, contra invasores extrangeiros e tambem contra escravos negros reunidos em "quilombos", — devem ser accrescentados os levantes, sempre de caracter local, que contra as autoridades ou entre os proprios colonos aqui se produziram.

A reduzida importancia pratica de todas essas rebelliões internas é facilmente aquilatada com a verificação do quanto foram tenues os seus effeitos, limitados ás regiões em que se deram e isto mesmo nas raras occasiões em que puderam ser de facto observadas essas consequencias.

Não quer isto dizer, entretanto, que faltasse algum espirito de rebeldia nos formadores do paiz. E' que, se a sujeição ao Reino fortemente se fazia sentir, ao mesmo tempo a metropole agia de modo a conciliar os seus interesses com os do Brasil, sómente poucas excepções podendo ser achadas, que se traduzam em desharmonia mais flagrante.

Inutil será, portanto, a forçada descoberta de demonstrações nativistas mais sensiveis nos principaes levantes aqui havidos, actividade querida de muitos escriptores, mas que foge bastante da verdade historica. Pois

a exiguidade innegavel desses acontecimentos dos seculos XVII e XVIII fala mais alto que todas as interpretações mais tendenciosas que delles se façam.

Comprehende-se que numa Colonia onde a vida se apresentava como uma lucta continua, os motivos economicos fossem os primeiros a explicar as rebelliões dos seus povoadores.

A condemnação official á escravisação dos indigenas, situação essa creada principalmente pela acção dos jesuitas, foi, desta fórma, o ponto de partida para os motins de São Paulo e do Maranhão, em 1640 e 1684. E se no primeiro a "botada dos padres fóra" foi a principal consequencia, no segundo chegou-se a instaurar um fraco governo irregular, as razões deste movimento extendendo-se a outras medidas compressivas da liberdade de commercio. Num e noutro, porém, as desobediencias proseguiram, quanto aos motivos essenciaes dos pronunciamentos, isto é, a escravisação dos selvicolas. Não valeram como correctivos nem as energias dos governadores Salvador Corrêa de Sá e Benevides e Gomes Freire de Andrade, nem tampouco as reiteradas providencias naquelle sentido repressor emanadas da Côrte.

A odiosidade sempre causada pelos monopolios teve ainda outros reflexos aqui, uma vez que aquella revolta maranhense tambem se baseou na existencia de grandes privilegios concedidos a uma Companhia de Commercio. Foi o sal, outro estanco real, que sendo artigo de primeira necessidade, era em onerosas condições entregue pelos arrematantes aos consumidores, que originou outros levantes, em São Paulo e na Bahia, ambos terminados mais com accordos do que com castigos aos protestantes.

Mais complexos motivos economicos que, alliados a outros, chegaram mesmo á positiva desobediencia ás autoridades reaes, foram os causadores da lucta dos olindenses contra os "mascates" do Recife, em 1710. Razões

as mais absurdas ahi se observaram, como ciumes dos fidalgotes da terra contra os negociantes prosperos, de uma povoação mais antiga pela mais nova, entre outros. Facto caracteristicamente local, portanto, onde a possivel divergencia fundamental entre reinóes e brasileiros é, para o caso, uma hypothese que se esvae, examinando-se melhor os protagonistas do dissidio entre as duas villas pernambucanas.

Outra pendencia entre naturaes do paiz e "forasteiros" foi a que, quasi simultaneamente, aconteceu nas Minas Geraes, donde os paulistas, seus principaes descobridores, foram rapidamente expulsos pelos "emboabas" que, sem "bandeiras" que deixassem rastros, encheram promptamente a região, partidos do Rio de Janeiro e tambem da Bahia. Esse facto, cuja explicação em geral se esquece, mostra como foi numericamente intenso esse silencioso movimento penetrativo dos portuguezes novos na terra, em zonas só nesse seculo XVIII incorporadas á vida do paiz, como aliás tambem no Rio Grande do Sul se verificaria. A prompta victoria e a pacifica submissão do chefe Nunes Vianna são indicios que não merecem desprezo, para que se attenda melhor ás caracteristicas que logo depois foram tomando essas populações mineiras, inicialmente paulistas e só depois recebedoras de levas de reinóes, ao contrario do que seria mais natural.

Esses mesmos elementos, — paulistas que ainda permaneciam em Pitanguy e portuguezes de Villa Rica, — haveriam de realizar outros motins nas Minas, como sempre com objectivos méramente locaes. Suffocados ambos pelo Conde de Assumar, o segundo, apezar de encabeçado por um rico reinól, tem sido alvo de attenções menos arrazoadas, chegando-se a exaltar a figura de um simples apaniguado de Paschoal da Silva, que pagou com a vida o descontentamento do seu amo e de outros, contra o governo da capitania.

Foi ainda em Minas que se deu o mais adulterado dos levantes brasileiros, que aliás não passou de uma tentativa. A conjuração de 1789, que como unica base real digna de apreço teve apenas a ameaça do lançamento da "derrama" (cobrança dos quintos de ouro atrazados), tem sido um vasto campo para as imaginações ferteis em achar exemplos de nativismos e de reivindicações libertadoras. Sua importancia acha-se, entretanto, limitada pelos proprios elementos fornecidos pelo processo instaurado e, sobretudo, pelo quasi nullo reflexo que teve na restricta região em que se verificou.

Ainda entre os levantes locaes havidos durante o periodo colonial, talvez possam ser incluidos os pronunciamentos das populações dos Campos dos Goytacazes e da Bahia, contra os Viscondes de Asséca, seus donatarios, e contra um dos seus governadores. Para a segunda, como já se assignalou para a conspiração mineira, não faltam opiniões tendentes á sua ligação com acontecimentos externos, como a Independencia Americana e a Revolução Franceza, aqui porventura reflectidos. Essa allegação, que é francamente inacceitavel, visto a permanencia do caracter sempre local das nossas rebelliões dos seculos XVII e XVIII, só para mais tarde se tornaria menos incorrecta e mais digna de relativo acatamento.

VII

FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS

A HISTORIA da formação das fronteiras brasileiras apresenta a singularidade de ter sido iniciada com o apriorismo do convenio de Tordesillas, bullas papaes anteriores e posteriores, e proseguida com as attribuladas ratificações diplomaticas portuguezas, succedidas *á posteriori* dos avanços de conquistadores e povoadores do Norte e do Sul, de bandeirantes preadores de indios ou mineradores de ouro, do Sudoeste e do Centro. Depois do periodo colonial, passou pelos inevitaveis conflictos fronteiriços do Imperio, já sob a Republica conseguindo a sua feliz determinação final, como resultado da coherencia monarchica de quatro seculos, intransigentemente mantida nesse sector. A consecução desse contorno interno é, portanto, uma obra complexa, onde as difficuldades a serem vencidas foram innumeras, tendo solicitado esforços os mais prolongados, sempre, porém, com beneficio da continuidade e da extensão territorial que nos veio a competir.

Antes do descobrimento da America, as concessões territoriaes *in partibus infidelibus*, feitas pela então principal fonte do direito internacional, — o Papado, foram uniformemente em favor de Portugal, conductor indiscutivel das navegações pelo centro e pelo sul do Atlantico. As bullas *Dum diversa, Divino amore, Romanus pontifex* e *Inter cœtera*, dos papas Nicoláo V e Calix-

to III, concederam ao pequeno Reino as terras e ilhas descobertas em consequencia do avanço maritimo lusitano, grandemente progredido desde que as antigas pescarias costeiras se transformaram nas constantes viagens das náos dos influenciados pela obra do Infante D. Henrique.

Com a intervenção do pontifice Alexandre VI, em 1493, pela qual sómente as terras situadas a cem leguas a oeste dos Açores pertenceriam a Portugal, as de leste passando á Hespanha, e com os protestos de D. João II, novo aspecto tomou essa politica de apressada divisão de terras ainda a descobrir. Agindo de accordo com as circumstancias, o Rei preferiu tratar directamente com o soberano seu vizinho, melhorando aquella divisoria imaginaria, que passaria a ser traçada a trezentas e setenta leguas do Cabo Verde, pelo convenio de Tordesillas, assignado em 1494 e autorisado pelo papa Julio II, em 1506.

As explorações seguintes vieram demonstrar a difficil determinação sul-americana dessa linha que, passando pelo Pará, deveria cortar o interior do continente até encontrar novamente o littoral, em um ponto nunca fixado com certeza, Cananéa, Rio da Prata ou Patagonia, conforme a inclinação que, arbitrariamente, na carta se lhe désse. A descoberta do estuario platino, um limite natural, adiaria ainda mais a questão, que na Oceania, mais do que aqui, logo occuparia a attenção das Côrtes peninsulares, decidindo-se pelo accordo de Saragoza, de 1529, o senhorio das Molucas (Philippinas), a favor da Hespanha, razão de algumas de suas concessões em nosso beneficio, posteriormente.

Os limites etabelecidos na costa brasileira para as nossas capitanias hereditarias, deixaram em aberto duas regiões essenciaes para o seguinte desenvolvimento do Brasil: o Sul, do Paraná e da parte meridional de Matto Grosso até o Prata, e o Norte, do Maranhão em deante,

por toda a immensidade amazonica. Dentro e fóra da raia de Tordesillas, essas zonas seriam objecto de avanços iniciados durante a facilitadora união das corôas ibericas (1580-1640), então realisados totalmente no Norte, da Parahyba ao rio Aguarico, duramente continuados por dois seculos (1603-1802), no Sul, pelos rios Paraná, Uruguay e Paraguay e em muitos de seus affluentes, pelos Sete Povos, pelo Tape, pela Campanha gaucha e com as attribuladas occorrencias da Colonia do Sacramento.

Esses movimentos de expansão territorial, já examinados antes, em suas caracteristicas aqui mesmo observadas, necessitaram ter as suas ratificações diplomaticas européas, depois que com a separação dos Reinos peninsulares os choques entre colonisadores de uma e outra procedencia em maior numero teriam de se verificar, nos diversos pontos extremos de suas conquistas e explorações littoraneas, fluviaes e em plena selva americana.

No Sul, já vimos como os estabelecimentos do governo de Assunción e tambem dos jesuitas da provincia paraguaya do Guayrá, de Véra, da fracassada Nueva Viscaya mattogrossense, do Uruguay e do Tape, pouco depois de suas fundações, foram alvos dos ataques dos paulistas, com as destruições, abandonos e reclamações consequentes. Os resultados destas, — negociações entre Madrid e Lisbôa, queixas levadas a Roma, providencias mal recebidas e ordens não executadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, sobretudo a respeito da escravisação dos indigenas, em varios annos do seculo XVII, — não foram mais que simples preparativos da animosidade e do espirito da permanente prevenção que entre hespanhóes e portuguezes, e descendentes americanos de ambos, muito se observariam no seculo seguinte, rico em convenios e em divergencias.

Ainda naquella centuria, logo depois da Restauração bragantina, o Conselho Ultramarino, percebendo a

urgente necessidade de se povoar o littoral do Sul, opinava pela concessão, ahi, de uma extensa capitania aos Assécas, tendo por extremo o proprio rio da Prata. Ás fundações da primeiras povoações paranáenses, vindas ainda do seculo XVI, seguiram-se, no XVII, as das catharinenses, igualmente devidas aos paulistas, aquellas para mineração do ouro de lavagem, estas já para a creação de gado.

Mas, como providencia official, arrojada e extensa como nenhuma outra, a fundação da Colonia do Sacramento, bem dentro do estuario platino, em 1680, viria a ser um marco fortissimo de toda a questão fronteiriça dos dominios hespanhóes e portuguezes na America do Sul, origem remota, mas nem por isto desprezivel, da propria existencia politica da posterior republica uruguaya.

Foi em torno da existencia dessa excellente fortaleza lusitana, que a aguda visão de D. Manuel Lobo soube crear a dez leguas de Buenos Ayres, que passou a gyrar toda a prolongada pendencia da delimitação sulina. Em ataques e rendições, repressões e devoluções, acções militares e convenções diplomaticas, transcorreu a agitada historia dessa nossa posição platina, que não chegou a completar o seu centenario, pois foi totalmente destruida em 1777, pelo primeiro vice-rei do Prata, D. Pedro de Ceballos. Vale a pena, portanto, que aqui sejam resumidas as suas vicissitudes, tendo-se em vista a importancia que lhe cabe.

Logo depois de sua fundação, sabido isto por um aviso de D. Phelippe Corbulon, governador do Paraguay, ao seu collega do Rio da Prata, D. José de Garro, reuniu este diversas tropas e foi atacar o forte, arrazando-o e prendendo o seu fundador, que em Buenos Ayres morreu. D. Pedro II, então reinante em Portugal, pensou em iniciar nova guerra com a Hespanha mas, tendo preferido

recorrer ás negociações diplomaticas, não conseguiu a fixação do meridiano de Tordesillas, obtendo, porém, a reconstrucção e a reentrega da fortificação, em 1681.

"Ao rebentar a guerra da successão da Hespanha", conta Capistrano, "El-Rei de Portugal esposou a causa do Duque de Anjou, que por isto lhe cedeu o territorio disputado no Prata. Mais tarde mudou de partido e alliou-se á Inglaterra, a favor do pretendente austriaco. Dahi resultou novo ataque e nova tomada da Colonia do Sacramento, que permaneceu em mãos do inimigo de 1706 a 1715". Nesse segundo ataque, de milhares de hespanhóes e de indigenas, o commandante da praça, Sebastião da Veiga Cabral, defendeu-se do cerco por varios mezes, embora sem ter recebido reforços do Rio de Janeiro, donde só lhe mandaram ordem de abandonar tudo, voltando elle com a sua guarnição, depois de capitular.

Foram ainda consequencias da politica européa que fizeram com que a Portugal fosse pela segunda vez restituida a Colonia. O tratado de Utrecht (1715), que entregou a Hespanha aos Bourbons, tornava-os desprendidos dessa posição, cujo alcance os negociadores de Luiz XIV não logravam comprehender.

Esta não era, entretanto, a attitude dos seus vizinhos platinos, naturalmente encommodados pelas perigosa proximidade. Surgiu, então, a idéa do isolamento do posto portuguez, muito facil de se conseguir pela distancia em que estava do Rio de Janeiro e mesmo de Santa Catharina. Argumentando os hespanhóes que só o territorio distante um tiro de peça era o da jurisdicção da Colonia, entendiam os portuguezes que toda a margem esquerda do Prata é que constituia essa parte mais avançada dos seus dominios sulinos. Fundada Montevidéo, a quarenta leguas de lá, e, de 1735 a 37, ensaiada mais uma vez a conquista violenta da attribulada praça de guerra, cuja guar-

nição, sob o commando de Antonio Pedro de Vasconcellos, resistiu tenazmente, — estava entretanto assegurada a precariedade do seu sustento, desde que o povoamento das suas terras não nos coube realisar.

Contra esse erro essencial, que nos faria perder irremediavelmente, mais tarde, a Provincia Cisplatina, agiu-se, pela mesma época, iniciando-se, em 1737, a colonisação do Rio Grande de São Pedrò, depois Rio Grande do Sul, abaixo e acima da Lagôa dos Patos, pontos donde se passou em seguida á Campanha e ao Ibicuhy, á região serrana e ao Tape, até se perfazer, com o trabalhoso apossamento dos Sete Povos do Uruguay, todo esse territorio gaucho, de tanta valia na formação nacional.

Aliás, a questão da determinação das linhas divisorias luso-hispanicas não poderia se prolongar muito mais. Condicionava isto não só esses ataques, mas tambem os precedentes do seculo XVII, das invasões paulistas. Maior transformação na nossa politica internacional, portanto, pelas profundas consequencias que teria depois, foi a proporcionada pelo tratado de Madrid, que trouxe um novo espirito aos entendimentos relativos á formação das fronteiras brasileiras. O *uti possidetis* então consagrado contra o impossivel respeito á letra morta do convenio de Tordesillas, veio a ser o principio orientador de todas as fixações lindeiras posteriores, até as explendidas victorias do Barão do Rio Branco, um seculo e meio depois.

A historia do tratado de Madrid (1750) constitúe, desta forma, uma passagem de importancia excepcional para o Brasil. Conseguido pela influencia ingleza; pelos desejos de se agradar a Portugal, que acabara de fornecer uma rainha á Hespanha; pela acção sempre exaltada, mas nem sempre aprofundadamente examinada, do santista Alexandre de Gusmão, secretario de D. João V; pela fraqueza da côrte de Fernando VI; pela incapacidade de

seus ministros, como o signatario D. José de Carvajal y Lancaster; pelas nunca sufficientemente averiguadas luzes do embaixador portuguez, o Visconde de Villa Nova de Cerveira, — por tudo isto, ou por alguns desses elementos, a verdade é que a inapplicação desse tratado não conseguiu invalidal-o. Seu "espirito" foi mais forte que a opposição que não tardaria a lhe fazer o novo e mais energico rei da Hespanha, Carlos III. Prevaleceu tambem sobre as difficuldades logo apparecidas nas demarcações por elle determinadas.

Praticamente, o tratado abolia todos os anteriores: os convenios de Tordesillas, de Saragoza, de Lisbôa ... (1681) e de Utrecht. Portugal cedia á Hespanha a Provincia de Tuy, na Galicia, mais a colonia do Sacramento, util á livre navegação platina. Recebia, em troca, os Sete Povos do Uruguay, os estabelecimentos do rio Pepiry e Santa Rosa, no Guaporé. A fronteira começaria nos Castilhos Grandes, perto de Maldonaldo, a setenta leguas da Colonia, iria á Lagôa Mirim, pelos cumes ás nascentes do rio Negro, idem ás do Ibicuhy; pelos rios Uruguay e Pepiry acima, pelas cabeceiras deste ao que désse no Iguassú; por este ao Paraná, subindo-se depois o impreciso Igurey, por este acima até a passagem a um tambem incerto Corrientes, delle ao rio Paraguay até os Xarayes, dahi á bocca do Jaurú. Trocando-se a parte acima de Castilhos Grandes pela que fica entre o Ibicuy e o Quarahim, aquella tendo ficado com o Uruguay, e esta com o Brasil, temos, mais ou menos, a linha depois definitiva, com aquelle paiz, a Argentina, o Paraguay e a Bolivia. Porém, mais valiosa do que essas quatro fronteiras, obtivemos a razão que depois em todas as divergencias passamos a allegar, isto é, a occupação anterior como creadora de indiscutivel direito.

Como primeiro reflexo do tratado de Madrid, contra

a sua applicação fizeram representação o Provincial e os consultores da Companhia de Jesus no Paraguay. Dirigiram-na ao Vice-Rei do Perú, em cuja jurisdicção estavam, com copia ao Procurador jesuita em Madrid, para que a entregasse ao soberano, como se deu. Contra o ajuste chegou-se até a accusações ao plenipotenciario Carvajal, com extranheza do ministro Ensenada.

As demarcações por parte de Portugal foram confiadas á competencia de Gomes Freire de Andrade, pela Hespanha sendo incumbido o Marquez de Valdelirios, em 1752 dando ambos começo ás suas difficeis missões. Sem entrar em minucias, basta assignalar que seis annos depois voltou ao Rio o Conde de Bobadella, sem ter podido dar cumprimento ás duas partes apparentemênte mais importantes do tratado, isto é, a entrega da Colonia do Sacramento e o recebimento dos Sete Povos. Destes aliás, mais proximos foram ficando os ilhéos e brasileiros povoadores de Viamão e Casaes, que cêdo passaram ás terras do Jacuhy.

A subida ao throno hespanhól de Carlos III, em 1760, veio marcar o inicio de um periodo bem difficil para a consecução de uma saida para essa questão fronteiriça do Sul. No anno seguinte, em Pardo, confirmou-se a nova attitude annullatoria do Rei, dando credito ás accusações que então em grande numero se faziam á Portugal e aos seus colonos. E, em 1762, o governador de Buenos Ayres mais uma vez tinha que tomar a Colonia do Sacramento, desta vez tendo, entretanto, de prolongar a sua conquista até a região entre as lagôas Mirim e dos Patos, já bem povoadas. Pelo tratado de Paris, do anno seguinte, voltou-se ao *statu-quo*, theoricamente, porém, porque embora restituindo-se a Colonia, mantiveram os hespanhóes a sua posse sobre Rio Grande, até 1776.

Um novo tratado, o de Santo Ildefonso, de 1777, fez voltar á vida as melhores disposições do de Madrid, al-

guns mezes antes delle tendo sido destruida, e desta vez para sempre, a nossa fortaleza da Colonia do Sacramento.

Dois problemas restavam entretanto de pé. Eram a incorporação aos dominios portuguezes dos Sete Povos, cuja evacuação pelos indigenas aldeados pelos jesuitas não tinha sido possivel antes e tambem o definitivo acerto das raias da Campanha. Offereceu opportunidade para isto a guerra da Peninsula, entre Portugal e a Hespanha, aqui reflectida com proveito da conformação territorial brasileira.

Sebastião Xavier da Veiga Cabral, general e governador da nova capitania do Rio Grande de São Pedro, que ha annos vinha sendo o chefe da commissão demarcadora, em julho de 1801 entrou por terras até então havidas como de dominio hespanhól, atacando os pontos fronteiriços de San José, Santo Antonio de la Laguna e Santa Rosa, abandonados pelo inimigo, que foi para o forte de Cerro Largo. Succedeu o mesmo nos fortins de Santa Tecla, S. Gabriel de Batovi e San Rafael, no Tacuarembó. Emquanto isto succedia na Campanha, eram os Sete Povos tambem desautorisadamente conquistados por particulares, sob o commando de Manoel dos Santos Pedroso e de José Borges do Canto, soldado desertor de um regimento de dragões. Contra Veiga Cabral mandou uma expedição o vice-rei de Buenos Ayres, tres mil homens chefiados pelo Marquez de Sobremonte, que só em outubro puderam seguir. Caiu Cerro Largo em poder dos portuguezes, alargando-se as suas conquistas nessa parte do extremo-sul. Fallecendo o governador, foi substituido pelo Brigadeiro Francisco João Roscio. Sobremonte approximava-se do Rio Grande quando se soube da paz de Badajóz, entre os dois povos peninsulares, motivo pelo qual retiraram-se os hespanhóes, deixando aos portuguezes e gauchos a sua nova li-

nha de fronteira, já bem caracterisadas as differenças de colonisação entre o Rio Grande do Sul e a Cisplatina.

Tambem no sul de Matto Grosso teve effeitos relativos á formação de limites essa rapida guerra da Peninsula. O governador de Assumpção atacou o Forte de Nova Coimbra, posição utilmente creada no rio Paraguay, tendo sido repellido o seu ataque pelas forças de que dispunha o tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Já em 1802, apesar de acabada a guerra na Europa, tropas nossas assaltaram e tomaram o forte hespanhól de San José, á margem do rio Apa, desta forma fixando a nossa fronteira, por essa região.

* * *

Examinada assim a historia diplomatica e militar das nossas zonas lindeiras no Sul, é preciso que se relembre como a politica da creação de marcos delimitadores foi nos servir no Norte, da entrada da Amazonia ás suas partes mais longinquas, vizinhas de Nova Granada, do Perú e de Charcas. Os fortes e fortins, por mais infima que tenha sido a sua actuação propriamente militar, tiveram de exercer essa funcção de asseguradores de um incontestavel *uti-possidetis*, inteiramente respeitavel á diplomacia posterior. Ao lado delles, a fundação de capitanias de fronteira, como as do Cabo do Norte e a de S. José do Javary, foi outra prova da larga visão conquistadora dos portuguezes que, ao penetrar essas immensas regiões, não se limitavam a explorar os seus rios interminaveis. Procuraram e acharam a desejada communicação com o Centro, ligando o Pará a Matto Grosso, pela linha mais oriental do Madeira e do Guaporé, assim realizando um itinerario fluvial da mais alta importancia para a consecução do contorno fronteiriço de que dispomos agora.

Na penetração da immensa bacia amazonica, os fortes inglezes e hollandezes ahi encontrados em 1615, foram substituidos por outros portuguezes. O do Presepio, em Belém, os de Macapá, Araguary, Gurupá e Santarem pertencem a esse movimento, de defesa das fozes. A elles depois iriam se juntar os de São Joaquim, no rio Branco, o das Marabitanas, no rio Negro (onde tambem os hespanhóes chegaram a fundar o de San Carlos), o de Tabatinga, no Solimões (aquem da zona equatoriana do Napo, a que chegara, em 1639, com a celebração de um não inutil acto de posse, Pedro Teixeira) e, afinal, o do Principe da Beira, já em pleno Guaporé mattogrossense, completando o leque da rêde que ia do rio Oyapóc ás serras de Tumuc-Humac, do rio Negro ao Javary, do rio Madeira ás primeiras vertentes do rio Paraguay.

Com o tratado de Utrecht, de 1713, resolvera-se a nosso favor a posse do Amapá e, allegado isto posteriormente, a arbitragem confirmaria a sua valiosidade, contra as pretenções francezas de chegada até o Araguary, senão mesmo até o Amazonas, em logar da divisa do Oyapóc ou rio de Vicente Pinzón.

Com o tratado de Madrid, de 1750, iniciou-se para a região a serie de demarcações fronteiriças, pelas suas condições especiaes até hoje inacabadas, comquanto já em vias de adeantada conclusão. Nesse sentido, as viagens e as negociações dos commissarios Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. José de Iturriaga resultaram improficuas, apesar de se terem arrastado alguns annos, entre incursões demoradas e distancias terrestres praticamente intransponiveis, então como agora, desde que se tenha de abandonar as unicas estradas já preexistentes, as fluviaes.

Da mesma forma sem ter attingido soluções definitivas, foi outra tentativa de demarcação no Amazonas,

emprehendida depois dos tratados que já registrámos ao tratar da fronteira do Sul. Os commissarios Chermont e Requena não chegaram a accordos, a exemplo dos anteriores, deixando para ser resolvida sob o Imperio a questão da navegabilidade internacional do Amazonas e de seus affluentes e, já na Republica, as pendencias seculares do Amapá, do Pirára e do Acre.

Mas, apesar dessas impossibilidades então perfeitamente comprehensiveis, o *uti-possidetis* a nosso favor ia se caracterisando de um modo indiscutivel, assegurando-nos as futuras reivindicações plenas de direitos, obra sem duvida das mais apreciaveis entre as que nos foram facultadas pela excellente politica colonial portugueza na America.

VIII

O REINO E O IMPERIO

Séde da monarchia lusitana desde 1808, a Colonia ou Estado do Brasil, melhor se caracterisava em sua forma politica com a presença aqui da Casa de Bragança. O Reino e o Imperio dahi decorreriam de um modo profundamente benefico, facilitando a unificação do paiz que em tres seculos se formara.

Para a transposição desse periodo numerosos factores concorreram. A boa vontade do Principe Regente, os reflexos da politica européa, alterada profundamente pela Revolução Franceza e pela phase napoleonica, tudo isto aqui repercutiu, influenciando poderosamente a evolução brasileira.

A questão da autonomia administrativa, essencial nessa transformação, ficou em suspenso durante a permanencia de D. João. Nem mesmo a creação do Reino Unido, em 1815, pôde attenuar o choque occorrido de 1820 a 21, entre a antiga Metropole e o governo apressadamente estabelecido no Rio de Janeiro, depois da volta do Rei para Portugal.

Porém, á margem desse problema, emquanto elle não se manifestou, muito se fez no Brasil, quanto á administração propriamente dita, durante a estadia de D. João. Aos seus ministros, Condes de Linhares e da Barca, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, bem como a alguns governadores de capitanias, como os Condes dos Arcos, de Azambuja e das Galvêas, muito se passou a dever,

nessa série de rapidas mudanças registradas no paiz. Com as communicações melhor organisadas, com o exercito e a marinha objectos obrigatorios de maiores cuidados, "o novo Imperio que se iria fundar" pôde, na verdade, ser estabelecido com bases mais firmes, que nem os governadores geraes e nem mesmo os vice-reis lhe poderiam ter facultado.

Apesar desse extraordinario fortalecimento da mais nova das tres partes da monarchia bragantina, o simples retorno do seu chefe para a Europa proporcionaria ao seu representante aqui deixado numerosas difficuldades de acção. Transformara-se profundamente o ambiente americano e sómente com uma forte adaptação ás suas circumstancias, por parte do Principe D. Pedro, é que seria encontrada a saida para essa nova situação. Com sacrificio da idéa de união dynastica e com attenção aos anseios autonomistas, processou-se o movimento da Independencia, ao contrario do que succedera no resto do continente com opção pela mais vantajosa formula monarchica.

Como sempre, coube aos factores externos um papel dos mais relevantes, nessa difficil tarefa de se organisar, sob bases inteiramente novas, o paiz que de um centralisado regimen colonial abruptamente passara á condição de metropole, della, ainda mais repentinamente, sendo despojado. Assim como o Congresso de Vienna foi a fonte mais proxima da precaria creação do Reino Unido, a Constituinte de Lisbôa não poderia deixar de ser a origem mais certa da separação politica entre o Brasil e Portugal.

Ainda dentro da logica dos acontecimentos estava a subita diminuição da autoridade do governo do Rio de Janeiro, ás vesperas do Sete de Setembro. Com o decidido apoio apenas da zona fluminense e a custo obtidas as adhesões de São Paulo e de Minas Geraes, D. Pe-

dro teve de emprehender, depois do grito do Ypiranga, um sério trabalho, que se póde classificar como uma nova conquista do Norte, duramente conseguida na costa, da Bahia ao Pará, e até em varios pontos do interior, do Ceará ao Maranhão. Aliás, no proprio Rio de Janeiro as difficuldades não foram poucas antes e depois de 1822, não extinctas nem com a saida das tropas portuguezas e só com o fechamento da Assembléa Constituinte transitoriamente amortecidas, já em 1823.

Nesse periodo mais do que agitado e dentro do qual era a propria nação que de improviso se tinha de organisar, foi devéras providencial a conjugação das actividades do Imperador e do ministro José Bonifacio. Ambas tendo como ponto de união a fórma monarchica, puderam congregar esforços os mais divergentes, arbitrariamente apresentados a participar de uma formação politica caracterisadamente revolucionaria e difficil.

Dessa distincção de directrizes entre D. Pedro I e os seus governos ministeriaes decorreria toda a impossivel manutenção de qualquer harmonia de poderes no Primeiro Reinado. Depois dos choques com a orientação de José Bonifacio, viriam os registrados com a Assembléa Constituinte e, passado um pequeno intervallo (1824-26), appareceriam outros conflictos, esses já com o Legislativo ordinario, posto a funccionar quando ainda tanta falta de preparação se accusava entre nós.

PRIMEIRO REINADO

Inaugurando-se sob a pressão de acontecimentos externos, o Imperio brasileiro, para se firmar, teria de recorrer a numerosos expedientes politicos, entre elles a cessão ás idéas de organisação então vigentes, além da ob-

tenção de allianças européas, da Austria como da Inglaterra, de accordo com as conveniencias do momento.

A reunião de uma Assembléa Constituinte, pura imitação da lisboêta e convocada ainda antes da proclamação da Independencia, foi o passo mais decisivo que se deu naquelle sentido fortalecedor e inspirador de confiança. As consequencias desse acto não foram previstas e, para que se chegasse até a inevitavel dissolução, tornou-se necessario que os excessos legislativos attingissem os limites maximos de uma desenfreada opposição, incompatibilisando irremediavelmente os orgãos da representação com os do governo, neste se confundindo os ministros com o proprio Imperador.

Essa preparação constitucional e parlamentar não podia terminar senão com um fracasso, pelo menos temporario. O espirito da época chocava-se com antecedentes absolutistas ainda muito proximos, faltando a esse ambiente qualquer facilidade para rapidas adaptações. Dahi a constante repetição de conflictos cada vez mais serios, tendendo todos a enfraquecer continuamente a harmonia de poderes que só em poucas occasiões se percebeu existente, sob a presidencia necessaria do Imperador.

Da experiencia organisadora de 1822-23 resultou, portanto, o periodo menos liberal, porém mais seguro para os destinos do paiz, que foi de 1824 a 26, da rapida elaboração de uma racional Constituição á primeira sessão de um Parlamento mais definido que a Assembléa Constituinte, mas nem por isso muito melhor comprehendedor das suas funcções, dentro do systema de equilibrio de poderes aqui então theoricamente instaurado.

Em um periodo seguinte, que foi de 1826 a 29, aggravaram-se as sempre progressivas difficuldades politicas do Primeiro Reinado. Se internamente a acção da

Camara dos Deputados, mais que a do Senado, prejudicava o ambiente politico do Imperio, com suas tricas ainda não partidarias mas já bastante perturbadoras, foi pelo lado exterior que ainda mais fortemente se fez sentir a precariedade do advento de um rythmo mais seguro para a evolução brasileira. Tendo de attender ás constantes questiunculas das composições ministeriaes, em que se trocavam nomes, mas quasi nunca valores, o Imperador teve de se preoccupar grandemente com os seus negocios europeus, como successor de D. João VI no throno portuguez e, principalmente, como natural defensor dos direitos de sua filha D. Maria II a essa corôa a que tão expontaneamente renunciara.

Não menos acabrunhantes para a situação especial de D. Pedro I foram os simultaneos aspectos da nossa politica platina, desde o principio do seculo passivel de diversas alterações, de que não pôde ser termo a precaria federação da Provincia Cisplatina ao Imperio. Só com a definitiva independencia do Uruguay, por nós permittida em 1828, é que se pôde imprimir um rumo mais seguro a toda uma politica de inevitavel intervencionismo, proseguida depois, embora sob moldes e mediante motivos differentes.

Nessa progressão de dissabores, o fecho natural do Primeiro Reinado não podia ser senão a abdicação theatral de 1831. Se o Imperador não conseguia conduzir os acontecimentos, tambem não era homem para se deixar levar por elles, nas accommodações em que depois foi fertil o systema monarchico constitucional. Sendo impossivel o prompto solucionamento dos problemas brasileiros, — pois um Imperio não se improvisa nem mesmo por um Napoleão, — sómente uma nova phase de dolorosas experiencias, as Regencias, é que poderia dar á nação essa força unitiva que decorre de suas proprias vicissitu-

des. E, desta forma, o Primeiro Reinado não pôde deixar de ser senão um periodo de intensos começos, não de realisações politicas logo caracterisadas e definitivas.

A CONSTITUIÇÃO DE 1824

A historia constitucional do Brasil monarchico é de uma excepcional importancia para a comprehensão da nossa evolução politica. Soffrendo alterações muito perigosas, em 1834, as instituições na Carta instauradas agiram em toda a sua plenitude no Segundo Reinado, possibilitando-lhe, embora apenas em parte, a posse de suas caracteristicas essencialmente proprias.

A uma Constituição acceita de emergencia ainda por D. João VI, seguiram-se as Côrtes Constituintes de Lisbôa. Influencias de ambas podem ser assignaladas nos interrompidos trabalhos da nossa Assembléa de 1823, por seus excessos legislativos, para não dizer politicos, e nunca apenas constitucionaes, merecidamente dissolvida por D. Pedro I.

A Carta outorgada em 1824 melhorou grandemente o projecto de autoria quasi total de Antonio Carlos e que só até o artigo 24 tinha sido discutido. Applicando aqui os planos de Benjamin Constant, a Constituição de 25 de março, tendo incluido, além dos tres poderes, já consagrados, mais o Moderador, pôde offerecer á historia do Imperio o seguro eixo sobre que se apoiaria todo o seu jogo politico, convenientemente comprehendido depois por D. Pedro II, em seu longo Reinado. Os Conselheiros que a elaboraram e, talvez mais ainda que elles, o Imperador que a outorgou, houveram-se com rara felicidade na escolha dos seus lineamentos principaes. Sobretudo, foi uma circumstancia altamente apreciavel a possibili-

tação, nella implicitamente contida, de á sua margem serem creados institutos novos, attendendo-se a necessidades posteriormente apparecidas, sem o recurso forçado ás sempre mais perigosas reformas constitucionaes. Essa malleabilidade chegou a constituir mesmo, praticamente, um dos seus maiores meritos.

A apposição de um Acto Addicional á Constituição, dez annos depois da sua outorga, veio ser uma prova da insegurança aqui instaurada pelo precario governo regencial. Felizmente, limitado um pouco, em seus ardores até federalistas, pela opposição do Senado, esse addendo foi ainda mais restringido pela Lei Interpretativa de 1840, o que demonstra o rapido apparecimento de um salutar espirito conservador no paiz, pelo menos entre as suas já existentes elites politicas.

Com a instauração do systema parlamentar, depois da renuncia do Padre Feijó, ou depois das revoltas de 1842 ou de 1848, como divergem os poucos escriptores que já trataram do assumpto, todo um vasto trabalho de exegese constitucional pôde ser feito, nas discussões não raro *preciosas* com que os nossos politicos passaram a encher os annaes parlamentares. Coube naturalmente ás partes mais delicadas do texto — harmonia dos poderes e posição do orgão Moderador, — o melhor dessa procura de explicações. Porém, mais que os discursos e folhetos, os factos é que se encarregariam de dar uma forma definida a essas regras previamente fixadas, o poder pessoal de D. Pedro II sendo logo chamado a cumprir attribuições que escapavam á simples letra constitucional.

Inteiramente á margem da Constituição de 1824, as grandes reformas politicas e economicas por que passou o paiz obtiveram decretos regulamentadores, muitos delles sujeitos a serem classificados como de natureza estrictamente constitucional. A restauração do Conselho de Estado em 1841; a creação da Presidencia do Conselho

de ministros em 1847; as leis dos Circulos em 1860 e da eleição directa, em 1881; as leis do Ventre-Livre e Aurea, — todas essas profundas alterações occorridas no Segundo Reinado produziram-se sem invasão do terreno constitucional. Foi esse um acontecimento sem duvida apreciavel, visto os perigos que commummente acompanham, na America Latina principalmente, essas transformações mais intensas que nas leis organicas se procedem.

Aliás, já em 1827 um assumpto de natureza tão especial como o da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, fôra regulamentado por simples lei ordinaria, sem que tivesse sido julgado necessario recorrer a uma reforma constitucional. E o mesmo acontecera em 1828, com a creação do Supremo Tribunal de Justiça, que seria a cupula do proprio Poder Judicial do Imperio, muito vagamente delineado na Constituição de 25 de março.

A essa mobilidade constitucional se devem muitas das effectivas vantagens politicas que sob o regimen monarchico no Brasil se registraram. Apesar do exito dessa experiencia constitucional, pelo menos durante o Segundo Reinado, com a Republica viu-se que por outros caminhos enveredariam os seus doutrinadores politicos, evidentemente sem que reaes proveitos resultassem dessa abrupta mudança.

IX

INSURREIÇÕES CONTRA O PODER CENTRAL

As multiplas variações doutrinarias que modelaram os systemas politicos do seculo XIX tambem no Brasil muito se reflectiram, sob o Reino e o Imperio. Influencias das idéas philosophicas expandidas com a Revolução Franceza, más interpretações do constitucionalismo seguinte, inevitaveis crises do conceito de autoridade, — todas essas causas condicionaram constantes perturbações da ordem legal. Vencidas com esforços mais ou menos energicos, raramente deixaram traços mais profundos de suas explosões, embora suas significações ainda hoje soffram erroneas interpretações.

Se foram geralmente inconsequentes esses movimentos e rebelliões, por seu lado, os governos contra os quaes se produziram não eram menos imprecisos em suas directrizes, formados quasi sempre ao accaso das combinações politicas e de opiniões tambem não raro variaveis. Decorriam dahi a precariedade ou a violencia de muitas repressões, conforme as disposições dos orgãos offendidos, dictadas tanto pela sua influencia como pelos recursos ou conveniencias existentes.

* * *

Ainda sob D. João VI, a rebellião pernambucana, em 1817, veio constituir um exemplo bem flagrante da facil assimilação dos principios dissolventes que longe do cen-

tro politico principal conseguem ser lançados. Alguns homens proeminentes da capitania, herdeiros de uma não apagada tradição aristocratica, reunidos antes em torno do prestigio de um já esquecido Arruda Camara, puderam então se transformar em divulgadores das novas idéas da Europa e, de Itambé a Olinda e Recife, prepararam o terreno para os significativos excessos imitacionistas dessa insurreição.

Os lineamentos profundamente de importação que assignalaram esse movimento tiveram repetição em 1824, com a Confederação do Equador. Nascida de uma questão estrictamente local, — uma successão de presidente da provincia, — essa revolta pôde chegar até o separatismo, ainda por influencia de imaginações ferteis, vindas da anterior. Inutil será querer procurar, em ambas, motivos mais valiosos, como uma justificavel separação politica ou um vehemente protesto pela dissolução da Constituinte. Levantes puramente locaes, destituidos de motivos solidos, receberam repressões á altura dos perigos que representariam, caso se extendessem a outras regiões. E, em um Reino ainda absoluto, como em um Imperio recentemente constitucionalisado, — não reconhecido no exterior e temeroso de ameaças européas, — não foram de se extranhar taes attitudes dos seus governos de então, em defesa da ordem e, sobretudo, da unidade politica que encarnavam.

* * *

A' revolução incruenta de 1831 e, por isto mesmo, indirectamente victoriosa, seguiu-se o periodo tormentoso das Regencias, onde as alterações da ordem chegaram a beirar os limites da anarchia. De origens sómente politicas a principio, como aquelle movimento que produziu a surpreza da abdicação de D. Pedro I, essas perturbações foram até ao puro banditismo e ás tentativas de separação, com o crescimento da geral athmosphera de

incomprehensão e de insegurança que o artificial e provisorio regimen permittiu que se creasse.

Desta forma, ás agitações militares da Côrte haviam de se succeder os pronunciamentos provinciaes, onde as nomeações de presidentes reflectiam as divergencias da capital, provocando inevitaveis reacções. Alliando-se a isto as más experiencias das assembléas regionaes, creadas pelo Acto Addicional, tornaram-se mais vehementes essas possibilidades de protestos, a que a fraqueza do governo do Rio de Janeiro nunca podia dar immediato concerto. Assim se explica essa crescente agitação revolucionaria, que gradativamente attingiu a todo o paiz: o Rio de Janeiro em 1831-32, Maranhão em 32, Minas em 33, Ceará em 34, Pernambuco em 35, Rio Grande do Sul e até Santa Catharina pelo decennio de 35 a 45, Pará em 32, 34 e 37, Bahia em 37, Maranhão novamente de 39 a 41.

Apresenta diversas modalidades, mas filia-se unicamente á geral difficuldade de coordenação politica, o quadro dessas revoltas occorridas no periodo das Regencias. Os descontentamentos occorridos no Rio iam repercutir nas provincias. Não se pejavam os seus politicos de recorrer a militares ou a authenticos malfeitores, para fazer sentir os seus protestos, ou para obter as reintegrações de postos que desejavam. Nesse ambiente, em que se confundiam presidentes e commandantes das armas com caudilhos e bandidos, o conceito da autoridade não podia senão periclitar, uma vez que o Throno estava vazio e, consequentemente, suspensas todas as idéas de união, de continuidade politica e administrativa.

Inutil seria, portanto, esmiuçar os moveis de todas essas subversões da ordem: foram sempre simples écos das agitações partidarias existentes; e os chefes locaes e os militares envolvidos nos levantes, bem como os "Vinagres" e "Balaios" delles aproveitadores, todos esses indi-

viduos não podiam e não sabiam filiar suas rebeldias a causas que fossem superiores ás querellas da politicagem. Agiam sob pressões mais immediatas, porém o unanime anseio pela maioridade do segundo Imperador bem indicava qual era o motivo das suas insatisfações, tanto quanto a razão da debilidade revelada no extinguil-as, pelos governos regenciaes.

Da falta de cohesão no centro, a Côrte, resultavam a dispersão e a incomprehensão na peripheria, as provincias, nesse centrifuguismo de toda situação politica que em si mesma não encontra elementos bastantes para se impôr. A Regencia e o Parlamento nada tinham de solido, de unificador, que se pudesse contrapôr á desordem, generalisada por toda a vastidão do Imperio. Esse o motivo essencial das numerosas revoltas então havidas, difficultosamente abafadas quasi todas, e cujo cyclo só foi encerrado pela desapparição das suas causas, tambem revolucionariamente apressando-se o inicio do Segundo Reinado.

* * *

Uma relativa educação politica não se consegue senão á custa de experiencias muito prolongadas e uma sufficiente prova disto é a fornecida, na historia brasileira, pelas revoltas de 1842 e de 1848, promovidas impensadamente por politicos influentes em São Paulo, Minas Geraes e Pernambuco. Estando em opposição e apressadamente julgando inuteis todos os seus protestos parlamentares, não duvidaram em recorrer ás armas, como se assim pudessem obter o seu retorno ás posições de mando ou a victoria das suas discutiveis theses. Cêdo conheceram os seus enganos, pelo encaminhamento muito diverso que logo assumiu a politica de D. Pedro II e, desta forma, foram esses os dois ultimos movimentos de insurreição que o governo central da monarchia teve occasionalmente contra si, na sua excepcional evolução historica.

X

SEGUNDO REINADO

Os partidos politicos, o parlamentarismo e o Poder Moderador

O Segundo Reinado é muito justamente considerado como um dos periodos mais interessantes da evolução social e politica por que passou o Brasil. Durante quasi meio seculo, a nação que se integrara com a independencia pôde adquirir formulas proprias para a sua incorporação ao mundo civilisado, conseguindo-o através de naturaes difficuldades e imperfeições, mas ainda assim de um modo inteiramente excepcional no seu ambiente americano.

Depois das incertezas e experiencias do Primeiro Reinado e das Regencias, foi se creando pouco a pouco uma nova comprehensão politica no paiz, de modo a completar, no sentido de um racional aproveitamento, as instituições instauradas pela Constituição de 1824. Restringidas pela Lei Interpretativa, de 1840, algumas das mais perigosas innovações trazidas pelo Acto Addicional, de 1834, pôde o Imperio iniciar essa sua phase essencialmente constructiva, que de uma fórma tão differente se inscrevia na Historia do Brasil.

Não foi, porém, com as facilidades de um simples desdobramento de posições que essa transformação se processou na vida brasileira. Muitas vezes o meio, os precedentes, as contingencias externas, os individuos e

outras circumstancias diversas agiram em direcção contraria áquella que ao paiz devia afigurar-se como mais propicia. Transpondo, mesmo parcialmente, esses obstaculos collocados deante da sua trajectoria, o Segundo Reinado conseguiu caracterisar-se como a nossa época mais impressionante. E a todo esse seu continuo esforço assistiram devidamente, entrechocando-se, harmonisando-se ou reagindo cada um pela forma que julgava mais conveniente, os partidos politicos, o systema parlamentar, onde cêdo encontraram o campo de sua acção, e o Poder Moderador, que presidia ás relações de ambos, intervindo quando se tornava necessario.

* * *

Ao iniciar-se o Segundo Reinado, os dois partidos politicos existentes eram os mesmos que mereceriam consideração ao se encerrar, quasi meio seculo depois, o regimen monarchico. Conservadores e liberaes vinham das imprecisões e das combinações das Regencias e em seguida, através de modificações, uniões, transitorias mudanças de titulos, etc., iriam acompanhar toda a evolução politica por que passou o paiz sob D. Pedro II.

Como cumpriram essa missão as organisações partidarias tradicionaes, é uma questão que muito importa ter resolvida, em face da simultanea acção que tambem competiu á Corôa, todas essas entidades tendo de se encontrar no terreno politico por intermedio do systema parlamentar. E a importancia dessa situação ainda mais se avoluma ao considerarmos que entre as attribuições do Imperador estava até a de dissolver a Camara dos Deputados, quando isto julgasse opportuno, e em nenhuma parte da Constituição se continha qualquer indicação que se referisse á necessidade da confiança do Parlamento, para que continuassem no governo os ministerios saidos das fileiras dos partidos politicos.

Apparecendo por si mesmo, de um modo inteiramente natural, o parlamentarismo brasileiro não tendo tido o seu inicio em 1826, com a installação da sua primeira legislatura, nem em 1831, como disse Oliveira Lima; ou em 1837, como suggeriu Calogeras; ou ainda em 1847, como quer o sr. Conde de Affonso Celso, — o facto é que sómente durante o Segundo Reinado pôde ter a maxima applicação aqui possivel.

Deve-se isto á feliz comprehensão que coube a D. Pedro II quanto á natureza e á extensão do Poder Moderador de que se achava investido. Usando com a maior parcimonia do seu direito de dissolver a Camara; cedendo, desde 1843, a sua prerogativa de escolher todos os ministros; creando a Presidencia do Conselho, quatro annos depois; não admittindo abatimentos nas suas attribuições constitucionaes concernentes ás nomeações de senadores e de membros effectivos do Conselho de Estado; ouvindo a este com permanente sentido das opportunidades; não abrindo mão, nunca, das suas funcções principalmente fiscalisadoras e moralisadoras, — com todas essas caracteristicas, com ou sem "poder pessoal", a Corôa pôde superiormente presidir aos destinos politicos do paiz, nesse meio seculo de intensa integração dos factores sociaes anteriormente accumulados.

* * *

Logo no inicio do Segundo Reinado registrou-se um primeiro e grave encontro do Poder Moderador e do espirito parlamentarista com o partido politico que, sendo minoria, fizera revolucionariamente a Maioridade, perdendo logo as sympathias da Camara conservadora, bem como as de toda a opinião nacional. Accumulando-se os seus erros, caiu esse gabinete liberal, que, entretanto, tivera tempo de preparar eleições a elle grandemente favoraveis. Conseguida pelos conservadores, já no po-

der, a dissolução dessa Camara fraudulentamente eleita, quando estava em suas reuniões preparatorias, rebellaram-se os liberaes, appellando inutilmente para as armas em São Paulo e Minas, em 1842. Para disfarçar um pouco o motivo real do seu descontentamento, que era o simples despeito pela perda do governo e dos mandatos á deputação, allegaram tambem serem reaccionarias duas leis conservadoras recentes e que muito necessarias eram ao paiz, como a reforma, num sentido fortalecedor da autoridade, do Codigo de Processo Criminal e o restabelecimento do Conselho de Estado, supprimido durante as Regencias pelo Acto Addicional, mas indispensavel depois de 1840.

Em 1843, um grande passo a favor de um systema de governo que melhor se relacionasse com o parlamentarismo foi dado, com a autorisação feita pelo Imperador ao Marquez de Paraná para que esse politico ficasse como unico encarregado da organisação de um novo gabinete. Essa voluntaria transferencia de attribuições passou a ser mais normalmente observada depois de 1847, quando se creou a Presidencia do Conselho, isto é, a chefia dos ministerios, que assim sómente um responsavel teriam junto ás Camaras vitalicia e temporaria e ao Poder Moderador. Até então, de accordo com a Constituição, a este ultimo orgão é que competia a escolha de todos os ministros. Passou a fazer, entretanto, a designação de um só, que indicava os outros, dali por deante.

Esse mesmo gabinete de 1843 continuou a reacção conservadora, que desde 1837 fôra ideada, como um motivo de salvação nacional, por Bernardo de Vasconcellos e pelo seu prestigioso organisador. Mas, apesar da importancia da sua origem e da sua missão, estava elle condemnado a ser o primeiro paciente do zelo com que o Imperador procurava cumprir a sua delicada tarefa moderadora. Negando-se a demittir um funccionario injus-

tamente accusado, D. Pedro II teve de acceitar a saida do ministerio e, mais do que isto, novamente teve de applicar o recurso constitucional de dissolver a Camara dos Deputados, passando o poder outra vez aos liberaes, em 1844.

Governaram estes até 1848, procurando fortalecer a sua posição politica, como de costume. Encontrando forte reacção em provincias como a de Pernambuco, isto logo se tornou um verdadeiro "caso", que não puderam resolver os successivos gabinetes de Alves Branco, do Visconde de Macahé, de Alves Branco segunda vez e, afinal, de Paula Souza. Divergencias internas, ao lado de uma acção politica evidentemente fraca, levaram o Imperador a chamar novamente ao governo os conservadores, que nelle permaneceram até á Conciliação dos partidos, emprehendida pelo Marquez de Paraná, em 1853.

Com a dissolução da Camara liberal, repetiu-se o caso de 1842. O recurso á revolução foi julgado pelos "praieiros" o unico protesto conveniente. E embora limitado a Pernambuco, esse levante méramente politico de 1848, não teve apenas a significação estrictamente regional e personalista que se lhe póde emprestar. Demonstrou a intransigencia com que o Poder Moderador encararia sempre as suas prerogativas de ser o revesador dos partidos no poder, sempre que as Camaras, quasi unanimemente governistas, não pudessem expressar com imparcialidade as verdadeiras tendencias da opinião nacional. Foi essa, aliás, a ultima revolta interna registrada no Segundo Reinado. Dahi por deante os partidos apeados do governo cingiram-se aos protestos na tribuna da Camara ou do Senado, na imprensa e, sobretudo, nas accusações ao Imperador, raramente procedentes.

Com os ministerios dos Marquezes de Olinda e de Monte Alegre, de Eusebio de Queiroz e do Visconde de Itaborahy, que foram da revolta "praieira" á Conciliação,

muito se pôde fazer em um sentido mais constructivo. Uma nova politica financeira e a solução da questão do trafico de africanos, são provas da crescente crystallisação do nosso ambiente politico. Com o governo do Marquez de Paraná, de 1853 a 56, cessando de influenciar dispersivamente o anterior opposicionismo, ainda melhor se tornou a situação. Uteis reformas puderam ser realizadas, valores novos foram revelados e os cuidados requeridos pelos negocios externos encontraram agentes capazes de os modelar e de os continuar de accordo com as necessidades nacionaes.

Como prova de que tambem no terreno politico foram procurados os aperfeiçoamentos, basta lembrar que nesse ministerio da Conciliação o problema da reforma eleitoral constituiu um dos seus maiores objectivos. Já os liberaes, em 1846, haviam melhorado um pouco as eleições, modificando as condições do alistamento, prohibindo o voto por procuração e procurando obter uma fiscalisação mais efficiente para os pleitos. A insistencia com que o Imperador pedia medidas nesse sentido fez com que o Marquez de Paraná conseguisse a passagem de uma outra lei eleitoral, em 1855. Embora as eleições continuassem indirectas, substituiu-se o antigo systema de listas pelos circulos de um só deputado, creando-se ainda a supplencia, com o que se pensava resolver uma serie de defficiencias.

Fallecendo Paraná em 1856, o espirito politico que soube crear continuou a dirigir o gabinete, cuja chefia passou a Caxias.

Realisadas com successo as eleições de 1857, um novo periodo se iniciou para a nossa vida partidaria e parlamentar. Emquanto alguns *leaders* persistiam na preconisação da harmonia entre os partidos, agia em sentido contrario a influencia de varios chefes, forçando a volta á situação anterior, de permanente separação entre

liberaes e conservadores. Antes que isto se désse, porém, em quasi um decennio de combinações e de designações novas, os nossos orgãos partidarios fluctuaram mais de accordo com o prestigio dos seus vultos proeminentes do que com programmas definidos, ou posições dictadas pela tradição.

Foram assumptos economicos e financeiros os que principalmente preoccuparam os gabinetes que se seguiram ao presidido pelo então Marquez de Caxias e que só teve por missão a applicação da lei eleitoral conseguida por Paraná. Os ministerios chefiados pelo Marquez de Olinda e pelo Visconde de Abaeté (1857-59) trataram daquellas materias, que tambem foram trabalhadas pelo seguinte, que teve como presidente do Conselho Angelo Muniz da Silva Ferraz (1859-61).

Agindo contra o senhorio absoluto que alguns chefes exerciam em numerosas zonas do paiz, resolveu esse politico alterar ainda uma vez a lei eleitoral, alargando os circulos para tres deputados e supprimindo o regimen dos supplentes, que provara mal. Applicada essa lei de 1860, positivou-se a impossibilidade de se manter qualquer apparencia de uniformidade no ambiente partidario do Imperio. Já sob um novo ministerio, presidido novamente por Caxias, formou-se a chamada Liga Progressista, em 1862, composta de conservadores moderados e liberaes.

Fracassada a acceitação de um gabinete formado por Zacharias de Góes e Vasconcellos, um outro organisado pelo Marquez de Olinda iria preparar nova situação politica, para o que uma prévia e tranquilla dissolução da Camara, em 1863, preparou o terreno ás eleições, favoraveis aos progressistas. Iniciaram estes as suas actividades com um novo gabinete presidido por Zacharias. Uma imprudencia parlamentar de um dos seus membros foi a causa da sua retirada, substituindo-o um outro, chefiado

pelo Conselheiro Furtado. Não era sem divergencias intimas que a Liga ia caminhando, ao mesmo tempo que difficuldades economicas, como a crise commercial de 1864 e as externas, como a questão Christie, as guerras no Uruguay e com o Paraguay, pareciam aconselhar a maior conveniencia de governos mais fortes, que se não deixassem prender pelos dissidios simplesmente partidarios.

Nesse sentido, o novo gabinete Olinda, tambem chamado das Aguias, pelos nomes que o compunham, pôde apresentar uma firmeza que, embora relativa, muito serviu para o successo das especiaes missões politicas de que foi investido, em 1865 e 66. Mas a pouca sympathia pelo ministerio, registrada até entre muitos componentes da Liga Progressista, não podia ser uma situação tão solida quanto se requeria. Apesar dos appellos para a união, esta cada dia se tornava mais precaria, simultaneamente com os difficeis primeiros tempos da guerra. Assim, embora o gabinete tivesse conseguido recorrer até a um opportuno adiamento da Camara, isto não impediu que mesmo dentro delle reflectisse a geral insegurança politica, provocando a sua queda e, com ella, a da propria Liga, cuja transitoriedade e artificialidade já não era mais possivel esconder.

De novo coube o poder ao Conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, com um ministerio de côr rigorosamente liberal. Até 1868 a sua acção sempre energica iria impressionar favoravelmente as nossas posições da politica externa, assim como a sua queda passaria a ser um marco da interna e motivo de innumeras pendencias e interpretações, que chegam até os nossos dias. Conseguindo para o commando das forças em operações no Paraguay o marechal Marquez de Caxias, o novo presidente do Conselho tambem obteve, em 1867, uma Camara dos Deputados rigorosamente liberal. Ficava assim com-

pletamente morta a Liga Progressista, embora pemanecessem fóra da orientação do novo chefe os liberaes de maior passado, os chamados "historicos".

Foi precisamente dessa circumstancia, e não de outros factos, que resultou, no anno seguinte, a sempre muito discutida retirada do terceiro gabinete Zacharias. Em fevereiro de 1868 Caxias pediu demissão do seu cargo, allegando estar soffrendo criticas injustas da parte de jornaes alliados do ministerio. Zacharias promptificou-se a sair para que se conservasse o commando de Caxias, que em politica pertencia ao partido adverso. Posta a questão sob o julgamento do Conselho de Estado, este, onde occasionalmente havia maioria conservadora, opinou entretanto pela manutenção do gabinete liberal. Zacharias deu ao Marquez de Caxias explicações que o satisfizeram, encerrando-se o incidente com a continuação do marechal no seu posto.

Cinco mezes depois o ministerio já não podia sustentar a surda opposição que lhe moviam os liberaes "historicos". Estando á espera de um pretexto para sair, Zacharias utilisou-se do facto de ter o Imperador preferido escolher para senador a um membro do Partido Conservador, em vez de um seu correligionario. Pediu demissão que lhe foi concedida, sem que a occorrencia em si mesma causasse grande abalo.

Chegara o momento do Poder Moderador intervir, sobrepondo á opinião da Camara a do paiz e as conveniencias politicas do momento, que patenteavam a fraqueza do partido no poder. Substituiu-o, portanto, chamando ao governo os conservadores. Os protestos foram vehementes, como era de se esperar, mas nem por isto se justificavam.

Apreciando-se as circumstancias, verifica-se que a unica ligação que pode haver entre a crise administrativa de fevereiro e a transformação politica de julho é a de ter

querido o Imperador evitar que depois daquella occorrencia ella pudesse repetir-se, com prejuizo da nossa situação na guerra. Por outro lado, as attitudes que nas duas occasiões couberam ao Conselho de Estado e ao Partido Conservador, foram as mais dignas e correctas. O mesmo se pode dizer do resentimento e da conformação de Caxias, mas não do pretexto escolhido para a retirada do ministerio por Zacharias. A designação senatorial sendo uma prerogativa do Poder Moderador, poderia o presidente do Conselho julgar uma dellas "não acertada", mas sem duvida faltava-lhe titulos para fazer desse acto um motivo para o seu pedido de demissão, que outras causas reaes tinha.

Passada a agitação parlamentar dos liberaes que em 1868 perdiam o seu mandato, com a inevitavel dissolução da Camara, o governo conservador que então se installou foi confiado á competencia do Visconde de Itaborahy. Além das questões internas, competiu-lhe proseguir a guerra, que só em 1870 terminou. Depois disto, tendo a presidencia do Conselho o Marquez de São Vicente, o seu ministerio teve como importante preoccupação o futuro do elemento servil existente no Imperio, sobre o que já o gabinete Zacharias tivera de se pronunciar, adiando a questão. Esta veio ser, sob o ministerio seguinte, do Visconde do Rio Branco (1871-75), a determinante de uma lei que concedia liberdade aos nascituros, medida que por si mesma estabelecia o fim da escravidão dos negros no Brasil.

Ainda durante esse governo, prolongando-se até o que lhe succedeu, do Duque de Caxias (1875-78), um outro acontecimento de muita significação se registrou no Brasil, a impropriamente chamada "questão religiosa". Foi uma eloquente prova da inconveniencia da manutenção do regimen de união entre a Igreja e o Estado, as exigencias do governo civil tendo forçosamente de colli-

dir com as regras e as conveniencias da religião. Debalde se tem querido ver no caso uma demonstração de força da maçonaria ou vestigios de um regalismo que não tinha mais quasi nenhuma razão de ser. Houve zelo, talvez excessivo, em todas as partes envolvidas, duas illustres figuras do episcopado, o governo, o Conselho de Estado e tribunaes do Imperio. E o caso se encerrou com gloria para os prelados que se fizeram victimas, mas evidentemente com desprestigio da idéa de uma religião official, visto a impossibilidade de se manterem perfeitas as relações entre o poder ecclesiastico e o civil.

Politicamente, essa longa situação conservadora, que durou quasi dez annos (1868-78), com os ministerios do Visconde de Itaborahy, do Marquez de São Vicente, do Visconde do Rio Branco e do Duque de Caxias, não transcorreu sem tropeços, oriundos não só da opposição liberal, que não cessou de lhe ser mantida, mas tambem das divisões que no seio do proprio partido dominante não deixavam de occorrer, ao se discutir questões de tanta magnitude, como a servil, a eleitoral e outras. Uma dissolução da Camara, em 1872, para que fosse recomposta depois das luctas que precederam a Lei do Ventre Livre, é exemplo desse facto.

Ainda em 1869 um manifesto liberal ou radical encampava reivindicações bastante extremas, que attingiam a propria essencia do regimen, propondo a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado. Está claro que taes idéas tendiam a ficar no papel, não se lembrando de applical-as os liberaes nem quando voltaram ao poder em 1878, nem quando pela ultima vez se definiram perante a nação, em 1889, em um congresso do partido e ao subir ao governo o Visconde de Ouro Preto. Esse programma reflectiu apenas uma situação de evidente animosidade contra as instituições. Um Club da Reforma e outro Radi-

cal isto claramente indicavam. Assim, não foi de se estranhar que servissem essas idéas para o manifesto republicano de 70, tão sem consequencias como uma convenção em Itú e um congresso tambem republicano e até escravocrata, reunidos em São Paulo tres annos depois.

O aperfeiçoamento eleitoral, sempre pretendido pelo Imperador, voltou a ser objecto de cuidados durante o ministerio presidido por Caxias. Mas como se faziam necessarias medidas mais fortes, chegando-se a condemnar o systema vigente, do suffragio indirecto, foi chamado ao governo o Partido Liberal, em 1878, dotando-o D. Pedro II de uma necessaria dissolução da Camara conservadora.

O ministerio organisado pelo Visconde de Sinimbú não soube ou não pôde conseguir essa reforma. Fêl-a, dois annos depois, o seu successor, Conselheiro José Antonio Saraiva, que, armado da eleição directa, obteve a dissolução da Camara anterior, experimentou o novo methodo, obtendo como resultado a formação de uma assembléa mais dividida entre os partidos, retirando-se em seguida do governo.

Martinho Campos, o Marquez de Paranaguá, os Conselheiros Lafayette e Dantas, que se seguiram na presidencia do Conselho (1881-85), não tiveram elementos para conseguir medidas mais precisas a respeito da libertação dos escravos. O ultimo delles, embora tivesse obtido até uma dissolução da Camara, teve de cair por não conseguir fazer passar uma lei de alforria dos sexagenarios, que só uma nova organisação ministerial, dirigida por Saraiva, pôde tornar victoriosa, comquanto ultimada pelo governo conservador que se seguiu, o do Barão de Cotegipe (1885-87).

Por esse tempo já um factor de desordem ia se infiltrando na vida politica do Imperio. Era a indisciplina militar, que ao lado de um movimento empolgante da

opinião, como o abolicionista, começava a agir destruidoramente. Em alguns ministerios anteriores e nos seguintes, o conservador de João Alfredo e o liberal do Visconde de Ouro Preto (1887-89), aggravou-se esse trabalho de sapa, que, explorado pelos republicanos, teve como consequencia o lamentavel golpe de 15 de novembro.

Não contribuiu para a sua facil realisação a Abolição, decretada anno e meio antes. Certa desaffeição pelas instituições, que os politicos em opposição muito fomentavam, ajudou a apathia com que se consumou o levante, momentaneamente dirigido apenas contra o gabinete. O Partido Republicano não tinha existencia digna de consideração e no seio das classes armadas, como no da propria opinião publica, o novo regimen não dispunha de sympathias que se pudessem garantir como valiosas ou profundas. Traições, accasos, accommodações, foram os elementos registrados em favor da nova ordem de coisas. Aspirações doutrinarias e estado de insatisfação não existiam, o ministerio do Visconde de Ouro Preto tendo obtido a dissolução da Camara anterior e realisado a eleição de uma outra, que na occasião da quartelada ainda se achava em sessões preparatorias. Seu programma de reformas, que se seguira a um outro, elaborado pelo congresso do Partido Liberal, reunido mezes antes, contentava aos mais exigentes. Em todos os seus aspectos, portanto, o advento da nova forma de governo não attendia a nenhuma necessidade nacional, nada indicando que a Republica pudesse ser mais util que o regimen então vigente, onde as elites politicas, sempre existentes, se revezavam no poder, de accordo com as normas do systema parlamentar, aqui applicados sob a criteriosa direcção do Poder Moderador.

Desse ligeiro historico do parlamentarismo no Brasil conclúe-se que mais beneficios do que damnos resulta-

ram de sua acção no Segundo Reinado. A bôa fiscalisação que nunca lhe faltou, da parte do representante do Poder Moderador, bem como a obrigatoria adaptação que ás suas exigencias tinham de soffrer os nossos politicos, foram os coefficientes de uma attribulada mas nem por isto desprezivel evolução.

Sómente agora, com a distancia produzida pelo tempo e com a contemplação dos degradantes seguimentos que teve essa politica imperial, é que se pode aprehender a sua exacta significação, relativamente ao que valeu á formação social brasileira. Acima de tudo, a constituição de uma effectiva elite dirigente, plenamente capacitada para as missões que lhe competiam, é um facto muito abonador da nossa monarchia e, portanto, dos methodos politicos aqui applicados durante o Segundo Reinado.

Sem duvida, numerosas são as falhas apresentadas por esse regimen em que a responsabilidade do revezamento dos partidos politicos no poder pertencia a uma só pessôa. Auscultar com rigorosa precisão a opinião publica e julgar da opportunidade dos programmas partidarios, foram incumbencias muito delicadas, mas que D. Pedro II soube cumprir com real argucia e felicidade. Auxiliado pelo Conselho de Estado, o Poder Moderador soube preencher perfeitamente a sua finalidade e é licito que se supponha passivel de continuação esse seu desempenho, ao contrario das infundadas opiniões mais pessimistas, que o querem julgar impossivel, em um eventual Terceiro Reinado. As tres regencias de D. Isabel, a Princeza Imperial herdeira do Throno, sommaram um periodo de quatro annos, bastante sufficiente para que se pudesse avaliar das suas effectivas capacidades para o delicado exercicio do Poder Moderador.

De qualquer forma, porém, nenhum argumento é bastante apreciavel para que possa invalidar completa-

mente isso que foi a obra do Segundo Reinado. Os partidos politicos e o Imperador, através do mechanismo parlamentar se congraçaram na consecução de um logico desdobramento das directrizes nacionaes e nessa ardua tarefa se houveram por um modo bastante feliz, como poucos exemplos se podem encontrar na Historia.

XI

A ESCRAVIDÃO DOS NEGROS NO BRASIL

PARA a historia social do Brasil um dos mais importantes factores é, sem duvida alguma, a larga coparticipação que nella teve a escravidão dos negros, iniciada no primeiro seculo, incentivada nos dois seguintes e tendo attingido o seu auge e o seu declinio na quarta centuria da nossa existencia politica. Não só a vigencia da instituição, mas tambem os problemas della decorrentes, dentre os quaes avulta o da intensa miscigenisação havida, contribuem para essa importancia, que se não extinguiu com a Abolição. Vêm as consequencias da escravidão até os nossos dias, devendo ainda se prolongar por muito tempo, não attenuando a sua relevancia nem mesmo o proprio facto de serem quasi inteiramente destituidos de choques os acontecimentos ligados á mistura racial que proveio da servidão dos negros africanos para aqui trazidos em lévas consideraveis.

Adoptada na Europa e volumosamente applicada em toda a America, a escravidão surgiu como uma necessidade economica de indeclinavel acceitação e sómente como tal conseguiu se sustentar por periodos tão prolongados. O grande trafico que determinou, da Africa para o novo continente e no interior deste, foi parallelo a transformações politicas e sociaes as mais profundas, no Brasil como nas outras colonias hespanhólas e inglezas. Aqui, porém, os acontecimentos relativos á escravidão

se revestiram de caracteristicas muito especiaes, de accordo com circumstancias ligadas ao meio geographico e aos homens europeus nelle chamados a agir. Por outro lado, as actividades agricolas e mineiras aqui emprehendidas, bem como as differenças de adaptabilidade ao trabalho, existentes entre os selvicolas brasileiros e os negros africanos, tambem contribuiram para marcar de uma forma muito diversa a vigencia entre nós daquella instituição. E' verdade que uns e outros apresentavam algumas semelhanças muito sensiveis quanto á musica, cantos e danças, systemas de caça e de pesca, alimentação e habitos privados, publicos e guerreiros. Mas se o seu commum aspecto de primitivos nessas occurrencias os approximava, aquella fundamental divergencia quanto á adaptação aos systemas europeus de trabalho, muito os distanciava, condicionando a preferencia para a escravidão dos negros.

A autorisação concedida aos donatarios para que pudessem fazer vir da Africa os negros necessarios ao estabelecimento de suas lavouras, não pôde ser largamente utilisada por motivo da escassez de recursos e do fracasso da maior parte das capitanias hereditarias. Mas sob os governos geraes o trafico foi pouco a pouco se organisando, principalmente com a interferencia de navegadores de outras nacionalidades além da portugueza. Assim, por exemplo, as urcas flamengas logo adoptaram as viagens triangulares da Africa para o Brasil, trazendo negros resgatados nos portos do littoral que vae de Dahomey á Guiné e Angola, principalmente, e daqui levando assucar para a Europa. Foi assim que durante um curto periodo, entre 1575 e 1591, epoca de fastigio da introducção de escravos e de grande desenvolvimento dos engenhos nordestinos, puderam vir para cá, só de Angola, uns 50.000 pretos, segundo Oliveira Martins. E' esse um

calculo talvez exaggerado, para um paiz que não contava 100.000 habitantes em 1583, com 14.000 escravos negros então.

Mas não foi só para as lavouras de canna de Pernambuco e da Bahia, que se levaram africanos nos dois primeiros seculos. No XVII e XVIII seculos, a extensão dessa cultura ás capitanias do Rio de Janeiro e do Maranhão para ellas levou correntes externas de escravos, de que as minas do Centro tambem foram utilisadoras. Contra a movimentação de negros para o Sul, a propria Côrte teve de tomar providencias, como attestam varias ordens regias dirigidas a governadores geraes e vice-reis.

Tambem muito ficaram devendo ao braço escravo as plantações de algodão, tabaco e milho, além das de mandioca, logo aprendidas com os anteriores donos da terra. Apenas em São Paulo a difficil utilisação dos indigenas foi mais commum, no inicio da sua phase agricola, da mesma forma que principalmente aos caboclos competiu a maior parte dos trabalhos da creação do gado, no Sertão, como mais tarde lhes caberia tambem o devassamento da Amazonia e de bôas partes de Goyaz e Matto Grosso. No Sul bem pequena foi, ainda no periodo colonial, a acção africana, nos pastoreios do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande mais se occupando paulistas e ilhéos.

Nas minas o movimento de escravos não pôde deixar de ser irregular, augmentando e diminuindo conforme as suas phases de prosperidade e decadencia. Mas se a densidade da população negra assim se apresentava variabilissima em diversas zonas do paiz, o movimento das chegadas não soffria com isto grandes abalos, nunca tendo nos faltado actividades onde empregar esses braços. A' media annual de 40.000 cabeças, que para o Rio e a Bahia dá Oliveira Vianna, pode-se accrescentar que a cem mil por anno pode ter attingido esse affluxo, se fôr com-

putada tambem a corrente que transitoriamente levou para o Maranhão e Grão Pará a sua Companhia de Commercio, como quer Oliveira Martins.

A um tão grande trafico não podiam ter faltado as regulamentações officiaes, simultaneas aos costumes que á sombra das instituições aqui iam se formando. Medidas de protecção, como a Mamposteria de escravos, condições da captura e do resgate na Africa, a condemnação das crueldades, existiam ao mesmo tempo que os castigos, as marcas, os horrores do mercado e dos "tumbeiros". Ás incipientes manifestações de humanitarismo respondia-se com os perigos dos "quilombos" e dos levantes como o dos Haussás, na Bahia, em 1807.

Não só ás incumbencias da agricultura e da mineração, mas tambem á aprendizagem de officios e ao preenchimento de funcções as mais diversas se prestavam os negros. Para cada serviço appareciam os mais habilitados, aos mulatos, livres ou não, competindo logo o desempenho de numerosos, dos mais dignos, os artisticos, por exemplo, aos mais condemnaveis, como o cargo de feitor ou de "capanga" dos senhores territoriaes do interior, de accordo com as exigencias da sociedade colonial.

Antes da analyse dos resultados da intensa miscigenisação que aqui logo se procedeu entre brancos e negros, em virtude principalmente da ausencia de preconceitos de côr entre os portuguezes, é necessario que se attente na extrema diversidade de origens dos escravos, para aqui vindos de quasi todas as procedencias africanas. Esse estudo, que só muito recentemente começou a preoccupar os que se interessam pelos nossos problemas ethnicos, offerece bases as mais variaveis para que se conclúa da influencia dos pretos e, sobretudo, de mestiços, em differentes regiões brasileiras. As abundancias de nações, de linguas e de caracteres divergentes entre o pessoal importado durante quatrocentos annos condicio-

naram, evidentemente, factores os mais diversos na seguinte preparação da sociedade colonial e imperial, onde figuraram logo esses elementos todos. As questões relativas á inferioridade dos mestiços, que tanta margem para dissenções offerecem, são consequencias que grande attenção determinam, em qualquer vista exacta que se queira ter, da evolução social brasileira. Assim, por exemplo, a excessiva mortalidade e a baixa natalidade dos mulatos, a sua accessibilidade a muitas molestias, bem como a natural divisão que delles se pode fazer, como fez Oliveira Vianna, em individuos moralmente superiores e inferiores, constituem outros tantos pontos de partida profundamente interessantes á formação ethnologica do Brasil. Entre aquelles, não são raros os exemplos de individuos que venceram preconceitos de casta e, entre os outros, são frequentes os criminosos, os apaniguados dos senhores ruraes, etc.

O numero das entradas não podendo servir de base para o calculo da quantidade de escravos negros existentes no Brasil, em fins do periodo colonial, temos que nos prender ás avaliações de 1789, que os computam em .... 1.500.000, num total de 2.300.000 habitantes e ás de 1816, que assignalam 1.930.000 escravos para uma população de 3.358.500 pessôas, fóra os selvicolas. De qualquer forma, entre negros e mestiços, excluidos os libertos, a maioria demographica colonial sempre foi de escravos, a partir do seculo XVII, quando os numeros fornecidos pelos grandes aprisionamentos de indigenas, transitoriamente ainda superavam os de africanos.

Para um paiz onde o trafico, até 1850, contribuiu para preencher os claros da grande mortalidade e da baixa natalidade, não foi facil transformação a do superamento dessa maioria de escravos negros, desde que, a partir do seculo XVIII, positivou-se a impossibilidade e a inconveniencia da escravidão vermelha. Só de 1807

a 19, as remessas de escravos africanos para o Brasil attingiram 680.000 cabeças, dahi até 1847 esse numero tendo sido augmentado de 1.122.000, segundo Oliveira Martins.

A extraordinaria miscigenisação, a principio maior nos engenhos, depois nas outras fazendas e nas proprias povoações, muito se encarregou de aggravar o problema, pelo apparecimento de uma numerosa cathegoria de "crias", nascidas mas logo retiradas das senzalas, quasi sempre para a vida vadia das cidades e villas, as mulheres no meretricio e nas occupações domesticas, os homens no crime ou nas pequenas profissões, quando os responsaveis pelas suas existencias não lhes davam rumos ou posses mais garantidoras. Deante desse ambiente de "demonios familiares" e de bastardias multiplicadissimas, é que a sociedade brasileira teve de se desenvolver, creando, apesar da sua religiosidade, uma moral especialissima, que não enxergava nenhum mal nesses factos que as relações sexuaes entre a "casa grande" e a "senzala" originavam.

As lavouras do valle do Parahyba, da Baixada e das serras fluminenses vieram succeder, já no Imperio, ás grandes concentrações de escravos que os engenhos da Bahia e de Pernambuco e as minas do Centro haviam realisado sob a Colonia.

Logo nas Regencias, a prohibição convencional do trafico, em 1831, como consequencia de uma promessa feita á Inglaterra, veio pôr a questão pela primeira vez em um ponto de crise, que se prolongou por vinte annos. Mais para proteger os productos de suas colonias que por humanitarismo, aquelle paiz europeu esforçou-se por impedir a continuação das travessias dos navios negreiros. Ameudaram-se os conflictos, mas o numero de entradas não esteve de accordo com a repressão, pelo contrario mantendo-se elevado até que o proprio Imperio

resolveu chamar a si mesmo a abolição do nefando commercio, o que modificou por completo a situação. Com o bill Aberdeen, o numero de negros entrados por contrabando, que era de uns 20.000 annuaes, subiu a 50.000 e 60.000, só cahindo depois da lei de Eusebio de Queiroz, de 1850, quando se golpeou de morte os interesses dos armadores, quasi todos extrangeiros e que, sob bandeiras de outros paizes, faziam o trafico.

Só nos fins da guerra com o Paraguay é que pôde o Brasil voltar a tratar da questão dos escravos, já então para cuidar da sua libertação e não mais da sua simples vinda para cá. A emancipação apresentou, de 1866 a 88, todas as caracteristicas de um gradativo movimento de opinião, que apparece apenas officialmente, obtem adeptos, consegue victorias parciaes, passa a ser uma aspiração geral e, por ultimo, empolga a todo o paiz, nenhum interesse o podendo deter em sua marcha para a realisação final. Esse seu aspecto torna-se dominante, como não podia deixar de acontecer e, desta forma, sómente por elle é que se tem visto entre nós o movimento abolicionista, notadamente em seus tres periodos de maior intensidade parlamentar. Assim, as passagens das leis concedendo liberdade aos nascituros, aos sexagenarios e, afinal, a todos os escravos que ainda restavam no paiz, constituem pontos justamente considerados como dos mais brilhantes da nossa historia, uma vez que reflectem positivas victorias da opinião publica.

Mas, parallelamente a esses grandes momentos da vida da nação, em que esta se suspendia á espera dos resultados das votações da Camara dos Deputados, é necessario que tambem se veja a acção menos retumbante, mas nem por isto menos efficiente, da quasi geral doçura no trato com os escravos, manifestada na abundancia dos senhores bons e das manumissões voluntariamente concedidas. Provas disto dá sobretudo a relativamente exi-

gua alteração no trabalho rural que se seguiu á Abolição, as remunerações succedendo-se naturalmente ao trabalho gratuito e não se verificando o exodo em massa, das senzalas para as povoações, como tanto temiam os theoricos. Ao contrario do que se esperava, em poucas regiões registraram-se prejuizos; ao cahir o Imperio, um grande saldo apresentavam mesmo os fundos destinados a soccorrer os fazendeiros.

Considerado assim o movimento abolicionista, não é preciso que se esmiucem os incidentes parlamentares que se ligaram á consecução das leis de 1871, 1885 e 1888. Os politicos, os jornalistas e os agitadores que nas occorrencias se envolveram, todos agiram sob a pressão daquelle sentido humanitario da transformação social que se propunha ao paiz, convicção contra a qual não valeram quaesquer reacções, nem mesmo as dictadas pelo respeito ás leis e aos interesses pecuniarios da classe agricola, já então a que indirectamente preponderava nas organisações partidarias existentes.

Convém, entretanto, que se assignale como grandemente facilitador do abolicionismo, o facto de que, nesse seu periodo de intensificação, já o numero de negros e mestiços escravisados passara a ser bem inferior ao de metade do total da população do paiz, onde a cessação do trafico, a maior natalidade dos elementos brancos e o inicio das correntes immigratorias européas haviam modificado grandemente os seus indices demographicos. Assim o recenseamento de 1872, para 8.419.672 habitantes livres, accusava 1.510.806 escravos, 15 %, algarismos profundamente diversos dos que se registravam pouco antes da Independencia, quando a maioria era da população escrava o que, consequentemente, impossibilitava qualquer velleidade de emancipação. Por effeito da Lei do Ventre Livre, quando se libertaram os sexagenarios, em 1885 já o total dos escravos attingia apenas a 1.000.000.

E tres annos depois, com as numerosas alforrias voluntariamente concedidas, já foram sómente 720.000 os escravos favorecidos pela Lei Aurea.

Mas essa diminuição dos pretos, simultanea ao augmento dos brancos, os mestiços mesmo sendo gradativamente mais puros, pela absorpção havida, viria ser uma constante verificação dos nossos censos. A percentagem dos pretos, por exemplo, que em 1872 era de 16 %, desceu a 12 % em 1890 e agora não é maior de 7 %. E a dos brancos, no mesmo periodo, subiu de 38 % a 70 %, as differenças entre as duas sendo preenchidas pelos mestiços, aliás tambem em franca diminuição. Ahi se encerra mesmo a certeza de que a coexistencia de brancos e negros não é um problema para nós.

Um outro aspecto dessa permanente transformação que no Brasil se observa, relativamente ao *Homo afer* que aqui veio se estabelecer com a escravidão, é o que se traduz no seu movimento bem accentuado depois da Abolição, que consiste em instinctivamente ir refluindo do interior para o littoral. Sua concentração em portos como os do Rio, da Bahia e de Recife, constitúe um facto já bastante conhecido e patenteado nas estatisticas. Se em zonas que têm como raio essas capitaes ainda se expandem por centenas de kilometros numerosas populações de côr, não é menos verdadeiro que a sua tendencia natural seja a approximação daquellas cidades, onde a sua massa se avoluma cada anno. Essa occorrencia, como outras que dizem respeito ás contribuições que na vida social brasileira cabem aos negros para aqui vindos e logo integrados na nossa evolução, têm singulares importancia e significação.

Além da excepcional literatura referente aos negros, occasionada principalmente pelo movimento abolicionista, outros factores com a escravidão vieram se inscrever

na nossa formação. O folk-lore, as crendices, a alimentação, as diversas manifestações artisticas, a agricultura, os costumes, — em todos esses sectores a influencia africana veio se combinar com outros elementos europeus e americanos, muito contribuindo para a mistura racial que aqui se processa por meios tão especiaes e, na verdade, por essa forma tão excepcionalmente registrados na historia dos agrupamentos humanos.

XII

POLITICA EXTERIOR DO IMPERIO E DA REPUBLICA

A INTEGRAÇÃO do territorio obtido sob o regimen colonial foi a principal preoccupação da diplomacia brasileira do Imperio e da Republica. Tornando-se independente o paiz, não tardou a apparecer a necessidade da defesa da sua soberania, algumas vezes ameaçada por nações européas e do nosso proprio continente. A essas incumbencias deram desempenho satisfactorio, em mais de cem annos da historia do Brasil, os orgãos da nossa representação externa, quer os da carreira, quer os excepcionaes, encarregados de missões, membros do Conselho de Estado, ministros dos Extrangeiros e das Relações Exteriores, além dos proprios Chefes da Nação.

Mesmo antes da Independencia, os processos pelos quaes formamos as nossas fronteiras deram origem a difficuldades internacionaes, que coube ao governo do Principe Regente attender. Além disto, as posições assumidas por Portugal na Europa, em face das luctas travadas pela sua alliada Inglaterra contra Napoleão, tambem aqui reflectiram. E, para complicar ainda mais esse quadro da politica exterior do periodo em que aqui esteve D. João, houve a repercussão americana das occorrencias politicas da Hespanha, inevitavelmente interessantes ao Brasil.

A dubiedade que Portugal foi forçado a manter em suas relações com a Convenção e com o Imperio de Bonaparte teve reflexo na nossa formação fronteiriça. Desprezando direitos reconhecidos desde o tratado de Utrecht, em 1797, o Conde da Barca concedeu á Guyana Franceza o limite do rio Calzoene. Embora não ratificado esse convenio, deu origem a que mais tarde fosse lembrada tal divisoria, no reinado de Napoleão III. Pela paz de Badajóz e pelo tratado de Madrid, ambos de 1801, o Imperador dos francezes mudou mais duas vezes o começo littoraneo dessa fronteira, para o rio Araguary e depois para o Carapanatuba, das cabeceiras de ambos indo a fronteira encontrar o rio Branco. Imposições de conquista, essas fixações não prevaleceriam, da mesma fórma que a tomada e a occupação de toda a Guyana Franceza pelas tropas portuguezas, de 1809 a 17, não passou de uma represalia sem consequencias, invalidada pelo Congresso de Vienna. Essa conquista teve a caracterisal-a, entretanto, um facto excepcional em acontecimentos dessa natureza: a excellente administração realizada em Cayenna pelo Marquez de Queluz.

Com a vinda da Côrte para o Brasil, a nossa vida diplomatica passou a ter por centro o Rio de Janeiro, apesar da dependencia politica para com Londres vir desde 1703, do tratado de Methuen e embora a invasão franceza e os subsequentes acontecimentos de Portugal continuassem a ser a parte principal das preoccupações internacionaes do governo de D. João. Residindo aqui ministros da Inglaterra, da Austria, da Russia, dos Estados Unidos e, com maiores interrupções, da França e da Hespanha, movimentavam-se as negociações diplomaticas. A ellas vinham trazer aspectos totalmente novos os agentes mais ou menos autorisados das novas nacionalidades hispano-americanas, desde "el ano diez" agitadas pelos seus

movimentos de independencia e pelas vicissitudes por que passava a sua metropole européa.

Ao Principe Regente, como aos seus ministros do Reino, de Ultramar e dos Extrangeiros, entre os quaes se destacaram os Condes de Linhares, da Barca, dos Arcos e de Palmella, bem como a Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, competia a attenção por tão complexas situações internacionaes. Na Europa difficultavam os seus andamentos os diplomatas de antiga escola, como D. Lourenço de Lima e o Marquez de Marialva, só reformados os seus processos depois da phase transformadora das normas internacionaes que foi a de Napoleão e quando agentes portuguezes mais esclarecidos lá começaram a agir, como Palmella.

Os negocios do Prata tiveram em D. Carlota Joaquina uma extremada defensora dos direitos de seu irmão Fernando VII. Chegando a pretender a Regencia hespanhola, offerecendo-se para ir ao Sul, pondo-se em correspondencia e em contacto com elementos e emissarios dos dominios americanos da Europa, e até das Philippinas, a esposa de D. João dispendeu grande actividade nesse sentido. Restringidos os seus planos pela Inglaterra e pela propria prudencia do Principe, pôde ser, entretanto, preparado o terreno para a transitoria incursão portugueza de D. Diogo de Souza, em 1812, na Banda Oriental, a pretexto de auxiliar os hespanhóes. E já em 1816 pôde ser realizada uma outra, inicialmente com fins de expulsar os argentinos invasores, sob o commando do Visconde de Laguna, mas que até 1828 daria consequencias trabalhosas á politica exterior do Reino e do Imperio, para os platinos revestindo-se mais dos aspectos de intervenções e conquistas que de protecção dispensada pelo mais forte ao mais fraco.

Se dessa forma o Brasil ia ensaiando a sua entrada na politica internacional do continente, por sua vez a ac-

ção de paizes europeus tambem se manifestava nas intensas transformações que lhe estavam occorrendo. Assim, a idéa do publicista Sylvestre Pinheiro Ferreira, da organisação de um Reino Unido que passasse sobre a distancia e as differenças transatlanticas, tornou-se victoriosa no Congresso de Vienna, em 1815, pelos bons officios de Talleyrand. E, da mesma forma, a volta de D. João VI para a Europa, a Regencia de D. Pedro e o reconhecimento da Independencia, teriam a assidua assistencia da Inglaterra e da Austria, a acção dos agentes de Canning e de Metternich chegando a ser decisiva varias vezes.

* * *

Com a separação dos thronos bragantinos aggravou-se essa necessidade do soccorro diplomatico europeu prestado tanto ao novo Imperio do Brasil, como ao antigo Reino de Portugal, aquelle tendo de organisar toda a sua existencia como nação independente e o segundo tendo de enfrentar todas as difficuldades de um constitucionalismo decisivamente importuno. Sylvestre Pinheiro, o Conde dos Arcos, José Bonifacio, os Marquezes de Santo Amaro, de Caravellas e de Paranaguá e o Visconde de Cachoeira foram os ministros de Extrangeiros que daqui tiveram de orientar o Principe Regente depois Imperador, nessas difficeis contingencias relativas ao apparecimento no exterior da nova nação.

Sómente depois de duramente conquistado pelas armas o seu direito á existencia é que pôde o Imperio cuidar do seu reconhecimento, por parte de Portugal em primeiro logar. A missão politica que do Reino veio chefiada pelo Conde do Rio Maior proporcionou, pelo seu fracasso, o terreno mais seguro que tambem já havia preparado a retirada das tropas portuguezas do Brasil, em 1822 e 23, do Rio, da Bahia e da Banda Oriental, annexada desde 1821. Mas, ainda assim, mesmo depois de

outorgada a Constituição de 1824, restava sanccionar pelos meios diplomaticos aquillo que pelos factos já estava conseguido.

Para obter successo na sua tarefa do exterior, o governo imperial foi forçado a recorrer á intervenção da Inglaterra e da Austria, unicas nações que poderiam influir nas attitudes de Portugal relativamente ao Brasil, a primeira pela sua tradicional amizade e a segunda por motivo do prestigio que lhe dava a então poderosa Santa Alliança, além do estreito parentesco existente entre Habsburgos e Braganças. Nenhuma inferiorisação ficava contida nesse recurso, de forma alguma deshonroso. Era, mesmo, o unico caminho que nos estava aberto, em Lisbôa o Imperio só podendo contar com a bôa vontade pessoal do Rei.

Das missões especiaes daqui partidas em 1824, apenas uma obteve rapido successo. A que se destinou aos Estados Unidos, chefiada por José Sylvestre Rebello. A grande nação americana, que desde D. João VI mantinha relações com o Brasil, não tardou a nos dar o seu reconhecimento, em acto do presidente Monroe.

Na Europa, os esforços de Canning e de Metternich, mais interessados os inglezes que os austriacos, conjugaram-se com os que foram empregados pelo nosso principal emissario, o Marquez de Barbacena. As lentas e difficeis negociações, sempre indirectas, só terminaram quando o governo da Inglaterra poz em campo o seu agente sir Charles Stuart, fazendo-o ir a Lisbôa e ao Rio de Janeiro. Chegou-se, assim, ao reconhecimento de 29 de agosto de 1825, muito criticado então e depois, mas innegavelmente a melhor solução que podia nos ser offerecida naquella época.

Não tardaria que fossem reflectir na Europa outros aspectos da politica exterior do Brasil, referentes a conflictos com as Provincias Unidas do Rio da Prata, com a

França e com a propria Inglaterra, por causa da Cisplatina, já federada ao Imperio e á questão dynastica da Casa de Bragança. Ministros nossos, como os Viscondes de Itabayanna e de Pedra Branca, muito tiveram que fazer nas côrtes européas, procurando outros reconhecimentos e relações que nos facilitassem o definitivo ingresso no conselho das nações. Nesse sentido, até mesmo alguns imprudentes tratados de commercio chegaram a ser celebrados.

Na propria America do Sul, a intranquillidade da posição que artificialmente mantinhamos na Banda Oriental não demorou muito a chegar a uma guerra, de que o desfecho foi a unica circumstancia feliz. A occupação militar, a annexação de lá mesmo partida, o caracter federal dessa união que não attendia a fundamentos mais solidos, — tudo isto contribuiu para a precariedade da ligação uruguayo-brasileira. As missões de Corrêa da Camara a Buenos Ayres e de Juan Valentin Gómez ao Rio, esta em 1824, já foram prenuncios de que o jogo das protecções argentinas ou brasileiras, exercidas sobre o paiz equilibrador situado no estuario platino, era um jogo arriscado, que na verdade se traduziria, mais cêdo ou mais tarde, em uma nitida disputa de influencias e de hegemonias. Assim, o levante uruguayo de 1825 com facilidade obteve o recurso fortalecedor de uma arbitraria reunião da Cisplatina ás Provincias Unidas do Rio da Prata. Com isto não poderia concordar o Imperio, que promptamente tomou providencias, fazendo seguir uma esquadra para Buenos Ayres, cujo chefe logo entrou em inuteis negociações com o ministro das Relações Exteriores D. Manoel José Garcia.

Ainda uma vez recorreu o Brasil aos bons officios da Inglaterra. Mas Canning, talvez interessado em estabelecer uma base naval ingleza no Atlantico Sul, como afinal annos depois realisou em Falkland, não foi ao encontro

dos nossos desejos de pacificação. Seus agentes no Prata agiram mais como difficultadores que naquelle sentido.

A guerra iniciou-se numa phase muito difficil para o Imperio, em 1826, quando até o problema da successão da Corôa de Portugal nos preoccupava. A falta de coordenação das nossas forças navaes bloqueadoras com as terrestres, a principio apenas as de occupação no Uruguay, sob o commando do Visconde de Laguna, depois tambem as do Rio Grande, debaixo da chefia do Marquez de Barbacena — não podia terminar senão com o augmento das nossas difficuldades. O bloqueio tinha como resultado apenas o apparecimento de maiores transtornos para nós, em discussões com a França e a Inglaterra. As Provincias Unidas, usando do systema da concessão de cartas de corso, faziam apparecer ainda mais as opportunidades para as reclamações extrangeiras, — tudo isto trabalhando para a impossibilidade do prolongamento do conflicto.

Mesmo para o inimigo a situação era insustentavel. O seu ministro Garcia veio ao Rio de Janeiro negociar apressadamente a paz, pela qual continuava a Cisplatina em poder do Brasil, o que na occasião, 1827, mereceu até a approvação da Inglaterra. Surprehendentemente annullou-se toda a solução que já parecia conseguida. Foi desautorado e demittido o plenipotenciario, sendo forçado a fazer o mesmo o proprio Rivadavia, dirigente das Provincias Unidas. Só no anno seguinte o seu successor pôde mandar outra missão ao Rio e desta vez com o plano definitivo: a creação da Republica Oriental do Uruguay, de independencia garantida pelos contractantes. Era a solução afinal alvitrada pela Inglaterra e que mais convinha ás duas partes. Tinha esse acto suas raizes mais longinquas na ausencia de fundações portuguezas na margem esquerda do Prata, além da Colonia do Sacramento. E, para o futuro, o apparecimento do novo paiz era a

garantia da paz entre o Brasil e a Argentina, como depois amplamente se verificou, apesar de passageiros mal-entendidos.

Como consequencias do bloqueio do Rio da Prata, numerosas foram as reclamações diplomaticas das nações prejudicadas, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. Desta ultima as queixas chegaram a assumir um aspecto intimativo, com a demonstração de força do almirante Roussin, em 1828. Foram resolvidas como não poderia deixar de acontecer, uma vez que procediam as allegações dos prejudicados. Apesar de já termos uma lei sobre os effeitos dos bloqueios, do anno anterior, depois do conflicto "clausulas addicionaes foram accrescentadas aos tratados commerciaes existentes, e regularam as normas dos bloqueios, pois não havia discrepancia nas doutrinas juridicas sustentadas por ambos os governos", como diz Calogeras.

Um grave reflexo da politica européa no Brasil foi o provocado pelo problema da successão de D. João VI no throno de Portugal. Abdicando D. Pedro a essa Corôa, em favor de sua filha menor D. Maria II, estabeleceu-se no Reino uma Regencia, exercida pela infanta D. Isabel Maria, irmã do Imperador, até que a pudesse assumir o infante D. Miguel. Este, menor e ausente, logo que pôde fazel-o, tornou-se Regente e, pouco depois, Rei absoluto, em detrimento dos direitos de sua sobrinha e com prejuizo do regimen constitucional instaurado por uma outorga de D. Pedro. Sua causa legitimista teve inicialmente o apoio da Santa Alliança, emquanto a Inglaterra auxiliava o systema da Carta.

Ao Brasil affectava a dissenção, porque aos seus diplomatas residentes na Europa competia intervir nos negocios portuguezes, visto estarem o interesse e o nome do nosso Imperador nelles envolvidos, na defesa do throno da princeza brasileira D. Maria da Gloria. Além dos

Viscondes de Itabayanna e de Pedra Branca, tambem os Marquezes de Rezende e de Barbacena, este enviado em missão especial, tiveram de tratar da questão dynastica portugueza, motivo de preoccupações bastante comprehensiveis do Imperador e de cuidados dos nossos ministros de Extrangeiros, Marquezes de Inhambupe, Queluz, Aracaty, Abrantes e Paranaguá, Francisco Carneiro de Campos. Afinal, prolongando-se a usurpação de D. Miguel I, o amor paterno de D. Pedro parece ter influenciado o desapego que manifestou pela sua corôa americana, abdicando em 1831, não só para ir defender os direitos da filha, mas tambem por não desejar manter a situação de injusta mas profunda insatisfação interna em que iam transcorrendo os ultimos annos do seu reinado.

Durante as Regencias, a fraqueza das nossas proprias condições politicas internas haveria de condicionar identica fragilidade para as nossas posições internacionaes. Em 1835 os francezes invadiram o Amapá, lá indebitamente permanecendo cinco annos, durante os quaes com difficuldade apenas conseguimos discutir os nossos direitos á posse da região. Da mesma forma, em 1838, os inglezes penetraram em territorio nosso, com pretextos de exploração scientifica almejando a extensão da sua Guyana até o alto rio Branco, quando desde o tratado de Utrecht toda aquella parte da bacia amazonica estava reservada ao Brasil.

Tambem muito graves para a politica exterior do Imperio foram as relações que nessa época entretiveram os revoltosos do Rio Grande do Sul com os caudilhos do Uruguay e da Argentina, seus proximos vizinhos. Emquanto no novo paiz platino succediam-se as agitações relativas ás mudanças de seus presidentes, em Buenos Ayres ia-se firmando o poderio do dictador Juan Manuel Rosas, cujos inimigos passavam em massa para a nação cisplatina, preparando futuros dissidios. Em uma popu-

lação que não ia além de 75.000 habitantes, dos quaes talvez um terço de brasileiros ou de seus descendentes, houve um affluxo de 14.000 exilados portenhos, toda essa variedade, alliada a multiplas attitudes politicas, muito contribuindo para as complicações posteriores.

Não só á boa proporção de brasileiros residentes no Uruguay, mas tambem á posição que assumimos em 1828, de garantidores da independencia do paiz, devemos as posteriores intervenções brasileiras nos conflictos alli registrados. Foram mal interpretadas muitas vezes, porém hoje já são communs as apreciações mais justas, que reconhecem principalmente a vigencia do segundo motivo. Não tiramos quaesquer vantagens dessas custosas expedições e auxilios, mais que provocadores sendo antes provocados, como, por exemplo, quando Oribe quiz fixar fronteiras inteiramente arbitrarias com o Brasil, prevalecendo-se das difficuldades internas que assoberbavam a Regencia do padre Feijó. Recusada pelo Parlamento a proposição, não tardaria que outros ataques á soberania brasileira fossem feitos por facções politicas do Uruguay, quando conseguiam occupar o poder.

Aliás, os negocios platinos eram de tal modo inseguros, que as proprias nações européas tinham necessidade de fiscalisar as relações entretidas entre os seus subditos e os cidadãos da Argentina e do Uruguay. Ministros estrangeiros, notadamente da Inglaterra e da França, intervinham frequentemente na vida politica dos dois paizes, a segunda tendo tido de manter um bloqueio contra Rosas, que só terminou em 1840. Com maior razão que as potencias européas caberia ao Brasil a defesa de interesses dos seus patricios estabelecidos no Prata. Porém, mais forte do que essa razão, foi a outra que sempre com inteira dignidade allegamos, a de nos termos constituido em garantidores da existencia soberana do Uruguay, ameaçada varias vezes, tanto pela ambição de seus

mais proximos vizinhos, como pela intensa desordem que desencadeavam as frequentes luctas dos seus proprios partidos politicos.

* * *

Coube ao Segundo Reinado a parte peor das relações diplomaticas do Brasil com as nações platinas. Mais do que contra a Argentina, o Uruguay e o Paraguay, foram contra os governos de Rosas, Aguirre e Lopez as campanhas militares que teve de emprehender. As duas primeiras eram aliás solicitadas e foram mesmo iniciadas por elementos politicos valiosos dos dois paizes e a terceira só foi mantida em resposta a uma insolita aggressão. Em todos os tres casos não pleiteou o Imperio nenhuma vantagem pela sua participação nos conflictos, que assim tinham em vista mais o interesse daquellas nações que o seu proprio.

A orientação segura que o governo de D. Pedro II pôde ter em todas as phases das questões platinas foi devida, em grande parte, á lealdade das nossas attitudes. O Conselho de Estado, os chefes de missões extraordinarias, que foram todos ministros de Extrangeiros (Sinimbú, Abrantes, Abaeté, Uruguay, São Vicente, Saraiva, Octaviano, Rio Branco, Cotegipe), os diplomatas de carreira envolvidos nos acontecimentos, — todos esses agentes da soberania brasileira souberam mantel-a devidamente, por mais difficeis que se lhes tivessem apresentado as circumstancias. As divergencias partidarias que se registravam na vida politica do Imperio tambem não influiam na direcção dos negocios externos, para exemplificar bastando a lembrança de que foi o fraquissimo gabinete Furtado o sustentador das hostilidades brasileiras no Uruguay e o iniciador da guerra com o Paraguay.

As questões platinas, em que pela terceira vez se envolveu o Brasil, tiveram inicio com a especial situação apresentada pela Argentina e pelo Uruguay, em 1842.

Naquella, já a dictadura de Rosas era motivo de ataques os mais extremados, chegando a França e a Inglaterra a offerecer os seus prestimos, para tentar a urgente pacificação do paiz, onde os processos terroristas de governo e de opposição eram frequentes. Na antiga Cisplatina a desordem não era menor. A disputa pela presidencia era motivo de permanentes revoltas, com repercussão nas duas margens do rio da Prata, uma vez que as allianças argentino-uruguayas eram de partidos e de pessôas e não dos paizes mesmos.

Sentindo-se em uma posição insegura, Rosas mandou ao Rio, como seu plenipotenciario, o general Tomás Guido, encarregado de negociar um tratado com o Brasil. Concluido e ratificado pelo Imperador esse convenio, em 1843, o dictador argentino, sentindo-se mais firme, resolveu lhe negar a sua acceitação, sob futil pretexto. Caracterisado o insulto, não podia tardar a cessação das relações entre os dois governos. Rosas se encarregou de procural-a ainda mais, ostensivamente intervindo na politica uruguaya, não se sabe bem se para manter um presidente da sua preferencia ou se para annexar o paiz aos seus dominios. De qualquer forma feriu as disposições convencionadas em 1828, cumprindo ao Brasil a sua defesa.

Bloqueando Montevidéo, o dictador se excedia ainda mais, o que levou o Imperio a remetter ao Prata a missão chefiada pelo Visconde de Sinimbú, emquanto para a Europa seguia outra, do Marquez de Abrantes, visando a obtenção de uma acção conjugada com a Inglaterra e a França. Ambas não puderam attingir os seus fins harmonisadores, os factos locaes sempre agindo contra o espirito das nossas negociações. Estas ainda mais difficeis se tornaram, com a despedida do nosso ministro em Buenos Ayres, Barão de Ponte Ribeiro e com a constante aggravação das difficuldades uruguayas. Dentro da pro-

pria Argentina estas não faltavam, com as divergencias entre Urquiza, chefe das Provincias de Entre Rios e Corrientes, e Rosas.

A repercussão de todos esses acontecimentos observava-se principalmente no Rio Grande do Sul, onde as incursões de ladrões de gado eram frequentes, como resultado das desordens politicas. Chegaram esses roubos a 800.000 cabeças, em alguns annos e, com a verificação da inutilidade das reclamações feitas ao governo uruguayo, resolveram fazer justiça pelas proprias mãos os estancieiros da região, que passaram a invadir o paiz vizinho, sob a chefia do Barão de Jacuhy.

Fóra desse processo irregular, da iniciativa de particulares e visando apenas o Uruguay, comprehendeu o Imperio que não era possivel a continuação do intervencionismo de Rosas nesse paiz. Indo ao Prata os estadistas Marquez de Paraná e Visconde do Rio Branco, foi tratada a alliança de Entre-Rios, Corrientes, Uruguay com o Brasil, o nosso ministro de Extrangeiros, Visconde de Uruguay, tendo com o Imperador tomado a iniciativa dessa attitude mais firme, que produziu os fins almejados, isto é, a capitulação de Oribe e a derrota de Rosas, que, abandonando o poder, exilou-se em 1852.

Resolvida assim a nossa situação para com a Argentina, mais penosa era a resolução das difficuldades uruguayas. Continuaram as agitadas successões presidenciaes, prodigas em renuncias e deposições, ao mesmo tempo que recrudesciam os conflictos na nossa fronteira e os ataques a brasileiros residentes no interior do paiz. Apesar das crises quasi continuas, o Uruguay, de 130.000 habitantes em 1843 (dos quaes 31.000 na capital), attingiu um total de 170.000 dez annos depois, cada vez mais interessando ao Brasil a manutenção da sua independencia, já resolvida por todos os ribeirinhos a questão da liberdade de navegação nos grandes rios platinos. Brasilei-

ros, como o Visconde de Mauá, estabeleceram-se nesse paiz, em todas as suas actividades politicas e economicas se envolvendo, de modo a provocar e tornar obrigatoria, quando necessaria, a protecção de que o Imperio assumira o compromisso.

As divisões entre blancos e colorados, as revoluções frequentes, as reclamações não attendidas, as novas participações da Argentina nas divergencias locaes, — tudo isto foi se avolumando em uma duzia de annos, dando origem a mais uma inutil missão especial, chefiada pelo Visconde de Abaeté, a queixas dos riograndenses prejudicados, por intermedio do general Netto, a outra ruidosa missão do Conselheiro José Antonio Saraiva e, afinal, em 1864, a mais uma intervenção brasileira nos negocios uruguayos, logo ligada á declaração da guerra com o Paraguay e á consecução da Triplice Alliança.

A demorada entrega do ultimatum de que Saraiva foi portador constitúe uma prova bem decisiva da ardente orientação pacifista que era a do Imperio naquella occasião. As represalias depois realisadas pelo almirante Marquez de Tamandaré, se não attenderam a esse espirito, tinham por si outras circumstancias, de que o justo resentimento nacional não era dos menores. Seguindo-se a habilidade á violencia, o Convenio de 20 de fevereiro de 1865, pelo qual o nosso novo plenipotenciario Visconde do Rio Branco conseguiu pôr um curto termo ás fluctuações politicas do Uruguay, apesar da opposição que aqui lhe foi feita, pôde ser um solido precursor da nossa melhor posição no Prata, como proximos factos se encarregariam de demonstrar.

* * *

Occorrencias excepcionaes, provocadas por um extemporaneo offerecimento de mediação por parte do Paraguay, vieram transformar completamente esse ambien-

te da politica internacional do Prata. A guerra então iniciada não podia ter sido evitada pelo Imperio, nem a sua previsão poderia ter sido facil aos nossos estadistas. Se os armamentos paraguayos eram de forma a impressionar os vizinhos mais fracos, muitos factores agiam no sentido de retirar das cogitações brasileiras a hypothese de um conflicto como o que afinal longamente se registrou, pela acção inqualificavel de um dictador, suicidando-se ingloriamente a nação paraguaya.

As relações entre a Republica central e o Imperio eram mais ou menos satisfactorias antes de 1864, apesar de nellas se registrarem alguns effeitos das reconhecidas excentricidades dos seus dominadores. Haviamos contribuido para o melhoramento das suas fortificações e do seu exercito, julgando que assim agiamos contra Rosas, cuja ambição alcançava, decerto, a pequena nação. Antes de obtermos a livre navegação dos rios platinos nos trechos argentinos, já um tratado de 1850, theoricamente nos garantia a que se fizesse nos percursos paraguayos. Agentes como o Marquez de São Vicente e o Barão de Melgaço tambem fizeram com que fosse razoavel a situação do Imperio no isolado paiz. Em 1853, ao lado de difficultações ao transito fluvial, um primeiro incidente appareceu, com a entrega de passaportes ao nosso ministro Leal, accusado de intrigar contra o primeiro Lopez. A missão especial do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira não pôde exigir, em 1855, satisfações sufficientes. No anno seguinte, o Visconde do Rio Branco, então ministro de Extrangeiros, pôde celebrar no Rio, com o plenipotenciario Berges, um novo tratado de amizade, navegação e commercio. Isto não impediu que em 1857 fosse mal recebido em Assumpção o nosso ministro Conselheiro José Maria do Amaral, que, como director do "Espectador da America do Sul", se tornara um autorisado observador da politica internacional. Foi preciso que no anno se-

guinte novamente se encarregasse do assumpto o Visconde do Rio Branco, dessa vez indo elle mesmo ao Paraguay, onde regularisou até a passagem de navios de guerra pelos seus rios.

Nada disto impediu que sem prévia declaração de guerra o governo de Francisco Solano Lopez arbitrariamente resolvesse revogar taes disposições, prohibindo a navegação fluvial aos nossos navios, conforme nota que enviou ao nosso representante Barão de Jaurú, precedendo de pouco o aprisionamento do "Marquez de Olinda" e a retirada daquelle ministro. A surpresa no Brasil foi geral. As intrigas de Sagastume, agente uruguayo, apresentavam assim o seu resultado. Felizmente, as hostilidades succediam depois que o governo do Uruguay estava entregue a Venancio Flores, pelo Convenio de 20 de fevereiro, e o da Argentina a Bartolomé Mitre, espirito esclarecido que perfeitamente comprehendia a posição politica que o Imperio fôra obrigado a assumir no Prata.

Deante disto e da imprudencia de Lopez, que não hesitou em invadir Matto Grosso e a provincia argentina de Corrientes, visando attingir o Rio Grande do Sul, tornou-se mais facil a obtenção do tratado da Triplice Alliança, em 1.º de maio de 1865, nelle o plenipotenciario brasileiro, Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa, tendo conseguido a união da Argentina, do Uruguay e do Brasil contra o governo do Paraguay.

Deixando de parte o aspecto propriamente militar dessa custosa guerra, em que a inicial inferioridade de forças do Imperio e a quasi nulla participação pratica dos nossos alliados foram motivos de difficuldades e prolongamentos inesperados, — convém que aqui antes se examinem os seus effeitos politicos, de tanta significação nas posteriores posições internacionaes do continente sul-americano.

Dispunha o tratado que os alliados se compromettiam "a não deporem as armas senão de commum accordo e sómente depois de derribada a autoridade do governo do Paraguay". Isto foi motivo de recusas de negociações que não obedeciam ás condições preestabelecidas e de uma politica de antipathisação internacional do Imperio, movida por governos americanos, como os do Perú, do Chile, da Colombia, dos Estados Unidos, além de europeus, como o da França.

Além disto, se os alliados se declaravam, pelo artigo 8.º, obrigados "a respeitar a independencia, soberania e integridade territorial da Republica do Paraguay", pelo artigo 16.º convencionava-se apressadamente que os limites da Argentina seriam pelo rio Paraguay acima "até encontrar os limites com o Imperio do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguay a Bahia Negra", — o que era lesivo aos direitos paraguayos, que extendiam a pretensão argentina apenas até os rios Bermejo ou Pilcomayo. Apesar do Brasil ter logo manifestado o desejo de resalvar direitos porventura cabiveis á Bolivia, na posse da região do Chaco, bem patente ficou a injustiça e a inconveniencia daquella disposição, que collocava o Paraguay sempre sob a possibilidade de um facil ataque argentino. Isto mesmo demonstrou, ainda em 1865, uma consulta que fez D. Pedro II á Secção de Negocios Extrangeiros do Conselho de Estado, respondida pelo Marquez de São Vicente e pelos Viscondes do Uruguay e de Jequitinhonha. E depois do estabelecimento de um Governo Provisorio em Assumpção, em 1869, já nos fins da guerra e por esforços do Visconde do Rio Branco, as negociações entre o Brasil e a Argentina chegaram a se tornar difficeis e prolongadas, sempre por motivo daquelle dispositivo concernente aos limites dos vencedores com os vencidos, cuja causa lealmente advogavamos.

De facto, ao tratado preliminar da paz, de 1870, ti-

vemos de ajuntar outro, definitivo, em 1872. Em ambos, Rio Branco e o Barão de Cotegipe, seus negociadores, tiveram de abordar a questão, visando impedir a avançada argentina pelo Chaco. A grande superioridade com que o assumpto pôde ser discutido com Mitre teve suas consequencias nos entendimentos com Tejedor, ministro do presidente Sarmiento e encarregado da questão. Essas negociações argentino-brasileiras foram até 1876 e, dois annos depois, foi o assumpto afinal resolvido por arbitragem, della tendo sido incumbido o presidente Hayes, dos Estados Unidos, que deu como limite o rio Pilcomayo. Já então se defrontavam apenas o Paraguay e a Argentina, mas victorioso ficou o ponto de vista do Brasil, de não se aproveitar nenhum dos belligerantes dos resultados da guerra, visando indebitos augmentos territoriaes. Para isto, o arbitro norte-americano foi sufficientemente elucidado pelo nosso ministro em Washington, o Visconde de Araguaya.

Applicando por sua parte o que desejava ver seguido tambem pela Argentina, o Brasil depois da guerra acertou as suas fronteiras com o Paraguay, estabelecendo-as rigorosamente de accordo com o principio do *uti possidetis*. Pelo tratado de 1872 tambem o commercio e a navegação fluvial foram regulamentados, em seguida a commissão do Visconde de Maracajú tendo realisado a demarcação dessa divisoria que desde a Colonia fôra objecto de contendas.

* * *

Além dos dominantes aspectos platinos que a politica exterior do Segundo Reinado foi forçada a manter, outros teve tambem de enfrentar, relativos a conflictos com nações européas e ao andamento de soluções de diversas das suas questões de limites.

Fóra desses dois aspectos, tambem a liberdade da navegação dos grandes rios da bacia amazonica consti-

tuiu um outro assumpto internacional de grande relevo, sómente sendo resolvido depois de uma prolongada campanha de opinião, em que tiveram de intervir os publicistas Tavares Bastos e Gonçalves Dias, os politicos Viscondes de Souza Franco e do Uruguay e outros. A concessão da medida era objecto de pedidos insistentes da Venezuela, Colombia, Equador, Perú e Bolivia, tambem tendo tomado parte nas reclamações o governo dos Estados Unidos. Tendo o Visconde de Mauá, desde 1852, o privilegio da companhia de navegação a vapor do Amazonas, por um prazo de trinta annos, delle generosamente abriu mão em 1867, quando afinal se decretou a abertura da immensa região aos navios de todas as nacionalidades.

Outra questão internacional que teve larga repercussão foi a que o Imperio teve de sustentar com a Inglaterra, entre 1863 e 65, tendo tido a sua origem apenas no máu procedimento do ministro Christie, acreditado no Rio de Janeiro . A arbitragem de Leopoldo I, Rei dos Belgas, tendo sido favoravel ao nosso paiz, o governo da Rainha Victoria nos deu as necessarias satisfações, já então estando bem distantes os desentendimentos e os ataques á soberania nacional que proporcionavam a repressão ingleza ao trafico de escravos africanos através do Atlantico.

O protesto pelo bombardeio hespanhól da cidade de Valparaizo, em 1866; o exito da habil missão do Barão de Penedo a Roma, em 1874, referente á questão dos bispos; as diversas arbitragens internacionaes de que esteve encarregado D. Pedro II, demonstrativas do prestigio de que internacionalmente gosava o Imperio, — todos esses factos contribuem para que mais honrosa seja a sua historia diplomatica, tão agitada, mas nem por isto destituida de valiosos contingentes pessoaes e de extraordinaria coherencia politica.

Quanto ás questões fronteiriças tratadas durante o Segundo Reinado, já alludimos ás difficuldades apparecidas sob as Regencias e que se referem a incursões de francezes e de inglezes além dos legitimos limites das suas Guyanas. Para resolver a pendencia com a França foram realisadas reuniões em 1841-42 no Rio de Janeiro e em 1846 e 54 em Paris, todas sem resultados. Em 1843 o Imperio concordou na neutralisação do territorio da bacia amazonica que pretendia a Inglaterra, relegando para tempos melhores a solução do dissidio.

Com os paizes sul-americanos, a base para todos os estabelecimentos de linhas divisorias foi a anterior occupação effectiva. Assim se fez no tratado celebrado com o Uruguay, em 1851; nos accordos feitos com o Perú nesse mesmo anno e em 1874; no tratado firmado por Pereira Leal, em 1859, com a Venezuela; no tratado negociado com a Bolivia, em 1867, pelo Barão de Lopes Netto. E uma questão mais séria como a das Missões, a monarchia a deixou encaminhada para o arbitramento, em 1889. As demarcações tiveram cuidadosos encarregados, como os Barões de Capanema, de Ladario, de Teffé e de Parima e o Visconde de Maracajú.

Porém, como maiores provas do valor de um corpo diplomatico que merecera uma reorganisação do Marquez de Paraná e que contava, sob a fiscalisação directa de D. Pedro II, com elementos do valor dos muitos já citados, a elles ainda podemos ajuntar os nomes dos Marquezes de Maceió e de Taubaté; dos Viscondes de Almeida, de Arinos, de Barbacena, de Cabo Frio, de Itajubá, de Ourem, de Porto Seguro, de Santo Amaro e de São Salvador de Campos; dos Barões de Alencar, de Aguiar de Andrada, de Alhandra, de Carvalho Borges, de Itajubá, de Itamaracá, de Jaceguay, de Japurá, de Javary, de Santo Angelo, de Cayrú e, afinal, do Rio Branco, titulo que não

encerra apenas uma lista, mas, sem duvida, toda uma tradição de grandes servidores do Brasil nas suas relações exteriores.

* * *

Apesar de facilitada grandemente pelo Imperio, a politica exterior da Republica iniciou-se com um erro que muito prejudicial poderia nos ter sido. Depois do facil reconhecimento das novas instituições, o improvisado titular das Relações Exteriores, Quintino Bocayuva, quiz resolver de golpe a difficil questão das Missões, com a Republica Argentina. Uma embaixada de espavento e a graciosa cessão de direitos innegavelmente nossos, foi o processo escolhido pelo ex-jornalista para assegurar o exito da sua estréa diplomatica. Passando por cima dos mais legitimos interesses do paiz e pretendendo retirar a questão da arbitragem em que o antigo regimen a havia deixado, quasi chegou a se consumar essa imprudencia planejada pelo ministro do Governo Provisorio do marechal Deodoro. Felizmente pôde ser obstada essa generosidade do suspeito republicano, contra ella vehemente tendo se manifestado na Europa o publicista Eduardo Prado. Até o proprio Imperador deposto se pronunciou quanto ao crime planejado contra a nossa integridade territorial, essas duas valiosas opiniões decerto tendo pesado para a não ultimação do attentado.

Não foi esse, aliás, o unico serviço que D. Pedro II accrescentou, depois de 1889, aos muitos que já havia prestado, na sua longa presidencia da politica exterior do Brasil. Ao chegar ao exilio, numerosos diplomatas brasileiros lhe offereceram as suas demissões, logo recusadas com o conselho de que continuassem a servir ao paiz, mesmo sob as novas instituições.

Não era uma empresa facil a manutenção de uma continuidade de directrizes internacionaes como desejava o Imperador. As diversas nullidades que Floriano fez

passar pelo ministerio das Relações Exteriores pouco se compensavam com as passagens de Carlos de Carvalho e de Olyntho de Magalhães pela mesma pasta, nos governos de Prudente de Moraes e de Campos Salles. As contingencias da politica partidaria contribuiram para alterar os quadros da nossa representação no exterior, norma que depois não seria mais abandonada, até agora permanente e perniciosa. Nomeações de incompetentes, de simples apadrinhados, cada vez mais se ameudaram, abrindo brechas no excellente pessoal deixado pela monarchia.

Coube felizmente á tradição diplomatica do segundo Rio Branco a tarefa de evitar o descalabro de uma posição antes primacial no continente, quanto á politica exterior. O antigo consul geral em Liverpool encarregou-se de continuar a obra do Visconde do Rio Branco, liquidando uma a uma todas as questões de limites que o Imperio deixara encaminhadas. O successo que em todas as suas batalhas se seguiu a esse combatente das bibliothecas foi uma circumstancia como poucas vezes se pode ver registrada na historia diplomatica de uma nacionalidade. Bibliophilo e advogado, rebuscador de manuscriptos e de mappas, escriptor e argumentador, o Barão do Rio Branco foi o realisador de uma obra excepcional, de que resultou para o Brasil um accrescimo de algumas centenas de milhares de kilometros quadrados, sem lutas e com immensos proveitos para o seu futuro.

Resumindo a extraordinaria actividade do grande internacionalista, basta repetir alguns dados da sua fé de officio. Como ministro plenipotenciario em Washington, de 1893 a 95, obteve o laudo do presidente Cleveland, pelo qual vencemos a pendencia das Missões; em Paris, de 1896 a 99, em Berna, de 1899 a 1901, activamente trabalhou o Barão, conseguindo a solução da divergencia do Amapá, na fronteira com a Guyana Franceza, pelo pare-

cer do presidente Hauser, da Suissa. Para isto muito contribuiram tambem os trabalhos de Joaquim Caetano. Depois de uma passagem pela legação em Berlim, veio ser o ministro das Relações Exteriores do governo presidido pelo Conselheiro Rodrigues Alves, nesse posto permanecendo de 1902 a 1912, quando falleceu. Pelo tratado de Petropolis, de 1903, resolveu a questão relativa á posse do Acre, acquisição que para o Brasil representava um valor immenso, rectificando-se então a nossa fronteira com a Bolivia e o Perú. Em 1904 foi obtida a solução da divisoria com a Guyana Ingleza, não de todo infeliz como podia ter sido, se prevalecesse totalmente o estranho criterio politico adoptado pelo arbitro Victor Manoel III, Rei da Italia. Disto não couberam quaesquer culpas ao ministro e ao enviado especial Joaquim Nabuco, pois apesar do desacerto do laudo, nós entretanto o acatamos. Em 1906, celebrou o Barão um tratado fixando a fronteira do Brasil com a Guyana Hollandeza. Nesse mesmo anno e no seguinte reuniram-se, no Rio, a terceira Conferencia Pan-Americana e, em Haya, a segunda Conferencia Internacional da Paz, em ambas as directrizes do grande chanceller tendo se tornado motivos de prestigio internacional para o nosso paiz. Na primeira, pela voz do proprio Rio Branco, ficaram definidas as linhas mestras de toda a nossa politica exterior. Na segunda, o principio da arbitragem, preconisado sempre por D. Pedro II, applicado constantemente em numerosos pactos pelo Barão e defendido por Ruy Barbosa, foi outro motivo de justificado destaque para a nossa orientação no direito internacional. Em 1907, novos tratados com a Colombia e a Venezuela foram celebrados. Em 1909, numa medida altamente sympathica, o Brasil resolveu compartilhar com o Uruguay os seus direitos, até então exclusivos, de navegação no rio Jaguarão e na Lagôa Mirim.

Não ficaram todos nessa lista os serviços prestados pelo Barão do Rio Branco. Ao lado dos trabalhos externos, de que elle mesmo foi a primeira figura, outros realisou na propria Secretaria de Estado, onde até 1907 tambem se conservou o Visconde de Cabo Frio, seu principal director. Fóra daqui, a renovação que emprehendeu nos quadros diplomaticos do Brasil, foi tambem notavel, facilitando a obra dos seus successores menos detestaveis, Lauro Muller, Nilo Peçanha e Domicio da Gama.

Da historia exterior do nosso paiz, depois da morte do Barão do Rio Branco, pouco se pode tratar, havendo opiniões de que, depois delle, esteve sempre vaga a chefia do Itamaraty. A impossibilidade de se manter neutralidade deante da conflagração européa, com os ataques soffridos pela nossa marinha mercante, determinou a suspensão das nossas relações com a Allemanha, em abril de 1917 e, afinal, a declaração de guerra, em outubro. A nossa participação no conflicto não precisa ser aqui estudada, diminuta como foi, apenas internamente tendo tido effeitos economicos mais dignos de observação.

Depois da Guerra, fomos comparsas na Conferencia de Versailles e, até 1926, bisonhos collaboradores da Sociedade das Nações, de que nos retiramos sem vantagens e sem grandes prejuizos. Os ministros das Relações Exteriores succediam-se incolores e *gaffeurs*, como os srs. Azevedo Marques e Felix Pacheco. E não ficavam atraz presidentes da Republica como Hermes, Wenceslau Braz, Arthur Bernardes e Washington Luiz, incapazes de apprehender devidamente as delicadezas de qualquer situação um pouco acima dos seus horizontes habituaes. Ao sr. Afranio de Mello Franco, permanente victima de proprias e alheias difficuldades, coube representar-nos na

má saida que foi para nós a da Conferencia de Santiago, em 1923, bem como no grotesco episodio que o presidente Bernardes teve de offerecer á accidentada historia da assembléa internacional de Genebra. E ao mesmo *redresseur de torts* competiu dirigir o Itamaraty depois da revolução de 1930 e depois da passagem ali do sr. Octavio Mangabeira, que para elle iniciou pelo menos uma solida politica de revisão das nossas demarcações fronteiriças.

XIII

REBELLIÕES REPUBLICANAS

A HISTORIA politica da Republica do Brasil, para quem não queira se preoccupar com as querellas relativas ás successões presidenciaes, póde ser cingida ao relato das rebelliões sob a sua vigencia occorridas e ao exame dos diversos rumos que as suas duas constituições quizeram lhe imprimir, embora não o conseguissem. O apparecimento de um partido republicano, ou antes, de agrupamentos isolados de individuos predispostos á idéa de mudança do regimen, bem como a aggravação e a exploração de certos casos de indisciplina militar, — prepararam o advento do novo systema, fundamentalmente chocante com a evolução social que vinha se processando no paiz, debaixo da segurança propiciada pela monarchia.

Ainda não estão encerradas as profundas alterações trazidas ao rythmo da vida nacional pela forma republicana. Mas pelo ininterrupto descontentamento que com solidas razões tem sido acompanhada a sua applicação, já se pode avaliar o quanto é inconveniente aos interesses mais legitimos da nação o regimen politico aqui instaurado em 1889. A federação mal comprehendida e o presidencialismo illimitado, que são as suas caracteristicas essenciaes, assumem feições altamente perniciosas ao desenvolvimento politico, espiritual e moral da nação, ameaçando permanentemente o programma que deve ser o de nossa formação historica. A despeito das rebelliões successivas e da apparente perfeição dos estatutos consti-

tucionaes, persiste a geral insatisfação, desta forma mantendo-se como primacial a questão da escolha do systema que mais nos convenha. Pois já é passado o tempo de se responsabilisar apenas os individuos pelos erros das instituições, com isto absurdamente se insistindo no sustento destas.

As chamadas questões militares, que de 1884 a 89 preoccuparam a opinião publica do Imperio, são injustamente consideradas como um indice da approximação da mudança do regimen, pela conversão de bôa parte da officialidade do exercito ás idéas republicanas. E' um erro evidente. Se esses incidentes reflectem o estado de progressiva indisciplina que attingia as forças armadas do paiz, não querem entretanto dizer que, descontentes com a monarchia, os militares tivessem passado em massa para as fileiras dos amigos de uma nova ordem de coisas. A desconfiança para com a acção méramente administrativa dos titulares civis das pastas da Guerra e da Marinha, se algumas vezes pôde ser na verdade demonstrada, não se pode dizer que fosse de forma a justificar uma alteração tão brusca no conceito de fidelidade ao throno existente no intimo de um corpo de officiaes onde os bravos e os dignos não eram as excepções.

O facto é que já existiam na tropa os elementos afeitos á politica partidaria, seduzidos pelas suas lutas e incapazes de limital-as apenas ao terreno pacifico das competições eleitoraes. Certa propaganda do positivismo, as repercussões da campanha abolicionista, a exploração jornalistica das questões disciplinares então apparecidas, — tudo isto se alliou, contribuindo para que em 1889 se tivesse creado no paiz uma injusta "desaffeição" pela monarchia, comprehendendo-se esse termo de Calogeras não no sentido de uma franca animosidade, mas no de uma pronunciada indifferença.

Na vida de um exercito onde o recrutamento força-

do era o fornecedor de pessoal para os seus quadros de inferiores e em um paiz onde as forças armadas não provocavam enthusiasmo, nem mesmo quanto disto se torvam grandemente merecedoras,—foi natural que se pudesse registrar um periodo de mais accentuada indisciplina, tanto entre os subalternos, não raramente simples desordeiros, como entre officiaes, muitas vezes desconhecedores dos seus deveres, ao discutir ordens, reprehensões e assumptos de serviço, na imprensa e em reuniões publicas. Destes ultimos casos foram pretextos a visita de um jangadeiro abolicionista a uma escola de tiro; a fiscalisação de uma companhia isolada de infantaria, com séde no Piauhy, e as sessões promovidas para o exame de questões entre militares, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Motivos puramente accidentaes, que apenas por simples providencias administrativas deveriam ser resolvidos, nunca mereceriam ser alçados a materias de relevancia, provocando polemicas e reflectindo no parlamento. A' exploração da imprensa, de alguns abolicionistas e de republicanos, é que se ficou devendo o excessivo relevo que tiveram, incompativel com a sua natureza de simples transgressões regulamentares. E nesse ambiente em que uns officiaes desafiavam deputados e ministros e outros assassinavam friamente um jornalista, — tornava-se natural que sahissem prejudicadas as proprias instituições.

A subita proclamação da Republica, nascida de um pronunciamento contra o ministerio presidido pelo Visconde de Ouro Preto, foi apenas o exito occasional da exploração dos militares pelos poucos republicanos habeis que existiam no Rio de Janeiro. Os de São Paulo, menos audaciosos e um pouco mais numerosos, foram colhidos pela surpresa geral. No resto do paiz, os raros homens favoraveis ao novo regimen não mereciam quasi nenhuma consideração. O partido republicano era ape-

nas "o esboço de um partido", como averiguou sufficientemente Oliveira Vianna.

Mas como a alliança entre civis e militares não se faz sem prejuizo de um delles, aconteceu que tambem no Brasil iria se inaugurar, com a Republica, uma phase de intensa desordem politica, em que a luta entre os proclamadores e os aproveitadores, os "historicos" e os adhesistas, encheria varios annos de attribulada chronica.

Era isto a consequencia inevitavel de um regimen que fôra instaurado pela trahição de alguns e pela fraqueza de muitos. Sem dispôr de pessoal habilitado e de um programma adaptavel ás condições do paiz, a improvisação seria a regra, o accaso a constante companhia das deliberações as mais importantes. E por não ter havido uma *revolução* que justificasse a mudança feita, tornava-se natural que muitas revoltas se lhe seguissem. Pois como um vicio de origem imprime inexoravelmente a sua marca nos acontecimentos posteriores, a nação teria de pagar pela Republica muito mais do que merecia o novo regimen.

A existencia do Governo Provisorio tinha que accentuar bem fortemente os males de procedencia com que surgiu a Republica brasileira. A' phase intensamente organisadora do predominio de Ruy Barbosa, seguiu-se a de profunda politicagem em que o bastão ministerial esteve com o Barão de Lucena. Em ambas accumularam-se erros, mais prolongados os primeiros, mais immediatos os segundos. E se aquelles impressionaram a vida de todo o regimen, estes apenas serviram para provocar a sua primeira revolta militar, originada da dissolução do Congresso, que derrubou com um só tiro esse extranho governo do marechal Deodoro, em 1891.

Accentuaram-se no anno seguinte as demonstrações da geral indisciplina. O levante da fortaleza de Santa Cruz e o manifesto dos treze generaes, contra o governo

illegal de Floriano Peixoto, foram apenas preludios para a revolta mais séria de 1893, ainda militar, a da Marinha. E outra já de uma nova feição trazida pela Republica, estadual, a federalista do Rio Grande do Sul, havia começado tambem no anno anterior, logo se aggravando com a sua extensão a outros Estados e pondo-se em contacto com a naval.

Essa presidencia de Floriano Peixoto tornou-se, portanto, um periodo de enorme significação na historia da Republica. Sem ter nenhum apoio civil de alguma solidez, sustentado apenas pelo dividido exercito, o governo teve de lutar com os marinheiros apparentemente republicanos de Custodio de Mello e os verdadeiramente monarchistas de Saldanha da Gama, na propria bahia de Guanabara, ao mesmo tempo que do Rio Grande a Santa Catharina alastrava-se uma revolta que attingiu até o Paraná. Nos Estados, o systema das intervenções do Poder Executivo Federal esforçava-se por manter uma centralisação que as proprias leis organicas impossibilitavam, — tudo isto se avolumando com a incompetencia governamental e com a má escolha dos processos de repressão logo adoptados. Estes assumiram aspectos profundamente barbaros, contra todos os nossos precedentes historicos e sómente comprehensiveis no ambiente brasileiro como uma manifestação de desespero collectivo, ou de recurso compativel com as normas de quem apenas na traição e na covardia havia fundamentado os principaes actos de sua vida. As attitudes de Floriano em 15 de novembro de 1889 e quando, dois annos depois, foi dissolvido o Congresso, indicam, de certa forma, a feição pathologica com que deve ser encarado o caso da sua nefasta apparição na historia do Brasil.

Circumstancias diversas contibuiram para que em uma tal situação viesse a prevalecer, afinal, a posição do

governo contra a dos revoltosos. Acima de tudo, as divisões existentes entre os almirantes e os federalistas. A victoria da denominada legalidade, não foi assim a obra de uma acção militar mais valiosa e nem mesmo da coherencia que apparentemente a caracterisou. Além dos excessos com que se processou a repressão de Floriano, ha contra ella a innegavel vigencia da intervenção extrangeira durante a revolta da esquadra, amplamente demonstrada por Joaquim Nabuco e que a repetição de uma phrase de bravata não consegue retirar da responsabilidade daquelle vice-presidente da Republica. E, apezar da cessação da luta naval no Rio de Janeiro e da sua circumscripção terrestre apenas ao Rio Grande do Sul, as vantagens do seu termo só vieram caber ao primeiro governo civil a custo conseguido para a nação, já cançada de soffrer o dominio que provinha do peor pessoal que um dia passou pelas suas casernas, dahi excepcionalmente partindo para a chefia violenta da Republica.

O temor pelo militarismo persistiu durante as presidencias seguintes, com mais razões que o medo, tambem manifestado, de algum pronunciamento a favor do retorno á monarchia. Os antigos republicanos Prudente de Moraes e Campos Salles, bem como os Conselheiros do Imperio, adhesistas do "facto consumado", Rodrigues Alves e Affonso Penna, todos esses Chefes da Nação tiveram de se preoccupar com aquelle justificado perigo e com o comprehensivel desejo de restauração do antigo regimen. A tentativa de morte contra o primeiro e a ridicula revolta da Escola Militar, em 1904, por causa da obrigatoriedade da vaccina, contra o terceiro, indicam como ainda era para se temer a acção, óra extremista, óra facciosa, de certos elementos do exercito, como sempre em conluio com civis ambiciosos. As clamorosas perseguições que tiveram de soffrer alguns chefes monarchistas, bem como

as tristes repercussões que tiveram as difficuldades militares da submissão dos sertanejos revoltados em Canudos, — são outras tantas provas do quanto andaram vacillantes, em materia de disciplina e de tranquillidade, esses governos que foram de 1894 a 1909.

A propria successão do presidente Affonso Penna foi motivo de apprehensões quanto ao retorno do espirito militarista que tão pernicioso se mostrara nos primeiros annos da Republica. Entretanto, apesar da victoria eleitoral do marechal Hermes, impediu-se essa volta com o fortalecimento do poder politico do senador Pinheiro Machado, politico que antes fomentava a interferencia das forças armadas no governo do paiz, mas que, estando mais proximo dessa eventualidade, soube ou pôde evital-a, sobretudo graças á debilidade intellectual do encarregado de chefial-a, como occupante da propria presidencia da Republica.

Uma revolta de inferiores da Armada, logo no inicio desse quadriennio, constituiu mais uma demonstração da indisciplina que continuava lavrando no intimo das classes militares. Porém, talvez muito peor do que esse levante de homens então tratados como animaes, foi a attitude em seguida tomada pelo governo, amnistiando-os para depois castigal-os, ou permittir que illegalmente o fizessem outros por elle.

O significativo acontecimento que já tinha sido em 1897 a revolta de Canudos, prova do abandono em que jazia o interior do paiz, teve uma approximada repetição em 1914, no levante occorrido no Contestado, territorio antes pretendido simultaneamente pelos Estados de Santa Catharina e Paraná. A ignorancia e o fanatismo ahi se alliaram contra o governo, sendo interessante de se notar que, em ambos os movimentos de jagunços, foi constante e expontanea a preoccupação das suas pobres

e ingenuas victimas pela volta ao regimen monarchico, que na sua sinceridade reconheciam ser mais conveniente aos seus interesses e, talvez, aos do proprio Brasil.

Sem que tenham sido rebelliões, mas sem duvida avizinhando-se dessa classificação, varios movimentos de caracter estadual, além da revolta federalista, surgiram nos quadriennios republicanos. Para todos houve uma origem commum, fornecida pela chamada "politica dos governadores", aqui instaurada desde o governo de Campos Salles. Desde que a orientação partidaria de um Estado se dirigia contra a corrente dominante no scenario federal, preparava-se a sua eliminação do poder, em obediencia apenas ás conveniencias do mais forte. Essa regra, que soffria as differenciações peculiares a cada caso, teve sua possibilidade de applicação com o mechanismo elastico das intervenções, através do qual os presidentes da Republica submettiam ao seu influxo os governadores dos Estados que se mostrassem mais recalcitrantes, principalmente nas épocas de successões no poder e de competições eleitoraes. Varias vezes essas chamadas á ordem tiveram de se proceder violentamente, com inglorio emprego das forças armadas, inuteis derramamentos de sangue, constantes prejuizos para o nivel politico do paiz, além dos que causavam á regularidade das administrações. Nesse jogo das allianças e das controversias entre a União e os Estados, encerra-se mesmo um dos mais graves effeitos do nosso mal entendido federalismo.

Muitas foram as unidades federativas assim conflagradas, pela acção do proprio governo central sendo fomentadas ou occasionadas diversas desordens internas do paiz, circumstancia que por si mesma bastaria para a condemnação de todo o regimen. Essa causa de intima insatisfação tambem vae se ligar aos muitos motivos que determinaram o rompimento do maior dos nossos levan-

tes, o de 1930, apezar dos seus precedentes principalmente militares e concernentes á politica federal, que em 1922 e 24 se manifestaram. Uma intervenção no Estado do Rio e uma rebellião puramente estadualista, no Rio Grande do Sul, occorridas entre aquellas "quartelladas", dão outras demonstrações de que, ao movimento mais geral que fatalmente haveria de explodir, não faltaram essas aggravações de caracter nitidamente regionalista. E mesmo depois da inevitavel explosão, esse aspecto restrictivo á uniformidade nacional teria de apparecer ainda mais uma vez, como prova da sua continuidade, com o movimento de 1932, obra exclusiva do Estado de São Paulo.

Tudo isto indica a vigencia de duas correntes impressionadas pelo salvacionismo empyrico que nas simples rebelliões julga encontrar a forma mais conveniente para o concerto de degradadas situações politicas. Militares trabalhados por politicos ambiciosos no ostracismo, governos parciaes ou opposições estaduaes ameaçadas dentro ou fóra de seus territorios, sustentados ou combatidos pelo poder central — uns e outros tinham motivos ou pretextos para um pronunciamento ou para uma intervenção, que attendesse aos seus desejos ou désse extravasão ao seu desespero.

Essas alterações da ordem que, passada a "calmaria pôdre" da politica interna do quadriennio Wenceslão, vieram caracterisar os governos de Epitacio Pessôa e Arthur Bernardes, até chegar á irrupção final da presidencia Washington Luiz, sobrepujaram as simples contingencias das successões dos chefes da Nação e dos governadores dos Estados. Attingiram aspectos mais graves, com o apparecimento de uma generalisada descrença no regimen. Fizeram com que diminuissem, depois da morte de Ruy Barbosa, os seus enthusiastas. Além das accu-

sações aos homens, outras começaram a apparecer, abrangendo a propria essencia do systema. O Brasil inteiro sentia a necessidade de uma mudança geral de rumos. A successão presidencial foi o pretexto para provocal-a. Uniram-se todos os descontentes, militares salvacionistas vindos dos levantes anteriores e politicos dos dois grandes Estados que empreitaram o golpe, opposições sequiosas de todos os outros, e a maior das rebelliões brasileiras se fez, em 1930. Mas ainda dessa vez não chegou a haver uma *revolução*.

A convergencia de tantas causas e de tantos agentes encarregados de reflectil-as, originou a subsequente divergencia de rumos que em 1931 muito contribuiu para preoccupar os brasileiros mais cuidadosos dos destinos da Patria. Entre os ardores imprecisos de um chamado "espirito revolucionario" e entre as repressões mais conservadoras que tambem se impunham, foi inevitavel o registro de levantes militares sangrentos como o de Recife, nesse anno, e a rebellião civil-militar tida como constitucionalista, de todo o Estado de São Paulo, em 1932.

Consequencias dessa ordem, — fructos do "tenentismo" e da politiquice dos leaders improvisados, — seriam de um alcance sufficiente para derrotar todas as esperanças salvacionistas que theoricamente se poderiam ter firmado no espectaculo de um pronunciamento quasi geral do paiz, como o foi o de outubro de 1930. Tendo se feito com insanaveis males de origem, o movimento destinava-se a fracassar nos seus objectivos mais altos. E em vez de levar o paiz á obtenção de soluções que fossem adequadas ás suas grandes necessidades de profundas reformas politicas e sociaes, restringiu a sua direcção inicial, limitando-se a ser considerado como um simples motivo de algumas transitorias transformações na historia constitucional do paiz.

AS CONSTITUIÇÕES DE 1891 E DE 1934

Com o advento do regimen republicano no Brasil inaugurou-se um periodo de largas transformações, com o qual o governo, apesar do seu caracter provisorio, não só adaptou, por força de numerosas leis, o que se suppunha ser da essencia da nova formula, como tambem innovou varias materias de direito publico. Nessa legisferação tão prodigamente se derramou, que foi ella de forma a poder impressionar definitivamente as principaes instituições posteriores, quer as oriundas da Constituição de 1891, quer aquellas que sairam já dos governos legaes.

Uma commissão encarregada de fornecer um projecto de Constituinte e um membro do governo que depois no mesmo sentido trabalhou, — não seguiram o exemplo de Antonio Carlos collocado em identica situação, em 1823. Este, depois de declarar "imprestaveis" os trabalhos de simples copias feitas por alguns dos seus companheiros de commissão, elaborou sósinho, e em quinze dias, um projecto original, de 272 artigos, que só chegou a ser discutido até o artigo 24, nelle a influencia de algumas constituições européas, pouco se fazendo notar, e não em copias, mas em razoaveis adaptações. Em 1891, entretanto, o projecto da commissão primitiva e o de Ruy Barbosa, influenciados inteiramente pelos rumos tomados pela legislação apressada e multiforme do anno anterior, traziam tambem em suas caracteristicas o peccado original da imitação norte-americana.

Retrogradava assim o Brasil aos annos vizinhos de 1830, em que abundaram as adaptações hispano-americanas do modelo dos Estados Unidos, sem que a inclusão de alguns dispositivos secundarios da Constituição de

1824 bastasse para preservar da absurda substituição qualquer parte mais sensivel da tradição nacional. Foi assim que o federalismo muito extenso, o presidencialismo pretensamente "harmonico", o legislativo e o judiciario sem garantias para o preenchimento das suas funcções, inauguraram um regimen para nós tão cheio de más consequencias. Com alguns resquicios do positivismo, com sancções incompativeis com a realidade nacional, — tal como o laicismo pedagogico e a liberdade tributaria, — com diversos traços de um militarismo incipiente e com muitas esperanças de um theorismo totalmente illusorio, — a Constituição de 24 de fevereiro não pôde offerecer ao Brasil republicano senão a aggravação de todos os males decorrentes da propria forma de governo.

Foram elles os que se traduziram no rotativismo immoral e olygarchico da "politica dos governadores". Occasionaram o apparecimento de individualidades medíocres ou nullas, a que entretanto competiam obrigatoriamente as posições de mando, como salientou o proprio Ruy Barbosa. Crearam esse presidencialismo tão falto de justificações como prodigo de defeitos. Facilitaram a eclosão de um revolucionarismo, explosivo ou latente, que dos governos militares arbitrarios do principio da Republica foram se ligar, na mesma incomprehensão, na mesma angustia e nos mesmos erros, aos governichos de agora, resultantes de uma volta ao salvacionismo ingenito que chegou a fazer da indisciplina uma virtude e de um hypothetico "espirito revolucionario" a solução para todos os problemas de uma nacionalidade que se não conhece, porque a si mesma não consegue ver.

Entre aquelles e estes governos, mais de um trintenio de permanente insatisfação assignalou a inapplicabilidade de simples textos theoricos, onde as garantias de uns poderes morrem nas attribuições de outros, sem que conciliações sejam possiveis. O velho preconceito tôlo

das liberdades extensivas aos poderes fragmentados, como os dos Estados, por exemplo, produziu apenas a desuniformidade progressiva e o desligamento constante que tantos perigos encerram para a propria unidade nacional, resultado da dilatação territorial da Colonia e da integração politica do Imperio, que a dispersividade republicana não sabe e não pode considerar. Entre as combinações olygarchicas dos governadores e dos presidentes saidos dos seus conchavos, através das hegemonias estaduaes e das imposições dos personalismos, só a inconsciencia foi a regra, só a descontinuidade marcou a obra condemnada da Republica. Aqui, onde os ministros irresponsaveis regulamentavam livremente, indo muito além ou ficando muito aquem das disposições legisladas, onde a magistratura nunca soube ou nunca pôde ter uma missão superior, só a desordem poderia resultar desse generalisado desequilibrio.

Revisionismos como os de Ruy Barbosa, quando das suas candidaturas presidenciaes, estiveram inquinados do mal da manutenção das suas origens, o da confiança em formulas perfeitas. Uma reconstrucção, como a apontada por Alberto Torres, não poderia nunca ser realisada por homens como os que só particularmente tinham a "coragem" de sentir repulsa pelo convencionalismo das instituições que desgraçavam a sua Patria. Por tudo isto, uma reforma constitucional como a de 1926 não pôde ser senão secundaria, tão de emergencia e tão restringida em seu impulso inicial como a de 1834, salvas as caracteristicas de ambas, tão divergentes em tudo, apenas approximadas no facto de não terem conseguido ser o que antes das suas reuniões se esperava.

Tabú respeitado de muitos que na sua impossivel applicação viam o remedio salvador de tudo, a carta de 1891 morreu sem deixar da sua existencia senão a certeza da sua inexequibilidade, pois como organisação era

incompleta e irreal e como idealisação era uma simples cópia. Falhando na ligação dos seus elementos e não sendo de modo algum nacional, isto é, com raizes na tradição do paiz, só podia ser implantada por um milagre de adaptação, inedito até agora na historia da evolução politica dos povos. Sem orgãos de fiscalisação effectiva, com o parlamento annullado por si mesmo e pela acção dos dirigentes politicos mais fortes do que elle, com os tribunaes diversissimos, oriundos de uma subdivisão estadualista particularisadora e ao mesmo tempo inferiorisadora, — esse Brasil organisado á sombra das instituições consagradas na Constituição de 1891 apparentava mais ser a obra theorica de uma dezena de sonhadores, a cujas idealisações jámais tivesse sido lembrada a existencia da idéa de conjuncto e a necessidade de se attender ao que já existia, quando iniciassem a sua tarefa reconstructora.

Com o apparecimento de um ambiente inteiramente novo, abriu-se a mil suggestões organicistas o constitucionalismo brasileiro. A revolução de 1930, que foi a explosão de toda a insatisfação accumulada pela tentativa de adaptação do regimen, — carregou ainda nas suas consequencias a responsabilidade de dever ser necessariamente transformadora de toda a organisação que encontrou apodrecida, principal causadora dos males já então inteiramente insupportaveis. De como destemerosamente se mostrou insonsciente dessa sua incumbencia, patentearam, exuberantemente, os seus tres annos e meio de dictadura, em que foram feitas as mais agitadas sondagens no intimo da realidade nacional.

E' bem verdade que a sua obra, cheia de empecilhos, mais apparentou possuir a marca de uma terrivel crise nervosa permanente que o registro das correcções que tão prementes se faziam, para a regularisação do rythmo requerido pela evolução social brasileira. Mas isto foi

devido principalmente ao meio que encontrou, quasi tanto quanto aos parcos elementos de valores pessoaes de que teve de se servir em tão ardua tarefa. Com esses reduzidos coefficientes de exito não lhe bastando o seu contingente proprio de bôas vontades e de algumas sérias experiencias, a revolução nacional limitou-se a pedir exemplos que coubessem ao seu caso, dando concerto aos seus defeitos.

Julgou-se, durante certo tempo, que fosse examinando situações assemelhadas, em que se encontraram outros povos igualmente insatisfeitos com seus systemas governamentivos, e como delles se safaram, que se poderia ter alguma possibilidade de vislumbrar remedios, porventura salvadores para as nossas tão difficeis circumstancias. Com isto, chegou mesmo a ser esquecido que seria no estudo attento das realidades do paiz, dos seus problemas economicos, moraes e politicos de capital importancia, vistos em suas formas historicas e actuaes, que podiam provavelmente residir as soluções urgentemente requeridas.

Nesse facto encerrou-se outro defeito capital da preparação constitucional de 1933 e 34. Tanto no ante-projecto elaborado por uma heterogenea commissão, como nas proposições apparecidas no plenario da terceira Assembléa Constituinte, muitas foram as demonstrações de um constante servilismo de copias e de más adaptações, quasi sempre tendo-se distanciados os factores propriamente nacionaes, decorrentes da formação historica do Brasil. Com o amplo desconhecimento das nossas realidades politicas e sociaes, pela vigencia de um immediatismo politico mais do que deploravel e pelo enfraquecimento, cada vez maior, da influencia da elite que vinha dos tempos do Imperio, chegou-se ha pouco ás imitações constitucionalistas, do genero das de 1890 e 91. Estão ellas em desaccordo com as sérias necessidades de uma

nova organisação do Estado brasileiro, bastante visiveis através da geral insatisfação subsistente, mas ainda assim vieram a prevalecer, na elaboração da carta de 16 de julho de 1934.

Entre os desejos de permanencia no poder, por parte dos que occasionalmente o conquistaram, e os desejos de volta ao passado, por parte dos que eram sinceramente liberaes ou insinceramente conservadores, uns e outros igualmente errados, — fluctuaram os trabalhos da ultima Assembléa Constituinte. Desejosos de agradar ao que suppunham ser "as modernas correntes do direito publico", os constituintes, "revolucionarios" ou "carcomidos", todos se entregaram á consecução de uma laboriosa colcha de retalhos, onde a "media das opiniões" se encontrasse, para satisfação geral. Nesse reformismo assim tão primario se houveram com tanto empenho que sómente o augmento das nossas difficuldades directivas é que conseguiram, ao cabo de oito mezes de parolagem. Continuaram insatisfeitas numerosas aspirações legitimas do paiz, crearam-se novidades mais de forma que de fundo, mas ficou-se, afinal, com todos os males da democracia-liberal, inclusive com o nosso absurdo federalismo. Obra assim fracassada, será forçosamente transitoria, nenhuma esperança de grande projecção e longa permanencia se podendo esperar para a Constituição brasileira de 1934.

XIV

ESBOÇO DE UMA HISTORIA ECONOMICA E FINANCEIRA DO BRASIL DESDE A ABERTURA DOS PORTOS

PERIODO MONARCHICO

Com a vinda da Familia Real portugueza para o Brasil cessou quasi automaticamente a base principal da economia brasileira dos tempos da Colonia, em que a sujeição absoluta ás conveniencias da metropole era a regra. As prohibições das iniciativas industriaes e as restricções á liberdade de commerciar com outros povos teve logo fim, a independencia economica e financeira do paiz tendo tido o seu incontestavel inicio com o decreto da abertura dos portos brasileiros ás nações amigas de Portugal, em 1808. Estabelecendo-se no Rio o Real Erario e começando os commerciantes aqui estabelecidos a exportar e a importar livremente os productos que fornecia ou de que carecia o Brasil, estava iniciada uma nova phase para a nossa economia e para as nossas finanças. Os resultados das lavouras começadas sob o regimen colonial, de assucar, fumo e algodão, os artigos sahidos da industria pastoril, como os couros e as sólas, os mineraes preciosos daqui extrahidos, — todos esses productos passaram a seguir directamente para os compradores extrangeiros, sem passar pelo gravoso intermedio do velho Reino. E, da mesma forma, as manufacturas im-

portadas directamente desoneraram-se das passagens pelas alfandegas portuguezas, aqui logo apparecendo as firmas recebedoras, inglezas principalmente.

TRATADOS E TARIFAS

Logo no decreto da abertura dos portos ficou declarado que quaesquer direitos de importação seriam cobrados á taxa de 24 % *ad valorem*. Mezes depois reduziu-se essa base para 16 %, quando se tratasse de mercadorias trazidas por navios portuguezes. E pelo tratado de commercio celebrado em 1810 com a Inglaterra, passou tambem esse paiz a gosar de uma cobrança calculada a 15 % sobre o valor, o que, embora á primeira vista pareça prejudicial ao Reino, era entretanto dictado pelas conveniencias de Portugal, nesse mesmo tratado beneficiado com uma util reciprocidade no seu intercambio com as Ilhas Britannicas.

Igualaram-se essas taxas oito annos depois, sempre se mantendo a sua preferencia apenas para a antiga metropole e para a sua principal alliada. Para outros paizes continuava em vigor a taxa de 1808, sómente retirada para as nações que iam reconhecendo o novo Imperio, depois de 1825. França, Austria, Prussia, as cidades Hanseaticas, os Estados Unidos, Hollanda e Dinamarca assim conseguiram, até 1828, tratados de commercio a que só lentamente se seguiam applicações praticas mais dignas de consideração. No que foi celebrado com a Inglaterra incluiram-se perigosas disposições referentes ao trafico de africanos e no que firmamos com a França haviam certas clausulas perpetuas, motivadoras de opposição parlamentar, aliás extensivel a muitos actos dos ministerios de D. Pedro I, nesses primeiros annos de acção do nosso Poder Legislativo.

Durante as Regencias foram terminando os prasos de alguns desses tratados, de clausulas validas por seis até

quinze annos. Não sendo reformadas as suas concessões, chegou-se a uma nova tarifa alfandegaria, devida a Bernardo de Vasconcellos, em que predominava uma taxa geral de 15 % sobre o valor. Mas annos depois, em 1843, cessando a applicação do tratado com a Inglaterra, aggravou-se o conflicto que relativamente ao trafico de escravos mantinhamos com esse paiz, as represalias de parte a parte condicionando o advento de um estado de coisas inteiramente novo para a economia e as finanças brasileiras.

Por uma acto devido principalmente ao ministro Alves Branco reformaram-se em 1844 as nossas pautas aduaneiras, datando de então o proteccionismo que depois iria caracterisal-as sempre. A elevação dos direitos andou entre 30 e 40 %, em media, mas, para certos artigos attingiu 60 e 80 %, indices evidentemente prohibitivos. Embora o favorecimento ás industrias nacionaes fosse patente, os effeitos mais beneficos da lei ficaram retardados alguns annos. Mantido o principio proteccionista, não deixou elle de seguir, dahi por deante, toda a nossa evolução economica e, com gravações mais do que com attenuações, proporcionou-nos uma relativa independencia, sem duvida muito apreciavel para uma nação ainda num periodo de evidente formação.

CRISES DE CRESCIMENTO

Estabelecido um commercio externo de bases firmes, durante a Regencia de D. João, foi com grandes difficuldades que pôde reunir o seu capital e iniciar as suas operações o nosso primeiro instituto de credito, o Banco do Brasil. Deseducada a população, quanto ao uso das notas de banco, enorme foi a quantidade de preconceitos que o novo regimen financeiro teve de vencer. E com a volta da Familia Real para a Europa houve uma difficuldade ainda mais séria, reembolsando-se em moeda os

seus depositantes e accionistas, o que, além de prejudicar a caixa do Banco, chegou a influenciar até o curso monetario de todo o paiz. Este, entretanto, variava o seu valor de praça a praça, em razão das distancias e das circumstancias economicas muito diversas nas principaes dentre ellas.

Durante o Primeiro Reinado proseguiram as difficuldades da acção bancaria, ao que se juntavam notaveis quedas no cambio e no volume da circulação. A paridade de 67 1/2 pence por mil réis cahiu a limites que variavam entre 21 e 24 pence, em 1830. No anno anterior, devido á pressão e aos mal-entendidos referentes ao Banco do Brasil, havia sido liquidado esse estabelecimento, erro imperdoavel e cujos effeitos muito se prolongaram. Circumstancias da nossa politica externa e interna contribuiram para a aggravação desse estado de coisas, de que foi um exemplo a questão das moedas de cobre, que o governo foi forçado a recolher, não podendo elle mesmo distinguir as falsas das verdadeiras.

Persistiram sob as Regencias as consequencias dessa impossibilidade de terem rumos mais definidos os assumptos economicos e financeiros do paiz. O movimento commercial crescia entretanto, apezar dos numerosos obices. E sómente depois da Maioridade é que, com as novas tarifas e o apparecimento de alguns pequenos bancos de acção puramente regional, afinal se pôde começar a agir com mais alguma segurança. Em 1846 fixou-se a paridade cambial em 27 pence por mil réis, determinação que veio até os nossos dias. Nella, ou pouco abaixo, e algumas vezes até mesmo um pouco acima, mantiveram-se realmente as taxas, distanciando-se mais desse nivel durante o Imperio sómente em raras occasiões.

A capacidade emissora concedida limitadamente a alguns bancos foi suspensa em 1853. Renovada em 57, restringiu-se outra vez em 1860. Entre essas datas duas

crises bancarias attingiram o paiz, particularmente a praça do Rio de Janeiro. Outra maior occorreu em 1864, outras de menos vulto ainda se registrando depois, com exigencia de providencias officiaes e corrigendas que quasi sempre visavam o saneamento do meio circulante, novamente entregue á exclusividade das emissões do Thesouro, em 1866.

O crescimento dos recursos do paiz registrava-se parallelamente a todos esses factos. A abolição do trafico, as guerras externas, os varios aspectos e gráos do movimento abolicionista, tudo isto occorreu sem que abalos muito profundos se registrassem na vida economica e financeira. A prudencia dos nossos ministros da Fazenda, quasi sempre simultaneamente chefes do governo, as orientações do Conselho de Estado e, sobretudo, a austeridade e rectidão que D. Pedro II imprimia aos negocios publicos — foram factores principaes dessa linha quasi sempre ascendente da nossa historia economica e financeira sob o Segundo Reinado. Suas crises se enquadram, portanto, entre as que sómente ao crescimento de um paiz é que se devem filiar e não a erros essenciaes nas suas linhas de conducta.

PROGRESSOS MATERIAES

Para conseguir a profunda transformação que nos nossos negocios economicos e financeiros realisou o regimen monarchico, foi preciso que com multiplas formas se manifestasse a sua vontade de progredir e de reformar. Coube em primeiro logar á iniciativa official essa tarefa de construcção de todo um grande aspecto da vida brasileira. Aos ministros que desde José Bonifacio innovaram os nossos costumes cabe uma parte, sem duvida muito importante, dessas mutações. Em seguida, á iniciativa privada tambem compete um logar de relevo. O paiz, que teve a seu favor os esforços de emprehendedores co-

mo o senador Vergueiro e o Visconde de Mauá, decerto muito ficou devendo á acção de particulares desse porte. Depois, o recurso ao credito no estrangeiro, se muitas vezes foi utilisado sem conveniencias reaes e até com abusos, nem por isto deixou de se dirigir beneficamente ao desenvolvimento do paiz, em numerosas occasiões.

A navegação, as estradas de ferro e de rodagem, os portos, os telegraphos, o apparelhamento bancario, commercial e industrial, a gradativa importancia do elemento rural, — tudo isto se juntou áquelles notaveis progressos materiaes que no sector economico e financeiro se ficou devendo aos homens da monarchia, mais responsabilisaveis pelos seus erros á proporção que o seculo XIX caminhava em suas conquistas e realisações praticas.

Desta forma, apezar dos caminhos prejudiciaes que muitas vezes foi trilhado, sobretudo quanto aos emprestimos externos e aos saques sobre o futuro que, mesmo internamente, com a emissão de apolices, eram feitos, pode-se affirmar que á vista das transformações occorridas e dos algarismos assignalaveis para a economia e para as finanças brasileiras, em 1889 era francamente favoravel a sua situação, ao ser abruptamente proclamada a republica no Brasil.

PERIODO REPUBLICANO

O ENSILHAMENTO

A' situação de plena prosperidade deixada pela monarchia succedeu-se a éra de terriveis experiencias e de verdadeiras loucuras mais conhecida por "ensilhamento". Foi seu autor principal o Conselheiro Ruy Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisorio instituido a 15 de novembro de 1889. O seu decreto de 17 de janeiro de 1890, com as varias modificações e accrescimos que lhe foram dados, instaurou no Brasil todo um regimen de

monopolios e concessões, de liberdades de emissão e geral desorganisação financeira, cujas consequencias foram das mais tremendas que poderiam occorrer para o paiz.

O cambio, acima da paridade de 27 d. por mil réis na data da proclamação da Republica, caiu logo a 20 5/8 em 1890, a 10 3/4 em 1891 e a 10 em 1892. Assim, uma divida externa que equivalia a 269.000 contos de réis elevou-se logo, em um anno, a 632.000 Tendo o Imperio deixado disponiveis 127.000 contos, para uma circulação de 183.000, esta, nove mezes depois, attingia quasi 300.000 contos, extraordinario augmento para tão curto prazo. Seria, entretanto, sobrepujado pelo que houve no anno seguinte, 1891, quando o papel em circulação attingiu um volume (e não um valor) de 513.000 contos, graças ás autorisações emissionistas então multiplicadas, sem ter quaesquer justificativas apresentaveis.

A apparencia de prosperidade que taes algarismos creava para os ingenuos, só trouxe proveitos para os espertos. Sómente durante o anno de 1890 foram lançados na praça do Rio de Janeiro 316 bancos e companhias, com capitaes theoricamente sommando nada menos de 1.678.000 contos de réis. Com a jogatina geral, a febre dos emprehendimentos fantasticos, o delirio das liberdades officialmente concedidas á larga, o "ensilhamento" chegou ao maximo.

A *debacle*, porém, não se fez esperar muito. Desvalorisaram-se rapidamente os titulos brasileiros cotados no exterior. Opiniões condemnatorias não tardaram a apparecer, vindas de fóra, porque as primeiras, surgidas aqui mesmo, foram logo suffocadas, policialmente. A vida nacional, por alguns mezes suspensa pelo rumor inaudito dessas transformações economico-financeiras, que a vontade de um ministro fazia surgir a golpes de decretos e de concessões, logo se sentiu em pleno desequilibrio, percebendo os males que se escondiam atrás dessa

prosperidade imaginaria, conseguida á custa de emissões de papel moeda isentas de lastros e de garantias reaes. A' ruina de toda uma economia tradicional alliava-se a impossibilidade absoluta de volta ás antigas posições, no credito internacional e no proprio rythmo das transacções internas, como consequencia dessa experiencia sem bases que foi o "ensilhamento".

Em um outro sector não deixou de ir, tambem, a acção anarchisadora da incompetencia ministerial. Suppondo Ruy Barbosa que a industrialisação rapida do paiz seria um util correctivo á primacialidade que até então era da agricultura, decretou a applicação de novas tarifas aduaneiras, em 1890, com taxas fixas singularmente aggravadas. Foi esse um ponto de partida para futuras reincidencias erroneas, embora logo depois orientações differentissimas fossem preferidas nessa materia, que é das maiores victimas da nossa mutabilidade de directrizes economicas e financeiras.

Saindo da pasta da Fazenda o creador do "ensilhamento", o ministerio dirigido por Lucena não extinguiu o delirio permissionista, que logo o derrubou tambem, e ao proprio governo do marechal Deodoro, com o caso da companhia Hydraulica, para a qual Francisco Glycerio, ministro da Agricultura, queria uma garantia de juros de nada menos de 100.000 contos ouro.

Entitulando-se a "sentinela do Thesouro", o marechal Floriano Peixoto, se não proseguiu nos excessos anteriores, nem por isto logrou comprehender, como os seus varios ministros da Fazenda, que ia o paiz por um caminho errado, sem ter uma direcção firme em seus negocios. Alguns realisados no seu periodo governamental foram exemplos da vasta incompetencia, senão mesmo de positiva deshonestidade como, por exemplo, um "avanço" em dinheiros de um emprestimo da Companhia Estrada

de Ferro Oeste de Minas, prejudicada em 11.000 contos pela sem-ceremonia do marechal.

Assim habilitado, o governo Floriano Peixoto deixou ao do seu successor uma situação de verdadeira ruina, directa consequencia do ensilhamento, aliás aggravada com as revoltas que soube provocar tão fartamente essa extranha "sentinella do Thesouro".

PRIMEIRO *FUNDING*

O novo presidente da Republica, Prudente de Moraes, bem como o seu vice-presidente, algum tempo em exercicio, Manoel Victorino, tendo como ministros da Fazenda Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, tiveram de assistir e de procurar remedio á crise formidavel occasionada pela instabilidade de orientação economico-financeira dos governos militares anteriores.

Manteve-se o cambio numa taxa média de 10 3/32 em 1894, de 9 1/2 em 1895 e de um pouco mais de 7 d. por mil réis em 1897, quando se effectuou o primeiro *funding loan* republicano. Naquelle primeiro anno a circulação monetaria já se elevava a 712.000 contos de réis. O governo de Prudente de Moraes não teve duvidas em reentrar por um outro caminho, o dos emprestimos externos, depois largamente trilhado pelos seus successores, comquanto em condições mais ou menos onerosas, conforme a bôa vontade dos credores ou a apparente situação nacional. Sempre dependiam essas transacções, porém, do mais prodigo empenho das nossas garantias, entre as quaes incluiram-se mesmo as mais intimas rendas do paiz. Alliando-se esses systemas ao da emissão continua de apolices com ou sem pretextos justificativos, o volume de taes operações (12 milhões de libras e 167.000 contos em pouco tempo, para exemplificar) dá bem idéa de que esse primeiro governo civil não foi de reajustamento financeiro, sendo até mesmo o aggravador de uma

situação já pessima. Pois de outro modo não se pode interpretar a sua iniciativa de procurar recursos por outra forma, com essa innovação mais uma vez se affirmando a instabilidade da orientação republicana nessa materia sempre de tão difficultosas estréas.

A moratoria seria uma constatação penosa de uma triste situação de facto, mais que a tentativa de concerto que ingenuamente nella têm querido ver alguns julgadores da questão. Negociando o triste *funding loan*, com o cego beneplacito do Congresso, com os inuteis esforços salvaguardadores da dignidade nacional emprehendidos pelo ministro Bernardino de Campos, com a apressada acquiescencia do novo presidente da Republica, então já eleito, Campos Salles, á vontade, ferreamente manifestada, dos banqueiros Rothschild, — com tudo isso se consummou essa operação de 1898. Foi ella repetida mais duas vezes, sob a actual forma de governo, numa constancia que só subsiste para confirmar a sequencia dos effeitos logicos da incompetencia dos salvadores quadriennaes que se succedem no poder.

Suspensos os pagamentos externos, já antes disso, porém, o governo de Prudente de Moraes havia recorrido a um outro systema de obtenção de rendas, aliás tambem de applicação habitual, comquanto rico em modalidades diversas de apresentação: o augmento das tarifas alfandegarias, a pretexto de correcções das que foram apressadamente feitas por Ruy Barbasa. Creando-se então, em 1896, duas pautas, uma geral e outra minima, não tardou o segundo ministro da Fazenda desse quadriennio em corrigir o anterior, revendo, no anno seguinte, aquella nova tarifa, com mutações as mais profundas, de altas mais que de baixas, com a demonstração dessa facilidade de alterar que depois até se tornaria obrigatoria, com as applicações de emendas nas chamadas "caudas orçamentarias", annuaes, vigentes até a reforma constitucional de

1926. Bernardino de Campos e Leopoldo de Bulhões, este presidente da commissão de reforma de tarifas, em 1897, não acceitando, portanto, o industrialismo das pautas de 1890, assistiram, logo depois, a uma innovação surprehendente nessas taxas alfandegarias, que foi a cobrança em ouro da sua decima parte, singular prova de que até o governo queria se livrar da desvalorisação de sua propria moeda.

Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda do presidente que se disputava a gloria de ser o unico autor do *funding* e de poder obrigar o commercio a pagar os impostos que o levaria a innumeras fallencias, não deixou que persistissem por mais de um anno aquellas recentes tarifas. Em 1899, 1900 e 1901, organisou outras, fixando differentemente o criterio do *ad-valorem*. Sobre o seu trabalho, trinta e duas leis trouxeram, successivamente, mais modificações, gravosas quasi sempre, notadamente na parte das paridades das taxas ouro, que de 10 % em 1898 attingiram 60 % em 1922, de accordo com exigencias cambiaes, com interpretações dadas ao nosso protecionismo, etc.

BORRACHA E CAFE'

Herdando do seu antecessor uma situação carregada de máus elementos, o governo Campos Salles, com a suspensão de pagamentos e com uma pertinaz actividade fiscal conseguiu, apparentemente, melhoral-a muito, logo se gabando de uma victoria que nada teve de grandiosa, desde que foi obtida com immensos sacrificios para o paiz. Onerando a todos com a revisão de tarifas feita em 1900, bem como pela imposição de tributos pesadissimos, proporcionadores de quebras numerosas, pôde esse quadriennio realisar uma tarefa bem diversa dos anteriores, embora sejam bem condemnaveis os processos para isto utilisados. Elevou, portanto, o cambio de 7 3/16 a 12;

reduziu a circulação de 778.000 a 680.000 contos de réis; encampou onerosamente diversas estradas de ferro; restabeleceu os pagamentos, melhorando o credito. Tudo isto, porém, com verdadeiro sacrificio da fortuna publica, cuja capacidade tributaria praticamente exgotou, ao mesmo tempo que, por sorte nossa, outras fontes de renda appareciam, nos seringaes da Amazonia e nos cafézaes do Centro.

Num e noutro caso, entretanto, a incapacidade directiva do Estado logo se manifestaria, sobretudo se caracterisando pela mais absoluta instabilidade, ao lado de uma imprevidencia que daria os peiores resultados. Se para a borracha não é necessaria a lembrança dos erros que o governo não soube evitar, tão fortemente ficaram elles registrados na historia economica do paiz, o mesmo não succede quanto ao café, em que o intervencionismo official, vindo já do quadriennio Prudente de Moraes, chegaria, em 1906, á realisação do chamado Convenio de Taubaté, fonte indiscutivel de males de que até hoje soffre o paiz, sempre aggravados com subitas mutações, intencionalmente salvacionistas, mas na verdade quasi sempre simples palliativos ás contingencias momentaneas, quando não chegam a ser verdadeiramente ruinosas ao producto.

Entregue a uma faina essencialmente de "fachada", em que, entretanto, alguns proveitos puderam ser registrados, o governo Rodrigues Alves teve na pasta da Fazenda um homem sensato, Leopoldo de Bulhões, que, embora sem a audacia do seu antecessor, Joaquim Murtinho, pôde evitar, como elle, que a ignorancia do presidente da Republica em assumptos economico-financeiros chegasse á realisação de attentados mais fortes á vida do paiz.

Na questão da successão presidencial, porém, verdadeira suspensão da normalidade politica do paiz, que de-

pois peoraria, de quatro em quatro annos, iria apparecer, pela primeira vez, um indicio bastante grave do quanto vale, no Brasil, a persistencia no erro, em materia economica e financeira.

Aconteceu que o candidato naturalmente apontado para a chefia da Nação, Bernardino de Campos, teve velleidades de preconisar reformas para melhor, nos nossos regimens tributario e aduaneiro, tão anarchisados pela intransigencia fiscal do governo Campos Salles. Caiu, por isso mesmo, a sua candidatura, apparecendo a de Affonso Penna, homem mais cordato nessa materia, aqui entretanto comprovadamente menos importante que a do simples revesamento dos grandes Estados na occupação do Poder Executivo.

Participando esse novo presisende da Republica das negociações que precederam o Convenio de Taubaté, pelas quaes era artificialmente outorgada ao Brasil a idéa de um privilegio no fornecimento mundial de café, evidenciou-se tambem como a marcha para os futuros desconhecidos seria uma outra caracteristica da nossa instabilidade de orientações. A conveniencia dos fazendeiros sendo a baixa cambial, não se hesitou em abandonar as drasticas determinações dos planos de Campos Salles, assegurando-se, desta forma, preços convenientes para o café, embora com sacrificio do resto do paiz e da nossa coherencia financeira.

Assim sendo, as taxas cambiaes, que estiveram em 18 d. por mil réis, cairam novamente do nivel medio de 12 para 1902, 12 9/32 para 1903, 12 7/32 para 1904, 15 57/64 para 1905, 16 3/4 para 1906 (anno do Convenio), 15 1/2 para 1907 e 15 1/4 para 1908. Com a creação da Caixa de Conversão, o cambio ficou firmado em 15 e 16, elevado depois a 17 e 18, quando os seus depositos attingiram o maximo (onde mais uma vez se evidenciou o nosso máu previsionismo, mesmo para os acontecimentos

favoraveis). Porém, com as loucuras do quadriennio Hermes da Fonseca e os reflexos da Guerra Européa, não tardariam os seus indices a descer até 11 e 14, simultaneas, todas essas variações cambiaes, com a mais ampla desordem orçamentaria e com as repercussões do nosso fracasso na exportação da borracha, tudo isto preparando o advento de um segundo *funding*.

SEGUNDO *FUNDING*

Seria fastidiosa a rememoração dos saques sobre o futuro que se reflectiram em repetidos emprestimos externos, e dos continuos *deficits* que se succederam durante esse periodo da historia republicana. Affonso Penna, tendo melhorado um pouco a situação geral, com o relativo successo da sua Conversão, teve como ruim continuador Nilo Peçanha, de uma interinidade rica em contractos prejudiciaes ao paiz, embora o titular apenas politico da pasta da Fazenda, David Campista, houvesse sido substituido pelo mais experimentado Leopoldo de Bulhões.

Peorou tudo com a victoria do marechal Hermes da Fonseca, em cujo ministerio não faltaram as verdadeiras incapacidades, a começar naquella mesma pasta, occupada successivamente por Francisco Salles e Rivadavia Corrêa. A mais execravel politicagem facilitou nesse quadriennio o advento de uma tremenda anarchia economica e financeira, embora na Camara dos Deputados vozes isoladas apparecessem, tentando esclarecer a triste situação em que se encontrava o paiz, como as de Martim Francisco e de Pandiá Calogeras.

Consequencia de tudo isto foi o fracasso na acção da Caixa de Conversão, creando-se ao lado da sua circulação conversivel, uma outra inconversivel, elevando-se ambas a 1.013.000 contos de réis, a segunda sobrepujando logo a primeira. Alliando-se esses factos á perda de mercados

compradores de café, pelo inicio da Guerra Européa, bem como á expulsão que nos occorreu, do numero dos fornecedores de borracha ao consumo mundial, por culpa da nossa incrivel desidia em materia de previsão economica, — o segundo *funding loan* foi negociado em outubro de 1914, em Londres, em condições bastante onerosas para o paiz, duplamente mais fortes que as de 1898, quanto ás quantias nelle applicadas.

Coube ao governo Wenceslau Braz manter a mais lamentavel passividade deante de factos tão graves. Não fosse a obstinada acção de "um" dos seus auxiliares, Pandiá Calogeras, ministro da Agricultura e depois da Fazenda, peores teriam sido os effeitos da generalisada incompetencia que se via dominante nos meios governamentaes. Intransigentemente sustentou esse titular o serviço do *funding*, apesar de divergir nisto não só dos outros occupantes do ministerio da Fazenda, Sabino Barroso e Antonio Carlos, mas tambem do proprio presidente da Republica, essencialmente commodista no julgamento de todas as questões.

Quasi paralysada a importação que pela nossa especial politica aduaneira é a maior fornecedora de recursos ao governo federal; extincto o recurso dos emprestimos externos, pela vigencia da conflagração; muito augmentada a nossa producção, embora não na mesma proporção a exportação; incentivadas como permanentes actividades fabris e navaes que não poderiam deixar de ser transitorias; obrigados que estavamos a encontrar meios sómente nas nossas proprias posses, extravasando-se essas necessidades num emissionismo sem peias, que elevou a circulação inconversivel, de menos de 600.000 contos em 1914 a 2.070.000 contos de réis ao terminar a Guerra, — com tudo isto fica esclarecida perfeitamente a situação inteiramente artificial que se creou para o paiz nesse periodo e que assumiria aspectos da mais forte crise nos go-

vernos seguintes, de Delphim Moreira e Epitacio Pessôa.

Como prova de que o acaso não deixava de nos soccorrer, numa época de mutação tão rapida como essa do fim da Guerra, basta assignalar que uma forte super-producção do café, em 1918, foi evitada por uma providencial geada, destruidora da safra ainda pendente...

Nessa época, a ausencia de racionaes orientações nos negocios economico-financeiros do paiz havia de produzir, consequentemente, uma simultanea desorganisação administrativa que attingiria todos os sectores da vida da nação, facilitando, mais ainda, o advento aqui das audaciosas transformações que o após-guerra traria a todo o mundo. Coube ao presidente Epitacio Pessôa a iniciativa da applicação no Brasil de muitas dessas novidades, no terreno economico-financeiro a sua coragem de fazer o Estado intervir não conhecendo quaesquer limites, nem mesmo os que eram dictados pela elementar prudencia, á vista das condições da nossa opprimida balança commercial, do cambio em baixa continua, etc. Sem ter auxiliares á altura das circumstancias, o seu governo negociou emprestimos vultosos; emprehendeu grandes e transitorias obras por todo o paiz; reforçou extraordinariamente a politica de valorisação do café; emittiu fartamente, o nosso já desvalorisado papel-moeda,—emfim, pelas formas as mais arbitrarias, novos saltos na treva fez dar a economia e as finanças nacionaes. Andou nisto com um ardor experimentalista que só corria parelhas com a propria inconsciencia das realidades por nossas condições offerecidas.

Registrou-se durante esse governo mais uma tentativa de reforma tarifaria, mediante proposta feita em 1919, pelo ministro Homero Baptista, inutilmente contendo transformações as mais profundas no nosso mal delineado proteccionismo. Introduzindo fortes reducções de

direitos para numerosos artigos cuja industrialisação aqui mesmo já não mais era considerada necessaria, esse projecto soffreu tenaz opposição, por parte dos interessados, que prefeririam um augmento nos impostos de entrada, não qualquer abatimento nas pautas. Dormindo um somno de nove annos no Senado, esse mal amparado esboço de reforma, já approvado, a custo, pela Camara, ainda de 1928 a 1930 não conseguiu proseguir até a ultimação, como eloquente exemplo da incapacidade de acção do nosso Poder Legislativo.

ESTABILISAÇÃO E CRISE

A situação de plena effectivação de excessos financeiros que o governo Epitacio Pessôa legou ao do sr. Arthur Bernardes, foi logo, numa exacta obediencia ás republicanas normas de inconstancia, posta sob novas directrizes. Conduziram-se estas num sentido francamente contencionista, reprimindo-se energicamente todas as larguezas que o artificial erario ainda facultava, á sombra de emissões sem lastro, do cambio a 4 e da valorisação "contractada" do café. Suspensas as obras publicas mais onerosas, acabado o regimen de recurso insistente ao credito externo, em pesadas condições obtido, parecia que num rumo mais seguro, comquanto tambem inadequado ás condições de economia nacional, iria se caminhar resolutamente.

Entretanto, o estreito horizonte das idéas financeiras do presidente, alliado á mais positiva falta de habilitações que cabia ao ministro da Fazenda, Sampaio Vidal, agiu num sentido mais transformador, independentemente da sua vontade. Dada ao Banco do Brasil, aliás prudentemente, a funcção emissora e, mais tarde, reformada para um criterio mais severo, a restricção das saidas dos stocks de café, já agora retidos no proprio interior do paiz, foi o sr. Arthur Bernardes conseguindo, pou-

co a pouco, a volta de uma certa normalidade no sector monetario e cambial, obtendo uma apreciavel alta nas taxas, ao lado de forte elevação tambem no nivel dos preços.

Contra essa lenta, muitas vezes erronea mas, de qualquer forma, evidente vantagem advinda para o paiz pela orientação economica e financeira desse governo, ergueu-se a febre desrythmisadora dos levantes militares, occasionadores de forte gravação das despesas e, consequentemente, tambem de uma inferiorisação daquelles assumptos, em beneficio de outros, taes como a suffocação das revoltas e a reforma constitucional. Nesta, algumas revisões uteis foram feitas, inclusive a suppressão das "caudas orçamentarias" e a instituição do véto parcial, contingencias necessarias ao Executivo, para que se evitassem repetidos abusos do Congresso irresponsavel.

Apesar, porém, de todas essas difficuldades, pôde o sr. Arthur Bernardes, ao passar o poder ao seu successor, ter a certeza de que em posição financeira, pelo menos, era consideravelmente melhor a situação de 1926, comparada com a de 1922. No cambio, por exemplo, a sua acção conseguiu uma effectiva melhoria.

Ao sr. Washington Luis, cuja chegada á presidencia constitúe um desses accasos que não nos são felizes, coube, por convergencia de azares inevitaveis, a dupla circumstancia de ter veleidades de reformas, as mais profundas e anti-naturaes que poderiam nos occorrer, em finanças, e de soffrer os effeitos da crise universal, iniciada em 1929, bem como da superproducção do café, simultanea com a artificialidade insustentavel da sua valorisação. Errou do principio ao fim, numa persistencia que só se explica como uma constante pessoal, a que nada se poderia contrapôr. Desde o projecto da Camara, desde a fixação da taxa de estabilisação, até o negocio dos emprestimos externos e até o funccionamento da no-

va Caixa, então creada, em tudo a acção directa do sr. Washington Luis se fez sentir, numa demonstração de incompetencia que chegaria a envergonhar o proprio paiz. Sem auxiliares que assumissem attitudes, propositalmente tendo escolhido ministros da Fazenda não especialistas na materia, a literatura das mensagens presidenciaes dá bem uma idéa do triste ponto a que havia chegado a "orientação" governamental brasileira em assumptos economico-financeiros.

Sobrevindo a crise de 1929, com as aggravações que a incapacidade geral determinava, desarvorou-se completamente a politica official de defesa do café. Quasi simultanea á baixa vertiginosa das suas cotações, occorria a impossibilidade do recurso ao credito externo, que o novo presidente eleito fôra, talvez, mendigar junto aos nossos fornecedores, como se inexgotaveis fossem as escapatorias desse systema simplista. Era o fracasso, chegado ainda mais cêdo do que era inevitavel de acontecer, de toda uma montanha de planos chimericos, que só a imaginação ardente de um improvisado financista poderia ter concebido e executado, graças á passividade de um ambiente apto a receber todas as experiencias, desde que divirjam das anteriores.

TERCEIRO *FUNDING*

Deante da massa de erros que o governo derrubado em outubro de 1930 deixava irresoluvel, foi natural a attitude de indecisão que logo attingiu o seu successor revolucionario. Com o cambio e o café em vertiginosa queda, não sabia se libertaria aquelle, se continuaria a amparar este. Sem credito externo e sem estar habituado a recorrer ao interno senão pelos fragillimos systemas das emissões, de apolices ou de papel-moeda, simultaneamente encontravam-se os novos governantes ante um fracasso retumbante, que era o do total desmoronamento

da tentativa de estabilisação. Descontrolados estavam e permaneceriam desharmonicos os apparelhamentos directores do Ministerio da Fazenda, do Banco do Brasil, do Instituto de Café e do governo de São Paulo. A occupação do primeiro por um banqueiro, não podia, por si só, bastar á attenção de tão profundas exigencias, vindas de diversos sectores. Faltavam recursos e, mesmo, uma orientação mais ampla, que determinasse claramente o muito que deveria ser feito. Sobravam, entretanto, os motivos para hesitações ou para o enfrentamento apenas de algumas questões parciaes. Além disto, a acção daquelle agente do governo tinha de se prender a contingencias as mais diversas, tanto filiadas ao dispersivo salvacionismo geral então apparecido, como a razões partidarias e até de ordem publica. Em tudo, emfim, difficuldades as mais visiveis e extensas.

Foi relativamente natural, portanto, a fraqueza das medidas economico-financeiras do anno de 1931. Mas nem por isto justificaveis os seus erros, numerosos e graves, particularmente quanto á sustentação do cambio, emprehendida pelo Banco do Brasil, e quanto á defesa do café, da mais arbitraria fórma iniciada, com soccorros precarios, dos que facilmente servem para aggravar e não para melhorar as situações difficeis.

Inutil será rememorar a série de excessos a que se chegou nessa estréa de novos rumos, alguns oriundos de um chamado "espirito revolucionario", jamais definido com precisão. Se as restricções no commercio de cambiaes, por exemplo, attenderam a imperativos indiscutiveis da nossa situação. outras medidas francamente ingenuas, como as relativas ao pão-mixto e ao alcool-motor, sómente serviram para demonstrar a falta de profundidade dessa orientação improvisada.

Num ambiente dessa especie, em que a instabilidade inicial estava em tudo, está bem claro que nada de se-

guro poderia ser obtido. Effeitos da crise mundial, consequencias de erros anteriores, nossos mesmos, tudo isto se alliando ás mais positivas manifestações de incapacidade resolutiva, o resultado geral não poderia ser differente do que foi, — o advento de mais um *funding loan*, já o terceiro da nossa vida financeira sob o regimen republicano, sómente nisto verdadeiramente constante.

Simultaneamente, a acção erronea de entidades da importancia do Conselho Nacional de Café e o recurso a impensadas operações como a da troca de café por trigo norte-americano (que nos valeu sérias represalias, por parte da Argentina) serviam para manter rico em apprehensões o estado de coisas que nem os conselhos do technico sir Otto Niemeyer, nem a bôa vontade salvadora dos mais variados e improvisados financistas nacionaes podiam melhorar.

Como prova de que só estreitamente se percebiam os verdadeiros horizontes dos negocios brasileiros, basta assignalar que apenas no equilibrio orçamentario é que se via a salvação geral, como se dahi pudesse resultar o remedio para males de tão diversas causas e influentes numa infinidade de sectores.

CONTRAMARCHAS E EXPECTATIVAS

Conseguido o *funding* e envidados os maiores esforços para a obtenção de um generalisado equilibrio dos orçamentos, da União como dos Estados, foi, entretanto, principalmente por effeito da attenuação da propria crise universal que tambem foi melhorando a nossa situação.

Seria injusto não se registrar, porém, que para esse facto contribuiram não só o desafogo causado pela suspensão de pagamentos, como tambem a extraordinaria capacidade de conformação das nossas forças productoras, cujo trabalho não se interrompe com as crises, nem tampouco com os desacertos de orientação que sobre ellas

sempre recaem. O commercio exportador supportou valentemente a Fiscalisação Bancaria, tanto quanto a lavoura a baixa dos preços e todos a ausencia de credito, facilidade de que antes até se podia abusar.

Indo para a pasta da Fazenda o sr. Oswaldo Aranha, modelo de estadista revolucionario, com a secca do Nordeste e o advento da revolução paulista de 1932, um verdadeiro collapso veio a surgir para esse anno, destinado a ser melhor que o de 1931, de contramarchas relativas ao passado. Adiadas, assim, para 1933 e 1934, as melhorias ha tanto esperadas, felizmente fizeram-se sentir muitas, innegavelmente entre suas causas se inscrevendo a maior concatenação de esforços que pôde ser obtida com a prisão directa do Banco do Brasil ao Ministerio da Fazenda, dos Institutos ao Departamento do Café. Centralisados todos esses orgãos, cessou, felizmente, a época de temores e de incertezas que era vigente anteriormente, quando o dia seguinte era sempre uma aggravante para a situação da vespera.

Chegámos, desta forma, aos nossos dias, tendo-se registrado mais uma reforma das tarifas aduaneiras, iniciada em 1932 e só terminada em 34. Tivemos, porém, melhores indices para o intercambio commercial, além de expectativas mais agradaveis para o futuro, conforme se deduz das estatisticas que se refiram ao valor papel das nossas exportações. Prolongaram-se, comtudo, as medidas de emergencia que foi obrigado a tomar o governo, como as restricções cambiaes e a manutenção das pesadas taxas incidentes sobre o café, que proporcionam a compra dos seus excessos, destinados á destruição.

Entretanto, apesar de ainda não estar attingida totalmente essa normalidade economica e financeira que é tão almejada, em 1933 julgou-se conveniente a volta ao regimen das mutações salvacionistas que ainda nos primeiros tempos revolucionarios era comprehensivel, comquanto

não acceitavel em todos os seus extremismos. Assim sendo, com a installação da Assembléa Nacional Constituinte, parece que um subito temor de não ter tempo para fazer a *sua* obra assaltou os nossos dirigentes, fazendo-os lançar, abruptamente, uma série de leis mais arrojadas. Iniciou-a a da fixação do mil réis ouro, influente na nossa artificial orientação em materia de intervencionismo e sustentação cambial. Seguiu-se-lhe, complementarmente, a dos pagamentos em ouro, referente a numerosos contractos aqui em vigôr, apesar do seu espirito tão nitidamente anti-nacional. Depois, fez-se uma lei dita de "reajustamento economico", que pretendeu revolucionar todo o nosso systema de credito, a titulo de salvação da lavoura, embora não fosse por seus representantes reclamado, então, esse extranho soccorro que tão surprehendentemente lhe offerecia o sr. Oswaldo Aranha e os banqueiros que confeccionaram o decreto de 1.º de dezembro de 1933. Já seriam seus prenuncios a chamada "lei de usura" e o capitulo, tão desarticuladamente socialista, dos assumptos economicos e sociaes que do ante-projecto passou ao texto definitivo da nova Constituição.

Tudo isso, entretanto, são coisas de hontem e que, se ainda não deixam perceptiveis os effeitos que terão, pelo menos attestam, de um modo insophismavel, a perfeita manutenção da instabilidade da orientação economico-financeira de todos os governos republicanos do Brasil, militares, olygarchicos, revolucionarios...

XV

SYNTHESE DE UMA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

PERIODO COLONIAL (1549 - 1808)

O ENSINO no Brasil, durante o periodo colonial, teve a caracterisal-o a observancia de um desinteresse permanente em sua primeira phase, que vae do primeiro governador geral ao tempo da expulsão dos jesuitas (1549-1759).

Já em sua segunda phase, do periodo pombalino ao que é de influencia da transmigração da Familia Real para o Rio de Janeiro (1759-1808), houve um moderado interesse por parte do governo portuguez, patenteado na instituição das chamadas "escolas regias".

Durante aquella primeira phase, Portugal procedia como metropole, desconhecendo entre as suas attribuições essa da educação dos seus subditos ultramarinos, no que observava apenas quanto era costumeiro em sua época, por isto não lhe cabendo, portanto, as increpações habituaes em muitos criticos apressados da época colonial. E' verdade que nas colonias hespanholas, por exemplo, a existencia de universidades e a permissão do funccionamento da imprensa (o que tambem nas inglezas se dava) collocavam-nas em posição apparentemente superior a do Brasil. Mas isto era compensado pelo facto, abundantemente verificavel, de irem os brasileiros fazer seus estudos superiores no Reino, principalmente na sua já cele-

bre Universidade de Coimbra, voltando depois á patria, onde exerciam suas actividades juridicas, ecclesiasticas e militares, entre outras.

Quanto ao ensino em seus gráos primarios e secundarios, Portugal relegava a funcção de ministral-os aos religiosos de varias ordens, notadamente jesuitas que para a colonia em profusão remettia, desde os seus primeiros annos.

No dominio da educação artistica — no ensino da musica, da pintura, da architectura e da esculptura, — predominava o mais completo individualismo, apenas attenuado o desinteresse do Estado com a instituição munificente de bolsas e pensões, aliás raras, ou com as protecções que os reis, principes, fidalgos, vice-reis, governadores, donatarios, bispos e outras autoridades civis ou religiosas dispensavam, ao accaso das affeições e dos merecimentos, a uns quantos denodados, que por esse tempo aqui se abalançavam ao culto das artes.

a) *Primeira phase da Educação no Brasil colonial, a religiosa, dos aldeiamentos, collegios, seminarios, conventos e missões* (1549-1759).

Vindos com os primeiros governadores geraes, os jesuitas, ainda no seculo dos descobrimentos, iniciaram effectivamente uma organisação educacional por todo o littoral já então conhecido, de São Vicente a Itamaracá, fundando collegios, casas ou conventos e aldeiamentos de selvicolas. Nelles, a um tempo catechisavam os selvagens, ministravam ensinamentos aos proprios membros da Companhia de Jesus que para aqui vinham antes mesmo das suas ordenações e aos filhos dos colonos.

Seus methodos de ensino e seus programmas forçosamente differenciavam-se conforme a importancia da casa e conforme os educandos, futuros sacerdotes, leigos ou incolas. Para a conversão destes, a catechese se fazia

por um ensino devotado de catechismo primeiramente, em suas proprias linguas muitas vezes, acompanhado de representações de autos e de mysterios religiosos, ingenuos, mas destinados a impressionar vivamente a alma simples dos indigenas.

Nos collegios, como no de São Paulo, os programmas com o tempo se formaram complexos e deixaram de ser, como no da Bahia, méras exposições de "latim e casos de consciencia", para comprehender tambem aulas de theologia, doutrina christã, latim, grammatica, musica, artes e officios.

Nesse seculo XVI, os collegios jesuitas localisavam-se em S. Paulo do Campo de Piratininga (Collegio dos Trabalhos Apostolicos), Rio de Janeiro, São Salvador e Olinda. Outras "casas" de jesuitas, onde igualmente a catechese andava a par com a instrucção, existiam em S. Vicente, Espirito Santo, Porto Seguro e Ilhéos. Além desses collegios e casas, muitas missões isoladas proseguiam no mesmo afan civilisador, em outros pontos do territorio brasileiro.

Nos dois seculos seguintes, acompanharam os jesuitas a expansão geographica do paiz, extendendo seus aldeiamentos para o Sul e para Oeste (onde já religiosos hespanhóes da mesma ordem haviam se estabelecido), acompanhando o avanço portuguez na conquista do Norte e da Amazonia, conseguindo, desta forma, ser o elemento intellectual e moral de toda a formação nacional.

Simultaneamente, porém, outras ordens religiosas vieram se estabelecer no Brasil, dedicando-se tambem á educação do gentio e ao ensino, entre as quaes as dos franciscanos, dos capuchinhos, dos carmelitas, dos benedictinos e, muito mais recente, dos salesianos e dos dominicanos. Cabe, entretanto, aos jesuitas, a primazia em tão ardua tarefa. Foram elles os verdadeiros mentores de um Brasil que arbitrariamente se dilatava, tendo sido

preciosissimos agentes de ligação e de unificação. Mesmo em seus choques com os colonos, a respeito da escravisação dos indigenas, a sua acção tem caracter interessante á educação, quando menos pelo sentido de humanitarismo que visava incutir no espirito rude dos desbravadores das selvas. Tentavam preservar da inevitavel extincção os incolas, que o contacto com os brancos diminuia progressivamente, em numero, comquanto este não fosse o seu objectivo declarado.

Mas é na preparação intellectual dos primeiros brasileiros notaveis nas letras que a obra dos jesuitas tem ainda hoje provas consideraveis a seu favor. Depois do trabalho inicial de emprehendedores que tiveram os padres Manoel da Nobrega, José de Anchieta, Luiz da Grã, Fernão Cardim e outros, agiram no Brasil novas séries de jesuitas que já doutras formas proseguiram na obra excepcional da Companhia. O grande orador padre Antonio Vieira, os padres Antonio de Sá e Euzebio de Mattos são os seguintes nomes notaveis que attestam a valiosidade da acção educadora jesuitica.

Membros de outras ordens, como o pae da historia colonial, frei Vicente do Salvador, o genealogista frei Jaboatão, o poeta frei Itaparica e o historiador frei Gaspar da Madre de Deus, — honram tambem a instrucção que sahia dos claustros brasileiros.

Por outro lado, os leigos que daqui partiam para se illustrar no Reino, principalmente na Universidade de Coimbra, faziam quasi sempre os seus cursos de humanidades em collegios da Companhia de Jesus. Assim é que Gregorio de Mattos e Thomaz Antonio Gonzaga fizeram os seus primeiros estudos na Bahia. No Rio de Janeiro foram alumnos dos jesuitas Claudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto, ambos laureados aqui como "mestres em artes", titulo correspondente ao de bacharel em sciencias e letras. Tambem no Rio estudaram Silva Alva-

renga, José Basilio da Gama e frei Santa Rita Durão. Alexandre de Gusmão fez os seus estudos medios em Santos. Todos esses nomes nobilitam os de seus mestres na historia da literatura brasileira, onde occupam logares de destaque.

Por sua vez, os bispos não se descuidaram dos seus seminarios para a ordenação, logo feita aqui mesmo, dos padres necessarios, nem os conventos dos seus cursos de noviciado, precisos para a renovação dos seus quadros.

b) *Segunda phase da Educação no Brasil colonial, a das escolas regias* (1759-1808).

Com a expulsão dos jesuitas, em 1759, a situação do ensino religioso ministrado aos leigos mudou inteiramente, pelas novas regulamentações do marquez de Pombal, que tentou officialisar a instrucção na Colonia.

O estabelecimento das escolas regias no Brasil, por instrucções do governo de Pombal e acção dos vice-reis, não foi feito de uma forma sufficiente para obter a substituição rapida e completa do systema de instrucção que até aquella época era privativo dos religiosos em seus conventos, asylos, seminarios e collegios de varias ordens, além de ser dado tambem por uns poucos mestres particulares.

A organisação de um ensino secundario se fez arbitrariamente, com as circumstancias naturaes de uma instituição inteiramente nova, visto as difficuldades de obtenção de professores e até mesmo de alumnos para a frequencia regular das classes. No Rio, como em varias capitaes, abriram-se no ultimo terço do seculo XVIII, grande numero de "aulas" de varias materias, consideradas como de ensino de segundo gráo. Seu funccionamento, comtudo, nada teve de permanente ou de unificado. "Escolas regias" e aulas isoladas por toda parte foram creadas, de latim, grammatica, rhetorica, geographia,

mathematica, etc. Incentivando o aproveitamento dos melhores alumnos, foram estabelecidas pensões para o prosegnimento dos seus cursos em Portugal.

Limitando-se esse ensino official ás aulas de humanidades e a algumas outras de arte militar, como as de artilharia e fortificações, continuou a colonia dependendo dos esforços dos particulares ou dos religiosos para o ensino primario e da ida ao Reino dos seus filhos que o pudessem fazer, para o ensino superior. Este, que além de se fazer em Portugal, era tambem excepcionalmente realisado na França, ou noutros paizes europeus, já por essa época, avançando mesmo por largo trecho da vida do Brasil monarchico, de D. João VI a D. Pedro II, merece, em separado, um rapido exame especial.

c) *Influencia da Universidade de Coimbra na formação das elites brasileiras, colonial e monarchica (seculos XVII a XIX).*

Creada em plena Edade Media, tendo recebido estatutos e soffrido reformas e mudanças radicaes, a Universidade de Coimbra começa a interessar a educação no Brasil quando em principios do seculo XVII os seus primeiros filhos foram frequentar proveitosamente os seus cursos. Em suas aulas de prima, de terça e de vespera, ministravam-se então os ensinamentos ao tempo julgados essenciaes, como theologia, canones, philosophia (dividida em moral e natural), leis, medicina, logica, grammatica e mathematica.

Revestia-se tudo, principalmente o estudo das leis, de um caracter bem portuguez, e a influencia de outros methodos europeus, justificativos do conceito de totalidade que ás universidades é peculiar, era ali reflectido só em poucas materias e com consideraveis atrazos de tempo.

No periodo em apreço, formaram-se lá numerosos brasileiros, muitos dos quaes haviam feito seus estudos

primarios em sua patria, com os jesuitas principalmente. Doutores ou bachareis em leis, em canones ou em theologia, foram os escriptores coloniaes Manoel Botelho de Oliveira, Gregorio de Mattos, Sebastião da Rocha Pitta, Antonio José da Silva, Alexandre de Gusmão, Bartholomeu de Gusmão e frei Santa Rita Durão (os dois ultimos tendo sido tambem professores da Universidade), Claudio Manoel da Costa, Thomaz Antonio Gonzaga, I. J. de Alvarenga Peixoto e M. I. da Silva Alvarenga.

Por grande mutação passou a Universidade de Coimbra, como influencia das reformas determinadas pelo Marquez de Pombal no direito portuguez pela chamada "lei da Boa Razão" de 13 de agosto de 1769 e pela reforma dos seus Estatutos, feita em 28 de agosto de 1772. Naquella, contra a sujeição até então permanente ás ordenações affonsinas, manoelinas e philippinas e ás glosas de Accursio e Bartolo, era dada autorisação para que fosse considerado dali por deante tambem o direito europeu contemporaneo, doutrina fortalecida depois na reforma de cuja elaboração foi auxiliar o brasileiro Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, seu reitor.

Dali por deante, até á Independencia do Brasil e mesmo depois desta, o numero de brasileiros que constantemente se bacharelava ou se doutorava em leis, em philosophia, em direito canonico, em mathematica, etc. foi tão grande que basta a citação de seus nomes e a lembrança do que representaram elles na historia do Brasil monarchico para que se possa aquilatar o quanto influiu a Universidade de Coimbra na nossa formação mental. Uma lista, decerto incompleta, comportaria os nomes do Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, de Antonio Carlos de Andrada; do Intendente Manoel Ferreira da Camara Bittencourt e Sá; de Bernardo de Vasconcellos; dos Marquezes de Abrantes, de Baependy, de Caravellas, de Maricá, de Monte Alegre, de Nazareth, de Olin-

da, de Paraná, de Paranaguá, de Queluz, de Sapucahy e de Valença; do Conde de Carapebús; dos Viscondes de Abaeté, Alcantara, Cachoeira, Caeté, Caravellas, Cayrú, Goyanna, Inhomerim, Jequitinhonha, Maranguape, Pedra Branca, Rio Grande, São Leopoldo, São Lourenço, Sepitiba e Uberaba; dos Barões de Carapebús, de Pindaré e do Pontal, etc.

II — PERIODO MONARCHICO — (1808 - 1889)

E' no periodo monarchico que a Educação no Brasil toma estructura propria, libertando-se gradualmente da dependencia ao ensino estrangeiro em que vivia, para os estudos superiores.

Quanto a esses cursos, aos inferiores e aos médios, a sua existencia soffreu nesse lapso de tempo as vicissitudes do ambiente e da época, os segundos, com a reforma constitucional de 1834, tendo tomado caracteristicas mais patenteadoras de uma orientação governamental (a da sua descentralisação). E os terceiros, só com o modelamento pelo Collegio D. Pedro II se estabeleceram com mais alguma segurança.

Tambem a educação artistica tomou firmes rumos nesse periodo.

Vemos com isto que na propria época de integralisação politica do paiz a educação da sua mocidade constituiu um previdente cuidado dos seus imperantes, embora sujeita toda essa grandiosa obra ás contingencias de tempo e de logar que não lhe permittiam ser senão o que foi, isto é, bem intencionada, mas fraccionaria e parcial. Basta assignalar, por exemplo, que o ensino universitario ficou ainda em phase problematica, durante todo esse trecho da vida nacional.

a) *Influencia de D. João* (1808-1821).

Durante a sua Regencia e o seu Reinado no Brasil, D. João VI, por si ou por seus ministros, cuidou attentamente da instrucção publica em seus primeiros gráos. Para tanto permittiu a qualquer pessôa a abertura de escolas de primeiras letras, independente de exame de licença, isto depois de ter elle mesmo ordenado a creação de muitas escolas dessas por todo o Brasil.

Multiplicou tambem as aulas secundarias, varias dentre ellas especialisadas, de modo a constituirem mesmo cadeiras isoladas de artes e officios, grandemente benefícas ás regiões em que foram abertas.

Tambem quanto ao ensino religioso, D. João não lhe creou empecilhos, antes o auxiliou, permittindo a fundação de novos seminarios, etc.

Mas é quanto ao ensino superior que o seu governo merece mais cuidada attenção.

Como consequencia da propria mudança da Côrte, logo foram postas a funccionar no Rio de Janeiro a Academia Militar e a Academia da Marinha, a primeira tendo sido o ponto de partida para a constituição posterior da denominada Escola Central, depois Polytechnica, uma vez separadas as suas duas partes, civil e militar, unidas apenas pelas mathematicas. Daquellas Academias provêm, através de soluções de continuidade inevitaveis em periodo de mais de um seculo, a Escola Militar e a Escola Naval, orgãos renovadores das officialidades do Exercito e da Armada.

Duas escolas de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia, successivamente melhoradas quanto á distribuição de cathedras etc., foram fundadas, e é esta uma das suas obras mais meritorias, pois ambas atravessaram mais de cem annos da historia do Brasil, sempre tendo motivos de jubilo para a acção e para o renome dos seus ex-alumnos.

Tambem a educação artistica foi cuidada nessa constructora phase da vida nacional, em que a musica obteve um fastigio que depois lhe seria difficilmente recuperavel, e as bellas-artes tambem tiveram toda a sua existencia definitivamente transformada, com a vinda da missão artistica de 1816, base da creação da Academia das Artes, origem da actual Escola Nacional de Bellas-Artes.

Foi, portanto, sob todos os pontos de vista, altamente benefico o governo regencial e real de D. João VI, que pode ser considerado como o creador do ensino superior e artistico no Brasil.

b) *A Educação na primeira Constituinte, no Primeiro Reinado e na Reforma Constitucional* — (1823-1834).

Phases de difficeis transformações politicas, o Primeiro Reinado e as Regencias tiveram de presidir as reformas profundas da vida brasileira, de modo a só poderem encarar accidentalmente as questões de Educação, apparentemente menos immediatas que outras, absorventes das suas attenções.

Provas de que a instrucção publica seria considerada como objecto de importancia para a nação, estiveram patentes nos textos da propria Constituição de 1824 (cujo paragrapho 32 do artigo 179 declarava gratuita a todos os cidadãos a instrucção primaria) e de uma lei de 1827, que creava escolas de primeiras letras em "todas as cidades, villas e logares mais importantes", sanccionando ainda o methodo chamado de "ensino mutuo", então muito considerado.

Continuaram, em todo esse periodo, as habituaes medidas de aberturas de escolas primarias e de aulas secundarias, vindas já dos tempos dos vice-reis e continuadas e activadas sob D. João VI.

Quanto ás aulas secundarias, houve mesmo o bom symptoma do começo de reunião das esparsas em lyceus, como se fez em Pernambuco.

E attenuada a influencia estrangeira quanto ao ensino superior, mas não extinctas ainda as correntes coimbrãs e francezas, era chegada a occasião para ampliar os seus horizontes no Brasil. Foi esta uma das preoccupações da Constituinte de 1823, em que abundavam os bachareis de Coimbra. Em varias das suas sessões, de agosto a novembro, foi discutida vehementemente uma proposta, relativa á creação da duas Universidades, talvez situadas em São Paulo e em Olinda. A localisação das mesmas foi porém motivo de discordia e de atrazo no andamento da medida, que não chegou á realisação pela dissolução da Assembléa. Aliás, a inconsistencia da materia debatida é facilmente aquilatada com a consideração de que se visava ensinar nas instituições propostas nada menos que "todas as sciencias e bellas artes".

Outras idéas parciaes, como as que visavam a creação de um curso de Sciencias Juridicas e Sociaes na Côrte, não foram adeante. Só em 1827, por lei de 11 de agosto, foram creados dois, com séde em São Paulo e em Olinda. Tiveram ambos o mais extraordinario successo, de modo a fazer com que annos depois, por via de regra, quasi que só conseguissem ingresso na vida politica, jornalistica e literaria do Imperio os seus diplomados, bachareis e doutores que substituiriam os de Coimbra na vida publica do paiz. Foi esta, quanto ao ensino superior, a medida de maior repercussão do reinado de D. Pedro I. Estatutos para esses dois cursos, outros para a Academia de Bellas Artes, transformações nas duas Escolas de Medicina e Cirurgia e nas duas Academias Militares, reforma no Museu Nacional, creação de um Observatorio Astronomico, etc., — ainda nesses annos agitados se realisaram.

Um novo periodo se iniciou com a reforma consti-

tucional, em cujo Acto Addicional, de 1834, no § 2.º do art. 10, se attribuiu ás assembléas provinciaes a incumbencia de "legislar sobre instrucção publica e estabelecimentos proprios a promovel-a", exceptuados os cursos de estudos superiores já existentes ou que viessem a ser creados depois, por leis geraes.

c) *O ensino primario e secundario como attribuição das provincias. Influencia de D. Pedro II.* (1834-1889).

O deslocamento das attribuições relativas ao ensino nos seus dois primeiros gráus foi uma medida inteiramente natural dentro da ordem do desenvolvimento das provincias, mas tal como foi feito, representou, e representa ainda hoje, uma delegação de poderes tão importante que deveria ter sido acompanhada de uma organisação fiscal que permittisse o contrôle da instrucção publica por parte do poder central. A imprudencia da sua concessão pura e simples ás assembléas provinciaes, pelo Acto Addicional á Constituição do Imperio, providencia silenciada e por isto mantida depois, na Constituição republicana de 1891, pode ser verificada com a facil constatação da desigualdade dos seus effeitos nas diversas provincias, e depois nos Estados, de modo que a fortuna e o occasional bom governo de cada um delles é que servem de base para o maior vulto ou para a melhor organisação do ensino dentro de seus limites. E' esta uma situação que permitte injustiças irremediaveis quanto a distribuição de um bem que, por sua propria essencia, é e deve ser geral e que condiciona mesmo os abusos que em terreno necessariamente tão severo têm sido vistos. A idéa da relegação do ensino a autoridades collectivas e irresponsaveis, transitorias e desorientadas, pode estar de accordo com a democracia e com uma liberal sub-divisão de poderes publicos, mas decerto não estará com a con-

veniencia de um paiz como o Brasil, necessitado ainda de regulamentações centralisadoras e dotadas de um poder fiscal prudente, coordenador e moralisador.

Uma circumstancia especial fez com que no Imperio os males da liberdade das provincias em materia educacional fossem attenuados. E' que tendo ficado a instrucção de primeiras letras, no municipio da Côrte, attribuida ainda ao governo Imperial, os presidentes das unidades do paiz, sahidos do Rio de Janeiro, pela centralisação reinante na administração publica, naturalmente por esses moldes da capital organisavam as escolas do interior, em sua tarefa de collaboração com as assembléas provinciaes. Essa influencia, fortuita e indirecta, salvou o Imperio dos excessos differenciadores de que se não livrou a Republica.

Entretanto, apesar daquillo, em 1849, por exemplo, Gonçalves Dias, tendo inspeccionado as escolas do Norte, do Pará á Bahia, á vista das observações feitas, concluia pela necessidade da creação de "um centro de unidade de acção e de uniformisação do ensino em todo o Imperio". Isto não foi, porém, conseguido, nas reformas de 1854 e 1879, ambas só para o ensino na Côrte, quanto ao primario e secundario, aquella primeira tendo, entretanto, firmado as vantajosas medidas das inspecções constantes e do ensino primario em dois gráus.

Quanto ao factor estatistico, deve-se ainda assignalar o incremento que o ensino publico teve sob o Imperio, menor do que seria de se desejar, mas ainda assim com um vulto apreciavel, multiplicadas que foram as escolas por todo o nosso territorio.

Entre os estabelecimentos de ensino secundario, os seminarios continuaram ligados ao governo central, e assim tambem nelles não puderam existir muito accentuadas divergencias em methodos e programmas. E a existencia do Collegio D. Pedro II, instituição modelar, em

que se converteu o Seminario de S. Joaquim, em 1837, foi uma legitima amostra de que o melhoramento da Educação no Brasil seria um facto insophismavel durante o Segundo Reinado. Pois que o proprio Imperador pessoalmente se dedicou devotadamente ao assumpto, e pôde, graças a cuidados desvelados e constantes, ter comprehendida e exaltada a sua acção no sentido de ver elevado esse collegio a uma posição que fosse a de um orgulho para o paiz, ponto de passagem segura e benefica para toda uma geração, cuja existencia foi, talvez, a maior obra do seu Reinado.

Quanto aos estabelecimentos de ensino superior, não deixaram elles de fornecer ao paiz os grandes nomes que enchem a sua historia no seculo XIX, politicos e escriptores sahidos das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda (esta depois transferida para Recife), de cujos nome uma ennumeração, mesmo incompleta, pode recordar a importancia innegavel. Basta citar os estadistas Marquezes de São Vicente e de Paranaguá (o segundo deste titulo), os Viscondes de Ouro Preto, de Uruguay e de Sinimbú, os Barões de Cotegipe e do Rio Branco, os Conselheiros Francisco Octaviano, Saraiva, José Bonifacio (o Moço), Nabuco de Araujo, Souza Dantas, Zacharias, João Alfredo e Lafayette, os dois Martim Francisco (o segundo e o terceiro), etc.; os tres grandes poetas Alvares de Azevedo, Fagundes Varella e Castro Alves; os politicos e escriptores José de Alencar, Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, — quasi todos os nomes, emfim, que enchem a historia do Brasil em tão importante periodo.

Não faltaram tambem novos regulamentos e estatutos para essas Faculdades, assim como para as duas de Medicina, para as militares (accrescidas de outra no Rio Grande do Sul, creada em 1863), para a Escola Central, fundada em 1858 (e transformada em Polytechnica em

1874), para varias de Pharmacia, para uma Escola de Minas, fundada em 1875, com séde em Ouro Preto; para o Observatorio Astronomico e para o Museu Nacional; para um Instituto Commercial; para outros de Cegos e de Surdos-Mudos, todos na Côrte, onde tambem se estabeleceram um Lyceu de Artes e Officios (em 1857), e uma Escola Normal (em 1880).

Entre tantas medidas particulares, muitas das quaes entraram pelo dominio do ensino profissional (como as creações de aulas de pilotagem e de machinismo), ou pelo religioso (como a suspensão do noviciado nos Conventos, determinada pelo governo em 1855), uma lei mais geral foi a de 19 de abril de 1879, devida principalmente ao ministro que a referendou, o Conselheiro Leoncio de Carvalho, que declarou livre o ensino primario e o secundario no Municipio Neutro e reformou o superior em todo o Imperio, dividiu as escolas em dois gráus, adoptou o regimen de subvenções, creou escolas profissionaes, bibliothecas e museus pedagogicos, etc.

Varias medidas parciaes já haviam sido tomadas, durante o ministerio Rio Branco, devidas principalmente a João Alfredo, relativamente ás escolas profissionaes, femininas, Polytechnica, Bibliotheca Nacional, etc.

Sobre o problema dos chamados "exames de madureza", então vigentes, assim como sobre a instrucção considerada como missão superior dos governos, já no fim do Imperio tratou varias vezes Ruy Barbosa, como sempre merecendo todos esses assumptos uma cuidadosa attenção por parte de D. Pedro II.

Com referencia á educação artistica, tambem muito se fez nesse largo periodo, na Academia de Bellas Artes e no Conservatorio de Musica e, sobretudo, com o auxilio directamente fornecido por D. Pedro II a muitos artistas que, na Europa, aperfeiçoaram os seus estudos, nellas iniciados, e que são todos os que em seu tempo represen-

taram dignamente o culto das artes no Brasil, o que merece ser lembrado mais detidamente, depois de analysadas as contingencias por que tem passado a Educação nacional tambem sob o regimen republicano.

III — PERIODO REPUBLICANO (1889-1931)

Longe de ter trazido moldes definitivos ou duradouros á Educação no Brasil, o regimen republicano presidiu á aggravação dos defeitos apresentados pela falta de homogeneidade que, a partir do Acto Addicional de 1834, se integrou na legislação do ensino.

Mantida que foi a separação de attribuições dos governos estaduaes e federal, outros perigosos reflexos de desorientação iriam prejudicar, mais ainda, a segurança das normas necessarias ao bom desenvolvimento da Educação nacional. O laicismo, a abundancia de reformas, devidas a diversos ministros, a alluvião de inuteis projectos referentes ao ensino apparecidos no Congresso, a descontinuidade systematica na administração publica, etc., — tudo isto contribuiria para a maior desordem da Educação no Brasil.

Só muito recentemente, dentro do cháos que quasi um seculo de desorientação formou, é que se pôde ver mais claro, prestando-se uma attenção mais uniformizada aos magnos problemas da instrucção.

O Governo Provisorio, estabelecido em 1889, logo no anno seguinte, a 19 de abril, tambem creou uma Secretaria de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, confiada ao militar Benjamin Constant Botelho de Magalhães, por motivos méramente politicos. Teve vida ephemera, pois foi supprimida por lei de 23 de outubro de 1891.

Antes da Constituição desse anno, porém, grandes foram as transformações effectivadas no dominio da Educação.

O estabelecimento do ensino leigo foi a mais importante dellas, por extinguir o ensino religioso que viera acompanhando a instrucção no Brasil, desde os jesuitas. Muitas das disposições da lei de 1879 foram consagradas num decreto de 8 de novembro de 1890, principalmente quanto ao ensino primario, em que eram mantidas, para o Districto Federal, as escolas de dois gráus. Quanto ao secundario, o regimen da liberdade das equiparações foi então bastante aggravado, de forma a permittir os abusos que dali por deante se tornariam permanentes, em vão agindo contra elles todas as reformas posteriores, até as mais recentes. Como sua consequencia, o defeito essencial da divisão do ensino em tres phases no Brasil ficou assegurado, pois com o systema de escolas primarias de um só gráu, depois restabelecido, não ha transição segura para as secundarias. Destas, conquistados em má ordem os preparatorios, não ha transição para as superiores. Resultado: falta de ligação, de homogeneidade, desequilibrio notavel, — a macula permanente do ensino brasileiro, em que se continúa a graduar doutores e bachareis em profusão, inaptos muitas vezes para o simples desempenho profissional, incapazes ainda mais de poder fortalecer o patrimonio cultural necessario ao renome e ao desenvolvimento do paiz.

Regulamentações numerosas foram feitas durante o Governo Provisorio, extensiveis a todos os estabelecimentos cujas creações foram registradas no periodo monarchico, sem que grandes consequencias dellas proviessem. A creação de um Pedagogium, nova organisação para a Bibliotheca Nacional, foram medidas de um alcance intencionalmente maior.

Com a Constituição de 24 de fevereiro, ficou garantida aos Estados a organisação do ensino em geral, apenas podendo o governo federal, mas sem estar a isto obrigado, "animar no paiz o desenvolvimento das letras, ar-

tes e sciencias, crear instituições de ensino secundario no Districto Federal" (art. 35, numeros 2, 3 e 4).

Na capital do paiz, a instrucção primaria, profissional e artistica, foi transferida para o Conselho Municipal, por uma lei de 20 de novembro de 1892.

Com taes descentralisações, a desuniformidade cresceu e os seus máus resultados não fizeram senão progredir. No ensino primario, havia a simultaneidade de criterios diversos, sem unidade de methodos, approximações de programmas, etc.; no ensino secundario o mesmo, peorando isto pelas equiparações multiplicadas sem justificativas; quanto ao ensino superior, — ultimo a ficar na esphera das attribuições federaes, — em breve um grande golpe o feriu tambem, de modo a inscrever definitivamente a anarchia no ensino brasileiro, durante a Republica. Foi o da nefasta permissão dos instituições das Faculdades, e Escolas "Livres", regimen não condemnavel onde pudesse existir uma fiscalisação rigorosa e capaz, mas que aqui redundou na desmoralisação completa da liberdade do ensino superior, salvo raras excepções. Augmentou assim consideravelmente o numero das escolas superiores em todo o paiz. Mas injuncções materiaes das suas manutenções, a idéa do lucro presidindo suas acções, a carencia de professores competentes e de alumnos bem intencionados, — tudo isto auxiliou muito a desordem que tantos damnos iria causar. Foi ella, entretanto, consagrada em lei, a chamada reforma Rivadavia Corrêa, de 1911, em que, condemnando-se todo o passado, foi inscripta no futuro do Brasil uma pagina de erros numerosos, em tão delicado terreno.

Precedeu-a um inoffensivo Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, de 1901.

Sob a vigencia da reforma Rivadavia, só não obteve titulos superiores no Brasil quem não quiz, pois realisou

ella uma desofficialisação completa, abandonando a gestão das escolas á exclusiva acção das congregações, abolindo toda e qualquer ingerencia do Estado na superintendencia do ensino, reservando-se-lhe apenas uma fraca missão fiscalisadora, por intermedio do Conselho Superior do Ensino, então creado.

Foi por essa época de liberdade mal comprehendida que, aproveitando-se de leis tão imprudentes, vieram se estabelecer no Brasil muitos collegios estrangeiros, norte-americanos e inglezes de preferencia, em numero muito superior ao das necessidades das suas respectivas colonias, e nos quaes, com programmas adaptaveis sómente aos seus paizes de origem, é ministrada á mocidade uma variada e tenaz propaganda religiosa, de suas varias seitas, totalmente fóra das preliminares da formação brasileira.

De um tal regimen é facil, portanto, de se avaliar os prós e os contras. Coube á iniciativa particular reagir contra essa avalanche desnacionalisadora, então apenas aggravada, pois ha muito vinha se infiltrando lentamente. Os collegios particulares, os religiosos, sobretudo os de educação feminina, dirigidos por padres e freiras de varias ordens, tiveram de travar lucta com os elementos estranhos que procuravam penetrar na alma nacional, para tanto escolhendo o mais habil dos caminhos, á sombra da indifferença official.

Acontecia isto emquanto nos Estados os estabelecimentos governamentaes, primarios e secundarios, alheiavam-se completamente dessa desnacionalisação progressiva e ameaçadora, com o laicismo legal vigente nas escolas isoladas, grupos escolares, gymnasios, lyceus e escolas normaes.

A tal ponto foi comprehendida aquella licença abusiva em questão de ensino na federação que, no Rio Grande do Sul, por exemplo, existiu mesmo extrema liberda-

de, até no exercicio das profissões ditas liberaes, independentemente da posse de quaesquer titulos scientificos habilitadores.

Foi com tão differentes caracteristicas que progrediu o ensino no Brasil, durante a Republica: crescendo em quantidade, porém perdendo muitas vezes em homogeneidade, em unidade de orientação.

Data desse tempo a creação, em todas as capitaes dos Estados, das Escolas de Aprendizes Artifices, de ensino profissional e primario, destinadas pelo Governo Federal ás crianças pobres, embora os orphãos e outros desvalidos continuassem a ser educados, em sua primeira idade pelo menos, em asylos e recolhimentos principalmente religiosos, de um e outro sexo. Foi tambem para recebel-os que o mesmo governo creou Patronatos Agricolas, distribuidos por quasi todo o paiz e dependentes do Ministerio da Agricultura.

Só em 1915, pela reforma Carlos Maximiliano, foi reofficialisado o ensino, sustando-se assim a continuação dos máus effeitos da reforma anterior. Começou então (1916) o regimen da concessão de bancas examinadoras federaes aos estabelecimentos secundarios particulares, nomeadas pelo Conselho Superior de Ensino, subsistente ainda, mas reformado em seu funccionamento. Os collegios officiaes dos Estados continuavam equiparados ao Collegio D. Pedro II e com validade de seus exames, portanto, para todo o paiz.

Uma intervenção federal foi feita em 1918 e 19, por motivo de força maior, nos dominios da instrucção primaria, com a nacionalisação, por ella emprehendida, das escolas germanisadas então existentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná.

Durante toda a sua vida, o Congresso Federal não deixou de receber innumeros projectos referentes ao ensino, a immensa maioria dos quaes não teve, entretanto,

andamento algum. Tratavam preferencialmente do ensino superior e do secundario, rarissimamente versando sobre o primario, pelo respeito que a sua damnosa attribuição constitucional aos Estados acarretava. Toda essa montanha de projectos, todavia, não passou de provas de bôas intenções dos seus autores.

Em 1918 houve um acontecimento funesto para o ensino e que, apesar da sua excepcionalidade e da repulsa que causou a muitos, foi repetido em 1930, e em parte tambem nos annos seguintes, o das promoções sem exames. Não foram justificaveis, nem mesmo com os ponderaveis motivos sempre aventados.

Em 1920, a creação da Universidade do Rio de Janeiro, pela reunião de varias escolas superiores, veio a ser um marco importante para referencias apenas, pois quanto ás transformações que de facto emanassem desse acto, ficaram adiadas até 1931, quando se elaborou o Estatuto das Universidades brasileiras. E já desde 1928 uma outra existia, a de Minas Geraes, em Bello Horizonte, esta com mais organisação e patrimonio, embora tambem com autonomia que logo se viu precaria, a da capital do paiz sem ter nem uma séde condigna ao menos.

Nova e importante reforma do ensino foi feita em 1925, a chamada reforma Rocha Vaz, que alterou principalmente o systema dos exames de preparatorios, extinguindo os parcellados e creando a obrigatoriedade dos cursos seriados nos collegios secundarios. Como as anteriores, não foi total, nem resolveu os problemas que cada anno mais se avolumavam. Data de então a creação do Departamento Nacional de Ensino, substituto amplificado do Conselho Superior.

Methodos pedagogicos mais novos e uteis, applicados ao ensino primario, tornaram-se, sob a Republica, durante longo tempo, privativos do Estado de São Paulo, e de isolados e raros estabelecimentos particulares, até

que nos ultimos annos, em Minas e no Districto Federal, as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo transformaram consideravelmente o conceito da Educação no Brasil. Esforços identicos, embora isolados e tendo de luctar com difficuldades de recursos e dos meios, foram tambem assignalados, no mesmo sentido, no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Espirito Santo e, possivelmente, em outros Estados.

Depois de 1930 uma nova grande reforma, a do ministro Francisco Campos, foi feita no ensino secundario e superior do paiz, depois da creação do Ministerio da Educação e Saude Publica. Creou-se um Conselho Nacional de Educação, o ensino secundario teve novamente restabelecido e ampliado o systema das equiparações, collocado, porém, em outras bases; planejou-se "lyricamente" uma Faculdade de Letras destinada a preparar professores secundarios e, finalmente, os programmas das Escolas Superiores soffreram muitas alterações, entre as quaes a da divisão em dois cursos, o de bacharelado e o de doutorado, nas Faculdades de Direito. Um vasto systema de fiscalisação, sobre que repousa toda a reforma, apesar de bem ideado, fracassou lamentavelmente, na pratica.

Infelizmente, não se aproveitou a opportunidade para uma reentrada do poder central na orbita do ensino primario, continuando este sujeito aos arbitrios transitorios das regulamentações locaes, dos Estados, ou mesmo dos municipios. Foi restabelecido tambem o ensino religioso nas escolas, num decreto de frageis regulamentações. Associações particulares continuaram agindo louvavelmente, emquanto a direcção do novo ministerio passava a mãos inhabeis, que comprometteram grandemente a causa do ensino no Brasil. E o mesmo se observou na elaboração constitucional de 1933-34, onde os assumptos educativos foram pessimamente tratados.

Quanto ao ensino profissional technico, continuou

dividido entre os governos federal, os estaduaes e alguns municipios, embora fosse creada uma inspectoria para o seu contrôle, no Ministerio da Educação, mal dirigida aliás, o mesmo tendo acontecido ao commercial.

Com referencia ao ensino militar, dependente dos Ministerios da Guerra e da Marinha, teve elle, durante a Republica, os accrescimos naturaes do progresso das artes bellicas, creando-se outros Collegios Militares em Barbacena e Fortaleza (aquelle já extincto), supprimindo-se a Escola de Porto Alegre, etc. Escolas de Aperfeiçoamento de Officiaes e de Estado Maior foram creadas no Exercito, além de outras mais especialisadas, como as de Armas e Sargentos, os Centros de Preparação de Officiaes de Reserva, etc. Na Marinha, conservada a sua Escola Naval, foram creadas, em varios pontos, as Escolas de Aprendizes Marinheiros, e, no Rio, para officiaes, um curso de aperfeiçoamento.

IV — A EDUCAÇÃO ARTISTICA NO BRASIL

a) *O ensino da Pintura, da Esculptura e da Architectura.*

Inteiramente arbitrario seria um estudo da educação artistica no Brasil, se não se limitasse a assignalar o individualismo que a presidiu durante todo o periodo colonial. Pois que só em referencias á iniciativa particular ou á protecção dos poderosos cabem quaesquer registros a seu favor, não as instituições officiaes de ensino das artes, que não existiam aqui.

A existencia de uma primitiva arte indigena, a significação da arte portugueza contemporanea aos tres seculos primeiros, a vinda excepcional de artistas hollandezes para Pernambuco, ao tempo do Principe Mauricio de Nassau, e, afinal, a obra dos diversos pintores, esculptores e architectos do Brasil colonial, — merecem, sem

duvida, muitas referencias numa historia das artes brasileiras, mas não numa synthese da Educação Artistica em terras brasileiras.

Esta só começa com o contracto feito em Paris, em 1816, pelo embaixador portuguez Marquez de Marialva, a mando do governo do Rei de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI, de uma Missão Artistica, destinada a vir introduzir, na Côrte do Rio de Janeiro, os ensinamentos que na Europa eram actuaes quanto ás artes. Chefiou-a o inimigo de David — Joaquim Le Breton, secretario perpetuo do Instituto de Bellas Artes de França. Secundaram-no os irmãos Taunay — Nicolau (primeiro Barão de Taunay) — pintor, e Augusto — esculptor, João Baptista Debret — pintor, Grandjean de Montigny — architecto, Charles Simon Pradier—gravador; os irmãos Ferrez: Marcos, ornamentista, e Zeferino, gravador (que só em 1829 se juntaram á Missão); Bonrepos, ajudante de Augusto Taunay; Meunié e Levasseur, ajudantes de Montigny, e ainda outros artistas, como um serralheiro, um curtidor, um ferreiro e architecto naval e um fabricante de coches.

Chegada ao Rio, a Missão foi logo pensionada pelo Rei e muito bem acolhida por elle e pelo seu notavel ministro Conde da Barca. Seu chefe, Le Breton, falleceu em 1817, o que foi uma perda irreparavel, pois com isto muitos dos seus projectos de acção foram adiados ou abandonados.

Em 1820 creou o governo a Academia Real de Desenho, Pintura, Esculptura e Architectura Civil, cuja direcção foi entregue ao pintor portuguez Henrique José da Silva, motivo de desgosto para a Missão Franceza, de que a principal figura, Nicolau Taunay, logo se retirou, voltando para a França, em 1824. Ficaram no Brasil os seus dois filhos — Amado Adriano (que morreu afogado no rio Guaporé, em 1828, quando acompanhava

como desenhista a missão scientifica do Barão de Langsdorff), e Felix-Emilio, segundo Barão de Taunay, este vindo para o Brasil em 1820, pae do Visconde do mesmo titulo, escriptor e politico brasileiro do Segundo Reinado. Nicolau Taunay, autor de quadros historicos, antes da sua vinda para o Brasil, desenhou aqui paysagens notaveis e é mesmo como paysagista que sua obra teve relevo. Seu irmão Augusto, o esculptor, formou no Brasil muitos discipulos, ensinando mesmo antes da Academia começar a funccionar. Felix-Emilio, que foi o terceiro director da Academia, exerceu forte influencia na formação artistica do paiz. Reformou o ensino, sonhou remodelar o Rio de Janeiro e foi professor de D. Pedro II. Seus quadros são principalmente de paysagens, como os do pae, todas ellas demonstrando a attracção que lhes foi commum, pela natureza brasileira.

Jean-Baptiste Debret, professor de pintura na Academia, foi quem organisou, em 1829 e 30, os primeiros "salões" brasileiros (generalisados a partir de 1824); formou numerosos discipulos, entre os quaes Manoel de Araujo Porto Alegre (Barão de Santo Angelo), e é principalmente conhecido pela sua "Voyage pittoresque et historique au Brésil", com quinhentas paginas e gravuras de Pradier.

O architecto Grandjean de Montigny teve influencia absorvente no meio artistico brasileiro, onde tambem deixou discipulos, como Porto Alegre e Bittencourt da Silva, todos classicos, como elle proprio.

Tambem os Ferrez tiveram seguidores nacionaes. Muitos dos artistas brasileiros formados pela Missão Le Breton são, com alguns dos seus membros, os autores dos edificios publicos do Rio de Janeiro, dos quadros, estatuas e bustos que estão nas pinacothecas, nos museus e nas praças publicas da cidade. Outros apenas transmittiram os ensinamentos recebidos a uma nova geração de

artistas. Foi o que succedeu, por exemplo, com Agostinho da Motta, precursor de Baptista da Costa, e com Correia de Lima, o mestre de Victor Meirelles.

Foi, portanto, capital a influencia dos francezes na educação artistica brasileira.

Porto Alegre, professor de pintura historica e, depois, quarto director da Academia de Artes, instituiu nella os novos cursos de Anatomia, Archeologia, Esthetica e Historia Artistica, e é considerado como o creador da galeria nacional de pintura e esculptura.

A vida da Academia, mesmo depois delle, proseguiu sob os cuidados do proprio Imperador, e, durante todo o Segundo Reinado, não lhe faltaram regulamentações e aperfeiçoamentos diversos. Alumnos seus que se distinguiram grandemente na pintura, attestaram a valiosidade do seu ensino, taes como Almeida Junior, o autor da "Partida da Monção"; Victor Meirelles, autor da "Primeira Missa no Brasil", "Batalha naval de Riachuelo", "Primeira batalha dos Guararapes", "Passagem de Humaytá" e "Juramento da Princeza Imperial"; Pedro Americo, autor da "Batalha de Avahy", "Batalha de Campo Grande" e "A Proclamação da Independencia". Só no memoravel Salão de 1879 pôde-se expôr, ao mesmo tempo, os quadros "Primeira Batalha dos Guararapes" e "Batalha de Avahy", o que já bastaria para exaltar o ensino artistico no Brasil.

Necessario é notar que então, como ainda hoje, existia o systema dos estudos no estrangeiro, naquella epoca quasi sempre por munificencia de D. Pedro II, o que hoje é consequencia dos premios de viagem.

Como discipulo de Victor Meirelles, destacou-se Oscar Pereira da Silva e um outro pintor, Benedicto Calixto, tambem se dedicou, depois a assumptos historicos.

Deixando de parte um sem numero de artistas que por todo o Brasil, isoladamente, aprendendo uns dos ou-

tros nas provincias, ou espalhando o aprendido na Academia de Bellas Artes, honraram o culto das artes, na pintura, na esculptura e na architectura, deixando suas obras nos palacios, nos edificios publicos e nas igrejas, — convem registrar outros nomes, já mais recentes, e que attestam tambem a efficiencia da Escola Nacional de Bellas Artes, em que depois da Republica se transformou a secular Academia.

Em lista, grandemente incompleta, podem-se citar: o estatuario Rodolpho Bernardelli, nascido no Mexico, mas muito cêdo vindo para o Brasil, autor do grupo do "Descobrimento do Brasil", das estatuas equestres de Caxias e de Osorio, da estatua do Visconde do Rio Branco, da de Carlos Gomes, que existe em Campinas, etc.; Corrêa Lima, seu discipulo, autor do "Monumento ao Almirante Barroso;" o pintor Henrique Bernardelli, autor de "Os Bandeirantes"; Decio Villares, discipulo de Pedro Americo; Aurelio de Figueiredo, autor do quadro que representa o baile da Ilha Fiscal, em novembro de 1889; Antonio Parreiras, autor de grande numero de quadros historicos; João Baptista da Costa, o maior paysagista brasileiro, tambem director da Escola, autor de maravilhosos quadros representativos das vizinhanças de Petropolis, etc.; Rodolpho Amoedo; Belmiro de Almeida; Elyseu Visconti; Rodolpho Chambelland; Navarro da Costa; Edgard Parreiras, etc., etc., sem esquecer os contemporaneos, representantes de novas e velhas correntes, inclusive na architectura, onde foi mestre Heitor de Mello, e na esculptura, onde os nomes novos já vão assumindo um relevo excepcional. Toda essa série de nomes de directores, professores, alumnos, expositores, premiados nos salões officiaes, etc. — demonstra cabalmente a influencia do ensino das artes no Brasil, na Escola que é a herdeira da Academia e da Missão de 1816, seguidora ininterrupta de uma tradição de cultura artistica já de

mais de um seculo, hoje principalmente dedicada a reformar completamente a nossa architectura, pela valiosidade e pela novidade dos trabalhos das mais recentes turmas della sahidos.

b) *O ensino da Musica.*

O que inicialmente se registrou para as outras artes, no periodo colonial, extende-se tambem á musica.

Coube á tradição oral, através de gerações e de distancias, a guarda dos cantos populares, das xacaras, dos romances rimados, de toda a musica "folk-lorica" que acompanha a formação de um povo, resguardando-lhe as reminiscencias dos seus fastos, dos seus cyclos historicos, religiosos e economicos. Confiada á memoria das gerações, essa tradição musical concentrou-se principalmente nos sertões, particularmente no Nordeste do paiz, para ainda hoje fazer sahir de lá as evocações das épocas que se foram, nos seus cantos caracteristicos, como as "tyrannas" nas representações significativas como a do "bumma-meu-boi" e das "cavalhadas". Doutras partes, como da Bahia e de Minas, sahiram os cantos religiosos, "reisados", bailes pastoris, os cantos dos folguedos dos negros, como as "congadas", etc. Das cidades sahiram as modinhas brasileiras, logo levadas ao Reino e lá introduzidas nos salões da nobreza, com successo até o advento do fado. E ainda agora restam, por todo o paiz, as canções "de roda", dos brincos infantis, vindas de epocas remotas muitas dellas, ricas em material "folk-lorico", das mais diversas origens.

Mas o ensino da musica, propriamente, no periodo colonial, foi arbitrario, dependente exclusivamente dos individuos, nunca dos governos.

Já os jesuitas utilisavam-se da musica nos seus autos e mysterios religiosos, para impressionar mais fortemente os seus multiplos cathecumenos selvagens. Depois del-

les, algumas outras ordens religiosas collocaram a musica gregoriana nos seus programmas de collegios e seminarios, tambem apparecendo, já sob os vice-reis, aulas de cantochão e solfejo, em certas escolas regias.

Foi então que a existencia de escolas particulares de musica pôde facilitar o apparecimento de alguns artistas brasileiros, ainda em fins do seculo XVIII, um delles excedendo-se aos demais em notabilidade, de modo a vir encher com o seu nome os Reinados de D. João VI e D. Pedro I: o padre José Mauricio Nunes Garcia. Foi elle inspirado compositor, regente, professor e organista. Mereceu grande protecção de D. João VI e são historicas as suas relações, óra amistosas, óra envenenadas por intrigas, com o notavel maestro portuguez Marcos Portugal.

A existencia de artistas que pudessem acompanhar o padre José Mauricio, nas sua orchestrações grandiosas da Capella Real, affirma o adeantamento do ensino musical no Brasil dessa epoca, se bem que muitos delles tivessem vindo de Portugal. Para a preparação dos instrumentistas brasileiros, a par de muitos professores particulares, merece referencia o não official Conservatorio dos Jesuitas, tambem chamado "Conservatorio dos negros", ou Escola de Santa Cruz, existente na Fazenda que antes fôra dos jesuitas e que então pertencia ao Rei. Nella, um grande numero de escravos aprendera de tal forma a musica, que as missas da Igreja de Santo Ignacio de Loyola tornaram-se famosas, D. João VI tendo dispensado grandes cuidados pelo proseguimento desse ensino.

Foi essa, portanto, uma epoca aurea, em que a musica sacra e a profana foram protegidas amplamente e as missas, como a de Requiem, composta por José Mauricio, puderam se tornar padrões do adeantamento artistico do paiz.

Além do portuguez Marcos Portugal, notavel maestro, tambem um illustre discipulo de Haydn, o austriaco

Segismundo Neuckomm, veio para o Brasil, onde foi mestre de D. Pedro e de D. Leopoldina. O primeiro Imperador foi compositor razoavel, tendo sido o autor da musica de um dos hymnos da Independencia e de certa Missa, "algo theatral", conforme o testemunho da propria Imperatriz...

Ao seu tempo, tiveram successo as modinhas e os lundús, não sem que a cultura musical brasileira estivesse tambem mais ou menos ao par das composições de Beethoven, Mozart e Haydn, aqui conhecidas e figurando nos saraus da epoca, até que se iniciasse a éra dos romanticos.

Passado esse periodo de grande fastigio musical, que foi o do Reinado de D. João VI, que reflectiu no de D. Pedro I, — um lapso de tempo menos brilhante se succedeu.

Graças aos esforços de Francisco Manoel da Silva, o autor do "Hymno Nacional Brasileiro", sob as Regencias foi iniciado um movimento a favor da musica, com a fundação de uma Sociedade Beneficente Musical, em 1833. Professor de musica no Collegio D. Pedro II, só em 1834 conseguiu Francisco Manoel a realisação do seu grande desejo, a creação de um Conservatorio de Musica no Rio de Janeiro.

Vida attribulada teve esse Conservatorio, recebendo varias regulamentações durante o Segundo Reinado, D. Pedro II e depois a Princeza Isabel, ficis ás tradições da sua Casa, sempre tendo-lhe dispensado suas protecções, principalmente depois da morte do seu benemerito fundador e primeiro director, occorrida em 1865. Teve séde o Conservatorio em 1872, estando annexo á Academia de Artes desde 1855, conseguindo rehaver a sua autonomia sómente em 1881.

Muitos foram os musicos nelle formados e sua acção educadora facilitou bastante o apparecimento de toda a série de artistas que constitúe o que ha de mais notavel na historia da musica brasileira.

Não tratando dos instrumentistas de valor, que foram numerosos, registrando apenas os nomes dos compositores, mestres e professores que passaram pelo antigo Conservatorio de Francisco Manoel, sob a Republica varias vezes remodelado e com a designação, desde 1890, de Instituto Nacional de Musica, basta citar: Leopoldo Miguez, um dos seus melhores directores, autor da opera "Salduues"; Alfredo Bevilacqua, Frederico Nascimento e Alberto Nepomuceno, — todos professores da sua primeira phase como Instituto; Arthur e Alfredo Napoleão; Delgado de Carvalho e Francisco Braga, autores de operas; Henrique Oswald, compositor de fama; Francisco Nunes, etc.

Merece, entretanto, destaque muito especial o nome do maior compositor brasileiro, Antonio Carlos Gomes, autor de operas da maior repercussão mundial, como "O Guarany", "Salvador Rosa", "Fosca", etc.—que foi alumno do Conservatorio antes de ter, por ordem de D. Pedro II, ido para a Europa aperfeiçoar os seus estudos e cobrir-se de gloria.

Nos ultimos annos, tambem nos Estados e nos municipios mais importantes, o ensino musical tem progredido, com a creação de varios Conservatorios e Institutos de Musica, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes, principalmente, florescentes ao lado da iniciativa particular, no Brasil sempre collaboradora dos poderes publicos em todas as obras de Educação.

CONCLUSÃO

PROBLEMAS SOCIAES E POLITICOS DECORRENTES DA FORMAÇÃO BRASILEIRA

E' DO EXAME da formação brasileira que decorre o conhecimento dos principaes problemas politicos e sociaes que affligem a nacionalidade. Os estudos que se façam da nossa dilatação geographica, da diversidade dos grupos ethnicos chamados a intervir em nossa existencia e a compôr, no Brasil, um typo humano mais definido, alliados á analyse da defficiente formação espiritual e da erronea formação politica que tambem temos tido, dão bases muito seguras para que se saiba melhor quaes sejam as necessidades mais prementes para a vida da nação.

Particularisando mais um pouco, encontramos problemas que se originam na forma republicana federal, que inadvertidamente adoptamos. As desorientações que nos têm cahido em materia economica e financeira, educativa, de organisação social e judiciaria, ultimamente até mesmo de politica internacional, — são outras tantas questões que a toda formação historica do Brasil vão se ligar, nesse encadeiamento de effeitos que constitúe a base de quaesquer estudos sociologicos.

Querendo rapidamente demonstrar alguns desses factos sociaes concernentes ao nosso paiz, basta cital-os numa ennumeração que dispensa provas mais pormenorisadas, bem faceis sendo as suas filiações áquellas causas historicas antes examinadas.

Desta forma, entre os problemas brasileiros que são consequentes á especial dilatação geographica que tivemos, estão os que se referem ao inevitavel apparecimento de grupos physiographicamente caracterisados: o isolamento do centro do paiz; a difficuldade das communicações internas e, ás vezes, littoraneas mesmo.

A influencia ethnica do elemento indigena em todo o Brasil, mas principalmente no Norte e no Oeste; a importancia dos negros no littoral de Leste e a dos immigrantes europeus por todo o Sul, — são os pontos de partida para toda a enorme serie das nossas questões raciaes, ainda em pleno *meeting-pot*.

A defficiente formação espiritual do Brasil é outro factor de profunda caracterisação da nossa historia. Reagindo os povoadores contra os padres na Colonia, positivando-se a inconveniencia da ligação entre a Igreja e o Estado no Imperio, tornando-se leiga a Republica de 1889, verifica-se como tem sido difficil a manutenção da religiosidade do povo brasileiro. E considerando-se a seguir que devemos ser preservados dos males do agnosticismo, attendendo-se á nossa muito sensivel impermeabilidade ás analyses puramente metaphysicas, chegaremos logo ás flagrantes necessidades de um intenso retorno ao dominio do espiritual, onde uma nova ordem de problemas vae se entroncar, fortemente marcando as nossas futuras directrizes.

Entre os elementos mais erroneos que resultam da nossa diversa formação politica contam-se a preferencia pelas visões apenas immediatas e quasi sempre locaes dos factos, as enganosas opções pelo já desmoralisado recurso normal da representação parlamentar e pelo não menos combatido appello anormal ás revoltas. A substituição desses systemas que a pratica tem vehementemente condemnado é muito precisa para a nossa existencia politi-

ca, se a quizermos mais aperfeiçoada e mais consentanea com a nossa época.

Entre os problemas mais particulares da nossa evolução historica, assume uma relevante posição os que se prendem á forma federativa que foi adoptada com a Republica. A suffocação da vida municipal, em favor das autonomias estaduaes, redundou na anomalia do excessivo presidencialismo que, consagrado na Constituição de 1891, conseguiu se manter tanto nos governos militares, pela força, como nos civis, pela chamada "politica dos governadores". Apesar da revolução de 1930, os mesmos erros se mantiveram no novo estatuto de 1934, num prolongamento de effeitos que assim ainda continúa a exigir profundas e basilares alterações.

Quanto aos problemas resultantes da nossa desorientação em materia economica, financeira e educativa, em capitulos especiaes foram elles entrevistos, através das criticas feitas aos muitos accidentes relatados em suas syntheses historicas. O mesmo foi feito ao terminarmos o estudo da nossa politica exterior, assignalando-se as quebras da tradição nella nos ultimos tempos registradas.

Nas organisações judiciarias que tem tido o Brasil, sensiveis deficiencias tambem se notam, chegando mesmo a constituirem problemas muito serios. A obtenção dos bons julgadores, dentro e não fóra da magistratura, como no jury, bem como os males resultantes da pluralidade de justiças, outra consequencia do federalismo, collocam-se nos primeiros logares desse sector.

E quanto ás tentativas de melhor organisação social, assumpto para nós ainda de hontem, a posição indefinida do Estado liberal, deante do grupo familial, como deante do grupo profissional, apesar dos textos platonicos existentes, não constitúe uma situação que satisfaça os nossos anseios de mais firmes lineamentos, sómente pos-

siveis com uma outra concepção de vida e de finalidade do homem, da sociedade e do proprio Estado.

São estes, em summa, os principaes problemas sociaes e politicos decorrentes da formação brasileira. Conhecidas as suas bases historicas, mais facilitadas se nos apresentam as suas soluções. E não foi outro o objectivo visado com a elaboração deste livro.

DESTA EDIÇÃO
FORAM TIRADOS 20 EXEMPLARES
EM PAPEL ESPECIAL,
NUMERADOS DE 1 A 20 E RUBRICADOS
PELO AUTOR.

TYP. GARRAUX — Rua Ribeiro de Lima, 36 - 38 — S. Paulo